



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MARINÊS DE MARIA RIBEIRO RODRIGUES**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS EM  
AÇÕES DO MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS DAS  
ILHAS DE ABAETETUBA E SUA RELAÇÃO COM A  
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS  
NA ILHA QUIANDUBA**

**BELÉM – PA  
2016**

**MARINÊS DE MARIA RIBEIRO RODRIGUES**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS EM  
AÇÕES DO MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS DAS ILHAS  
DE ABAETETUBA E SUA RELAÇÃO COM A  
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS  
NA ILHA QUIANDUBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva

**BELÉM-PA  
2016**

**MARINÊS DE MARIA RIBEIRO RODRIGUES**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS EM  
AÇÕES DO MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS DAS ILHAS  
DE ABAETETUBA E SUA RELAÇÃO COM A  
SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS  
NA ILHA QUIANDUBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2016

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_ - Orientadora

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva  
Doutora em Planejamento Urbano e Social  
Universidade Estadual do Pará/UEPA

\_\_\_\_\_ - Membro Externo

Prof.<sup>o</sup>. Dr. Waldir Ferreira de Abreu  
Doutor em Educação – PUC - Rio de Janeiro  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_ - Membro Interno

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Roseli Sousa Santos  
Doutora em Educação – PPGED – UFPA  
Universidade do Estado do Pará – PPCR/UEPA

\_\_\_\_\_ - Membro Interno

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Denise de Sousa Simões Rodrigues  
Doutora em Sociologia – UFCE  
Universidade do Estado do Pará

**BELÉM-PA  
2016**

Ao meu amado esposo **José Antônio** que sempre esteve comigo em todos os momentos providenciando todos os meios para que eu pudesse chegar até aqui. Por cuidar dos nossos filhos na minha ausência com responsabilidade, dedicação e muito amor. Tenho certeza que juntos ainda vamos realizar muitos sonhos.

Aos meus lindos e abençoados filhos **Willian José e Wemerson Ruhan**, por entenderem a minha ausência em momentos preciosos, pela obediência e bom comportamento evitando que eu me preocupasse com questões domésticas. Tenho certeza que nesses dois anos eles cresceram e amadureceram. A vocês meu eterno amor.

Aos meus pais, **Martinho e Terezinha**, por me ensinarem valores tão preciosos, e o mais importante de tudo: a servir e obedecer ao Deus eterno, meu Deus, aquele que morreu por mim, ressuscitou e hoje vive eternamente. A vocês devo à vida eterna.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter-me concedido saúde e sabedoria, pois sei que sem a sua misericórdia não teria chegado até aqui. Desde o primeiro momento Ele ordenou aos seus anjos pra comigo lutarem, abriu todas as portas e caminhou comigo de dia e de noite, em terra e no mar, a Ele toda a glória.

Ao MORIVA por me acolher com tanto carinho e fornecer os dados necessários para a construção deste estudo. Antônia e seu esposo “Assopra” (*in memoriam*), seres humanos maravilhosos, solidários, humildes e dignos da sabedoria que possuem... Muito obrigada.

As famílias agricultoras da comunidade Quianduba que me receberam em suas residências com tanto carinho, pela paciência nas entrevistas, concordo que não foi fácil, muitas vezes se tornou cansativo, mas resistiram até o final, sinto falta das nossas conversas, desse contato tão intenso.

A minha orientadora professora Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva pelas contribuições relevantes ao texto, sei que foi difícil, cansativo, mais conseguimos. Que Deus lhe recompense.

Aos professores Dr. Waldir Ferreira de Abreu, Dr<sup>a</sup>. Maria Roseli Sousa Santos e Dr<sup>a</sup>. Denise de Sousa Simões Rodrigues pelas contribuições na banca de qualificação e de defesa. Muito obrigada pelas valiosas contribuições.

A banca examinadora, Prof. Dr. Salomão Hage e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanilde Apoluceno por não medirem esforços em participar do momento de defesa e, principalmente, por suas valorosas contribuições.

A minha amiga Waldileia Rendeiro do Amaral por toda a contribuição que deu a minha pesquisa, me ajudando a construir roteiro de entrevistas, pelas publicações e contribuição intelectual que me fez crescer e amadurecer academicamente. Agradeço a Deus por ter te colocado no meu caminho.

Aos meus amigos e amigas da 9<sup>a</sup> turma do mestrado em especial a Graça Sardinha, Silvani e Rosenildo. A companhia de vocês nas viagens à Belém foi maravilhosa.

**Texto bíblico**

## RESUMO

Trata-se de um estudo que aborda a relação entre práticas educativas e saberes ambientais inscritos no cotidiano das ações socioambientais desenvolvidas pelo Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba e a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba, região insular de Abaetetuba/PA. Analisa as transformações econômicas e sociais ocorridas historicamente no território que alterou ao longo das últimas décadas profundamente os modos de vida das comunidades rurais-ribeirinhas, assim como as relações estabelecidas entre si e com os recursos naturais, a constituição do MORIVA e as ações socioambientais que desenvolve em prol da apropriação e uso dos recursos naturais em bases mais sustentáveis. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, do tipo estudo de caso etnográfico, com o uso de entrevistas semiestruturadas dirigidas aos moradores da Ilha Quianduba que participaram das ações do Movimento, Dirigentes do Movimento, Presidente da Associação do Assentamento e professores que trabalharam nas ações. Além da observação participante e análise documental em dois Relatórios de Ações do Movimento dos anos de 2008 e 2013. A elaboração de uma cartografia dos saberes culturais pautou-se na teoria de Deleuze e Guatarri (2005a) em que analisa a realidade a partir das conexões e da heterogeneidade, das multiplicidades, em que critica as rupturas e a hierarquização social. Os dados foram analisados com base nas técnicas de análise do conteúdo, o que permitiu realizar um mapeamento das práticas e saberes ambientais inscritos nas ações do Movimento. Os resultados revelaram que essas ações contribuíram para a construção coletiva de práticas e saberes socioambientais na comunidade local, que sustentam novos modos de agir na relação com os outros e com a natureza e seus recursos e que, dessa forma, podem ser tomadas como referências e estratégia educacional que facilitam a construção de espaços e oportunidades de aprendizagens coletivas na área socioambiental.

**Palavras-chave:** Ações socioambientais, Práticas educativas. Saberes Ambientais. MORIVA

## ABSTRACT

It is a study that addresses the relationship between educational practices and registered environmental knowledge in daily environmental initiatives developed by the Riverside Movement of Abaetetuba Islands and the sustainability of natural resources in Quianduba Island, the island region of Abaetetuba/PA. Analyzes the economic and social transformations historically occurred in territory that has changed over the past decades deeply livelihoods of rural-coastal communities, as well as the relations between themselves and with the natural resources, the constitution of MORIVA and environmental initiatives that develops towards the appropriation and use of natural resources in a more sustainable basis. This is a qualitative research, the study of ethnographic case type, using semi-structured interviews addressed to residents of Quianduba Island who participated in the movement's actions, Movement leaders, the Settlement Association President and teachers who worked in actions. Besides participant observation and document analysis in two of the years 2008 Movement Action Reports and 2013. The development of a mapping of cultural knowledge was based on the theory of Deleuze and Guattari (2005a) that looks at reality from the connections and heterogeneity, multiplicities, criticizing the breaks and the social hierarchy. The data were analyzed based on content analysis techniques, thereby generating a mapping of environmental practices and knowledge recorded in the Movement's actions. The results revealed that these actions contributed to the collective construction practices and environmental knowledge in the local community that support new ways of acting in relationship with others and with nature and its resources and thus can be taken as references and educational strategy to facilitate the construction of spaces and opportunities for collective learning in the environmental area.

**Keywords:** social and environmental activities, educational practices. Environmental knowledge. MORIVA

## LISTA DE SIGLAS

**AAV:** Agente Ambiental Voluntário

**ACS:** Agente Comunitário de Saúde.

**AICEB:** Aliança das Igrejas Cristãs Evangélicas do Brasil

**ALBRAS:** Alumínio Brasileiro S/A

**ALUNORTE:** Alumina do Norte do Brasil S/A

**AMIA:** Associação dos Moradores de ilhas de Abaetetuba

**APT:** Ação Popular Transformadora

**AP:** Ação Popular

**CAPES:** Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

**CELPA:** Companhia Elétricas do Pará S/A

**CENTRILHA:** Movimento do Centro e das Ilhas

**CEB:** Comunidade Eclesial de Base

**CPT:** Comissão Pastoral da Terra

**CPP:** Conselho Pastoral dos Pescadores

**DIOCESE:** Divisão territorial entregue à administração eclesiástica de um bispo, arcebispo ou patriarca

**EMATER:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**ELETROBRAS:**

**GRPU:** Gerência Regional de Patrimônio da União

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IFPA:** Instituto Federal do Pará

**IQ:** Ilha Quianduba

**ITERPA:** Instituto de Terras do Pará

**LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**MAN:** Manejo de Açaizal Nativo

**MFC:** Manejo Florestal Comunitário

**MORIVA:** Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

**MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário

**PA:** Projeto de Assentamento

**PAE:** Projeto de Assentamento Agroextrativista

**PIBID:** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

**PPGED:** Programa de Pós-Graduação em Educação

**PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**RIT:** Região de Integração Tocantins

**STTRA:** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**SEIR:** Secretaria de Estado de Integração Regional

**URE:** Unidade Regional de Educação.

**UHE:** Usina Hidrelétrica de Tucuruí

**UEPA:** Universidade do Estado do Pará

**UFPA:** Universidade Federal do Pará

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> – Conhecendo Abaetetuba.....	36
<b>Fotografia 2</b> – Conhecendo a Ilha Quianduba.....	43
<b>Fotografia 3</b> – Meios de transporte existentes na Ilha Quianduba.....	47
<b>Fotografia 4</b> – Residência à margem do rio Quianduba.....	48
<b>Fotografia 5</b> – Sede da Igreja Cristã Evangélica na Ilha Quianduba.....	57
<b>Fotografia 6</b> – Residências dos moradores da Ilha Quianduba.....	60
<b>Fotografia 7</b> – Reunião de ribeirinhos para criação do MORIVA.....	64
<b>Fotografia 8</b> – Sede do MORIVA em Abaetetuba.....	66
<b>Fotografia 9</b> – Moradores da Ilha Quianduba que participaram do curso em Educação Ambiental.....	78
<b>Fotografia 10</b> – Poluição dos rios que banham as Ilhas de Abaetetuba.....	95
<b>Fotografia 11</b> – Extração ilegal de madeira nas Ilhas de Abaetetuba.....	96
<b>Fotografia 12</b> – Lançamento da campanha contra a poluição dos rios.....	96
<b>Fotografia 13</b> – Pesca de lanço às margens do Rio Furo Grande na Ilha Quianduba.....	97
<b>Fotografia 14</b> – Construção dos viveiros para a estação de piscicultura.....	99
<b>Fotografia 15</b> – Inauguração da estação de piscicultura.....	100
<b>Fotografia 16</b> – Pescaria na estação de piscicultura.....	100
<b>Fotografia 17</b> – Viveiro utilizado pelos moradores que participaram da ação na Ilha Quianduba.....	108
<b>Fotografia 18</b> – Grupo de mulheres em atividade de capacitação.....	110
<b>Fotografia 19</b> – Grupo de mulheres na confecção de matapi.....	111

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa de localização da RI Tocantins.....	37
<b>Figura 2</b> – Mapa de localização do município de Abaetetuba no Estado do Pará.....	38
<b>Figura 3</b> – Identidade dos ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.....	44
<b>Figura 4</b> – Localização da Ilha Quianduba no mapa da região das Ilhas de Abaetetuba.....	45
<b>Figura 5</b> – Mapa da Ilha Quianduba produzido por um morador local.....	46
<b>Figura 6</b> – Quadro síntese das ações desenvolvidas pelo MORIVA.....	68
<b>Figura 7</b> – A coleta do camarão desenhada por um dos participantes do curso.....	76
<b>Figura 8</b> – A colheita do açaí desenhada por um dos participantes do curso.....	76
<b>Figura 9</b> – Sistema de pesca de camarão praticado pelos ribeirinhos da Ilha Quianduba ....	109

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>MOTIVAÇÕES, PROBLEMÁTICA, OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA</b> .....	<b>15</b>
<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>20</b>
<b>A PESQUISA DE CAMPO, AS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E AS CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 1 – RECORTES NO TEMPO E NO ESPAÇO PARA CARACTERIZAR A ÁREA DE ESTUDO</b> .....	<b>35</b>
1.1 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA .....	36
1.2 - CARACTERIZAÇÃO DA ILHA QUIANDUBA .....	43
1.3 - O MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS E VÁRZEAS DE ABAETETUBA – MORIVA .....	61
1.4 - AS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELO MORIVA NO CONTEXTO DA ILHA QUIANDUBA: APONTAMENTOS PARA PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS .....	68
1.4.1 - Realização de Cursos .....	68
1.4.1.1 - Curso em Educação Ambiental sujeitos .....	72
1.4.1.2 - Curso em Manejo Florestal Comunitário sujeitos .....	79
1.4.1.3 - Curso em Manejo de Açaizal Nativo sujeitos.....	84
1.4.1.4 - Curso em Coleta Seletiva e Acondicionamento do Lixo sujeitos .....	89
<b>2 – Formação de Agentes Ambientais Voluntários</b> .....	<b>93</b>
<b>3 – Campanha contra a poluição dos rios</b> .....	<b>95</b>
<b>4 – Estação de piscicultura</b> .....	<b>99</b>
<b>5 - Elaboração da carta “Movimento de Cidadania pela Água”</b> .....	<b>101</b>
<b>6 – Incentivo e diversificação da produção</b> .....	<b>102</b>
<b>7 – Manejo comunitário de camarão</b> .....	<b>106</b>
<b>CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS INSCRITOS NO COTIDIANO DAS AÇÕES DO MORIVA</b> .....	<b>112</b>
2.1 - Concepções epistemológicas de práticas educativas .....	112
2.1.1 - A prática educativa no contexto da participação .....	114
2.1.2 - A prática educativa no contexto do agir coletivo .....	125
2.1.3 - A prática educativa nas relações cotidianas de diálogo .....	133

2.1.4 - A prática educativa no aprendizado dos direitos .....	143
<b>2.2 - CARTOGRAFIA DOS SABERES AMBIENTAL NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS QUE EMERGEM DAS AÇÕES DO MORIVA .....</b>	<b>148</b>
2.2.1 - Concepção epistemológica de Cartografia .....	148
2.2.2 - Os saberes que emergem das práticas educativas.....	150
2.2.2.1 - O saber perceber o ambiente .....	150
2.2.2.2 - O saber reconhecer o erro.....	162
2.2.2.3 - O saber do cuidar do ambiente.....	168
2.2.2.4 - O saber de um agir preventivo .....	173
<b>CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS E SABERES INSCRITOS NAS AÇÕES DO MORIVA E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS NA ILHA QUIANDUBA: RESULTADOS, LIÇÕES E DESAFIOS.....</b>	<b>179</b>
3.1 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DESENVOLVIDO NAS AÇÕES .....	180
3.2 - O OLHAR QUE INFORMA A RELAÇÃO COMUNIDADE LOCAL E NATUREZA .....	186
3.3 - A RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A REINVENÇÃO .....	192
3.4 - AS NOVAS SENSIBILIDADES NO USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS .....	195
3.4.1 - O fortalecimento da organização comunitária.....	196
3. OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NA COMUNIDADE.....	203
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>215</b>

## INTRODUÇÃO

### MOTIVAÇÕES, PROBLEMÁTICA, OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa que resultou nesta Dissertação de Mestrado agregada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Pará (UEPA), na linha de pesquisa “Saberes Culturais e Educação na Amazônia” apresenta um estudo intitulado “Práticas educativas e saberes ambientais em ações do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba e sua relação com a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba”.

Trata-se de uma comunidade rural-ribeirinha que se estabeleceu no território a partir do processo de ocupação da Amazônia em meados do século XIX durante o ciclo da borracha, quando parte dos seringueiros, caboclos herdeiros de várias etnias, migraram para a beira dos rios, tornando-se agricultores e pescadores, constituindo assim as chamadas populações ribeirinhas (FRAXE, 2004), e geração após geração vem produzindo a existência por meio de atividades extrativistas como, por exemplo, a atividade aguardenteira nos engenhos de cachaça, a oleiro cerâmica nas olarias, a pesca e a mais atual, a cultura do açaí.

A presença dessas atividades socioprodutivas, associadas a fatores externos como, por exemplo, os projetos desenvolvimentistas implantados na região, especificamente a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, tem conferido a comunidade, uma diversidade de interferências socioambientais, dentre as quais destaco:

**O processo de erosão fluvial** (fenômeno de terras caídas). Esse fenômeno é muito comum na Região de Integração Tocantins (RI) da qual faz parte o município de Abaetetuba, ocasionado principalmente pela interrupção do fluxo do Rio Tocantins pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PARÁ, 2011). Ao nível local, os moradores também contribuem com esse fenômeno, por meio da derrubada desordenada de açaizeiros para a retirada do palmito de açaí e da argila para a produção oleiro cerâmica que é um dos processos de trabalho ainda muito utilizado pelos moradores da comunidade na produção da existência.

**A antropização da floresta.** A cobertura vegetal na Ilha Quianduba encontra-se intensamente antropizada, causada, principalmente, pela retirada desordenada das árvores que oferecem madeira de lei, que, junto com a construção da barragem de Tucuruí, se transformaram na principal ameaça a biodiversidade, tanto terrestre quanto aquática (VILHENA, 2011).

**A dificuldade de navegabilidade nos rios que banham a Ilha Quianduba.** O processo erosivo desencadeado pelo barramento do rio Tocantins para a construção da UHE

Tucuruí representa um importante aporte de sedimentos que contribui para o surgimento de barrancos de terra que dificultam a navegação, de forma que o transporte fluvial em alguns rios só é possível em embarcações de médio e pequeno porte.

**A diminuição da cobertura da mata ciliar.** Causada, principalmente, pela falta de informação, pois os moradores, na intenção de tornar suas casas visíveis, retiram a vegetação da margem dos rios ocasionando um impacto direto na manutenção dos estoques pesqueiros do camarão e demais espécies aquáticas.

**A diminuição da população de pescado.** Que tem como causa local, principalmente a falta de saneamento básico, pois a Ilha não possui coleta coletiva e nem seletiva de lixo, de forma que cada família dá ao lixo que produz o fim que acha correto, depositam no mato ou simplesmente jogam nos rios, além disso, os moradores também contribuem para a poluição dos rios com o uso de plantas venenosas para a pesca, plantas que possuem princípios ativos nocivos aos animais (veneno), principalmente o *timbó*, o que ocasiona uma diminuição drástica dos recursos pesqueiros. Enfim, mesmo com todo o conhecimento de utilização dos recursos naturais que os moradores da Ilha possuem, observamos que a cada ano estes vêm perdendo esta prática de gerenciamento de seus recursos, pois muitas vezes, de maneira inocente e com a ânsia de melhorar de vida de forma rápida são induzidos a utilizar técnicas de manejo predatórias que inicialmente satisfazem suas necessidades, mas em pouco tempo, proliferam a miséria e a pobreza.

Esse conjunto de fatores tornou-se relevante na escolha da Ilha Quianduba como comunidade lócus desta pesquisa, e no primeiro capítulo deste estudo analisamos com mais detalhes a dinâmica de apropriação do local enfocando as transformações socioambientais mais recentes.

O interesse por este estudo está ligado, primeiramente, a minha vivência enquanto moradora no local. Essa condição constitui a minha primeira aproximação com a realidade de mudanças socioambientais que vem ocorrendo nesta localidade. No entanto, esta aproximação primeira foi reforçada por meio de minha formação acadêmica, a Graduação em Educação do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Abaetetuba. Nesse período fui estimulada por meio da participação em pesquisas que dão conta do *Tempo Comunidade*, a problematizar as questões socioambientais que perpassam a realidade do meu território de pertencimento: o território rural-ribeirinho.

O *Tempo Comunidade* corresponde ao período em que o estudante é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências na família, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe, desenvolvendo trabalhos de campo, projetos experimentais,

atividades grupais, com o apoio dos professores nas ações de planejamento e acompanhamento pedagógico.

Durante o período da Graduação, realizei oito *Tempos Comunidade* – um em cada semestre – os quais foram norteados pelos seguintes eixos temáticos: 1º) História de vida e construção de saberes, 2º) Espaço socioambiental e sustentabilidade no campo, 3º) Sistemas de produção familiar e processos de trabalho no campo, 4º) Estado, movimentos sociais e políticas no campo, 5º) Educação do campo, políticas e práticas sociais, 6º) Juventude do campo e transformações socioambientais, 7º) Sujeitos sociais e diversidade na prática educativa do campo e 8º) Prática docente e educação do campo.

Esse processo formativo possibilitou-me um contato mais intenso com os elementos que compõem a memória, os saberes, os valores, os costumes e as práticas sociais e produtivas dos moradores da comunidade; as características socioculturais e ambientais que demarcam o território de sua existência coletiva, bem como, a realidade socioeducacional e os conflitos e contradições que determinam tal existência.

Entretanto, foram os estudos referentes aos eixos: Espaço socioambiental e sustentabilidade no campo e Estado, movimentos sociais e políticas no campo que mais me aproximaram do objeto de estudo em questão, pois se designaram a compreender as problemáticas socioambientais que influenciam na sustentabilidade dos recursos naturais, bem como a participação das organizações locais na promoção de alternativas que visam a sustentabilidade desses recursos.

Meu primeiro contato com as ações do MORIVA ocorreu nas entrevistas que realizei na comunidade para levantamento de dados sobre os estudos referentes ao Tempo Comunidade. Os sujeitos relataram as suas vivências nessas ações, bem como as experiências e os aprendizados, o que suscitou e motivou o meu interesse em conhecer e entender, a partir da pesquisa científica, a relação das mesmas com a sustentabilidade dos recursos naturais na comunidade, pois vários relatos indicaram uma mudança de comportamento dos sujeitos para com o uso e manejo desses recursos a partir da participação nessas ações.

Dessa forma, a vivência no processo formativo referente ao *Tempo Comunidade* na Graduação em Educação do Campo foi determinante para a escolha da Educação Ambiental como área de interesse para Dissertação de Mestrado, pois me motivou a investigar se as ações socioambientais desenvolvidas pelo MORIVA na Ilha Quianduba informam práticas educativas e saberes ambientais e se essas práticas e saberes revelam algum tipo de relação com a sustentabilidade dos recursos naturais existentes no local.

A partir dessas constatações, optei pela construção de um objeto teórico que se sustenta empiricamente nas práticas educativas e saberes de recorte ambiental a partir de experiências territoriais locais, como preocupação de pesquisa na área da Educação por considerar que se trata de uma problemática que atende as orientações epistemológicas da Linha de Pesquisa “Saberes Culturais e Educação na Amazônia”, do Programa de Mestrado em Educação, da Universidade do Estado do Pará, ao qual estou vinculada como discente.

A partir de então fui desafiada a traduzir, ou melhor, sintetizar essa construção por meio da formulação de uma pergunta que desse conta de abstrair todas as minhas inquietações e explicar o propósito da investigação a que me propus a realizar, o que não foi uma tarefa fácil, pois essa formulação não é um exercício de régua e compasso, mas um processo de elaboração de conhecimento com muitas idas e vindas, conforme fui percebendo ao participar das discussões sobre tema, problema e objeto nas aulas da professora Maria das Graças da Silva na disciplina Pesquisa em Educação.

Nesse ínterim, identifiquei que o meu problema estava tão amplo que parecia que eu queria “pesquisar o mundo”. Precisei, então, reelaborá-lo, em um nível mais aproximativo de abstração da realidade, ou seja, delimitá-lo sem reduzir a sua importância. Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 89) contribuiu com suas abordagens sobre os cuidados metodológicos no campo da pesquisa ao concluir que “quem não sabe o que procura não entende o que encontra”. Isso significa que a clareza e a exatidão da pergunta direcionam a busca de respostas de modo mais eficiente.

Ghedin (2008), também me chamou atenção para o enfoque metodológico quando me propus a formular a pergunta que sintetiza o objeto de estudo, ao enfatizar que a busca da pergunta adequada, da questão que não tem resposta evidente é que se constitui o ponto de origem de uma investigação científica.

Tais abordagens apontaram para a necessidade que tinha/tenho enquanto pesquisadora de buscar um entendimento ampliado sobre aquilo que queria pesquisar, para o desafio de construir não apenas uma pergunta, mas várias, que pudessem fornecer uma estrutura para a pesquisa, tornando o problema mais fácil de ser entendido. Nesse processo compreendi que a minha pergunta precisava abrir espaço para outras perguntas que estivessem interligadas com a pergunta fundante.

Outro desafio que surgiu na vivência de construção do objeto foi quanto à necessidade de sustentar epistemologicamente a construção teórica. Neste momento, percebi a importância de tomar os fundamentos teóricos conceituais das disciplinas que estudei no mestrado como referências para a análise da problemática e construção do objeto, no sentido

de tornar mais fácil a sua contextualização no universo do conhecimento. Vale ressaltar que as mesmas muito contribuíram, no sentido de direcionarem o embasamento teórico sobre o qual se fundamenta a pesquisa.

Nesse processo de construção também foi possível compreender que um problema de pesquisa precisa ter uma importância para todos os sujeitos envolvidos: pesquisador, pesquisados, comunidade lócus da pesquisa, comunidade acadêmica, enfim, precisa ter uma relevância social. Nessa perspectiva, Ghedin (2008) contribuiu ao enfatizar que todo conhecimento científico, para ser considerado válido, deve carregar forte interesse social, ou seja, se o produto da ciência não puder ser apropriado pelo ser humano como um elemento de transformação do mundo e das pessoas, na direção do bem coletivo e da justiça entre os povos, perde as condições de sua validade.

Logo, essas reflexões foram significativas porque me possibilitaram compreender que a construção do problema de uma pesquisa, nada mais é do que a definição daquilo que se quer estudar. Compara-se a montagem de um quebra-cabeça, onde cada peça precisa ser colocada no devido lugar para que o objetivo seja alcançado.

Com base nessas reflexões construí teoricamente o meu objeto de estudo, que foi elaborado por meio da seguinte questão problema: **As práticas e saberes inscritos nas ações do MORIVA revelam algum tipo de relação com a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba?**

Tomando como referência essa questão central, formulei as seguintes indagações norteadoras:

- **Que ações desenvolvidas pelo MORIVA podem ser configuradas como práticas de educação ambiental?**
- **Que práticas e saberes emergem dessas ações?**
- **Como essas práticas e saberes influenciam na sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba?**

Tendo como base as indagações norteadoras, propus-me a construir a intencionalidade maior desta pesquisa que é: **Analisar as práticas e saberes inscritos nas ações do MORIVA examinando possíveis relações com a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba.**

Contudo, esse objetivo, não pode ser alcançado isoladamente, foi preciso uma inter-relação com outros objetivos para que o reconhecimento do objeto de estudo pudesse se desenvolver de maneira satisfatória em relação com outros conhecimentos, haja vista que a ressignificação do conhecimento, não pode ser uma linha de mão única, mas, precisa

acontecer por vias e situações diferentes, em função do contexto onde se produz, e esse contexto comporta tanto o que é produzido cientificamente, quanto o que é produzido empiricamente.

Por essa razão, elenquei outros objetivos em correspondência às indagações norteadoras que são:

- **Compreender como vem se dando a apropriação do território pelos sujeitos da pesquisa mediante as transformações socioambientais mais recentes;**
- **Descrever a trajetória peculiar do MORIVA e suas ações socioambientais desenvolvidas no contexto da Ilha Quianduba;**
- **Caracterizar as práticas educativas e cartografar os saberes ambientais inscritos nas ações do MORIVA;**
- **Identificar a relação entre as práticas e saberes inscritos nas ações do MORIVA e a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba.**

Considero que estes objetivos foram pertinentes para realizar uma abordagem de pesquisa que contempla o objeto de estudo proposto, possibilitando um debate mais profundo sobre as especificidades da problemática, estabelecendo uma compreensão mais ampla, realizada por meio de um processo de reconhecimento dos conceitos, ideias, categorias, concepções ou noções, que com certeza, conduziram a um conhecimento mais exato, mais fidedigno, mais livre de erros.

Contudo, compreendo que o mundo da pesquisa é um mundo de aventura na busca de sondar a realidade e desvendar seus segredos. Oliveira (2008) afirma que essa aventura é permeada de mitos que pouco a pouco desmistificados, nos fazem crescer e fortalecer. Entretanto, para que isso aconteça é preciso romper com as definições provisórias, pré-estabelecidas do senso comum que segundo Minayo (1999) se tornam um obstáculo epistemológico na produção do conhecimento e olhar para o objeto como algo desconhecido, que precisa de um contato com um campo teórico para se tornar desnudo, isto é, para se tornar um real pensado, uma nova práxis.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo embasada nos pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem qualitativa. A justificativa centra-se no fato de que a pesquisa no campo das ciências humanas requer metodologia própria e

específica que afirme uma relação dinâmica nas relações interpessoais e sociais, pois os dados produzidos são complexos, precisam ser mapeados com cuidado, e, além disso, não podemos cair na ilusão de pensar que o objeto de estudo é neutro, que está fechado em si mesmo e não acompanha a dinâmica social (OLIVEIRA, 2012).

Dessa forma, a abordagem qualitativa contribuiu com este estudo ao enfatizar as especificidades do fenômeno estudado, no caso, as práticas e os saberes inscritos nas ações de um Movimento que mobiliza os sujeitos de uma comunidade ribeirinha na Amazônia a usar e manejar os recursos naturais numa perspectiva sustentável.

Nesse sentido, Bogdan & Birklen (1994) forneceram a base de sustentação da pesquisa no caminho qualitativo, auxiliaram-me no processo de observação, no contato com os sujeitos, com o Movimento e suas ações, condição necessária à descrição e interpretação, não somente das práticas e saberes, mas também, da cultura e dos modos de vida presentes no contexto ribeirinho.

Tomando como referência tal abordagem os autores apontam algumas características que contribuem para a compreensão de como se direciona o fazer de uma pesquisa qualitativa, quais sejam: “os dados coletados são predominantemente descritivos” (BOGDAN & BIRKLEN, 1994, p. 12). Essa afirmativa esclarece que o pesquisador precisa atentar para o maior número de elementos possíveis, pois os dados recolhidos por esse tipo de investigação são ricos em pormenores descritivos, são dados que estão inscritos em palavras, gestos, imagens, entre outros. Nesse sentido, busquei descrever o fenômeno em toda sua complexidade, atentando para as situações, os gestos, as interações e conversas, enfim, até aqueles aspectos que supostamente pareciam triviais.

“A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto” (BOGDAN & BIRKLEN, 1994, p. 12), no contexto dessa visão epistemológica, busquei compreender não somente as práticas e saberes inscritos nas ações do MORIVA, mas também verificar como essas práticas e saberes se manifestam, de que forma, como se relacionam com a sustentabilidade dos recursos naturais na comunidade.

“O significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador” (BOGDAN & BIRKLEN, 1994, p. 12). Essa terceira característica me ajudou a entender a necessidade que tinha de me despersuadir de toda e qualquer influência que pudesse comprometer minha descrição sobre a maneira como os sujeitos da pesquisa abordariam seus pontos de vista. Considero que essa característica que informa a abordagem qualitativa contribuiu para trazer à tona as concepções que orientam as ações do MORIVA, clarificar os pensamentos que são verbalizados e que dão sentido as ações.

“A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo” (BOGDAN & BIRKLEN, 1994, p. 13). Minha intenção com este estudo não foi comprovar hipóteses previamente formuladas, pois compreendo que as abstrações se formam ou se consolidam a partir da inspeção dos dados num processo que se movimenta de baixo para cima, mas sim, privilegiar a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, por meio de uma relação dialógica com o objeto, a qual evidenciou significados da vivência cotidiana dos sujeitos nas ações, as suas concepções, percepções e relações com os recursos naturais considerando o imaginário, a subjetividade e a vivência, elementos que estão na realidade vivida.

Deste modo, o presente estudo ao assumir a abordagem qualitativa como principal abordagem assumiu também a responsabilidade de sair do status de mais um estudo construído somente para aumentar o número de investigações qualitativas e entrar na elite dos estudos diferenciados, calçado em pressupostos e padrões formais de investigação capaz de compreender o fenômeno em sua profundidade, suprindo vazios que a ciência moderna com seus métodos de pesquisa positivistas não tem conseguido esclarecer, se tornando então, uma referência nos estudos que investigam os processos educativos que se desenvolvem em contextos e realidades distintas.

Como um dos objetivos deste estudo é cartografar saberes ambientais inscritos nas ações do MORIVA, optei em utilizar como referencial teórico o método cartográfico de Deleuze e Guattari (1995a), por considerar que este método é apropriado para desvelar fenômenos como o qual estamos investigando, cujas configurações são irredutíveis à realidade exata e natural. Ademais, rompe com o formalismo metodológico da ciência moderna, põem em dúvida as certezas e possibilita descobrir outras possibilidades para a interpretação da realidade e produção de conhecimento no campo da educação em particular.

Segundo Silva *et. al.* (2011), o método da cartografia consiste em mapear, traçar linhas e definições que compreendem um espaço, seja ele concreto ou abstrato, no caso desta pesquisa, procurei mapear os saberes ambientais por meio da percepção dos sujeitos sobre o ambiente, do reconhecimento do erro, do cuidar do ambiente e de um agir preventivo que definem as ações do MORIVA como um fenômeno social onde a construção do conhecimento se dá a partir das experiências sociais que os sujeitos vivenciam, suas particularidades, suas singularidades, suas abstrações e seus simbolismos.

Para Deleuze e Guattari (1995a), esse processo acontece quando as dinâmicas são conectadas, quando pontos diferentes ou não se encontram formando um novo ponto construindo uma teia de informações, culturas, práticas e saberes. Sem definir onde é o

começo e o fim dessa estrutura. Nessa perspectiva, a ideia de cartografia incorpora tanto uma dimensão simbólica como uma dimensão prática e objetiva, voltada para captar o movimento dos processos.

Para um entendimento mais amplo do que seja a cartografia para Deleuze e Guattari (1995a) é preciso compreender primeiramente o conceito de rizomas que podem ser definidos como construções que contém linhas flexíveis, territórios, mapas, processos cartográficos que se processam sem um tronco germinador. O conhecimento construído à luz de rizomas é complexo, valoriza as experiências dos sujeitos envolvidos, suas particularidades, suas singularidades, suas abstrações, seus simbolismos, enfim, rompe com a racionalidade científica moderna que defende a ciência como único meio de se atingir o conhecimento verdadeiro.

O Rizoma na descrição de Deleuze e Guattari (1995a, p. 22) permite que:

Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. A árvore linguística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatuto de estados de coisas.

Ao utilizar a metáfora da árvore, os autores criticam o modelo hierárquico e dicotômico de interpretação da realidade solidificado pelo pensamento científico moderno e atribuem ao conhecimento científico uma configuração que possibilita uma interação entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento e saberes, como por exemplo, os não científicos. Nesse envolvimento, um modifica o outro mutuamente, oportunizando, dessa forma, uma ressignificação do papel da ciência na investigação da realidade.

Essa conjunção de ideias sobre a concepção de cartografia em Deleuze e Guattari (1995a) possibilitou-me mapear os saberes ambientais produzidos pelos sujeitos no cotidiano das ações do MORIVA, bem como entender como esses saberes são construídos a partir de diferentes pontos de vista, interpretar as suas conexões, mobilidades e interatividades com o conhecimento científico, construindo assim uma nova epistemologia, ancorada na subjetividade, no alcance dos processos, a qual fomenta o paradigma emergente que compreende que a interpretação do real se dá a partir da interação entre a dimensão científica e a social.

No desenvolvimento da pesquisa, houve uma preocupação com o processo, onde percebi que para apreender a realidade precisaria interpretar o sentimento dos sujeitos envolvidos com as ações individualmente, o que exigiu respaldar a abordagem qualitativa e o método cartográfico de Deleuze e Guattari (1995a) com algumas características da etnografia, cujos conceitos são baseados na antropologia (GEERTZ, 1989), uma boa interpretação de qualquer coisa - um poema, uma pessoa, uma estória, um ritual, uma instituição, uma sociedade - conduz o pesquisador ao cerne do que se propõe a interpretar, ou seja, o significado que têm as ações e os eventos para as pessoas, alguns diretamente expressos pela linguagem e outros transmitidos indiretamente por meio de ações.

Entretanto, vale ressaltar que não se trata de um estudo especificamente etnográfico, pois apesar de morar na comunidade, lócus do estudo, e manter um contato direto e prolongado com os sujeitos, o tempo requerido no trabalho de campo não foi suficiente para que eu pudesse reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência diária dos sujeitos como requer a pesquisa especificamente etnográfica.

É evidente que essas limitações - a familiaridade com a situação que supostamente impede um olhar mais distanciado e imparcial do pesquisador e o tempo limitado ha um trabalho de campo mais extensivo - não tornou a pesquisa insignificante e nem me impediu de perceber a particularidade, a especificidade ou a peculiaridade do objeto, elementos que estão inscritos no modo como os sujeitos interpretam suas experiências e no modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem (ANDRÉ, 2000), mas abriram a prerrogativa de conhecer profundamente as práticas e saberes construídos no cotidiano das ações de um Movimento no contexto de uma comunidade que de alguma forma em algum momento torna esse lócus aos olhos de outrem singular.

Portanto, diante dos pressupostos explicitados para a compreensão da abordagem metodológica da pesquisa, enfatizo que a mesma possui uma abordagem que se identifica com um estudo de caso etnográfico, por considerar que estudar as práticas e os saberes inscritos nas ações do MORIVA é estudar **um** caso, algo singular, que tem um valor em si mesmo, distinto de outros, como bem expressa André (2000, p. 30) ao expor as características de um estudo de caso etnográfico:

Visam à descoberta: a compreensão de um caso exige que o pesquisador fique sempre atento a novos elementos e que busque novas indagações e respostas ao longo do processo de pesquisa; enfatizam a interpretação em contexto: o estudo deve levar em conta o contexto em que ele se situa, na medida em que o caso está estreitamente ligado à situação específica; buscam retratar a realidade de forma completa: o estudo deve revelar a multiplicidade de dimensões presentes na

determinada situação, que possui uma complexidade natural e inter-relações entre seus componentes; usam uma variedade de fontes de informação: o pesquisador deve coletar dados em momentos diferentes, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes; permitem generalizações naturalísticas: os resultados de um estudo de caso podem ser estendidos naturalmente a outras situações similares, isto é, um sujeito-leitor pode associar os dados encontrados com dados que são frutos das suas experiências pessoais; procuram representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social: a realidade pode ser vista sob perspectivas diferentes, e o pesquisador deve retratá-las com fidedignidade; utilizam uma linguagem científica mais acessível: os relatórios possuem um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições.

Por todas essas características ressaltadas pela autora, o estudo de caso etnográfico se apresenta como a metodologia mais indicada para a compreensão e descrição do processo que envolve o objeto de estudo em questão, que se constitui por si só um caso digno de ser estudado seja porque é representativo de muitos outros casos, seja porque é completamente distinto de outros casos, o qual foi ancorado nas ideias de muitos autores, conforme já citados acima, os quais dão suporte ao objetivo deste estudo, no sentido de melhor compreender o processo pelo qual os sujeitos envolvidos nas ações do MORIVA constroem práticas e saberes e descrevem a consistência destes.

### **A PESQUISA DE CAMPO, AS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E AS CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS**

A produção e a análise dos dados desta pesquisa foram sustentadas por procedimentos da prática etnográfica. De acordo com Geertz (1989, p. 07) o que define a prática etnográfica “é o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para descrição densa”. Portanto, fazer etnografia:

É como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de eclipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais concencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamentos modelados.

Por essa perspectiva geertziana, a interpretação da realidade, por meio da construção cartográfica dos seus processos, requer do pesquisador, além de estabelecer relações, selecionar sujeitos narradores, levantar genealogias, mapear práticas, elaborar descrição densa desses processos.

Com base nessa perspectiva, utilizei como técnicas para a produção dos dados a pesquisa bibliográfica, levantamento de fontes documentais, a observação participante e a entrevista semiestruturada, as quais permitiram experienciar e compreender o fenômeno a partir das perspectivas dos envolvidos no processo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com a intenção de caracterizar o lócus do estudo, no sentido de compreender como os sujeitos vêm historicamente praticando a apropriação do território, bem como as transformações socioambientais mais recentes que demandaram a constituição do MORIVA e conseqüentemente a criação de suas ações, ou seja, compreender porque e para que as ações foram desenvolvidas.

Para isso, me debruçei em artigos, livros e dissertações que versam sobre a história das populações ribeirinhas do Baixo Tocantins, os quais contribuíram na reconstituição da história e na compreensão de aspectos importantes da cultura dos sujeitos, seus modos de vida e especialmente como se relacionam e interagem com os recursos naturais e expressam suas percepções acerca das transformações socioambientais na região. Para reconstituição da história da Ilha Quianduba, utilizei também recortes das entrevistas com os sujeitos, as quais foram realizadas posteriormente a pesquisa bibliográfica.

Nesse ínterim, também busquei fundamentar o estudo em teóricos contemporâneos como Geertz (1989), Certeau (1996), Silva (2007), Paulo Freire (1996), Loureiro (2011), Carvalho (2004), entre outros. A partir de suas obras, construí um perfil histórico e sociológico do lócus do estudo (MINAYO, 2004). Também estruturei um estado da arte a partir de informações obtidas no banco de dados da CAPES e do mestrado em Educação na UEPA e da UFPA. Para tanto investiguei alguns descritores dissertações e teses fazendo um recorte temporal do ano 2000 a 2013.

Para o levantamento das fontes documentais parti para os trabalhos de campo, na sede do MORIVA em Abaetetuba, onde entrei em contato direto com documentos que me possibilitaram descrever tanto a história do Movimento quanto as suas ações. Dentre os documentos encontrados selecionei: um livro Ata, dois relatórios que descrevem as ações do Movimento, um do ano de 2008 e outro do ano de 2013 e mais alguns registros que retratam questões importantes sobre a sua organização interna.

Tomando posse desses documentos, li, analisei, transcrevi fatos, circunstâncias, na tentativa de captar o máximo de informações que pudessem revelar a vivência dos sujeitos no cotidiano das ações, a fim de identificar as práticas e os saberes construídos nessa vivência.

André (1998) enfatiza que a análise documental é apropriada quando existem limitações de tempo ou de deslocamento do pesquisador, quando se pretende ratificar e

validar informações obtidas por outras técnicas e também quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, situação que se aplica a esta pesquisa. Também ressalta que os documentos produzidos pelos sujeitos possuem a função essencial de validar as informações obtidas através da observação participante e da entrevista, para a triangulação dos dados – a checagem de um dado obtido através de diferentes informantes, em situações variadas e em momentos diferentes -.

Nesta pesquisa a observação participante também foi um elemento integrante da realidade estudada, a fim de compreender a participação dos sujeitos no contexto do Movimento e no contexto do uso e manejo dos recursos naturais nas propriedades.

Segundo Brandão (2002, p. 16), a observação participante facilita a aliança entre pesquisas acadêmicas e movimentos populares. “É a explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade”.

Esse instrumento é uma dos mais utilizados pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação.

Para Morin (2005), o conhecimento é pertinente quando se é capaz de dar significado ao seu contexto global, e a observação participante oportuniza o pesquisador a unir o objeto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados. Nesse sentido, a observação participante passa a ser compreendida como um exercício de conhecimento que produz linguagem, cultura, regras, enfim, integra o observador à sua observação.

Para Brandão (2002), observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso.

Compreender os pressupostos que norteiam o processo de observação de um objeto de estudo, me fez entender que para entrar no campo da pesquisa, precisava primeiramente me aproximar do grupo social a ser pesquisado, o que não é uma tarefa fácil, pelo contrário, é um trabalho difícil e longo, mesmo quando se convive com as pessoas, pois a partir do momento que se assume a condição de pesquisador, mesmo as pessoas mais chegadas, passam a ser observadas e concebidas como estranhas, ou seja, é como se o processo de

estranhamento fosse automático, talvez propiciado pela responsabilidade que pesa sobre os ombros do pesquisador em apresentar a realidade dos fatos.

Decidindo impulsionar a pesquisa parti primeiramente para as entrevistas com as lideranças do Movimento: Presidente, ex-presidente e outros sujeitos que trabalharam tanto na organização quanto na execução das ações. A construção da realidade das ações do MORIVA foi baseada não só nessas entrevistas, mas em entrevistas com outros membros do grupo e observações no campo de pesquisa.

Nessas entrevistas, procurei identificar como se processa a organização do Movimento em torno das ações, as metodologias utilizadas para o seu desenvolvimento, a preparação e condução das reuniões, dos cursos, das campanhas, das oficinas, enfim, assumi um papel ativo, participando de algumas das atividades do Movimento, inclusive assumindo responsabilidades e ajudando na organização.

Esse processo no Movimento perdurou por todo o período da pesquisa de campo, de modo de pude vivenciar e observar um número satisfatório de situações, participando inclusive das conversações naturais de onde emergiram vários elementos significativos da rotina do Movimento, que indicaram como se processam as práticas e os saberes no cotidiano das ações.

Tal dinâmica só foi possível porque de acordo com Brandão (2002), a observação participante é uma técnica que possibilita ao pesquisador compartilhar das atividades de vida e sentimentos dos sujeitos envolvidos. É o método por excelência dos estudos interacionistas, pois propicia ao pesquisador a captação da realidade por meio da alteridade, ou seja, ao assumir o papel do outro e ver o mundo através dos seus olhos.

Dentre as atividades que participei destaco a última, um seminário que aconteceu recentemente onde foram tratados temas relacionados à água, ao lixo e a pesca. Este evento contou com um público significativo, diversificado, interessado e atuante. Na ocasião, foram entregues aos participantes cartilhas que contém orientações sobre as temáticas trabalhadas no seminário. Participei das atividades que antecederam a programação como reuniões com o poder público e Associação Comercial de Abaetetuba que foram os parceiros do Movimento nessa ação que finalizou o ciclo das pesquisas no contexto do Movimento para a Dissertação.

Paralelamente ao trabalho de campo no Movimento, realizei entrevistas de caráter semiestruturado na Ilha Quianduba com alguns moradores que participaram das ações desenvolvidas pelo MORIVA, visando explorar o máximo de informações necessárias que pudessem responder ao que estava problematizando neste estudo. Tenho consciência de que nas ciências sociais a entrevista tem um importante papel, contudo, é necessário conhecer os

seus limites e respeitar as suas exigências. Para tanto, busquei respaldo em Minayo (1999), a fim de obter a fundamentação apropriada para recolher os dados necessários ao desvelamento do objeto.

O envolvimento com os sujeitos participantes das ações do MORIVA, no contexto onde elas aconteceram, permitiu o encontro, a descoberta e a surpresa diante da criatividade e da solidariedade compartilhada por todos em prol da sustentabilidade dos recursos, com o propósito de construir algo positivo de mudança em suas vidas e em interação com a natureza.

Em Minayo (1999) a entrevista semiestruturada é uma conversa intencional entre duas pessoas, dirigida por uma das pessoas, com o objetivo de obter informações, utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.

Nessa perspectiva, o respeito pelo entrevistado se torna uma exigência. Respeito que envolve desde um local e horários marcados e cumpridos de acordo com a sua conveniência até a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante, se for o caso.

Outra questão muito importante enfatizada pela autora é com relação ao tendenciamento, principalmente quando o questionamento em pauta nada tem haver com o seu universo de valores. Nesse sentido, a autora orienta que a postura do entrevistado, em situações como essas, é a de apresentar respostas que confirmem as expectativas do entrevistador, resolvendo assim de maneira mais fácil uma problemática que não é sua.

Tais considerações me ajudaram a compreender que ao lado do respeito pela cultura e pelos valores do entrevistado, o entrevistador tem que desenvolver a capacidade de ouvir atentamente e de estruturar o fluxo natural de informações por parte do entrevistado, a fim de garantir um clima de confiança, para que o informante se sinta à vontade para se expressar livremente.

Com base nesses pressupostos, organizei em parceria com minha orientadora Professora Maria das Graças da Silva dois roteiros de perguntas abertas e fechadas baseadas nas proposições elencadas no projeto de pesquisa, as quais foram ressignificadas a partir de questionamentos e reformulações feitas no decorrer das idas a campo e defesa da qualificação, a fim de obter um perfil dos sujeitos participantes das ações, informações gerais sobre o fenômeno pesquisado, determinar opiniões e percepções sobre as ações no contexto do uso e manejo dos recursos naturais.

Minayo (1999) esclarece que o roteiro é um elemento facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação. É um esquema básico da relação de

interação social, porém, a autora explica, não deve ser aplicado rigidamente, pois a media que a conversa vai fluindo, o entrevistador pode fazer adaptações necessárias, em respeito à cultura e aos valores do entrevistado.

A organização de dois roteiros se justifica pelo fato de no primeiro momento as entrevistas terem sido realizadas com um fim específico: identificar as práticas e os saberes inscritos no cotidiano das ações do Movimento e no segundo momento, identificar a relação dessas práticas e saberes com a sustentabilidade dos recursos naturais na comunidade.

Ressalto que as entrevistas realizadas no segundo momento foram direcionadas aos mesmos sujeitos, de modo que para não ficarem aborrecidos pelo fato de estarem sendo incomodados novamente – o que é muito comum em trabalhos de campo como este com vários encontros com os sujeitos, organizamos uma roda de conversa com todos os sujeitos, onde passamos uma tarde conversando, ouvindo-os, observando seus gestos, expressões faciais, entre outros detalhes que talvez tenham passado despercebidos nas primeiras entrevistas. Nesse momento, observei que havia um clima de confiança, as informações fluíram mais naturalmente.

Os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos conforme a especificidade dos roteiros, sendo: o primeiro grupo constituído por dois Dirigentes do Movimento, dois ex-dirigentes e o Presidente da Associação da Ilha Quianduba. O segundo grupo foi constituído por cinco moradores da Ilha Quianduba que participaram das ações do Movimento, sendo quatro homens e uma mulher.

Esses sujeitos, embora sejam considerados assentados da reforma agrária por residirem em um projeto de assentamento, se identificam como agricultores familiares. Herrera (2012) enfatiza que esse termo corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos, interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores e constrange certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor.

Dessa forma, os sujeitos desta pesquisa se enquadram nessa definição de agricultores familiares, por possuírem propriedades em média de 20 hectares, a maior parte da mão de obra utilizada nas atividades produtivas é realizada pelos membros da família, assim como quem gerencia o empreendimento é o próprio grupo familiar.

Nasceram na comunidade e estão na faixa etária entre 40 e 60 anos. Três deles estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental – 5º ano/9 - e dois não sabem ler nem escrever – são semianalfabetos – três deles têm filhos em idade escolar da educação básica e dois têm no ensino superior. Todos são sócios do MORIVA.

Vale ressaltar que a seleção desses sujeitos foi intencional, com vistas a alcançar o objetivo do estudo, pois para identificar as práticas e os saberes inscritos nas ações do MORIVA, seria necessário que os informantes tivessem participado das ações e possuíssem um vínculo com os recursos naturais, especialmente o rio e a floresta.

O registro fotográfico teve como fundamentação teórica as recomendações de José de Sousa Martins em sua obra “A Sociologia da Fotografia e da Imagem” (2008). Nessa obra, o autor defende a utilização da fotografia como um instrumento capaz de revelar aspectos da subjetividade dos sujeitos, silêncios, olhares, enfim, contribui no aprofundamento de questões consideradas a priori como insignificantes e, além disso, através do efeito da rememoração, ajuda na reconstituição de momentos que o pesquisador já não lembra com tantos detalhes.

O registro gravado teve as recomendações de Triviños (1987, p. 148), o qual se fundamenta na ideia de que as entrevistas gravadas contribuem para termos os registros das falas, favorecendo informações significativas no processo da pesquisa.

A gravação permite contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio. Por outro lado, e isto tem dado para nós muito bons resultados, o mesmo informante pode ajudar a completar, aperfeiçoar e destacar etc. as ideias por ele expostas, caso o fizermos escutar suas próprias palavras gravadas. Suas observações ao conteúdo de sua entrevista e as já feitas pelo pesquisador podem constituir o material inicial para a segunda entrevista e assim sucessivamente.

O diário de campo também foi utilizado, onde registrei situações que a entrevista e os instrumentos iconográficos não conseguiram demonstrar com precisão. Principalmente porque é sabido que em algumas situações as pessoas ficam inibidas diante das máquinas, especificamente de máquinas filmadoras e gravadores, o que demanda a anotação de detalhes da entrevista no diário de campo, o que foi feito sem formalidades, deixando os entrevistados a vontade.

Após a coleta dos dados, passei ao processo de sistematização, organização e análise das informações, o que vale ressaltar, não foi uma tarefa fácil. Para realizá-la com precisão respaldei-me nos procedimentos da análise do conteúdo fundamentada por Bardin (1977) que me possibilitou compreender as situações que aconteceram no cotidiano das ações de um

Movimento e que podem se configurar enquanto práticas e saberes que podem contribuir na sustentabilidade dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha na Amazônia.

O zelo ao organizar, selecionar, arquivar os dados, me fez ver a importância do planejamento na pesquisa. Quando se planeja, se ganha tempo, não se corre o risco de perder informações relevantes no processo de classificação dos dados, separando-os de outros que supostamente não contribuem no esclarecimento dos objetivos propostos sobre o objeto em estudo.

A seleção dos dados me exigiu cuidado e perspicácia que foram adquiridos por meio das orientações teóricas sobre os procedimentos analíticos informadas por André (2000, p. 55):

Desde o início do estudo, no entanto, são usados procedimentos analíticos, quando se procura verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada e são tomadas decisões sobre áreas a serem mais exploradas, aspectos que merecem mais atenção e outros que podem ser descartados. Essas escolhas decorrem de um confronto entre os fundamentos do estudo e o que vai sendo “aprendido” no desenrolar da pesquisa, num movimento constante que perdura até o final do relatório.

Tais orientações me ajudaram a classificar os dados e selecionar as informações de modo que a interpretação dos mesmos revelou as categorias teóricas e empíricas do estudo, as quais contribuiriam para uma interpretação minuciosa do objeto considerando os referenciais teóricos que foram de suma importância para a construção do conhecimento. A seleção das categorias foi realizada com base nas leituras e nos diálogos que tecemos com nossa orientadora, quais sejam:

**a) Práticas Educativas.** Silva (2006, 2007) e Freire (2000 1985). Entendida como o processo educativo não escolarizado que se encontra imerso em quase toda a história da humanidade ou ainda como uma prática pedagógica que acontece nos processos culturais de diversos grupos sociais.

**b) Saber Ambiental.** LEFF (2002). Entendido como o saber que não seria construído na academia, nem representaria um processo único das populações tradicionais, mas precisaria ser formado a partir da integração de saberes.

**c) Cotidiano.** LEFEBVRE (1991) CERTEAU (1996). Entendido como aquilo que se passa no dia a dia, que está aparente, mas devido acontecer de forma rotineira, acaba se tornando invisível, acaba passando despercebido. É a reflexão sobre as concepções que emergem

dessas rotinas, onde novos pontos de vista se abrem e novos conhecimentos históricos são produzidos.

**d) Sustentabilidade socioambiental.** CARVALHO (2004). Entendida como a exploração responsável dos recursos naturais disponíveis, de maneira otimizada. Está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais respeitando os processos ambientais.

**e) Cartografia.** Deleuze e Guattari (1995a). Entendida como a construção de processos cartográficos que não possui modelo definido é aberto, é conectável em todas as suas direções, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.

Para chegarmos a essas categorias, foi necessário ler e reler todo o material gerado no processo das entrevistas. Como frisa André (2000, p. 56): “o passo seguinte é leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias descritivas”.

É importante frisar que a transcrição das entrevistas foi realizada pela própria pesquisadora, para impedir que ocorressem equívocos, omissões ou incorreções já que a entrevista envolve complexidades das relações sociais e da riqueza de informações.

Portanto, todas as informações coletadas nos períodos da observação participante, da análise documental e das entrevistas, deram origem a uma série de dados qualitativos que foram interpretados e analisados compreensivamente e serão apresentados nos capítulos seguintes da presente Dissertação que estão estruturados da seguinte forma:

O primeiro capítulo “**Recortes no tempo e no espaço para caracterizar a área de estudo**”, caracteriza a área de estudo enfocando as transformações econômicas e sociais ocorridas historicamente. Descreve a constituição do MORIVA, sua trajetória no processo de regularização fundiária da área de estudo e suas ações em prol da sustentabilidade dos recursos naturais no contexto local.

O segundo capítulo, “**Práticas educativas e saberes ambientais inscritos no cotidiano das ações do MORIVA**” mapeia as práticas educativas e os saberes ambientais inscritos no cotidiano dessas ações, a partir da compreensão epistemológica das categorias “práticas educativas” e “cartografia”, que dão sustentação às análises dos dados.

O terceiro capítulo “**A relação entre as práticas e saberes inscritos nas ações do MORIVA e as formas de apropriação e uso dos recursos naturais na Ilha Quianduba: resultados, lições e desafios**”, analisa a relação dessas práticas e saberes com a sustentabilidade dos recursos naturais no contexto da pesquisa, a partir dos seguintes aspectos: o processo de formação desenvolvido nas ações; o olhar que informa a relação

sociedade e natureza; a relação entre a tradição e a reinvenção; as sensibilidades no uso e manejo dos recursos naturais e, os desafios para a consolidação das práticas de uso e manejo dos recursos na comunidade.

## **CAPÍTULO 1 - RECORTES NO TEMPO E NO ESPAÇO PARA CARACTERIZAR A ÁREA DE ESTUDO**

Este capítulo tem por objetivo caracterizar o lugar escolhido para ser palco deste estudo o Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – PAE Ilha Quianduba (IQ), localizado no município de Abaetetuba na Região de Integração Tocantins (RI Tocantins), no Estado do Pará, trazendo a cena um olhar sobre a estruturação do seu processo socio-histórico, ambiental e cultural, ou seja, como os sujeitos moradores têm praticado a apropriação do território, mediante as transformações econômicas e sociais mais recentes e as novas perspectivas que se vislumbram por meio da questão fundiária, as quais demandaram a constituição do MORIVA.

Posteriormente, analiso a trajetória peculiar desse Movimento no processo de regularização fundiária da área de estudo e sua atuação em prol da sustentabilidade dos recursos naturais por meio do desenvolvimento de ações socioambientais, as quais são mapeadas na última sessão deste capítulo, considerando que o presente estudo parte do pressuposto de que dessas ações emergem práticas educativas e saberes ambientais que podem orientar e contribuir para a construção de outra lógica de sustentabilidade para o contexto ribeirinho, na região do Baixo Tocantins.

Considero que a caracterização do lócus da pesquisa, por meio da compreensão do seu processo socio-histórico, ambiental e cultural possibilita uma ampliação do olhar sobre os fatos observados e as falas geradas durante as entrevistas, como parte do desenvolvimento da pesquisa, uma vez que os sujeitos pesquisados fazem parte desse cenário.

## 1.1 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

### Fotografia 1 – Conhecendo Abaetetuba...

1.1 Vista da cidade de Abaetetuba às margens do rio Maratauíra



1.2 Vista da entrada de Abaetetuba (portal da cidade)



1.3 Vista da feira de Abaetetuba e embarcações



1.4 Vista da Praça de Conceição (local turístico de Abaetetuba)



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Das imagens expostas acima emergem configurações que revelam o atual cenário de Abaetetuba, bem como a forma que os abaetetubenses produzem e organizam seu espaço, modelando as paisagens através de suas relações sociais, políticas e econômicas. Mas essas atuações não ocorrem ao mesmo tempo, elas se dão de modo diferenciado, pois como expõe Santos (1997, p. 32):

As variáveis modernas não são todas recebidas ao mesmo tempo, nem no mesmo lugar. E o espaço geográfico, enquanto produto da ação humana torna-se em um só tempo, testemunha e veículo da dinâmica transformação do mundo moderno, visto que seus múltiplos sentidos são vivenciados a cada instante, em diferentes lugares do planeta.

Geograficamente, o município de Abaetetuba está situado na RI Tocantins, localizada no nordeste do estado do Pará, resultado de um processo de regionalização que inclui vários municípios seguindo critérios de continuidade espacial ligados entre si pelo baixo curso do rio Tocantins e devido sua continuidade na baía do Guajará (MATHIS *et al.*, 2007). Além de Abaetetuba, compõem essa região, os municípios de Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia; que juntos ocupam uma área de 36.024,20 Km<sup>2</sup> (PARÁ, 2013).

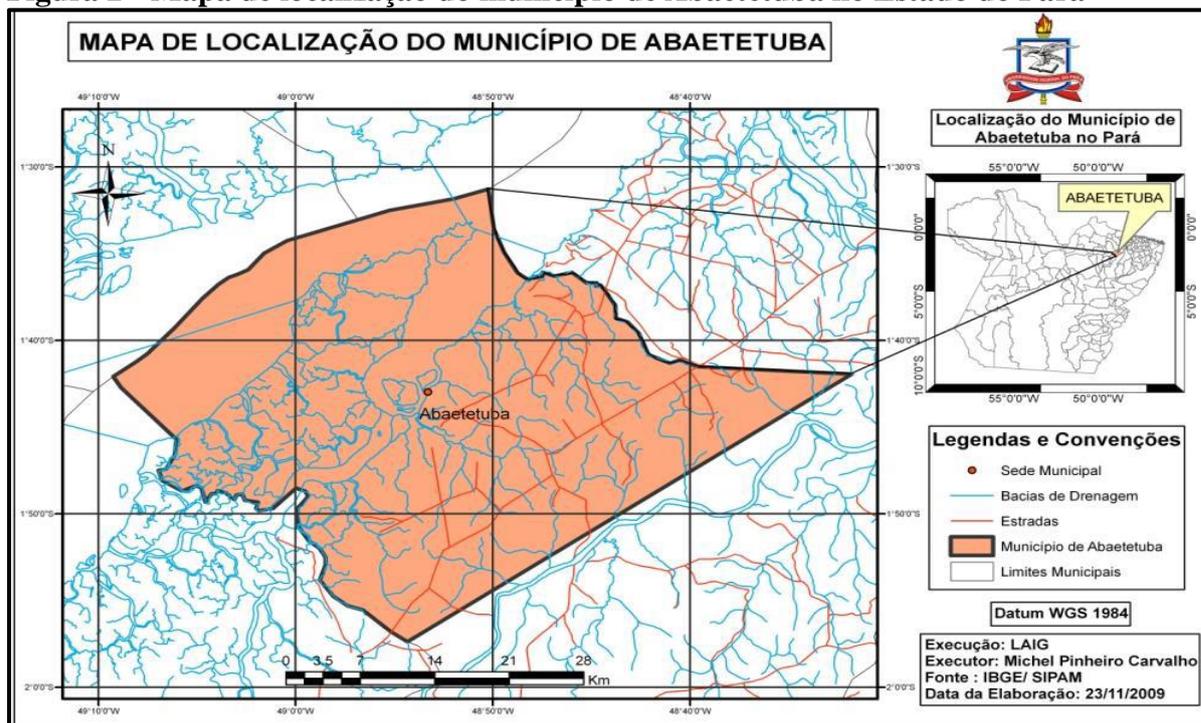
**Figura 1 – Mapa de localização da RI Tocantins**



Fonte: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio130.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf)

O município é cortado pelos rios Tocantins e Pará e pela Rodovia PA-150. Possui uma área de 35.838,56 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,87% do território paraense, sendo 70.843 de área urbana e 48.309 de área rural - considerada área de campo - que se divide em Centro (área de terra firme), onde ficam 35 colônias agrícolas e a Vila de Beja (berço da colonização do município) e a região das Ilhas, formada por 72 ilhas (rios, furos e igarapés) dentre as quais destacamos neste trabalho a Ilha Quianduba, locus desta pesquisa e que será caracterizada mais adiante (PARÁ, 2013).

**Figura 2 - Mapa de localização do município de Abaetetuba no Estado do Pará**



Fonte: Google mapas (2015)

A formação histórica do município é demarcada desde o início do século XVIII quando o governo português resolveu dividir o território em capitanias hereditárias e posteriormente em sesmarias<sup>1</sup>, entregando imensas extensões de terras onde habitavam numerosas e desconhecidas populações indígenas a ricos senhores portugueses, no pressuposto de que fizessem dessa titularidade um instrumento de uma terra de exploração<sup>2</sup> conforme assim conceitua a história econômica do período (MACHADO, 2008).

A sesmaria, território onde hoje se localiza o município de Abaetetuba, foi ocupada pelo português Francisco de Azevedo Monteiro que veio para o local em busca de produtos como cravo, canela e outras especiarias<sup>3</sup> muito cobiçadas na época. Ao tomar posse da terra denominou-a de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, onde foram se agrupando alguns casebres dando origem a um povoado. O lugar seguiu com essa terminologia, até fins do século XVIII. Tempos depois, Francisco se frustrou por não haver encontrado na terra aquilo

<sup>1</sup> O Regime de Sesmarias tem sua origem em 1.375, no período colonial, durante o reinado de D. Fernando de Portugal (ESTUDOS DA CNBB, 99, 2010). Neste ano foi editada a Lei das Sesmarias, a qual ditava que a terra não cultivada seria confiscada e entregue a quem quisesse cultivar. A origem deste nome (Sesmaria) se deve procurar em *sema* que era a sexta parte de qualquer coisa. Como estas terras se costumavam dar em foro e pensão de sexto ou de seis um daqui se disse sesmaria ou sesmeiro. E também *sesma* o sítio, terreno, ou limite em que se acham estas terras, assim dadas de sesmarias (MEDEIROS, 2003, P. 438).

<sup>2</sup> As terras de trabalho que se constituíam sob jurisdição da sesmaria eram em geral terras marginais à “grande lavoura escravista”, sob posse mansa e pacífica de parceiros e/ou posseiros da agricultura de subsistência (DELGADO, 2005).

<sup>3</sup> Drogas do Sertão, utilizadas como condimento e na farmácia europeia (LOUREIRO, 2011).

que viera procurar e regressou a capital da Província deixando a terra aos cuidados de moradores: índios religiosos e colonos. Em seguida transferiu sua propriedade ao Governo para que fizesse uso dela. Posteriormente, foi chamada de Vila de Abaeté e, tempos mais tarde de Abaetetuba – nome sugerido pelo historiador Jorge Hurley – de origem Tupi, que segundo a tradição popular se decompõe da seguinte maneira: *aba* (homem) *ete* (forte, verdadeiro), *tuba* (lugar de abundância). O significado, portanto, seria - lugar de homens e mulheres fortes e valentes, denominação que perdura até hoje (MACHADO, 2008).

A formação administrativa do município data do século XIX, ano de 1880, marco da elevação à categoria de Vila que ainda no século XIX, passou à condição de cidade por meio da Lei Provincial nº 324 de 6 de julho de 1895, tendo passado por diversas modificações administrativas nas décadas seguintes (MACHADO, 2008).

O município abriga uma população de 141.100 mil habitantes e de acordo com o último censo do IBGE (2010), constitui-se no 7º município paraense mais populoso com uma densidade demográfica de 87,60 habitantes/m<sup>2</sup>. De 1950 até 2010 (seis décadas) esse crescimento tem sido crescente e a taxa média geométrica anual de crescimento populacional de Abaetetuba na última década (2000 a 2010) foi 1,71 (PARÁ, 2013).

O acesso ao município se dá através de via fluvial ou rodoviária (PARÁ, 2013). É importante registrar que Abaetetuba possui a maior feira livre do Baixo Tocantins, onde circulam os produtos da pesca, do extrativismo e da agricultura, os elementos da economia da região. Sobre a feira, Barros, F. (2009, p. 153) enfatiza que:

A localização da feira é de fato estratégica: funciona quase como um ecótono<sup>4</sup> entre as populações insulares e a comunidade continental, combinada com a dinâmica dos barcos e rabetas<sup>5</sup> no constante movimento de chegada e partida, no vai e vem de uma gente que encontra na beira<sup>6</sup> as fontes mais diversas de prover suas necessidades de passadio<sup>7</sup>, mas não só isso. A beira tem um significado tão tácito na vida da maioria das pessoas, que se torna difícil classificar as diferentes funções que este espaço exerce na vida dos sujeitos. O que faz essa mais especial é sua existência única, e isso lhe dá ainda mais importância, pois agrega um número maior de atores. Não há feiras nos demais bairros da cidade. Em vista de sua magnitude em tamanho, sua perfeita localização e sua riqueza do ponto de vista da quantidade e qualidade dos produtos e serviços ofertados, torna-se remota a hipótese de surgir outra feira que detenha tamanha relevância.

<sup>4</sup> Termo emprestado da Ecologia, que significa uma região de transição entre ecossistemas diferentes (BARROS, 2009, p. 153).

<sup>5</sup> Embarcação pequena, do tipo canoa, equipada com um pequeno motor de popa movido à gasolina.

<sup>6</sup> O termo beira faz menção ao fato de a feira estar instalada na beira do rio, mais precisamente na margem esquerda do rio Maratauíra (ou Meruú) (BARROS, 2009).

<sup>7</sup> Termo utilizado para se referir aos mantimentos que suprem as necessidades alimentares do dia a dia das pessoas, como carne, arroz, feijão, farinha, peixe, caça, entre outros (BARROS, 2009, p. 153).

Além da sua importância como um espaço de sociabilidade, cultura e biodiversidade, é evidente na fala do autor que a feira exerce papel primordial na vida dos sujeitos, pois serve como ponto de fortalecimento das redes de interação social, sendo coadjuvante no processo de estabelecimento da economia local que se baseia na agricultura e no extrativismo vegetal<sup>8</sup>, animal e mineral, principalmente na região das Ilhas que, economicamente, viveu seu apogeu no período dos engenhos com a produção de aguardente que era comercializada em todo o Estado do Pará e fora dele, e posteriormente com a produção oleiro-cerâmica.

De acordo com Lira (1998, p. 34) dos anos 1960 a 1980 esse município:

Era grande produtor agrícola, agroindustrial e industrial, e contava com cerca de trezentas olarias, trinta e seis engenhos de aguardente de cana, grandes plantios de pimenta do reino, mandioca, arroz, milho, o extrativismo natural como madeira, açai, miriti, pesca, enfim, exercia muitas atividades econômicas, empregando, gerando renda e ocupação, criado espaço no Setor Rural, evitando o êxodo rural.

O autor ainda explica que o crescimento econômico, principalmente da atividade aguardenteira, teve implicações sociais na região por meio das inovações no primitivo sistema de transportes<sup>9</sup>, pois os moradores da região – especificamente os donos de engenhos – passaram a utilizar embarcações movidas a motores a diesel, facilitando o deslocamento para as cidades e possibilitando o tratamento e controle de doenças como a malária, muito comum na época. Esses fatores, somados à migração para a região de pessoas em busca de emprego<sup>10</sup>, provocaram o aumento populacional, especialmente na região das Ilhas.

Sobre o declínio dessas atividades, Anderson (1991) explica que da mesma maneira que as outras atividades agrícolas da região<sup>11</sup>, as lavouras de cana de açúcar e a produção oleiro-cerâmica não conseguiram acompanhar a modernização do setor, em grande parte devido à forma de comercialização do produto, feita exclusivamente por via fluvial, e perdeu condições de concorrer com os produtos do Nordeste e Sul que tiveram a comercialização ampliada após a pavimentação das rodovias de Belém.

<sup>8</sup> Dá-se o nome de **extrativismo vegetal** à coleta, isto é, à apanha de produtos nativos da mata, ou seja, de produtos que já estavam lá, naturalmente; difere da agricultura, onde se planta o que se vai colher (LOUREIRO, 2011).

<sup>9</sup> Os meios de transporte primitivos eram as embarcações a vela, ou reboques como os moradores idosos do local mencionam, as lanchas movidas a vapor de lenha, sendo que uma viagem até Belém nessas lanchas durava três dias, isso quando o vento colaborava, até Abaetetuba, durava um dia inteiro, saindo do Rio Quianduba, uma das comunidades da Ilha Quianduba, às 10hmin da noite para chegar às 05h00min da manhã.

<sup>10</sup> Principalmente nordestinos que vinham para a Amazônia, fugidos da seca a fim de encontrar uma terra livre, com água, onde pudessem melhorar de vida e de destino (LOUREIRO, 2011).

<sup>11</sup> A borracha e a castanha do Pará, principalmente (LOUREIRO, 2011).

A modernização imposta pela estratégia governamental com a abertura das rodovias, não foi e não é, contudo, onipotente. Não apenas porque foi desigualmente distribuída, mas porque a realidade não se desenvolve conforme o plano. Nesse processo conflituoso de decadência das atividades que sustentavam a economia no município, a produção agroextrativista do açaí cresceu significativamente, principalmente na região das Ilhas, impulsionada pela crescente demanda por suco de açaí nos grandes centros consumidores<sup>12</sup>, tornando-se, dessa forma, juntamente com a agricultura familiar, a base da economia atual do município (SOUSA, 2009).

A diversidade socioambiental de Abaetetuba se manifesta em múltiplos aspectos: naturais, culturais, econômicos, educacionais, entre outros. A presença de populações tradicionais e de agricultores familiares é marcante na região. Assim, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas constituem a diversidade da população rural e imprimem suas marcas culturais nas práticas de manejo da região.

Levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Gerência regional de patrimônio da união (GRPU) em 2005, revela que no município há três comunidades quilombolas e 72 Ilhas (rios, furos, igarapés) que foram agrupadas em 20 grandes Ilhas pelo INCRA com um número aproximado de 6.585 famílias, somando aproximadamente 43.806 habitantes (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A formação de grupos de reivindicação, debate e atuação em prol da melhoria das condições de vida dos moradores e a atuação do poder público possibilitou a transformação dessas 20 Ilhas em Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), totalizando uma área de 52.800 hectares (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

O PAE é um instrumento da política de reforma agrária no Brasil criado para regularizar a terra para as populações tradicionais, extrativistas e ribeirinhas que já moram em uma área e que usam a floresta para a sua sobrevivência. O PAE pode ser criado nas terras sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dos Estados ou da União, nos terrenos de várzea e em Ilhas (CIFOR, 2008).

A criação dos PAEs no município de Abaetetuba foi uma resposta à reivindicação histórica dos movimentos sociais locais que demandavam apoio à produção, moradia e saneamento básico. Entretanto, essa luta começou no ano de 1997 no Fórum do Nordeste Paraense e Região Guajarina realizado pelos movimentos sociais que uniram agricultores de

---

<sup>12</sup> No mercado interno (Estado do Pará) e também externo como Rio de Janeiro, São Paulo e até o mercado internacional como Estados Unidos e Austrália (HOMMA, 1998).

20 municípios<sup>13</sup> onde realizaram a primeira ocupação no INCRA para reivindicar a regularização fundiária das terras ocupadas pelas populações tradicionais na região (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Na Ilha Quianduba, lócus deste estudo, foi implantado um dos primeiros assentamentos agroextrativistas do município de Abaetetuba por meio da portaria INCRA SR-01/G/nº 042, de 28 de novembro de 2005. Com a transformação dessa Ilha em Projeto de Assentamento Agroextrativista, automaticamente o seu território passou a ser considerado uma unidade de conservação de uso sustentável, em que segundo a legislação brasileira é definida como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente constituídos pelo poder público, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração. A caracterização dessa Ilha será detalhada na próxima sessão.

---

<sup>13</sup>Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu, Ulianópolis e Ourém.

## 1.2 - CARACTERIZAÇÃO DA ILHA QUIANDUBA

### Fotografia 2 – Conhecendo a Ilha Quianduba

**4.1 Vista da Ilha Quianduba, residências às margens do Rio Quianduba**



**4.2 Crianças passeando no rio Furo Grande na Ilha Quianduba**



**4.3 Açaí, fruto símbolo que garante o sustento dos moradores**



**4.4 Pesca artesanal, fonte de sustento dos ribeirinhos da Ilha Quianduba**

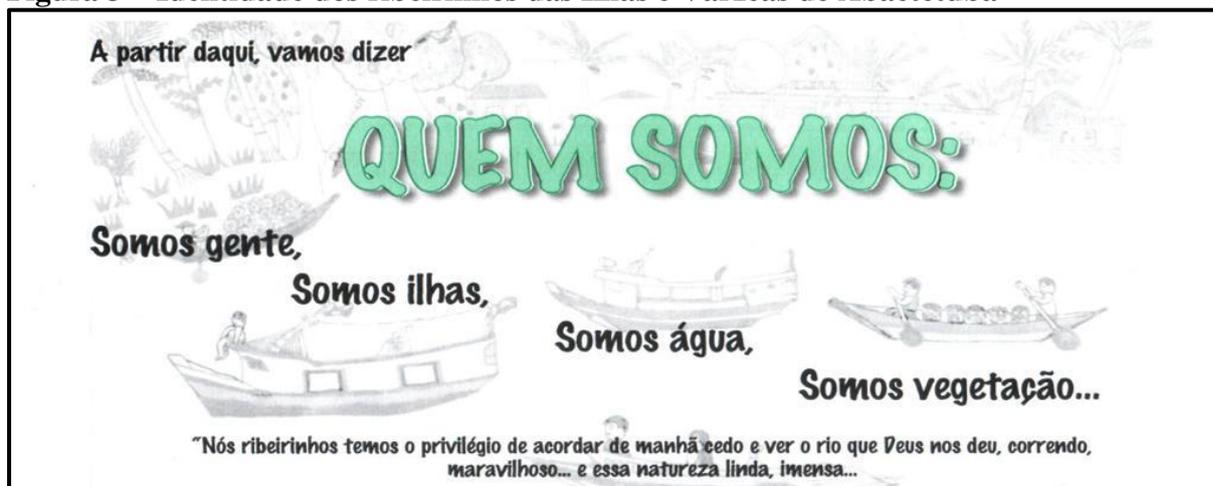


Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

É nesta geografia que a pesquisa se desenvolve, no contorno de uma, das 20 Ilhas<sup>14</sup> das quais formam o arquipélago de Abaetetuba. Ilha Quianduba, onde os modos de viver e estar no espaço-tempo são marcados pela dinâmica dos rios, furos, igarapés e florestas que também definem sua identidade, pois assim se identificam os moradores:

<sup>14</sup> As chamadas Ilhas do Baixo Tocantins e especialmente as de Abaetetuba, são trechos de terras formadas por mata de várzeas, igapós e florestas de terra firme cercadas por uma densa rede hidrográfica de rios, igarapés e furos.

**Figura 3 – Identidade dos ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba**



Fonte: CPT GUAJARINA (2006)

A extensão territorial da ilha é de 2.810,9039 ha (dois mil oitocentos e dez hectares, noventa ares e trinta e nove centiares), segundo levantamento realizado pelo INCRA, ITERPA e GRPU por meio da regularização fundiária já realizada na área em 2005, e que a partir dessa data passou a ser considerada pela esfera federal como mais um assentamento destinado a Reforma Agrária denominado de PAE Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A escolha dessa denominação atribuída ao assentamento foi definida em uma reunião com os membros da diretoria da Associação dos moradores da comunidade, em homenagem a santa padroeira da Ilha, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A Ilha forma-se na confluência dos furos<sup>15</sup> Maracapucu – sendo este o mais volumoso – Jupariquara, Tucumã e Efigênia; dos rios<sup>16</sup> Maracapucu Miri, Quianduba, Piramanha e Cariá e dos igarapés<sup>17</sup> Acaputeua e Lariandeuá. Trata-se de um espaço territorial que recebe a influência direta das marés (maré alta e maré baixa), e que se configuram como canais que são utilizados cotidianamente pelos moradores como vias de acesso para outras localidades e transporte da produção. Fica distante da cidade de Abaetetuba aproximadamente 10 km em linha reta, com duração mínima de deslocamento de cinquenta minutos do porto da

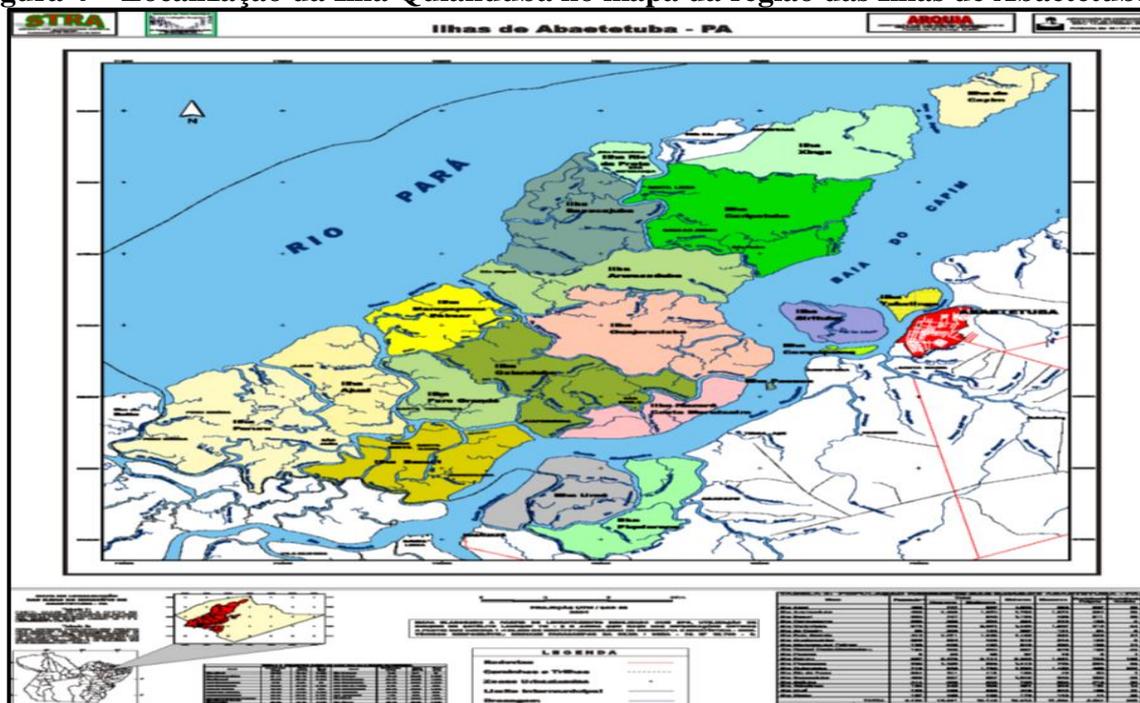
<sup>15</sup> Furo é um termo genuinamente amazônico. Significa pequeno canal estreito de um rio que une rios maiores entre si ou adentra as matas de várzeas e igapós amazônicos (LOUREIRO, 2011).

<sup>16</sup> Rio é uma corrente natural de água que flui com continuidade (curso de água), que desemboca no mar, num lago ou em outro rio e, nesse caso, denomina-se de afluente. Por seu curso podem navegar, dependendo do tamanho, navios, barcos, balsas e outras embarcações (LOUREIRO, 2011).

<sup>17</sup> Igarapés são braços pequenos, médios ou grandes, onde a maioria possui águas escuras e são navegáveis por pequenas embarcações e canoas. São como canais existentes na bacia amazônica, caracterizados por pouca profundidade e por correrem quase no interior das matas que os recobrem como túneis vegetais. Os igarapés desempenham um importante papel como vias de transporte e comunicação, São como ruas fluviais no meio das matas amazônicas (LOUREIRO, 2011).

cidade até a parada mais próxima que é o Posto das Ilhas (local de venda de combustíveis), e tem como principal meio de acesso para a cidade embarcações de pequeno e médio porte.

**Figura 4 – Localização da Ilha Quianduba no mapa da região das Ilhas de Abaetetuba**



Fonte: Google mapas (2015)

De acordo com o levantamento feito pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs, 2015) existem 602 famílias assentadas nessa Ilha, distribuídas em várias comunidades, tais como: Costa Furo Grande, Jupariquara, Bom Jesus, Sagrado Coração de Jesus, Santa Maria, São José, Cariá, Ipirama, Furo do Quianduba e Quianduba, nas quais vivem aproximadamente de 2.408 pessoas.



### Fotografia 3 – Meios de transporte existentes na Ilha Quianduba

**7.1 Montaria – Utilizada como meio de transporte dentro das comunidades**



**7.2 Voadeira – O meio de transporte mais atual, poucas pessoas possuem**



**7.3 – Rabeta utilizada como transporte escolar e como freteiras**



**7.4 – Barcos de médio porte (mais conhecidos como “batelão”)**



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

De acordo com os ACSs, na Ilha, o índice de natalidade é em média de quatro filhos por família. Os homens representam a maioria dos habitantes, em termo relativo somam em média 55%, enquanto que as mulheres o percentual é de aproximadamente 45%.

As famílias são em muitos casos numerosas. Em algumas residências moram várias famílias, devido os filhos (homens) trazerem as esposas para morarem juntos na casa dos pais. Outras famílias se concentram em núcleos familiares, ou seja, os filhos quando constituem família, constroem suas casas no mesmo terreno dos pais, ficando as casas próximas umas das outras, sendo que a casa dos pais fica no centro. Quando isso ocorre, os pais dividem o terreno dando para cada filho um lote de igual tamanho. Mesmo cada um possuindo o seu lote, atuam

de forma organizada e cooperada na divisão do trabalho, na concentração e partilha dos recursos.

Esse processo é explicado por Wagley (1998), quando descreve que entre as populações tradicionais, a propriedade familiar é sucessivamente subdividida no processo de herança entre herdeiros, que são geralmente os filhos, de modo que cada pedaço de terra se torna pequeno demais para cada núcleo familiar, forçando os sujeitos a adoção de novas estratégias para o sustento da família.

As residências possuem o rio como a frente das casas, onde são atracadas as pequenas embarcações, utilizadas tanto para o transporte, quanto para as demais atividades de pesca, de colheita do açaí, de outros frutos e etc. como é possível observar na fotografia abaixo:

**Fotografia 4 – Residência à margem do rio Quianduba**



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Adaptada as condições climáticas<sup>20</sup>, a vegetação da Ilha apresenta-se composta de mata primária e secundária, com estrutura e composição florística bastante variável, distribuídas pelas três faixas distintas de terras que se formam a partir da sedimentação:

---

<sup>20</sup> A Ilha Quianduba apresenta um clima do tipo Am (classificação de Köppen), quente e úmido com dados pluviométricos apresentando precipitação média anual de 32° graus C. (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

várzea alta, várzea baixa e área de igapó<sup>21</sup> que são periodicamente inundadas e constituídas principalmente por maciços de açazais e miritizais.

Apresenta topografia predominantemente plana, com ondulações suaves, pouco frequentes. Essa topografia inicia com as margens de várzea alta, passando pela fase intermediária transformando-se em várzea baixa, e no seu interior formam-se as áreas conhecidas por igapó, que no momento da maré baixa ocorre o aparecimento de depósitos atoladiços de sedimentos dos cursos d'água doce, denominados de tijucos<sup>22</sup> fluviais (Plano de Desenvolvimento do Assentamento - Ilha Quianduba, 2007).

O processo de erosão fluvial (fenômeno de terras caídas) e a dificuldade de navegabilidade nos rios são muito comuns na Ilha. Os moradores afirmam que já existem rios que não estão mais em condições de navegabilidade.

Vilhena (2011) esclarece que esses fenômenos são ocasionados principalmente pela interrupção do fluxo das águas em face do barramento do rio Tocantins, por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHC Tucuruí), no início da década de 1980, que tem provocado um processo erosivo que contribui para o surgimento de “barrancos” de terra que dificultam a navegação<sup>23</sup>.

Ao nível local, os moradores também contribuem com esse fenômeno, por meio da derrubada desordenada de açazeiros para a retirada do palmito de açai e da argila para a produção oleiro-cerâmica que é um dos processos de trabalho ainda muito utilizado pelos ribeirinhos do Assentamento na produção da existência.

De acordo com Loureiro (2011), o processo histórico de ocupação das áreas de várzea na Amazônia é de longa data, a princípio esta ocupação foi feita pelas populações indígenas que mantinham um notável equilíbrio na utilização dos recursos naturais disponíveis, pois utilizavam somente os recursos necessários para sua subsistência, por meio da prática de pesca, de caça, da agricultura e do extrativismo. Posteriormente com a chegada dos colonizadores, houve a introdução do cultivo de produtos agrícolas como a cana de açúcar e a pecuária, a partir de 1644.

A origem da Ilha Quianduba está diretamente ligada aos indígenas, primeiros habitantes da região. Como conhecedores e detentores de uma rica herança sociocultural, estes povos foram e são incorporados aos novos grupos sociais que se estabeleceram por meio

---

<sup>21</sup> Palavra tupi que significa pantanosa, terreno encharcado. Assemelha-se à várzea (LOUREIRO, 2011).

<sup>22</sup> Terreno pantanoso, lamaçal, lodo (LOUREIRO, 2011).

<sup>23</sup> Esse fenômeno acontece porque não foram construídas eclusas para a passagem de embarcações. Com o barramento, muitos peixes que desovam nas nascentes, não puderam mais desovar e desapareceram. Também as queimadas provocaram o desaparecimento ou a diminuição de muitas espécies de animais e vegetais (LOUREIRO, 2011).

do processo de ocupação da Amazônia. Segundo Loureiro (2011), o ponto alto do processo de migração na região do Baixo Tocantins ocorreu quando nordestinos se mudaram para a região, durante o ciclo da borracha, no século XIX. Com a crise da borracha, por volta de 1920, parte dos seringueiros, caboclos herdeiros de várias etnias, migraram para a beira dos rios, tornando-se agricultores e pescadores, constituindo assim as chamadas populações ribeirinhas.

O termo ribeirinho refere-se àquele que mora na beira do rio (LOUREIRO, 2011). O rio constitui juntamente com as matas a base de sobrevivência desses sujeitos, fonte de alimento e via de deslocamentos, graças, sobretudo, às terras mais férteis de suas margens.

Loureiro (2011), falando sobre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, afirma que estas são compostas em sua grande maioria por moradores que dividem o tempo entre a agricultura e a pesca artesanal<sup>24</sup>, sendo essa a sua maior fonte de proteína animal. Essa pesca é de subsistência, mas eventualmente, a produção excedente é comercializada. Esse pescador é usualmente classificado como pescador lavrador ou polivalente<sup>25</sup>.

Na Ilha Quianduba são desenvolvidas inúmeras modalidades de pesca, como a pesca de rede<sup>26</sup>, a pesca de espinhel<sup>27</sup>, a pesca de matapi<sup>28</sup>, a pesca de tapagem<sup>29</sup>, a pesca de gapuia<sup>30</sup>, a pesca de camboa<sup>31</sup>, a pesca de lanço<sup>32</sup>, a pesca de cacuri<sup>33</sup>, a pesca de caniço<sup>34</sup>, a pesca de tarrafa<sup>35</sup> e a pesca de borqueio<sup>36</sup> ou bloqueio destinada à captura do mapará<sup>37</sup>.

---

<sup>24</sup> A pesca artesanal difere da pesca industrial por várias razões: a industrial é praticada em barcos maiores, com aparelhos que indicam onde se encontram os cardumes; trabalham com redes de pesca enormes, que capturam grandes quantidades de peixes, ou seja, sua produção é em grande quantidade. No entanto, a pesca industrial tem causado muitos prejuízos ambientais. Isto acontece porque a rede pega todos os peixes que encontra, dos mais diversos tamanhos. Os pescadores selecionam somente as espécies que eles vão exportar para o exterior e jogam o resto no mar, depois de mortos (VILHENA, 2011).

<sup>25</sup> Termo utilizado por pesquisadores da região para diferenciar os pescadores polivalentes, caracterizados por realizar a pesca juntamente com outras atividades extrativistas dos pescadores monovalentes, que vivem exclusivamente da pesca (VILHENA, 2011).

<sup>26</sup> A mais comum na região. Seu instrumento é chamado de tramalho, ou malhadeira (VILHENA, 2011).

<sup>27</sup> Possivelmente a atividade de captura mais antiga utilizada pelos moradores da região. É destinada à captura de peixes de grande porte, por isso desenvolvida exclusivamente nas baías (VILHENA, 2011).

<sup>28</sup> É destinada à captura de camarão (*Machrobrachium amazonicum*), realizada diariamente nos rios da região.

<sup>29</sup> Consiste na colocação de uma barreira feita com uma rede de náilon presa em troncos de palmeira de açai fixos ao leito, de modo a barrar a passagem dos peixes (VILHENA, 2011).

<sup>30</sup> Realiza-se quando a maré está baixa nos igarapés da região. Os instrumentos para a gapuia são um aricá, que é um tipo de paneiro com talas bem fechadas, terçado e cuia (VILHENA, 2011).

<sup>31</sup> É realizada na maré baixa, estaqueando-se o local em formato de semicírculo e cercando-o com o pari, instrumento de pesca confeccionado com tala de jupati. Quando a maré enche, o cardume invade, entra na camboa e não sabe sair (VILHENA, 2011).

<sup>32</sup> Em geral, é feita à noite, na maré baixa, pois os lanceadores vão acompanhando o barrando do rio. A rede de lanço tem mais ou menos cinco metros de comprimento por dois de altura. A rede é presa pelas suas extremidades em duas varas fortes, por onde os lanceadores a agarram e arrastam. Isso facilita jogar dentro da embarcação o camarão e os peixes que vem (VILHENA, 2011).

<sup>33</sup> Realiza-se na maré baixa, estaqueando-se o local. O formato do cacuri segue o de um grande círculo, do qual saem em paralelo, dois braços ou línguas por alguns metros, deixando uma pequena abertura por onde os peixes entram (VILHENA, 2011).

Entretanto, os moradores enfrentam problemas com a diminuição da população de pescado e de animais silvestres, utilizados como fonte de alimentação como é possível observar na fala de um dos entrevistados.

Hoje, essas atividades não são mais realizadas como antigamente porque já não existem mais caças e nem pescado. A caça e a pesca já estão muito escassas. Antigamente, a gente saía pra caçar e voltava com a comida pra vários dias. Tinha muita mucura, cotia, veado, paca, tatu, preguiça, muita caça mesmo, e não precisava sair pra muito longe, logo atrás da casa dava gosto de ver a quantidade de caça que a gente pegava. No rio também, tem peixe que a gente nem pega mais como o acará, o aracu, o caratinga, já estão desaparecendo, e por conta disso, não é todo mundo que se arrisca a sair pro o mato pra caçar e pro rio pra pescar, porque a maioria das vezes a gente sai e não arruma nada (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Localmente, esses problemas, em geral, são ocasionados pela diminuição da cobertura da mata ciliar que ocorre principalmente pela falta de informação, pois os moradores, na intenção de tornar suas casas visíveis, retiram a vegetação da margem dos rios ocasionando um impacto direto na manutenção dos estoques pesqueiros do camarão e demais espécies aquáticas (Plano de Desenvolvimento da Ilha Quianduba, 2007).

Outro fator apontado pelos moradores diz respeito ao uso de plantas venenosas nas práticas de pesca, plantas que possuem princípios ativos nocivos aos animais (veneno), principalmente o timbó<sup>38</sup>, o que ocasiona uma diminuição drástica dos recursos pesqueiros.

Vilhena (2011) analisando as ameaças aos recursos pesqueiros na região do Baixo Tocantins esclarece que a escassez também é resultado da implantação dos grandes projetos na região, principalmente os projetos ALBRAS/ALUNORTE e a UHE Tucuruí que trouxeram consequências profundas para as realidades locais, pois estão ligados à exploração territorial e degradação ambiental interferindo diretamente na dinâmica de vida da população local, pois antes, esses sujeitos tinham o rio e a floresta como um lugar onde podiam encontrar o alimento da família, e, hoje, como um lugar de escassez.

---

<sup>34</sup> Exige paciência do pescador. Prepara-se uma vara com tamanho não muito grande e resistente, correspondente ao tamanho da linha e o número do anzol. Coloca uma chumbada para que o anzol desça ao fundo. Para atrair os peixes utilizam-se vários tipos de isca como minhoca, camarão, entre outros (VILHENA, 2011).

<sup>35</sup> É comumente usada pelos pescadores na região, para captura de peixes. Segundo Vilhena (2011) é utilizada para despesca em pescarias de rede de cerco, utilizada as margens de praias, rios e lagos.

<sup>36</sup> Configura-se como uma das modalidades mais tradicionais das ações de pesca no Baixo Tocantins, particularmente nos municípios de Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba. Essa pesca foi introduzida pelo navegador Pedro Teixeira no século XVII e continua sendo usada até hoje e tem como principal objetivo a captura de mapará (VILHENA, 2011)

<sup>37</sup> (*Hypophthalmus*spp.), peixe de porte médio muito consumido na região e cuja captura representa 40% da produção pesqueira de toda a região de Integração Tocantins (VILHENA, 2011).

<sup>38</sup> Veneno muito prejudicial por ser utilizado nos igarapés que deságuam nos rios contaminando a água que é utilizada pelos moradores (VILHENA, 2011).

Segundo os moradores locais, os antigos meios de sobrevivência dos habitantes da Ilha Quianduba eram: corte de seringa<sup>39</sup> para extração do látex ou goma elástica de seringa; o extrativismo de sementes de ucuuba para extração do leite; o plantio de grandes canaviais para abastecer de cana os engenhos existentes no local; corte de toras de madeira de lei com o serrote<sup>40</sup> e manualmente para venda em Belém e Abaetetuba; extração de argila para abastecer as olarias existentes no local; plantio de mandioca para fazer farinha d'água; o corte de lenha para abastecer as caldeiras dos engenhos, as olarias e uso doméstico; outros tipos de roças como arroz, milho, que eram serviços que exigiam muita força de trabalho e pouco ganho.

Muitas dessas atividades, ao longo dos anos, vêm contribuindo para a antropização da floresta no local que já se torna evidente, principalmente a retirada desordenada das árvores que oferecem madeira de lei, que, junto com a construção da barragem de Tucuruí, conforme afirma Vilhena (2011), se transformaram na principal ameaça a biodiversidade, tanto terrestre quanto aquática da região.

Atualmente as atividades econômicas que predominam na Ilha são: o extrativismo de frutos, destacando-se o açaí e o miriti; a pesca artesanal, a caça de animais silvestres<sup>41</sup> que servem na sua maioria, para o consumo dos moradores, apenas o excedente é comercializado na feira do município; fretes de rabetas motorizadas<sup>42</sup> para transportar os moradores até à cidade e vice versa; fabricação artesanal de rabetas de madeira, barcos e consertos em barcos variados; apanhação de açaí<sup>43</sup>; o trabalho nas olarias que ainda subsiste; o serviço público; o comércio e o artesanato com destaque para a fabricação de matapis<sup>44</sup>, cuja comercialização é feita na feira de Abaetetuba.

A Ilha Quianduba é um dos maiores centros de produção e abastecimento de açaí na região de Abaetetuba e redondezas. O período da safra desse fruto que vai de julho a dezembro é o período em que há melhores condições de reprodução social das famílias na comunidade. A economia local ascende e a renda das famílias se altera positivamente. Mas é

---

<sup>39</sup> Seringueira, árvore cientificamente chamada de *hevea brasiliensis* (LOUREIRO, 2011). Na Ilha Quianduba, eram as mulheres que realizavam esse trabalho, para o qual saíam de madrugada.

<sup>40</sup> Lâmina grande dentada de cabo.

<sup>41</sup> A fauna silvestre compreende todas as espécies animais que vivem no ambiente, livres de quaisquer normas de domesticação. Os tipos de caças mais comuns na Ilha Quianduba são: cotia, soiá, veado, tatu, mucura, preguiça, paca e pássaros como, socós, tucanos, saracuras e outras aves. Os instrumentos de caça mais utilizados são: aas espingardas e os mundés (LOUREIRO, 2011).

<sup>42</sup> Ao sair com sua rabeta, o freteiro vai apanhando as pessoas em diversos pontos do rio, começando, geralmente, às 04h00min da madrugada e retornando às 11h00min da manhã.

<sup>43</sup> Um apanhador extrai em média 15 rasas por dia, quando as condições são favoráveis e ganha em média R\$ 10,00 (dez reais) por rasa, o equivalente a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por dia.

<sup>44</sup> Armadilhas feitas de tala de jupati para a captura de camarão.

no período do inverno, sobretudo, que os problemas socioeconômicos da população se agravam. A face mais dura da reprodução social dos ribeirinhos da Ilha ocorre entre março e junho, época em que os moradores sofrem mais intensamente a escassez alimentar, pois a safra do miriti termina e o açaí ainda não está maduro para ser colhido.

Com a criação do assentamento na Ilha, os assentados tiveram acesso a duas modalidades do Crédito Instalação<sup>45</sup> concedido pelo INCRA. Essas modalidades permitem o suporte inicial à produção. Com esse dinheiro, muitos assentados compraram barcos para escoar a produção, utensílios para a pesca, bombas e caixas d'água. Para 2015, os produtores de açaí do PAE aguardam a chegada dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com relação ao trabalho em geral na comunidade, um dos moradores entrevistados faz o seguinte relato:

Todo mundo aqui na comunidade realiza algum tipo de trabalho. Uns caçam, outros pescam, outros vivem da extração da madeira, outros do cultivo do açaí, outros da venda de argila, outros do comércio e muitas outras atividades. Mas as atividades que as mulheres mais fazem, que quero dizer, que os homens pouco fazem é cuidar da casa, tecerpaneiro, rasa<sup>46</sup>, debulhar açaí, fazer alguidar, vasos, as criações também é com as mulheres e muitas outras coisas (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Esta fala explicita a divisão do trabalho baseada no gênero. Enquanto os homens pescam, caçam, extraem argila, trabalhavam no cultivo do açaí e etc., as mulheres desenvolvem as atividades domésticas, a criação de pequenos animais, ajudam nas atividades extrativistas da família e na produção de artesanatos<sup>47</sup> com destaque para a produção de cuia<sup>48</sup> que tem bastante importância econômica para a comunidade.

---

<sup>45</sup> Consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, aos beneficiários da reforma agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária, com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento (BRASIL, 2004).

*Idem*

<sup>46</sup> Tipo de paneiro utilizado para colocar açaí debulhado e também para pegar camarão no igarapé no processo de gapuiagem.

<sup>47</sup> Matapis, redes de pesca, paneiros, crochê, bordado, alguidás, vasos, filtros, potes, cuia, entre outros.

<sup>48</sup> Árvore cientificamente chamada de *Crescentiacujete* e seu fruto está inserido no cotidiano das mulheres da Comunidade Quianduba desde os tempos primitivos. De acordo com Ribeiro (2006) os saberes sobre esse artesanato têm suas origens na cultura indígena de matriz étnica Tupi. Esse artesanato atende as necessidades domésticas, como recipiente para armazenar ou transportar água do rio para utilizar no preparo dos alimentos ou

É importante ressaltar que o artesanato da cuia na comunidade Quianduba em geral é realizado por mulheres, sendo que a participação dos homens é ocasional. As crianças (meninos e meninas) e adolescentes entram na representação do trabalho como “ajuda” participam em diferentes etapas (coleta, raspar, fazer a fita, tingir e por para secar), mas são principalmente as meninas as mais envolvidas. Isso acontece quando não estão na escola ou envolvidas nos afazeres domésticos.

Nessa perspectiva de análise, podemos ponderar que as mulheres da Ilha Quianduba vivenciam a imposição de um padrão de gênero que exige que elas tenham como prioridade o casamento e a maternidade, dedicando parte do tempo durante o dia às atividades domésticas e apenas o que sobra às atividades extrativas da família e ao artesanato, de maneira que se quiserem aumentar a produção, principalmente do artesanato, precisam trabalhar no período da madrugada.

Rodrigues (2013), analisando as atividades desenvolvidas por mulheres em comunidades ribeirinhas, esclarece que, em geral, elas realizam suas atividades duplamente, dentro e fora de casa, essa duplicidade no ato do trabalho, significa que elas são duplamente exploradas. Nesse sentido, a autora infere que, entre os povos tradicionais o trabalho feminino é invisível, especialmente se for realizado dentro de casa. Por isso os trabalhos de cuidar da casa e dos filhos são considerados trabalhos leves, e até não afazeres, propriamente ditos.

Quanto à saúde, os moradores da Ilha são quase que totalmente dependentes dos hospitais da cidade, já que existe apenas um posto de saúde na região para atendimento geral. As doenças de maior complexidade são tratadas inicialmente com remédios caseiros, feitos em sua maioria com raízes e folhas de plantas medicinais. Entretanto, quando a doença se torna mais complexa, o doente é obrigado a deslocar-se para a cidade em busca de socorro.

A supremacia do uso de plantas medicinais no tratamento de doenças ainda é muito grande. Os saberes relacionados ao uso dessas plantas representam a própria saúde, pois o deslocamento para as cidades mais próximas em busca de tratamento clínico implica tempo, haja vista que o transporte fluvial é o único meio de acesso.

Silva (2003), analisando sociologicamente a vida cotidiana de povos ribeirinhos amazônicos infere que os comportamentos cotidianos desses sujeitos são submissos à natureza, e no que se refere à saúde, sobrevivem a partir do fornecimento pela natureza de plantas terapêuticas.

---

para beber, como vasilha de beber água, guardar alimentos, fazer as refeições, entre outras, e terapêuticas que consistiam no uso da casca e da flor dessa árvore para fazerem remédios que curavam várias doenças.

Foi possível observar na pesquisa de campo que o conhecimento sobre o uso das plantas medicinais na Ilha não é participativo a todas as pessoas da comunidade. Somente poucas pessoas detêm esse conhecimento, sendo por isso, chamadas de especialistas. Frequentemente o saber especializado, inclusive o das doenças e suas curas, é secreto e herdado de uma linhagem específica. Além disso, o conhecimento local sobre o uso das plantas medicinais está mais relacionado às mulheres, pois são elas que sabem preparar os chás, as garrafadas, os banhos, a quantidade que deve pingar nos olhos, nariz e ouvidos, assim como colocar a quantidade certa da planta no local afetado.

Fraxe (2004) explica que nas comunidades ribeirinhas da Amazônia isso é muito comum, uma vez que homens e mulheres possuem capacidade e conhecimento muito diferentes das condições locais e vida cotidiana. Por exemplo, as mulheres são utilizadoras e processadoras importantes dos recursos naturais para a subsistência humana. Por outro lado, os homens têm mais conhecimento de assuntos de produção.

Outro fato importante observado no tocante ao uso das plantas medicinais na Ilha foi a idade. As mulheres mais jovens tendem a estarem menos cientes de sua importância. Isto acontece, parcialmente, por causa dos medicamentos sintéticos, que podem ser comprados já prontos para uso, sem a necessidade de prepará-los, como no caso das plantas medicinais. Entretanto, mesmo com todos os obstáculos, as mulheres continuam a selecionar conscientemente as espécies que servem para uma gama de doenças, relacionadas a critérios de obtenção das mudas, plantio, colheita e uso. E mais, essas mulheres tentam passar o conhecimento local adquirido sobre as plantas medicinais a todos que queiram aprender.

O sistema de saneamento na Ilha é inexistente, não há coleta coletiva e nem seletiva de lixo de forma que cada família dá ao lixo que produz o fim que acha correto, depositam no mato ou simplesmente jogam nos rios. Os barcos freteiros também poluem os rios com seus banheiros onde os passageiros fazem dos rios suas fossas, além disso, muitas embarcações também despejam óleo diesel e óleo lubrificante queimado nos rios. Além disso, os sanitários onde são depositados os dejetos humanos são a maioria a céu aberto, sendo que os dejetos são lançados diretamente no solo e, com o auxílio das cheias da maré, levados para os rios. Esses fatores são responsáveis pela poluição dos rios que banham a Ilha Quianduba, o que torna extremamente difícil a vida dos moradores que não possuem acesso à água tratada. A água para consumo é retirada diretamente dos rios, o que contribui para a propagação de doenças como verminoses e parasitoses (doenças que mais acometem os ribeirinhos dessas comunidades).

A religião também se constitui como uma prática cultural que historicamente vem sendo partilhada pelos moradores por meio do cristianismo, o qual se divide entre o catolicismo e o protestantismo. É importante frisar que hoje, se presencia um acelerado surgimento de outras denominações religiosas na Ilha (pentecostais e neopentecostais), contribuindo com a necessidade dos ribeirinhos aprenderem a conviver com essa diversidade religiosa e cultural por meio do exercício da tolerância, do respeito mútuo e da aceitação das diferenças.

A Igreja católica possui duas casas de oração onde são realizados cultos e missas variando de acordo com a disponibilidade de tempo dos fiéis e organização paroquial. A Igreja Evangélica é maioria na comunidade e possui seis casas de oração<sup>49</sup>, nas quais são realizados cultos de acordo com a organização de cada Igreja.

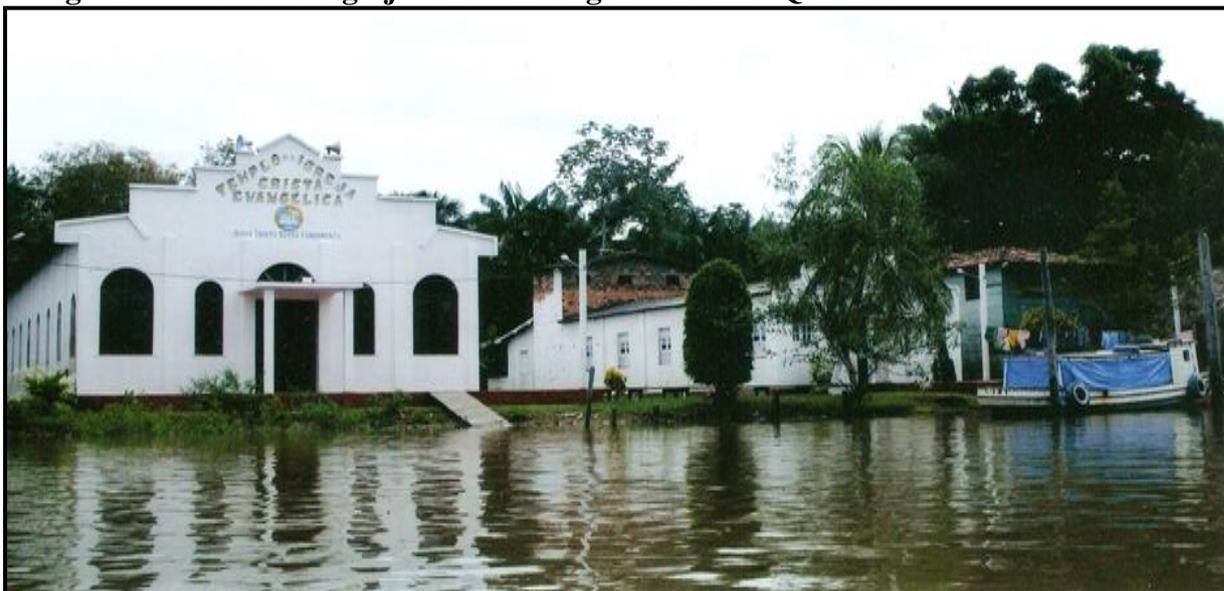
Oliveira (2008) ressalta que o processo de mudança cultural tem feito dos evangélicos uma força social cada vez mais forte no Brasil, podendo ser comparados aos missionários da igreja católica no período colonial. A denominação que se destaca na Ilha é a Cristã Evangélica filiada a Aliança das Igrejas Cristãs Evangélicas do Brasil (AICEB), possuindo cinco Igrejas distribuídas em quatro comunidades. As outras Igrejas pertencem a denominações variadas: Assembleia de Deus, Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, entre outras.

A Igreja Cristã Evangélica vem tomando uma dimensão significativa no que diz respeito à evangelização dos ribeirinhos da Ilha Quianduba, sendo responsável pelo crescimento acelerado do protestantismo na localidade. Essa larga aceitação ao protestantismo na Ilha não se dá apenas entre as famílias de baixa renda, mas também entre as famílias de considerável condição econômica.

---

<sup>49</sup> Denominação do espaço físico onde os fiéis se reúnem.

### Fotografia 05 - Sede da Igreja Cristã Evangélica na Ilha Quianduba



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A educação atualmente é um instrumento de mobilização social e de trabalho coletivo liderado pela professora Marineide Lobato – a professora mais antiga da comunidade – que engajou os moradores na luta pela implementação do Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio na Comunidade, uma vez que essas modalidades de ensino não faziam parte do quadro de oferta da educação básica na Ilha. Assim contou a própria professora na entrevista:

Quando percebemos que poderíamos conseguir as coisas através da luta coletiva, fomos em busca do Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio e conseguimos. Mas não foi fácil, foi preciso ficar muitos dias viajando para Abaetetuba, para Belém, elaborando documentos, ofícios, viajando com os moradores, enfim, em muitos momentos eu tinha que pagar as passagens deles com o meu próprio dinheiro porque eram muitas viagens e eles não tinham mais condição. No final deu tudo certo e hoje as nossas crianças não precisam ir mais para Abaetetuba para concluir a educação básica (Professora Marineide Lobato, em entrevista, 2015).

A implementação dessas modalidades de ensino (na gestão do prefeito Chico Narrina), deu um status maior à comunidade, principalmente na legitimação desta frente às outras comunidades e ao próprio município. Além disso, permitiu a melhoria das condições materiais de vida dos moradores, pois muitos alunos que terminaram o ensino médio já passaram em concurso público e estão trabalhando em órgãos públicos existentes na Ilha, como escolas e posto de saúde. Essas melhorias assinaladas são reflexos da organização desses sujeitos e abrem caminhos para um processo de minimização de problemáticas

vivenciadas no passado e ainda hoje presentes. As dificuldades são inúmeras e desafiadoras como relatam os entrevistados:

Hoje, nossos filhos não precisam mais estudar em Abaetetuba, nós temos uma escola onde eles estudam e nós temos que agradecer a Deus por isso e a professora Marineide. A escola tem projetos importantes para os nossos filhos. Antigamente, não tinha nada, os nossos filhos se quisessem estudar tinham que morar com parentes em Abaetetuba, isso era muito ruim. Agora, eles estudam até cursinho aqui na escola, é particular, mas tem. Não importa se a gente vai pagar, a gente trabalha se esforça e consegue pagar, o importante é que os nossos filhos permaneçam aqui conosco. Eu acho isso muito importante para a comunidade porque muitos dos alunos que terminam o Ensino Médio logo arrumam emprego e podem ajudar as suas famílias (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Segundo a moradora, o fato da educação na Ilha hoje, ter um papel significativo para a formação e o crescimento da comunidade está relacionado a melhores condições de vida, ao conforto de viver em família, enfim, a permanência do sujeito no local, o que é imprescindível tanto para o desenvolvimento quanto para a conservação da cultura.

A agenda cultural da Ilha é centrada nas atividades religiosas, católicas e evangélicas. Cultos evangélicos se apresentam como ponto alto na mobilização do maior contingente dos moradores. Os laços familiares e de compadrio são critérios primordiais de organização e ocupação de territórios. Esses vínculos reforçam ainda a identidade coletiva, as formas cooperativas de vida e trabalho e o compromisso com a vida comum segundo modos de autorregulação que atravessam gerações.

Canclini (1983) explica que a festa se constitui como um referencial tradicional das populações tradicionais, ela representa a afirmação do modo de vida que se cristaliza pouco a pouco no cotidiano de um lugar marcado por uma temporalidade, constitui um mecanismo de demarcar territórios, pois possibilita a igualdade e ao mesmo tempo a diferença entre as pessoas, por outro lado, ela se torna a forma mais concreta de apropriação dos espaços pelas populações locais, que inventam e reinventam suas práticas culturais e as tornam acontecimentos históricos, na medida em que essas práticas traduzem de diferentes maneiras a fisionomia cultural e social local.

Nesse sentido, as festas têm contribuído consideravelmente ao longo dos anos para a consolidação das relações sociais e das práticas de solidariedade, organização e cooperação entre os moradores da comunidade, independente da condição financeira, cor, credo, escolaridade, etc. No momento da festa as pessoas podem extravasar seus sentimentos, ser o que elas não são no cotidiano, exercitar seus poderes de criação. Canclini (1983) ainda

ressalta que as festas camponesas tradicionais podem ser definidas como uma tentativa de ruptura do tempo normal, caracterizando-se por uma necessidade de expressão coletiva, que tende a reunir diferentes tipos de elementos (jogos, danças, ritos, músicas, celebrações, etc.), o que pode ser observado a partir da utilização de grandes espaços abertos, como os campos de futebol.

Dentre as manifestações culturais locais, destacam-se entre os evangélicos, as festas de aniversário das Igrejas e seus departamentos e congregações locais, datas comemorativas como dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, páscoa, natal, entre outras. Essas festas são realizadas geralmente nas sedes das Igrejas com programações organizadas que envolvem peças teatrais, apresentação de grupo coral, bandas musicais, cantores, pastores que ministram a palavra de Deus. Essas festas iniciam na sexta-feira e terminam no domingo à noite, sendo frequentadas tanto por evangélicos, quanto por católicos e não católicos.

Entre os católicos, a festa religiosa mais importante na Ilha é a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da Ilha, realizada no rio Quianduba. O festejo conta com novena e arraial que se iniciam uma semana antes do círio, que sai no rio no dia 27 de julho, seguido de missa, sendo que os recursos financeiros angariados são destinados às obras sociais da paróquia. No dia do encerramento é rezada a missa na igreja, e após, na barraca, são encenadas peças teatrais de caráter religioso e leilões, mas em pompa bem menor que os citados acima da Igreja evangélica.

A infraestrutura coletiva da Ilha se caracteriza por ter poucos locais públicos de acesso da comunidade, o que se resumem em duas igrejas católicas, seis igrejas evangélicas, cinco escolas com espaços de convivência que são utilizados para o lazer dos alunos, além de pontes e trapiches existentes nesses locais. Os moradores também utilizam os campos de futebol como área de lazer. No entanto, por esta Ilha sofrer alagamento devido aos efeitos da maré no período do inverno, alguns campos só podem ser visíveis quando o nível da água diminui e o terreno se torna enxuto.

A infraestrutura individual, no que tange as residências dos moradores, melhorou bastante após a implantação do PAE na comunidade que atendeu as necessidades de habitação da maioria das famílias. As residências foram construídas de forma padronizada em 5m x 7m, independentemente da extensão do terreno e são divididas em três cômodos: quarto, sala e cozinha. Embora a tipologia em madeira seja dominante, na paisagem local podem-se encontrar construções em alvenaria.

### Fotografia 06 - Residências dos moradores da Ilha Quianduba



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Segundo Brandão (2005, p. 134), em relação à etnografia do espaço rural “apenas desenhar os domínios domésticos de vocação mais masculina e os de vocação feminina entre varanda, sala, cozinha e quartos” levaria ao esquecimento de “algumas variações que qualificam o sentido da vida cotidiana de tais oposições”. A casa é o espaço feminino por excelência, pois dentro dela, diz o mesmo autor, “os homens estão, comem, dormem, descansam; enquanto as mulheres vivem, trabalham, dentro da casa e em seus arredores (o quintal)”.

A instalação de energia elétrica na Ilha é recente, ocorreu em junho do ano de (2015). Entretanto, a ligação não foi realizada pela CELPA e sim, por um grupo de moradores que mobilizaram as comunidades para trazer a energia por conta própria. Cada família contribuiu com um valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Devido ser um valor considerável, algumas comunidades da Ilha ainda não foram contempladas.

Os meios de comunicação mais utilizados são televisão, rádio, telefone móvel e algumas famílias já contam com serviço de internet com cobertura das operadoras Vivo e Claro. Vale ressaltar que com a chegada da energia elétrica e da internet, alguns modos de vida estão mudando, como por exemplo, o horário de dormir, que ocorria relativamente entre oito e nove horas, e a partir de então, já se observa que as pessoas estão dormindo mais tarde, como por exemplo, dez e/ou onze horas.

Como instrumento de representação organizativa os moradores têm a Associação do Assentamento Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que responde pelos

interesses de todos os moradores. Além desta, se organizam em outras como a AMIA (Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba), Colônia de Pescadores Z14, STTRA (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba) e o MORIVA (Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba), o qual foi criado com o objetivo de promover a justiça socioambiental e o desenvolvimento rural sustentável nas Ilhas de Abaetetuba (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Na próxima sessão analiso a trajetória peculiar desse movimento no processo de regularização fundiária da área de estudo e na busca de soluções para a proteção dos recursos naturais.

### 1.3 - O MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS E VÁRZEAS DE ABAETETUBA - MORIVA

Para desvelar a trajetória peculiar do MORIVA e seu envolvimento com a questão ambiental nas Ilhas de Abaetetuba, especificamente na Ilha Quianduba, privilegiei a percepção de alguns dos sujeitos envolvidos na constituição desse Movimento, especialmente da professora Conçola<sup>50</sup> que, com base nas suas experiências de participações, fez relatos históricos de sua constituição.

Quando comentei sobre o surgimento do MORIVA, seu envolvimento na luta pela criação dos assentamentos e pela conservação dos recursos naturais na Ilha Quianduba, vários moradores indicaram a professora como a pessoa mais apropriada para contar como foi que se desenvolveu esse processo. É importante ressaltar que a professora Conçola, ao relatar a história do Movimento reconstrói a sua própria trajetória pessoal de inserção nos conflitos coletivos, nos protestos e nas lutas pela conservação do território ribeirinho. Além disso, ela procura ao longo do relato afirmar seu papel de liderança no processo. Dessa forma, é possível extrair pistas do seu depoimento capazes de informar a trajetória peculiar do MORIVA nesse processo.

A professora é uma das autoras das duas cartilhas<sup>51</sup> que descrevem o processo de memória e revitalização identitária do povo das Ilhas de Abaetetuba e por isso já está acostumada a dar entrevistas para pesquisadores, simpatizantes e visitantes do local. Quando indagada sobre o início do Movimento, ela retomou fatos que apesar de cronologicamente

---

<sup>50</sup> A professora Conçola foi uma das fundadoras do MORIVA. Atualmente ela está ligada ao Movimento apenas como militante, ou seja, não possui cargo na Diretoria.

<sup>51</sup> São como uma espécie de arquivo vivo sobre a memória e a revitalização identitária do povo das Ilhas de Abaetetuba.

bem anteriores ao que imaginávamos, foram, segundo sua percepção, fundamentais para o desencadeamento dos acontecimentos.

Segundo a professora Conçola a luta em prol dos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba começou em 1982 com a criação de um movimento denominado de CENTRILHA<sup>52</sup> formado por moradores do Centro e Ilhas que tinham como objetivo unificar os trabalhadores rurais do Centro e das Ilhas a fim de eleger candidatos comprometidos com a melhoria da saúde e da educação na região. Conçola afirma que ainda nesse ano foi realizada uma viagem à Brasília com o objetivo de reivindicar esses direitos.

A insatisfação e o inconformismo desses trabalhadores para com as suas condições de vida e a ação colocada em prática com o intuito de transformar essa realidade foi o pontapé inicial para o que Touraine (1998) chama de transformação parcial dos indivíduos em atores. Dessa forma, o que antes tendia em ser visto como ordem natural e intocável do mundo, foi a partir de então tratado por estes sujeitos apenas como o princípio de orientação de suas condutas.

De acordo com Magalhães (2012) essas formas próprias de ação coletiva e organização política das comunidades locais na região intensificaram-se, sobretudo, quando os recursos naturais ficaram escassos, devido a sua exploração inadequada, como, por exemplo, o desmatamento de açazais para extração do palmito e, principalmente, após a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, um empreendimento construído para o desenvolvimento da região, o qual provocou baixa produtividade dos solos de várzea, a queda de produtividade dos açazais e cacauzeiros, o desaparecimento ou a diminuição de várias espécies de pescado, poluição das águas e o assoreamento dos rios.

Nessa conjuntura histórica, vários movimentos foram se consolidando e ganhando representatividade no município. Contudo, Conçola esclarece que nas Ilhas de Abaetetuba, foi somente a partir da década de 1990 que pequenas organizações comunitárias começaram se estruturar, com o auxílio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em função de fortalecer uma organização social mais ampla que pudesse melhor representar esses sujeitos na luta pela melhoria das suas condições de vida.

A professora enfatiza que essa luta só tomou forma em julho de 1989 quando foi realizada a 1ª Assembleia do Povo de Deus da Diocese de Abaetetuba para discutir os problemas sociais enfrentados pelos pobres, da qual resultou um documento com diretrizes

---

<sup>52</sup> É a unificação dos nomes: Centro e Ilhas.

para ajudar na resolução desses problemas, a qual tinha como tema a seguinte frase: “Nós Igreja, apostamos nos pequenos” (ALMEIDA, 2009).

De acordo com Machado (2008), a prelazia<sup>53</sup> da Igreja Católica de Abaetetuba, que existe desde 1960, sempre demonstrou evidentes preocupações sociais pelos camponeses. No entanto, foi em 1989 com a Assembleia do Povo de Deus que as especificidades do município passaram a ser o centro de ação da Igreja. A Pastoral passou a chamar a atenção para equívocos e injustiças sociais decorrentes do projeto de desenvolvimento da Amazônia, em especial, a posse da terra, a distribuição desigual de recursos materiais e a violação de direitos básicos da população, as questões de cunho ambiental, entre outras.

A estruturação de pequenas organizações comunitárias foi uma das possibilidades encontradas pela Igreja para ajudar principalmente os moradores das Ilhas que direcionados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em cada localidade organizaram trabalhos em mutirão, caixas de saúde, cantinas, barcos e farmácias comunitárias (SOUSA, 2009).

De acordo com Caldart (2000), as Comunidades Eclesiais de Base têm o embasamento teórico e metodológico da Teologia da Libertação e da pedagogia crítica preceituada pelo educador Paulo Freire e utilizada pelos Movimentos de Educação de Base. A ação de campo ocorre por meio de paróquias e do apoio às comunidades de base com o incentivo ao engajamento político para combater a pobreza, exigir mais qualidade de vida e um projeto próprio de desenvolvimento comunitário.

Conçola relata que o povo reunia-se em cada comunidade periodicamente para discutir os assuntos mais importantes, e que se deu por meio das discussões nas reuniões que eles aprenderam a reivindicar os seus direitos.

De quinze em quinze dias havia uma reunião. Todos os problemas que afetavam o povo eram discutidos nas reuniões e isso foi muito importante porque ensinou o povo a reivindicar os seus direitos. Nas reuniões a gente procurava conscientizar o povo, mostrar os seus direitos e que a gente só consegue quando se une e corre atrás (Professora Conçola em entrevista, 2015)

Como é evidente em sua fala militante, Conçola concebe essas reuniões como trabalho de base, como momentos oportunos para fazer a iniciação dos trabalhadores. Entretanto, vale destacar também neste processo a construção de novas sociabilidades entre os

---

<sup>53</sup> É um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território (prelazia territorial) ou de um grupo de fiéis (prelazia pessoal). As prelazias territoriais e pessoais são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprios (CALDART, 2000).

trabalhadores envolvidos e sem as quais não seria possível pensar num projeto coletivo que agregasse os interesses e motivasse a luta. Segundo Scherer-Warren (1996, p. 71):

A participação direta das bases camponesas em grupos de reflexão e em assembleias deliberativas, conforme tem sido estimulado, sobretudo, pelo trabalho de mediação das pastorais, dos agentes das Igrejas progressistas e dos sindicatos combativos, contribui para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade política.

Nesse sentido, compreendo que é fazendo uso das redes construídas pelas sociabilidades (sejam elas estabelecidas a partir das reuniões e/ou outros ajuntamentos) que os grupos, enquanto unidades de ação e atividade fazem circular as informações que manifestam seus interesses, valores, paixões, etc. e constroem representações coletivas, símbolos e concepções de vida e ação.

#### **Fotografia 07 - Reunião de ribeirinhos para discutir sobre a criação do MORIVA**



Fonte: Dossiê Moriva (2008)

As reuniões permaneceram nesse período, como práticas bastante recorrentes e valorizadas. Entre estes eventos Conçola inclui a criação de “grupos de reflexão e seus encontros assim como as reuniões para definição de ações coletivas, divisão de tarefas e formação de comissões de trabalho”. As comissões de trabalho decidiam e executavam tarefas das mais diversas que iam desde a arrecadação de verba para cobrir as despesas dos militantes que viajavam para Abaetetuba ou Belém em função da legalização jurídica do Movimento, a

distribuição e preparo do alimento que era servido nas reuniões e encontros até a definição de estratégias para as manifestações coletivas.

Nos grupos de reflexão os militantes seguiam uma metodologia bastante comum entre as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e Círculos Bíblicos. Os envolvidos procuravam discutir, sempre amparados por uma determinada leitura dos textos bíblicos, os quais relacionavam aos problemas cotidianos concretos assim como formas de alcançar as mudanças desejadas. De fato, a fé e a esperança dos envolvidos no Movimento foi determinante tanto para legitimar suas ações como para fortalecer suas resistências cotidianas.

Dessa forma, a emergência da questão dos direitos dos trabalhadores se destacou como a grande aglutinadora de interessados nas lutas sindicais, que por sua vez contribuiu para o surgimento de diversas organizações sociais como o Movimento dos Pescadores, sob a orientação do Frei Alfredo do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), o qual tinha como principal objetivo afastar os pelegos<sup>54</sup> da direção da Colônia dos Pescadores. Esse movimento foi coordenado pela Paróquia das Ilhas pelo padre José, *Assopra* e Romildes, moradores da Ilha Campompema, engajados nas organizações comunitárias.

Nos anos seguintes a luta continuou e em julho de 1986 foi criada a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA) para representação jurídica das Ilhas por meio da qual se conseguiu muitas conquistas na área da saúde, da educação, do desenvolvimento produtivo e da segurança. Pouco depois da criação da AMIA foi criada a Ação Popular Transformadora (APT) que posteriormente mudou sua denominação para Ação Popular (AP).

Em face da relevância que as questões fundiárias vinham alcançando, resultado de um processo de democratização das estruturas governamentais e da reorganização dos movimentos sociais, no ano de 1999 a Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Colônia dos Pescadores Z-14 tomaram a iniciativa de reunir os ribeirinhos para as discussões sobre a regularização fundiária e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas que já eram uma realidade em algumas comunidades da RI Tocantins. Sobre a dinâmica e encaminhamentos destas primeiras reuniões, Conçola fala que:

Na primeira reunião que nós fizemos compareceram 28 pessoas, na segunda, eu fiquei nervosa, porque compareceram cento e oitenta pessoas, e estava só eu e mais alguns companheiros representando aquele tanto de gente ali. Naquela época a gente

---

<sup>54</sup> **Pelego** era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Com a ditadura militar, o termo voltou à tona e Pelego passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado "sindicalismo marrom". A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões (CALDART, 2000).

não tinha um conhecimento de reforma agrária, a gente sabia do projeto, que a gente tinha direito, mas ainda não sabíamos explicar como era que se desenvolvia o processo. Quem sabia um pouco mais era o Rol e o Assopra que já haviam participado das discussões no Fórum do Nordeste Paraense e Região Guajarina. Então eles explicaram para o povo o que era preciso fazer (Professora Conçola em entrevista, 2015).

Neste relato a professora destaca o sentimento de desinformação e falta de referências sobre a questão da reforma agrária pelos moradores. Tratava-se de questões que se apresentavam como temas ainda desconhecidos tanto para ela quanto para os demais ribeirinhos. As informações necessárias vieram do grupo que representava os ribeirinhos nas discussões sobre as questões fundiárias da região e que já estava bastante inteirado, na época, sobre a conjuntura regional a cerca dessas questões.

Entre os anos de 1998 e de 1999 foram realizados seis encontros de ribeirinhos e em um desses encontros percebeu-se a necessidade da criação de um movimento que pudesse representar especificamente o povo ribeirinho na luta pela criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) nas Ilhas de Abaetetuba e melhoria da sua situação ambiental, que era precária e condenava diversas famílias a viver em condição sub-humana, ao mesmo tempo em que se aprofundava o processo de degradação ambiental. Como resultado dessas discussões foi criado, em 2000, o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA).

#### **Fotografia 08 - Sede do MORIVA em Abaetetuba**



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O MORIVA possui hoje uma estrutura organizativa bastante simples. A assembleia é seu órgão máximo de decisão política e se reúne ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente quando necessário. A Diretoria geral é escolhida pela Assembleia e assume um mandato de dois anos podendo concorrer à reeleição.

Por meio de sua estrutura organizativa e de uma política de alianças com outras organizações sociais do município, o MORIVA tem acumulado algumas vitórias, tanto no que diz respeito ao avanço no processo de regularização fundiária, quanto na busca de soluções para a conservação dos recursos naturais na região.

Nesse sentido, tem organizado e realizado ações socioambientais junto às comunidades ribeirinhas da região em parceria com a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU), o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), a EMATER, o Poder Público municipal e demais movimentos sociais locais, em prol de um projeto de desenvolvimento sustentável para os ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba.

Dessa forma, desde a sua fundação, tem se firmado progressivamente como elemento articulador e organizador das lutas por melhorias para a população das Ilhas no município, e conseqüentemente, vem construindo um sentido de responsabilidade socioambiental muito forte entre os seus militantes, baseado no conceito de sustentabilidade, envolvendo diretamente os ribeirinhos em práticas de uso e manejo sustentável dos recursos naturais por meio de cursos, campanhas educativas, projetos, discussões participativas, entre outras, valorizando as boas práticas locais e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos sociais que vivem nessa região (Relatório de Ações MORIVA, 2008).

Dentre as ações que o Movimento desenvolve destacam-se as seguintes: curso em educação ambiental, curso em manejo florestal comunitário, curso em manejo de açaizal nativo, curso em coleta seletiva e condicionamento do lixo, curso de formação de agentes ambientais voluntários; campanha contra a poluição dos rios, estação de piscicultura, carta movimento de cidadania pelas águas, incentivo e diversificação da produção e manejo comunitário de camarão (Relatório de Ações do MORIVA, 2008).

O nosso interesse por essas ações se justifica pelo fato de que as questões norteadoras deste estudo consideram que delas emergem práticas educativas e saberes ambientais que favorecem a sustentabilidade dos recursos naturais no contexto da pesquisa.

Nessa perspectiva, o mapeamento dessas ações foi imprescindível para o desvelamento do objeto deste estudo que se resume em compreender como as práticas educativas e os saberes ambientais nelas inscritos influenciam na sustentabilidade dos recursos naturais no contexto da pesquisa, posto que o conteúdo socioambiental ativado por

essas práticas e saberes, possivelmente se constitui como elemento indicativo da ocorrência do aprendizado adquirido pelos ribeirinhos. Aprendizado cujo conteúdo está na participação, no agir coletivo, do diálogo e no aprendizado dos direitos, os quais podem ser compreendidos como elos entre os ribeirinhos e a sustentabilidade, na busca por melhores condições de vida.

#### 1.4 - AS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDAS PELO MORIVA NO CONTEXTO DA ILHA QUIANDUBA: APONTAMENTOS PARA PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS

**Figura 06 – Quadro síntese das ações desenvolvidas pelo MORIVA**



Organizado por Marinês Rodrigues (2015)

##### 1.4.1 - Realização de Cursos

Os cursos desenvolvidos pelo MORIVA foram realizados entre o período de 2005 a 2008 nas várias Ilhas que o Movimento gerencia. Na Ilha Quianduba, o público alvo foi formado por ribeirinhos de todas as comunidades, os quais compõem a Ilha. De cada comunidade participaram 15 moradores, num total de 150, pois segundo o que nos informou um dos Dirigentes do Movimento, o recurso destinado ao desenvolvimento dos cursos não foi suficiente para a participação de todos.

A nossa meta era realizar esses cursos pelo menos com um representante de cada família, mas infelizmente, o recurso destinado para esse fim não foi suficiente. Por isso tivemos que fazer uma espécie de seleção, trazendo somente 15 assentados de cada comunidade que compôs 150 pessoas. Nós reunimos com o presidente da Ilha e achamos por bem trazer aqueles moradores que têm uma relação mais forte com a agricultura familiar, quer dizer, aqueles que sobrevivem somente da agricultura, que têm terrenos grandes, acima de 10 hectares. A gente tem muita vontade de repassar os cursos para os outros assentados, em outra oportunidade (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

O objetivo principal dessa ação foi a formação da cidadania ambiental nas comunidades ribeirinhas que compõem as 16 ilhas gerenciadas pelo MORIVA, para o seu efetivo envolvimento na gestão dos recursos naturais, por meio de uma abordagem que valoriza o saber local, considera a sua história e fortalece a trama social, tomando como eixo principal a sociobiodiversidade (Relatório de Ações do MORIVA, 2008).

Conforme planejado com as lideranças do Movimento, os objetivos específicos em todos os cursos envolveram: estabelecimento de conexões e estímulo à participação comunitária; intercâmbio de conhecimento entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais locais; discussão e execução de soluções participativas, de cunho duradouro e efetivo; sensibilização, conscientização e mobilização das comunidades para a valorização do rio e de seus patrimônios ambientais; contribuição na construção de uma percepção ambiental comunitária mais crítica das ameaças representadas pelos grandes projetos geopolíticos implantados na região; fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar ambiental para a consolidação de relações mais harmônicas com o território; compreensão da importância do Manejo Florestal Comunitário (MFC), saber trabalhar com a floresta sem prejudicá-la; saber trabalhar todos os recursos que a natureza pode oferecer, respeitando a fauna e a flora, evitando assim o desmatamento irracional que acarreta, na maioria das vezes, a formação de roçados e a destruição das matas ciliares; orientação sobre o uso sustentável dos recursos florestais, colhendo frutos e cipós, fabricando óleos e desenvolvendo o ecoturismo e o artesanato, como explica um Dirigente do Movimento:

Para nós do MORIVA é muito importante que os ribeirinhos compreendam a questão do manejo comunitário, pois muitos deles exploram os recursos de forma desordenada. Com o Manejo Comunitário, é possível fazer uma exploração dos recursos naturais que resulte em uma gestão equilibrada em todos os aspectos e que contribua para a diminuição do desmatamento e das queimadas (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

A proposta dos cursos foi construída com a participação da equipe técnica do INCRA, MORIVA, EMATER, e Diretoria da Associação dos Moradores da Ilha Quianduba. Conforme o relatório de ações, o processo educativo, oferecido pelos cursos, possui caráter não formal, democrático e participativo que garante aos ribeirinhos, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e mudanças de atitudes voltadas a sua relação com o meio ambiente, contribuindo para a formação de uma consciência crítica, e, por conseguinte, melhoraria das condições de vida (Relatório de Ações, 2008).

A metodologia primou por exposições dialogadas e dinâmicas para o envolvimento e estímulo aos participantes a expressarem suas opiniões e experiências na área ambiental, para que os mesmos pudessem assim se envolver nas atividades proposta pelos cursos que contaram com a realização de debates sobre a situação de degradação ambiental em que se encontram as Ilhas de Abaetetuba, a elaboração de projetos de práticas comunitárias, as contribuições da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e comunitário e sugestão de atividades para práticas nas comunidades, conforme explica o Dirigente do Movimento.

A gente se reunia para discutir sobre o tema de cada curso, pra pensar sobre as estratégias de incentivo ao desenvolvimento de técnicas ecológicas que potencializem a biodiversidade da Ilha. A cada encontro, a gente ampliava mais a nossa visão, eu posso dizer que a gente sonhava mais. Esses cursos foram muito especiais, principalmente porque foi possível fazer um diálogo com os assentados sobre a importância de se conservar o meio ambiente (Dirigente do MORIVA em entrevista, 2015).

O envolvimento das instituições supracitadas foi muito importante, principalmente para a divulgação das ações desenvolvidas pelo MORIVA na sede do município, destino de quase todos os produtos extrativistas vendidos pelos ribeirinhos. Os professores que participaram, divulgavam com seus alunos o trabalho desenvolvido pelo Movimento que passaram a conhecer um pouco da necessidade que os ribeirinhos possuem de um território mais sustentável (Relatório de Ações, 2008).

A parceria com o poder público municipal também foi importante na aquisição de materiais para as atividades que foram desenvolvidas, como camisetas dos cursos e cestas básicas para as pessoas envolvidas nos cursos.

Conforme relata o Dirigente do Movimento, para garantir o objetivo central da ação o debate sobre a “sustentabilidade” permeou todos os encontros.

Em todos os encontros o debate central era a “sustentabilidade”, ou desenvolvimento sustentável, porque é uma das preocupações do Movimento, e nós participamos de tudo, acompanhamos todos os detalhes e até orientávamos os professores quando necessário, falando da importância dos processos de formação serem movidos por momentos de reflexão crítica, para que os moradores pudessem analisar, discutir, contestar e identificar as necessidades de mudança, bem como a apropriação do significado de sustentabilidade (Dirigente do MORIVA em entrevista, 2015).

O relato do Dirigente revela que para o Movimento, o significado de sustentabilidade está para além da superação das desigualdades sociais e econômicas, implica na formação de homens e mulheres reflexivos e críticos sobre a realidade vivida.

Outra questão importante, é que os cursos não foram orientados por objetos de conhecimento predefinidos, por sua vez, as discussões foram direcionadas ao universo das relações sociais, culturais e naturais em que os moradores produzem suas formas próprias de viver, a partir das suas especificidades e realidade sócio-histórica como explica o dirigente:

Quando nós sentamos para planejar os cursos – quando digo nós, me refiro a MORIVA, INCRA, EMATER e outros parceiros – tivemos o cuidado de não utilizar metodologias complicadas, porque muitos assentados não sabem ler e isso iria dificultar o processo. Pensamos num modelo aberto de planejamento, baseado nas escolhas e necessidades deles (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

É importante atentar para o fato de que a proposta do MORIVA de partir da realidade dos moradores não visa simplesmente refletir sobre as especificidades ribeirinhas, mas contribuir com uma formação que possa ampliar a consciência de “cidadania plena”, cujo eixo central está na equidade e na participação, conceitos ainda em evolução, e que se opõem a concepção naturalista conservacionista que despreza a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana, impedindo que se vislumbrem outras soluções para os problemas socioambientais que perpassam a realidade da região das Ilhas de Abaetetuba e conseqüentemente de toda a região amazônica (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Partindo dessa ótica, compreendemos que a formação oferecida pelo MORIVA por meio desses cursos fundamenta-se na ideia de que as questões ambientais não podem ser tratadas dicotomicamente das questões sociais, o que contribui no fortalecimento de uma concepção de educação que se fundamenta nas teorias educacionais de Brandão (1995) e Freire (1985), onde a educação não é apenas mais um elemento da cultura, mas um fator capaz de transformar a realidade.

### 1.4.1.1 - Curso em Educação Ambiental

O curso em Educação Ambiental foi realizado com o objetivo de propiciar formação para os ribeirinhos no âmbito da Educação Ambiental, com ênfase na construção de um novo estilo de desenvolvimento ao nível local, por meio do diálogo de saberes, propondo medidas mitigadoras para a conservação do meio ambiente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio de uma consciência crítica e ética, pressupostos fundamentais na busca de soluções para os problemas ambientais locais (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

O MORIVA priorizou o curso em Educação Ambiental como primeiro curso a ser realizado, em decorrência da necessidade de se desenvolver a consciência crítica dos ribeirinhos sobre a importância de uma visão macro/micro das questões ambientais que perpassam a realidade local, posto que para ter o apoio desses sujeitos nas ações posteriores, seria necessário despertar uma responsabilidade social e ética para com o território ribeirinho em que vivem.

Conforme descrito no Relatório de Ações do Movimento (2008), o curso teve a duração de dois meses – entre março e abril de 2005 e contou com oficinas teóricas e práticas. Com o objetivo de facilitar a participação dos ribeirinhos, as aulas foram realizadas aos sábados, em período integral, e contavam com uma programação diversificada que envolvia atividades práticas, fora da sala de aula, dentro de suas realidades locais, sendo planejadas no momento presencial do curso e articuladas com os conteúdos discutidos.

O dirigente do Movimento explica que a ideia de uma programação diversificada decorreu do fato de os ribeirinhos não estarem acostumados a estudar, pois muitos estavam fora da escola há muitos anos e outros nem a frequentaram, portanto, foi necessário desenvolver uma programação que não os deixasse cansados, ou seja, que contribuísse para que eles não viessem a evadir.

Desde o primeiro momento que decidimos realizar o curso, já sabíamos que não seria fácil colocar esse pessoal pra estudar. Muitos deles nunca haviam frequentado a escola antes, outros já faziam mais de 30 anos que tinham parado de estudar. A nossa principal preocupação era construir uma programação que não deixasse esse pessoal cansado, porque se não eles poderiam desistir, com certeza. Aí nós pensamos em metodologias que pudessem chamar atenção deles, como aulas práticas, visitas nos terrenos deles, para que eles pudessem ver na prática os processos de degradação ambiental que ocorrem na comunidade. Porque a gente sabe né, uma coisa é você falar e outra é você mostrar pra pessoa como funciona esse processo (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

A fala do Dirigente evidencia que as estratégias utilizadas para manter os ribeirinhos estudando, contribuíram para o alcance de outros objetivos, como por exemplo, por meio das visitas a comunidade, os sujeitos puderam identificar os processos de degradação natural, as atividades de exploração dos recursos renováveis e não renováveis, os fatores ambientais que intervêm na qualidade de vida, entre outros.

Um dos professores que ministrou o curso falou da importância dessas atividades para diminuir os impactos ambientais causados pelos processos de trabalho locais, como no caso, a produção oleiro-cerâmica.

As atividades práticas eram muito importantes, porque eles tinham um contato com a realidade na condição de pesquisadores, e aí, a coisa muda, e eles conseguiam enxergar coisas que antes não enxergavam, entende? Por exemplo; alguns participantes, eram oleiros, fabricam telhas, tijolos, lidam diariamente com a argila, sabem como ela é extraída, mas ainda não haviam se dado conta dos impactos causados por esse processo (Professor ministrante do curso em entrevista, 2015).

É interessante observar que a relação entre as atividades teóricas e práticas proporcionou ao mesmo tempo o intercâmbio entre o conhecimento tradicional e o científico, o que para Leffe (2009) é de extrema importância, posto que norteia o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada.

O saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada. Ao mesmo tempo, implica a apropriação de conhecimentos e saberes dentro de distintas racionalidades culturais e identidades étnicas. O saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo. Trata-se de um saber ao qual não escapa a questão do poder e a produção de sentidos civilizatórios. O diálogo de saberes se produz no encontro de identidades. É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura (LEFF, 2009, p. 19).

A partir das palavras de Leff podemos dizer que o diálogo de saberes possibilita uma aprendizagem que consiste em um processo dialógico, que transborda toda a racionalidade comunicativa, construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades. Além de um conhecimento sobre o ambiente, que foca o entorno, a história, a cultura dos sujeitos. Em outras palavras, possibilita o entendimento da realidade como construção social, mobilizada por valores, interesses e utopias.

O programa do curso foi elaborado a partir de encontros com as instituições parceiras como UFPA, INCRA e EMATER no qual foram expostas as necessidades e interesses dos ribeirinhos, assim como incorporado temas centrais ao debate e reflexão sobre a Educação Ambiental, visando à melhoria contínua do território ribeirinho em bases sustentáveis. Embora tendo sido construída uma programação prévia para o curso, o dirigente explica que a mesma era flexível, podendo ser modificada e redefinida a partir da dinâmica do grupo, realidade dos participantes, assim como, da proposta do educador.

Nós construímos uma proposta para o curso, que inclusive ficou muito boa, mas também, ficou bem esclarecido lá que essa proposta era flexível, quer dizer, poderia ser alterada, conforme a necessidade. Porque a gente compreende que quando chega na hora de colocar a coisa em prática, aparece muita coisa que não foi pensado, você é professora, você sabe como é que funciona [...] nós sempre nos preocupamos com a questão da participação das pessoas, a gente não queria construir uma proposta fechada, porque a gente queria que eles (os ribeirinhos) também dessem a sua parcela de contribuição, e eles sabem fazer isso, só precisam ser impulsionados pra fazer isso (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

É notório no relato do Dirigente, que desenvolver ideias de participação popular era um dos objetivos do Movimento com a realização do curso, esta compreendida como participação dos sujeitos no processo de construção da proposta do curso, com enfoque na luta do Movimento em favor da melhoria do território ribeirinho em bases sustentáveis.

Gohn (2002) esclarece que as experiências em educação popular são estratégicas para os movimentos sociais, pois se constituem como uma possibilidade de construir um diálogo permanente com os sujeitos envolvidos, estimular e fortalecer a atuação dos movimentos sociais na arena política da Educação Ambiental, reafirmar a participação popular na luta por uma sociedade sustentável como direito e possibilidade de construção de formas coletivas e emancipatórias de aprendizado e leitura da realidade no cotidiano em que vivem. A construção de espaços coletivos de discussão e reflexão conjunta se apresenta, portanto, enquanto um espaço potente de constituição de sujeitos capazes de fazer história e transformar a sociedade.

O componente programático do curso foi desenvolvido por meio de atividades orientadas na perspectiva da construção coletiva, por meio de metodologias participativas que buscaram uma reflexão crítica sobre a práxis (ação – reflexão – ação) dos sujeitos coletivos e individuais, articulando teoria e prática, valorizando as vivências e experiências dos ribeirinhos no processo de gestão dos recursos naturais. Assim, orientados pelos pressupostos da educação popular, os professores optaram por posturas que envolveram diálogo,

participação, consideração da experiência, construção coletiva, autonomia e reflexão crítica, conduzindo os participantes a refletirem a sua prática e construir coletivamente soluções para a resolução dos problemas socioambientais locais (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Gohn (2002) infere que a realização dessas experiências, animadas pela educação popular, é capaz de proporcionar aos sujeitos a identificação do seu protagonismo em suas ações e de suas histórias individuais e coletivas. Como também, permite que sejam pensadas e construídas estratégias para incorporação de demandas e necessidades dos coletivos na agenda local. Constituem-se enquanto espaços de debate e reflexão sobre as questões ambientais que perpassam a sua realidade.

De uma forma geral, o desenvolvimento das atividades ocorreu mediante técnicas de rodas de conversa e exposições dialogadas, leituras compartilhadas de textos, interpretação e produção de textos, trabalhos em grupos com a utilização de técnicas de animação de grupo, envolvendo música, arte, expressão corporal, práticas de cuidado, planejamento de atividades de mobilização dos sujeitos coletivos e comunicação que potencializaram o envolvimento dos mesmos nas atividades (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

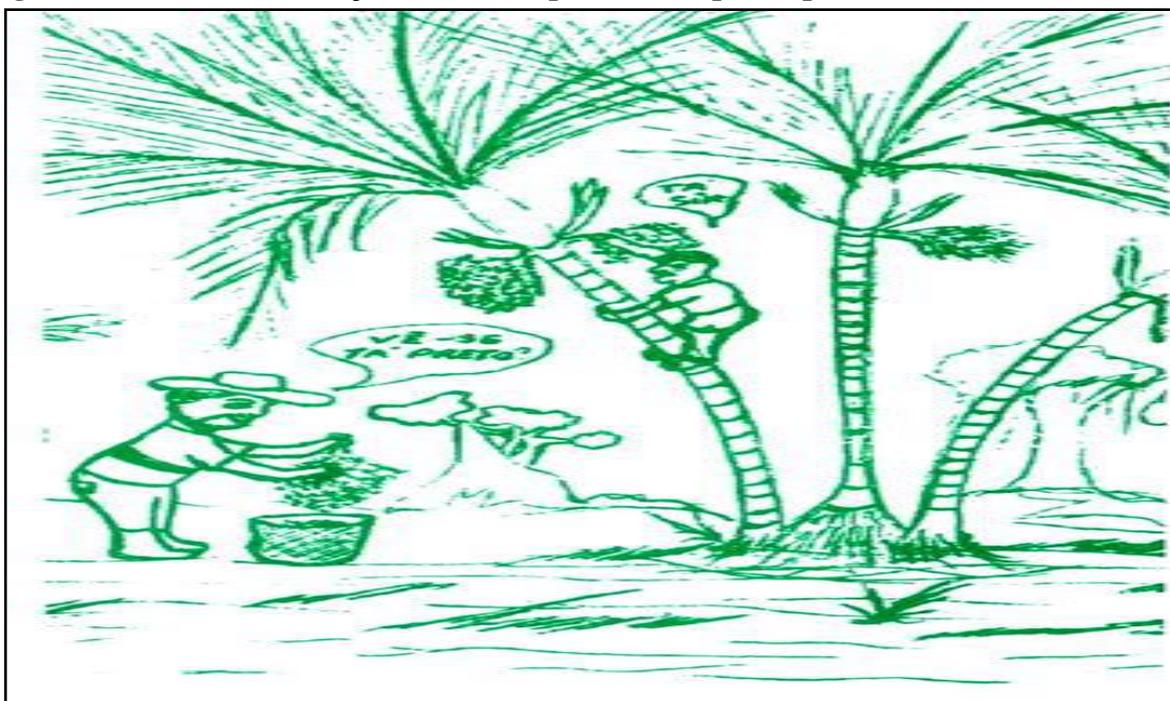
Um morador da Ilha que participou do curso também relatou-nos que foram realizadas diferentes estratégias pedagógicas para atender os participantes que não dominam a leitura e a escrita, como desenhos sobre a vivência na comunidade, as técnicas de manejo dos recursos, o mapeamento das espécies madeireiras e não madeireiras que precisam ser conservadas, a poluição dos rios, a extração da argila para o desenvolvimento das olarias, entre outros. Encontramos alguns desses desenhos no Relatório de Ações do Movimento.

**Figura 07 - A coleta do camarão desenhada por um dos participantes do curso**



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

**Figura 08 - A colheita do açaí desenhada por um dos participantes do curso**



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

De acordo com o entrevistado, essas atividades contribuíram para uma aprendizagem dinâmica e contínua sobre o ambiente vivido, pois a cada encontro, os participantes destacavam novos pontos, incluindo-os, enquanto outros eram retirados, permitindo que todos

participassem de sua construção, levando à identificação coletiva dos problemas socioambientais.

Foi muito importante porque, dessa forma, mesmo aqueles que não sabem ler e escrever puderam acompanhar o processo de construção dos mapas, dos desenhos, o que ajudou no entendimento deles sobre os problemas ambientais, e eles conseguiram falar sobre o que desenharam e explicar direitinho o que precisa ser feito para melhorar a vida da gente aqui na Ilha. Até falaram daquilo que eles fazem de errado. Eu acho que eles compreenderam, assim como todos nós que fizemos os cursos, que a gente pratica coisas erradas na natureza, pensando que está agindo certo (*Seu Antônio Ferreira, morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015*).

Nesse sentido, podemos compreender que as atividades desenvolvidas no curso partiram da realidade concreta dos assentados e da sua mobilização para uma ação coletiva no meio em que vivem. Dessa forma, o curso em educação ambiental representa um passo importante no processo de compreensão e intervenção no ambiente, visando novos caminhos para a melhoria da realidade ribeirinha.

O professor entrevistado, um dos quais ministrou o curso, relatou-nos que a partir das produções de poesia, desenhos, músicas, paródias, surgiram nos discursos dos participantes a necessidade de diálogo e de articulação entre os diversos movimentos sociais locais, apresentando uma percepção de que a luta de um segmento ou de um grupo, é a luta de todas e todos.

Em cada produção era possível identificar a compreensão dos participantes sobre a necessidade que existe de articulação entre as pessoas, os movimentos sociais, para que as coisas possam realmente acontecer. Era evidente a consciência crítica deles sobre a importância da união para a resolução dos problemas ambientais (*Professor ministrante do curso em entrevista, 2015*).

A narrativa apresenta que as produções dos participantes do curso contribuíram para o desenvolvimento da consciência ambiental. Eles demonstraram, por meio dessas produções, ter despertado para a solidariedade, a preocupação com o bem estar do próximo e o compromisso de querer atuar de maneira crítica na realidade.

Com base nesses fatos, podemos dizer que o curso em educação ambiental realizado pelo MORIVA apresenta contribuições de ordem filosófica e epistemológica, visto que oportuniza aos sujeitos um constante pensar e (re)pensar suas ações enquanto cidadãos e, assim, criar possibilidades de romper com crenças, mitos e atitudes que antes eram entendidos como “naturais”.

Nesse sentido, as rodas de diálogo, a socialização de diversas experiências, corroboram como espaço de construção de um sentimento de coletividade, de parceria e aliança na luta pelo desenvolvimento ecologicamente sustentável, melhoria da qualidade de vida e do cuidado com os recursos naturais (CARVALHO, 2004).

A avaliação do curso foi realizada de forma processual e participativa. Ao final de cada aula os participantes relatavam a sua vivência e os conteúdos apreendidos. Em cada aula prática era elaborado um relatório da atividade realizada, apontando os desafios e resultados da vivência. Esses resultados eram apresentados em formato escrito ou oral e em seguida expostos para a turma, a partir de poesias, paródias, músicas, etc.

Nesse sentido, houve a finalização da turma da Ilha Quianduba, com a participação de lideranças de diversos movimentos sociais que também atuam na região, representantes do poder público local, representantes das comunidades que compõem a Ilha, entre outros.

Acreditamos que com o curso em educação ambiental, novas janelas foram abertas e novas possibilidades emergiram. Contudo, é preciso e se faz necessária à ocorrência de novas turmas, para que novas histórias possam ser contadas e vividas, e assim, haja uma construção e um fazer em educação ambiental que assegure a universalidade e respeite os valores e as práticas cotidianas desses sujeitos.

#### **Fotografia 09 – Moradores da Ilha Quianduba que participaram do curso**



Fonte: Relatório de Ações MORIVA (2008)

#### 1.4.1.2 - Curso em Manejo Florestal Comunitário

De um modo geral, a gestão dos recursos florestais sempre esteve presente nas atividades cotidianas das comunidades ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba, por meio do extrativismo vegetal. Embora de uma forma bastante rudimentar, as florestas são geridas e manejadas a partir de critérios e normas traçadas pelos comunitários para garantir a longevidade dos recursos florestais provavelmente utilizados em gerações posteriores.

Neste sentido, são os próprios ribeirinhos que decidem sobre a aceitação, ou não, de uma inovação sobre seus recursos, sendo a convicção e a mudança de atitudes os principais desafios a serem vencidos pelo MORIVA para a implantação do MFC na região.

No relatório de Ações, o Movimento justifica a necessidade de realizar um curso em MFC na região das Ilhas porque a partir da metade da década de 90, houve uma forte pressão de exploração madeireira nessa região, sendo necessário intensificar o debate sobre a importância da participação da população como gestora de seus próprios recursos florestais. Nessa perspectiva, o MFC surge como alternativa de conservação dos ecossistemas florestais por meio do manejo sustentável, fortalecimento das organizações sociais locais e firmamento de melhores condições sociais, econômicas e ambientais dos sujeitos que habitam esse território.

Na perspectiva de formar os ribeirinhos da Ilha Quianduba para que possam manejar seus recursos de forma equilibrada, o MORIVA criou com o objetivo desenvolver uma experiência inovadora de MFC na região, formando os ribeirinhos para que possam fazer uma exploração madeireira com pequenos impactos ambientais e com resultados econômicos promissores para o desenvolvimento comunitário frente ao cenário de exploração madeireira na região, incorporando-se ao sistema de produção das famílias outras atividades relacionadas ao MFC e beneficiamento dos produtos retirados da floresta por meio do plano de manejo sustentável (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Os objetivos específicos do curso foram: contextualização histórica e conceitual de território, compreendendo os processos de territorialização das comunidades que compõem a Ilha Quianduba; refletir sobre o papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento sustentável, com enfoque territorial e na gestão dos recursos naturais e fortalecimento a atuação dos participantes no tema do MFC.

De acordo com um Dirigente do Movimento, essa iniciativa surgiu como uma alternativa para reduzir o processo acelerado de degradação ambiental na região das Ilhas de

Abaetetuba devido à extração da argila para a produção oleiro-cerâmica, à expansão da cultura do açaí e a exploração predatória de madeira.

A gente ficou pensando em como melhorar a questão da degradação ambiental, porque não é uma tarefa fácil. Sabe por que, porque essas pessoas dependem do trabalho nas olarias para viver, dependem da extração da madeira, dependem do cultivo do açaí. E aí, o que a gente pode fazer é contribuir para amenizar o problema da degradação, formando esse pessoal, para que eles possam usufruir desses recursos com mais responsabilidade. E aí, não adianta somente ir as propriedade e falar pra eles o que eles precisam fazer, porque é difícil assim. Esses problemas tem que ser trabalhados primeiro com formação, porque a formação abre a mente da pessoa, a faz enxergar aquilo que ela ainda não conseguiu ver (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Para Amaral (2002) o MFC em sentido amplo engloba todas as atividades de manejo dos recursos florestais que tem como propósito fundamental melhorar as condições sociais, econômicas, emocionais e ambientais das comunidades rurais, a partir de sua própria realidade e de suas próprias perspectivas. Segundo o autor, a implementação dessas iniciativas representa a possibilidade de usos alternativos dos recursos florestais, bem como a resolução de alguns problemas estruturais como melhorias locais, construções de casas e instalações em áreas comunitárias.

Comparando o relato da entrevistada com a abordagem do autor, podemos inferir que as comunidades que dependem diretamente das florestas, como no caso deste estudo a Ilha Quianduba, precisam aprender a manejá-la, pois essa dependência não é limitada, ou seja, esses sujeitos dependem e vão continuar dependendo das florestas para sua sobrevivência no futuro próximo. Logo, precisam se tornar aliadas e gestoras importantes dos mesmos.

O Curso ocorreu em um período de dois meses, divididos em 05 (cinco) encontros formativos que contemplaram atividades presenciais, práticas e teóricas, em que o saber sistematizado, historicamente acumulado pela humanidade foi priorizado no ensino, articulado à pluralidade de saberes dos quais os participantes são portadores. Foi também um momento de elaboração, de planejamento das ações a serem desenvolvidas nas comunidades dos participantes, relacionadas ao MFC.

Na Ilha Quianduba o curso foi coordenado pelo MORIVA, cujo processo de implementação teve a participação de outros movimentos existentes na Ilha, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, AMIA, Igreja Católica, Igreja Evangélica, INCRA, EMATER e outras instituições parceiras (instituições governamentais e não governamentais).

Dentre as temáticas trabalhadas no curso, o relatório de Ações do MORIVA destaca as seguintes: desmatamentos, queimadas, aproveitamento de madeiras caídas dos lotes individuais; atividades exploratórias; beneficiamento da madeira explorada; gerenciamento do projeto e reforço da organização social local e incorporação de novas atividades ao sistema de produção desenvolvido pelas famílias (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Com relação ao desmatamento, explanou-se acerca da utilização da madeira para uso diário e para subsistência; os impactos do desmatamento, em relação ao assoreamento dos rios; a proposta de incentivo com as ações para a conservação de áreas naturais e seus recursos; o incentivo dos moradores locais ao reflorestamento; e as perspectivas de melhoria socioambiental com as ações do MORIVA (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Na entrevista que realizamos com um dos professores ministrantes do curso, identificamos que alguns participantes relataram que em algum período haviam retirado todo o palmito dos seus açais, desmatando totalmente suas áreas. Os que revelaram tal ação disseram que a realizaram, pois estavam precisando de recurso financeiro para resolver problemas pessoais. Entretanto, não conseguiram resolver seus problemas com a venda do palmito e ainda tiveram que migrar para novas áreas e alguns até para à cidade, retornando para suas áreas somente depois de cinco anos quando o açail já estava em condições de ser manejado novamente.

O professor ainda relatou-nos que na ocasião, utilizou o exemplo dos participantes para explicar a importância do MFC e que os recursos florestais constituem uma chance de conseguir retornos financeiros rápidos, entretanto, os resultados dessas práticas que não possuem responsabilidades futuras com a recuperação das áreas exploradas contribuem para o aumento de um ciclo migratório constante.

Quando a gente abre para o debate, a gente consegue identificar muitas coisas que servem como conteúdo do processo formativo, ou seja, a realidade desses sujeitos serve para que a gente possa construir o conhecimento de uma maneira menos formal, e isso acaba ensinando a gente também. No caso do que aconteceu com os participantes, eu utilizei essa situação para explicar-lhes a importância do MFC, que a organização comunitária é um fator chave para mitigar a questão da migração (Professor ministrante do curso em entrevista, 2015).

Podemos depreender da fala do professor que as experiências dos participantes do curso serviram para incorporar questões importantes, ou seja, serviram para que o professor pudesse mostrar que a partir do MFC, é possível estabelecer meios de recriação de seus modos de vida através de novos sistemas de produção.

É importante atentar para o fato de que as experiências dos participantes também revelam a ausência das organizações de representação e apoio no processo de articulação e promoção do MFC como, movimentos sociais, EMATER, INCRA, enfim, por falta de conhecimento, essas comunidades, com esse modelo de exploração, correm o risco de vivenciar um rápido esgotamento da floresta, o que é caracterizado por alguns estudiosos como ciclo do “*boom-colapso*” (AMARAL, 2002).

Como possível causa para o distanciamento dessas instituições, principalmente dos movimentos sociais nos debates das discussões sobre o MFC na região ribeirinha das Ilhas de Abaetetuba, o Dirigente do MORIVA aponta para o fato de que ainda não existem no município políticas de intervenção nessa área.

Nós trabalhamos com o MFC porque compreendemos a necessidade que essas populações têm, mas o nosso trabalho na região ainda se dá a partir de ações isoladas, pois não há no município de Abaetetuba uma política voltada para o MFC (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Nessa perspectiva o curso em MFC realizado pelo MORIVA se apresenta como única possibilidade de mitigar a degradação ambiental nas Ilhas de Abaetetuba. Porém, acreditamos que à medida que o processo de MFC comece a entrar na agenda das políticas públicas do município, o tema poderá obter ressonância dentro de fóruns internos de estruturas de representação municipal, o que será de importância fundamental para a região, principalmente para mitigar a extração da madeira nativa que ocorre constantemente, causando prejuízos inestimáveis para a fauna e flora ribeirinhas.

Além disso, a existência de uma instituição - mesmo que movimento social – com atuação em ações de MFC, entre outros aspectos, possibilita maior valorização dos recursos florestais e melhor gestão dos recursos naturais ao nível local.

Sobre as queimadas, os moradores expuseram que a falta de consciência da população local e o cultivo da cana de açúcar são os principais fatores fomentadores das queimadas. Já os aspectos positivos levantados, referentes à redução das queimadas, remetem à utilização do ato consciente do “fogo controlado”; e dos incentivos almejados como as ações (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Identificamos também na entrevista com o professor que o diálogo entre os saberes demandou a possibilidade de construção de novas formas de manejo.

Eu sempre procurava ouvir dos participantes a forma como eles operavam o manejo. Em muitos casos, as suas formas tradicionais me chamavam atenção e eu tentava conduzir o diálogo para a construção de novas formas e alternativas de uso dos recursos com suas técnicas de manejo. Eu nunca me esqueço de um dia, que um participante relatou uma técnica de derrubada de árvore que eu achei muito interessante. Ele disse que quando quer derrubar uma árvore do meio do açailal que está fazendo sombra, ele usa uma técnica que ele chama de pescoço. Funciona mais ou menos assim: ele corta a árvore ao redor, ou seja, ele faz na árvore uma espécie de pescoço como ele mesmo chama. Passados alguns dias, a árvore começa a morrer. Primeiro caem todas as suas folhas, os galhos vão secando e caindo aos poucos, de maneira que as árvores de açai não são prejudicadas. E essa técnica é muito utilizada e econômica para os ribeirinhos, porque além deles não gastarem com serviço de motosserra, não quebra quase nenhum açazeiro, o que para eles seria um grande prejuízo (Professor ministrante do curso em entrevista, 2015).

Esse relato revela que os participantes quando são se sentem parte do processo e se apropriam da proposta de conservação, a construção do conhecimento é a consequência. Amaral (2002) ressalta que estudos na área do MFC tem identificado que a sabedoria popular tem sido a base para os projetos de manejo dos recursos naturais. Moradores locais e seus conhecimentos têm sido fundamentais nas pesquisas sobre como proteger a região ribeirinha.

Essa questão também é estudada por Silva (2006), que afirma que os saberes culturais orientam as práticas de manejo e uso dos recursos naturais da floresta, de grupos sociais que vivem em territórios ribeirinhos. Segundo a autora, a compreensão das formas como essas comunidades estruturam suas práticas sociais, estabelecem relações com os recursos da floresta e se organizam socialmente, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre saber constituído e saberes práticos e identificar outras possibilidades de relação sociedade natureza a partir da contextualização da cultura local.

A autora ainda esclarece que o saber cotidiano desses sujeitos além de orientar as suas práticas sociais, permite resolver problemas práticos e imediatos, como manejar os recursos da floresta de forma sustentável, garantindo de maneira sistemática a sua reprodução social e cultural e de seu grupo familiar. E ainda que de forma incipiente, orienta a construção de postura de resistência, por meio de organizações sociais mais coesas.

Entretanto, é preciso levar em consideração que o encontro entre o tradicional e o moderno gera resistência às mudanças, se apresentando de forma conflituosa. É fundamental uma discussão na busca por propostas adequadas para que sejam solucionados os problemas ambientais e levando em consideração a possibilidade do desenvolvimento ambientalmente e socialmente sustentável como forma de amenizar a degradação ambiental como afirma Silva (2006).

De um modo geral, percebemos que o curso em MFC ocasionou mudanças positivas na vida dos participantes, como o melhor aproveitamento da área comunitária, capacitação e

formação no processo de gerenciamento e gestão dos recursos, proporcionando maior envolvimento entre as famílias participantes do curso e reforço da articulação política e social do grupo diretamente envolvido nas discussões comunitárias.

#### **1.4.1.3 - Curso em Manejo de Açaizal Nativo**

O açaí é um dos principais componentes da renda e do consumo dos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba, que vêm ao longo dos anos desenvolvendo estratégias de manejo desse fruto como forma de sobrevivência.

Nos últimos anos, o açaí vem ganhando mercado no Brasil e em vários países pelas características funcionais que possui (GROSSMANN *et. al.*, 2004). Em um diagnóstico realizado na região, o MORIVA identificou que os ribeirinhos, na busca permanente por aumento da produtividade de frutos, podem provocar o monocultivo, reduzindo a biodiversidade e conseqüentemente a produção de frutos (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A preocupação do MORIVA é que o açaizal da região se transforme em uma monocultura de açazeiro, o que poderá causar desequilíbrio ecológico, como o aumento de doenças e pragas como a broca das palmeiras, provocada pela larva do besouro (*Rhynchophorus palmarum*) que se alimenta do palmito de estipes jovens, provocando a sua morte (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Essa preocupação é também compartilhada por Grossmann (2004), o qual afirma que a diversidade de culturas pode ter uma garantia maior, se for possível valorizar os produtos de outras espécies, além do açazeiro, como o látex da seringueira, o fruto do taperebazeiro, a semente de andiroba, do pracaxi e do cacau, por exemplo.

Daí o interesse do MORIVA em realizar o curso em MAN, o qual teve o objetivo de contribuir com a implantação de novas propostas de manejo de açaizal nativo na região, que possam proporcionar o aumento da produtividade, mas sem alterar o sistema de produção dos ribeirinhos, posto que propostas únicas de manejo poderão apresentar dificuldades de serem incorporadas por muitos deles (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Em outras palavras, o objetivo do MORIVA com novas estratégias de manejo é melhorar a renda familiar dos ribeirinhos, principalmente, com o aumento da produção de outras culturas, que proporcionem uma fonte de renda no período da entressafra, onde a região apresenta limitações, em que não há peixe e camarão em abundância.

O curso foi realizado no ano de 2007 e partiu da identificação e caracterização dos diferentes tipos de manejo realizados pelos ribeirinhos participantes como explica o Dirigente do Movimento.

Nós pensamos em identificar, em primeiro lugar os diferentes tipos de manejo que eles desenvolvem, porque a gente entende que para orientar ações de manejo que venham apoiar os ribeirinhos, é preciso partir do conhecimento deles sobre manejo, daquilo que eles já sabem fazer, e que, de que de certa forma, vem dando certo (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

No relato do entrevistado é possível perceber que houve uma preocupação do MORIVA em valorizar os saberes sobre manejo que esses sujeitos vêm construindo ao longo dos anos, o que segundo Castro (2000) é de extrema importância para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos que conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução cultural.

Silva (2006) ainda acrescenta que, os saberes construídos por esses sujeitos em suas relações com a natureza asseguram a sua sobrevivência, e o estudo sobre eles contribui para quebrar o paradigma que separa o modo de conhecimento científico do conhecimento tácito, ou seja, daqueles saberes e práticas não sistematizados nem escritos em anais, livros, artigos científicos e similares.

Ao analisar a importância dos saberes práticos cotidianos e a imposição do conhecimento científico dominante, Silva (2006) destaca que as populações amazônicas, por meio de suas especificidades e culturas locais, podem imprimir resistência ao modelo de ciência dominante que desconsidera os saberes ditos populares e impõe um padrão ocidental e consumista de sociedade.

Oliveira (2008) também argumenta que os trabalhadores do campo sempre produziram pela prática os seus conhecimentos e, esses, não podem, simplesmente, ser desprezados pelo saber acadêmico e científico. O conhecimento advindo da experiência é, também, fonte de saber e não cabe apenas aos técnicos com conhecimentos “científicos”, numa postura de “educação bancária”, avaliar e validar tais saberes.

Assim, considerar e estudar as práticas de manejo realizadas pelos ribeirinhos é problematizar o próprio modo de produção do conhecimento, o que implica em superar a sua visão hierarquizada própria da modernidade capitalista, é afirmar a valorização do saber popular, construído pela classe trabalhadora e possibilitar a construção de um projeto

educativo norteado pelos princípios filosóficos e pedagógicos descritos por Caldart (2000, p. 13):

Educação para transformação social, educação para o trabalho e a cooperação, educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, educação com/para valores humanistas, valorização dos diferentes saberes no processo educativo, a diversidade de espaços e tempos educativos, educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável e vivência de processos democráticos e participativos (CALDART, 2000, p. 13).

Dessa forma, o MORIVA está contribuindo na construção de um projeto de MAN que tem como base a sabedoria da população local, a participação desses sujeitos no processo, o que proporciona como consequência, uma maior apropriação da proposta de conservação e defesa do território.

No diálogo com os ribeirinhos sobre as suas formas de manejo foi identificado que estes, para usufruir do açaí fruto e do palmito, desenvolvem as seguintes formas de manejo de açazal, as quais se encontram descritas no Relatório de Ações do MORIVA:

Manejo Intensivo: no manejo intensivo elimina-se toda a vegetação, deixando-se apenas o açaí [...]. Manejo Intermediário: nesse caso, deixam-se em média 3-4 estipes/touceira e elimina-se a vegetação representada pelas espécies sem valor econômico e preservam-se no meio do açazal, as que apresentam algum valor monetário e/ou utilidade para as famílias [...]. Manejo Moderado: nesse caso, o agricultor retira apenas algumas espécies da flora, consideradas indesejáveis, [...] para facilitar o trânsito das pessoas pela floresta [...]. Sem Manejo: nesse caso levantamos a hipótese de que o principal responsável é a falta de garantia da posse da terra (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Conforme descrito no relatório, os ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba realizam diferentes estratégias de manejo de açazal nativo. Considerando essa situação, Grossmann *et al.* (2004), ressalta que as propostas genéricas de manejo, oriundas de instituições que visam implantar novas possibilidades, como no caso deste estudo o MORIVA, dificilmente serão incorporadas pela maioria dos ribeirinhos, pois os mesmos têm diferentes estratégias, e são eles próprios que decidem sobre a aceitação, ou não, de uma inovação sobre seus recursos, sendo a convicção e a mudança de atitudes os principais fatores de transformação do meio naquela comunidade.

Conforme o autor, as propostas para obterem maior êxito devem ser adequadas para cada tipo de manejo, pois um agricultor só implementa um determinado sistema produtivo, se este corresponder ao seu interesse ou às suas estratégias. Contudo, Grossmann *et al.* (2004)

afirma que o entendimento de diferentes formas de manejo pode contribuir para que a implantação das propostas de manejo de açazal nativo possam ter maior êxito.

O professor ministrante do curso esclarece que dentre as diferentes formas de manejo identificadas, a mais utilizada pelos ribeirinhos para o aumento da produção é a eliminação das estirpes excedentes nas touceiras, e também de algumas plantas de outras espécies existentes na área, com vistas a reduzir a grande concorrência entre elas.

Eles usam diversas estratégias para aumentar a produção, fazem o desbaste das touceiras, deixam duas, no máximo três árvores em cada touceira, derrubam as árvores que fazem sombra, porque eles dizem que quanto mais árvores por perto da touceira, menor os cachos (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Anderson e Ioris (2001) explicam que essa forma de manejo realizada pelos ribeirinhos, onde são eliminadas espécies indesejáveis, através do corte seletivo, e realizada a introdução de espécies desejáveis, resulta em ganhos econômicos, porque ocorre a redução da concorrência entre elas por água, luz e nutrientes e, além disso, eles conciliam a extração do açai fruto e do palmito, posto que a extração racional de palmitos não prejudica a produção de açai frutos.

O professor o qual entrevistamos, acrescentou que o debate sobre esse tipo de manejo durante o curso, foi mais intenso, com vistas a avaliar possibilidades da introdução de outros produtos da floresta, dos quais as populações ribeirinhas dependem tais como madeira, fibras, látex, frutos comestíveis, remédios, etc., a fim de evitar o monocultivo, bem como possibilitar outras estratégias de sobrevivência na entressafra, quando o açai ainda está verde, ou seja, não pode ser colhido.

Nossa intenção com o curso era justamente essa, melhorar as práticas que eles já vinham utilizando, porque são práticas que vêm dando certo ao longo dos anos. E para isso, a gente fazia rodas de conversa, visitas às propriedades, para ver na prática quais as possibilidades de introduzir outros produtos junto com o açai, para que eles possam ter uma renda melhor no período do inverno quando o açai acaba (Professor ministrante do curso em entrevista, 2015).

É possível identificar no discurso do entrevistado que a intensificação de debates sobre a participação dos ribeirinhos como gestores de seus próprios recursos florestais emerge como alternativa do MORIVA para a conservação dos ecossistemas florestais por meio do manejo sustentável, fortalecimento das organizações sociais locais e firmamento de melhores condições sociais, econômicas e ambientais dos sujeitos.

O professor comentou também que no debate, alguns ribeirinhos relataram que, motivados pelo desejo de aumentar a produção optaram pelo manejo intensivo, eliminando toda a vegetação, deixando apenas o açaí. Entretanto, de acordo com os mesmos, a produção foi grande apenas na primeira safra, sendo que a partir da segunda, os cachos brotavam pequenos e o fruto secava antes de ficar “tuíra”<sup>55</sup> e, além disso, as árvores ficaram fracas, com as folhas amareladas, de modo que eles decidiram reflorestar novamente a área com árvores de rápido crescimento como: ingazeiro, facãozeiro, jenipapeiro, mututizeiro, mangueira, andirobeira, cedreiro, cacauzeiro, entre outros.

A experiência desse tipo de manejo realizado por esses ribeirinhos embasa o que Anderson e Ioris (2001) confirmaram em sua pesquisa sobre sistemas de manejo de açaizais nativos praticados por ribeirinhos em duas Ilhas no estuário do rio Amazonas, que o manejo intensivo para ser desenvolvido nas terras de várzea, ainda precisa ser mais bem investigado. Daí a importância do manejo comunitário, no qual são discutidas e socializadas no grupo as melhores formas de manejo apropriada para as áreas, evitando dessa forma, situações indesejadas e prejudiciais ao ambiente, e é esse o desafio do MORIVA com o curso, contribuir para ampliar a base empírica das experiências de manejo desenvolvidas pelos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba, fomentando o interesse por formas de gestão comunais, em especial o manejo comunitário de açaizal nativo, como uma das soluções apropriadas para esse cenário.

Outra questão importante que identificamos nas entrevistas sobre o curso em MAN diz respeito à roçagem dos açaizais. Os professores identificaram que essa forma de manejo é realizada de maneira individual, ou seja, cada produtor faz a roçagem da sua área individualmente, ou quando a área é de grandes dimensões, este contrata mão de obra externa, empregando nesta atividade, em média, seis horas de trabalho por semana.

No Relatório de Ações do MORIVA está explícito que um dos objetivos do Movimento com o curso, é introduzir no MAN a prática do trabalho em regime de mutirão. Essa questão foi bastante discutida, já que na Ilha Quianduba, em se tratando do trabalho na agricultura, essa não é uma prática comum. Os trabalhos em mutirão ocorrem, mas em outras situações, como por exemplo, na construção de casas, serviços nas escolas, associações, nas Igrejas, entre outros. Quando se trata do trabalho na agricultura, este é realizado individualmente. Quanto a essa questão, o professor entrevistado esclarece que os ribeirinhos apresentaram em suas falas, diferentes pontos de vista.

---

<sup>55</sup> Denominação dada ao fruto quando está no ponto para ser colhido.

Uns entenderam a importância do trabalho em mutirão, outros não. Eles disseram que ficava difícil, porque se eles fossem fazer a roçagem em regime de mutirão, quando chegasse no último terreno a capoeira já estaria grande demais, ou seja, os primeiros iriam ser beneficiados e os últimos prejudicados. Eu lembro que surgiram várias ideias. Eu me lembro de um participante que deu uma ideia legal. Ele sugeriu que os moradores poderiam se dividir em grupos de três ou quatro pessoas e assim a roçagem poderia ser feita em várias áreas ao mesmo tempo, resolvendo o problema da demora (Professor ministrante do curso em entrevista, 2015).

É evidente na fala do professor, de que os ribeirinhos da Ilha Quianduba ainda não tem a compreensão acerca do trabalho em regime de mutirão é uma forma social de manejo que melhor responde a sustentabilidade e as necessidades locais, pois se fundamenta na solidariedade e na cooperação.

Anderson e Ioris (2001) explicam que o mutirão ao envolver o grupo social, fortalece os laços de solidariedade entre os ribeirinhos, propiciando uma coesão social muito forte. Analisando-se sobre o aspecto do rendimento do trabalho, as tarefas em regime de mutirão tem melhor resultado, pois o rendimento do trabalho de duas pessoas realizado separadamente é inferior se realizado por duas pessoas trabalhando juntas. Sendo que, ao estarem trabalhando em grupo e conversando ao mesmo tempo, diminui o desestímulo quando estiverem cansados. Essa afirmação sinaliza que o MAN depende do fortalecimento dos processos organizativos comunitários, nas suas diversas formas associativas, o que dá suporte à própria existência das futuras gerações na Comunidade.

Em suma, identificamos que as propostas de MAN recomendadas pelo MORIVA no curso, se implantadas pelos ribeirinhos, podem propiciar outras fontes de renda no período da entressafra com os recursos já existentes, o fortalecimento da cooperação e dos laços de solidariedade entre os sujeitos e novas perspectivas para a conservação da floresta.

#### **1.4.1.4 - Curso em Coleta Seletiva e Acondicionamento do Lixo**

Dentre as perspectivas de formação desenvolvidas pelo MORIVA, incluem-se as de saneamento, cuja importância para a promoção do bem estar da população ribeirinha e do desenvolvimento é indiscutível. Em um diagnóstico realizado nas Ilhas de Abaetetuba no ano de 2003 para a implantação dos PAEs na região, foi detectado que a destinação mais utilizada pelos ribeirinhos para o lixo é o rio, o que propicia a poluição da água, bem como a proliferação de vetores de doenças (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Visando reverter essa situação e tendo como pressuposto que a educação ambiental é ingrediente essencial à solução de problemas como esse, o MORIVA tomou a iniciativa de

criar o curso em coleta seletiva e acondicionamento do lixo, o qual foi realizado na Ilha Quianduba em 2008, tendo como principais objetivos:

Estimular a mudança prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação à utilização dos recursos naturais e favorecer a reflexão sobre a responsabilidade ética do ser humano com o próprio planeta como um todo, oferecendo um eficiente instrumento para a formação da consciência ambiental. A proposta de se trabalhar a coleta seletiva procura contribuir para que os servidores sejam capazes de Intervir na realidade que os cerca; Observar e analisar fatos e situações a todos os tipos de lixo do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo propositivo, para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida; Compreender a realidade buscando soluções para questões sociais, possibilitando a tomada de posição frente a problemas fundamentais e urgentes da vida social; Modificar atitudes e práticas pessoais por meio da utilização do conhecimento sobre o meio ambiente, adotando posturas no trabalho, em casa e na comunidade que os levem a interações construtivas na sociedade; Multiplicar as informações para comunidades, família e seu entorno; Conscientizar sobre as diferentes formas de coleta e destino do lixo. Refletir sobre o lixo, um problema social, para promover mudanças de atitudes nos cuidados com o meio ambiente (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Esses objetivos se resumem em conscientizar os ribeirinhos de suas responsabilidades para com a conservação dos rios, e de que uma qualidade melhor de vida na região depende dessa conservação, pois o lixo jogado nos rios pode provocar efeitos maléficos para o ecossistema como um todo.

O curso foi norteado pela mesma metodologia de trabalho desenvolvida nos outros cursos oferecidos pelo MORIVA. A diretriz dessa metodologia é a utilização das experiências dos participantes como estratégia para o entendimento dos temas abordados, de modo que os mesmos possam construir juntos, ações que atendam as suas necessidades imediatas. Os participantes têm, portanto, participação decisiva nessa metodologia (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Buscou-se, com a inserção de tal método, estruturado “com” e não somente “para” as comunidades, uma elevação na percepção ambiental dos indivíduos e a formação de pessoas conscientes e críticas acerca do contexto socioambiental, além da construção conjunta de alternativas viáveis para a resolução dos problemas socioambientais locais (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Nesse sentido, os temas abordados foram: a importância da limpeza dos rios, no qual foi abordada a questão do lixo acumulado às margens de cursos d’água e que acabam por provocar o seu assoreamento e o deslizamento dos taludes, respectivamente; a questão da poluição atmosférica causada pela queima do lixo a céu aberto, o que é mais comum na Ilha, e a contaminação dos lençóis d’água por substâncias químicas presentes na massa de resíduos

que prejudicam a saúde das pessoas e o meio ambiente; a questão do lixo mal acondicionado ou depositado a céu aberto, o qual se constitui em foco de proliferação de vetores transmissores de doenças (ratos, baratas, moscas, etc.), causando mal estar à população, tanto pelo mau odor, quanto pela poluição visual e degradação do espaço onde é lançado, tipo de acondicionamento mais adequado para cada situação; a questão do aproveitamento, por meio de reciclagem de materiais recuperáveis (plástico, papel, metal, vidro, etc.), com a fabricação de compostos orgânicos, ou ainda pelo aproveitamento do gás metano produzido durante a sua decomposição na ausência de oxigênio, o que contribui para a redução dos custos com a coleta e disposição final. Ainda, a competência do Poder Público quanto ao gerenciamento dos serviços de limpeza dos rios e recolhimento do lixo nas comunidades, fato que ainda não ocorre na região, para que os participantes possam conhecer os seus direitos; a questão do lixo da capina feita pelos moradores, na qual, os resíduos são lançados diretamente nos rios bem como: móveis velhos, galhos grandes, entulhos de obras e outros materiais inservíveis descartados, prática que contribui para o assoreamento dos rios, entre outros (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

O Dirigente do Movimento relatou-nos que o curso começou com uma roda de conversa sobre a realidade cotidiana da comunidade com relação ao tratamento e disposição final do lixo. Segundo ele, o professor fez uma pergunta interessante na primeira aula e que chamou atenção de todos.

O professor perguntou: “onde começam os problemas para o serviço de limpeza do rio em sua comunidade?” Todos ficaram calados. E o professor respondeu: “Em nossas próprias residências”. O que o professor queria dizer na verdade é que nós somos os principais responsáveis pela limpeza dos nossos rios, somos nós que temos que nos esforçar para dar um acondicionamento adequado para o lixo que produzimos (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

No relato do Dirigente podemos identificar que o professor quis chamar atenção dos participantes para o fato de que a limpeza do rio começa dentro de casa, ou seja, no local onde o lixo é gerado, e que a população deve ser conscientizada da necessidade de acondicionar o lixo em depósitos apropriados para evitar o derramamento e facilitar o seu manuseio na hora da coleta.

O Relatório de Ações evidencia o desconhecimento dos participantes dos aspectos sanitários ambientais envolvidos, posto que narraram que a queima ou o simplesmente jogar no rio é o destino final que dão ao lixo, sendo que o mesmo não é processado, isto é, não passa por nenhum tipo de beneficiamento antes de ser descartado.

Os participantes do curso relataram que o lixo recolhido no dia a dia é queimado no quintal; uns queimam todos os dias, outros duas vezes por semana. Todos afirmaram que até pouco tempo jogavam o lixo doméstico no rio (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Como é evidente no Relatório, o principal problema com relação ao lixo é o acondicionamento. Os moradores queimam ou jogam no rio porque não existe na Ilha um local apropriado para remoção regular do lixo que é produzido, visto que a Prefeitura não oferece esse serviço nas Ilhas.

Com relação ao fato de o lixo ser despejado diretamente no rio, identificamos no relatório que o curso contribuiu para esclarecer que:

Quando o lixo é lançado em córregos, igarapés, rios e praias, provoca a poluição das águas e leva ao acúmulo de sedimentos nos leitos desses ecossistemas. Além da sujeira, provoca o aumento da temperatura da água, provocando a diminuição da quantidade de oxigênio dissolvido nela. A consequência é que fica cada vez mais difícil a vida dos moradores, das plantas e dos peixes. O ciclo vital das espécies é quebrado, prejudicando as comunidades que sobrevivem principalmente da pesca (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Outra questão muito importante trabalhada no curso foi a da compostagem. Trata-se de um processo biológico de composição da matéria orgânica contida em restos de alimentos de origem animal ou vegetal (sobras de comidas, frutas, verduras, etc.). Este processo tem como resultado final um composto orgânico que pode ser utilizado como condicionante do solo, adubo na agricultura e jardinagem, sem ocasionar riscos ao meio ambiente (Relatório de Ações MORIVA, 2008).

De acordo com o Dirigente do Movimento, a compostagem foi trabalhada no curso como uma alternativa para o aproveitamento agrícola da matéria orgânica, o que é extremamente necessário para o fortalecimento do solo da região, haja vista que o solo da região de várzea é pobre em nutrientes.

A reciclagem também foi um dos aspectos abordados. Inclusive, como uma oportunidade de renda para a população, através do artesanato feito com os materiais recuperáveis no lixo, os quais têm cada vez maior aceitação no mercado. As vantagens econômicas, sociais, sanitárias e ambientais sobre esses métodos se tornaram alvo de discussão e conseqüentemente de conscientização da importância dessas alternativas que até então, não têm sido utilizadas pelos ribeirinhos.

A integração com a comunidade também emergiu no processo de debate. As críticas às pessoas que tomam iniciativas de conservação da limpeza dos rios, a conscientização de

que os moradores são também responsáveis pela geração e acondicionamento do lixo produzido. Esses debates serviram e servem para demonstrar o papel decisivo de cada morador na busca por melhores soluções, em se tratando da limpeza dos rios, conforme descrito no Relatório de Ações.

É preciso buscar formas de comunicação capazes de mobilizar cada comunidade para uma participação efetiva no cotidiano da limpeza dos rios, seja através de associações de moradores, Igrejas, escolas, casas comerciais. É preciso mobilizar a população, chamar a atenção das pessoas para o problema, pois mais importante que limpar é não sujar (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Partindo da premissa que a participação da população é fundamental para o sucesso de qualquer ação socioambiental, o MORIVA iniciou uma campanha educativa contra a poluição dos rios, a qual será abordada mais adiante, a fim de mobilizar e conscientizar a população para o problema, com a distribuição de sacos, folhetos, placas e a própria conversa dos participantes do curso com a população. Contudo, o Movimento ressalta no Relatório que a realização de debates, campanhas, palestras ou oficinas em escolas, Igrejas e outras entidades associativas são importantes, mas de nada valerão estes esforços se não houver continuidade das ações, pois além de conscientizar é preciso mobilizar a comunidade, e isto somente será possível se forem mantidas campanhas permanentes (Relatório de Ações, 2008).

Finalmente, resta-nos lembrar de que as experiências construídas pelos participantes do curso desenvolvido pelo MORIVA contribuíram no sentido de trazer os problemas para o debate, agrupar informações sobre as necessidades existentes, bem como, na conscientização de que é necessário pensar em alternativas que ajudem a dimensionar esses problemas, como no caso das Ilhas, a remoção do lixo gerado em cada domicílio para que doenças não venham ocorrer na região.

## **2 – Formação de Agentes Ambientais Voluntários**

Esta ação foi realizada com o objetivo de capacitar os ribeirinhos para auxiliarem a comunidade em atividades de educação ambiental, proteção, conservação dos recursos naturais, por meio de palestras e ações de sensibilização, em parceria com as escolas, agentes de saúde e toda a comunidade (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Participaram da capacitação 30 pessoas, dentre elas, representantes das comunidades que compõem a Ilha, ACSs, das organizações sociais, Igrejas, entre outras. Eles receberam

um Plano de Ação como atividade de campo, processo de assimilação, credenciamento para depois atuarem nas áreas específicas com maiores conhecimentos sobre conservação ambiental.

A capacitação adotou a metodologia participativa, que auxilia os agentes a identificarem os principais conflitos e os problemas ambientais, com a finalidade de facilitar o processo de construção do plano de trabalho com atividades que visem minimizar os principais problemas ambientais por eles identificados (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A ação foi realizada em fases. Inicialmente foram realizadas reuniões de sensibilização nas comunidades que compõem a Ilha para apresentar os objetivos do programa, onde foi solicitado que cada associação, através de uma reunião na comunidade, indicasse os comunitários a serem capacitados e credenciados como AAV. Durante a capacitação foram abordados temas peculiares à realidade de cada comunidade, mas em geral os módulos básicos adotados foram: noções de ecologia; fauna; flora; recursos pesqueiros; noções de saúde e meio ambiente; unidades de conservação; legislação ambiental; fiscalização, ações de fiscalização, condutas e posturas durante as abordagens; educação ambiental em unidades de conservação e o estudo da resolução Nº 02/08 que regulamenta o programa AAV com o exercício da aplicabilidade do auto de constatação; construção e apresentação do plano de trabalho pelos AAV as comunidades (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Após a oficina de capacitação, os comunitários retornaram as suas comunidades com o plano de trabalho, para executarem as ações propostas com a participação de todos os moradores. Durante a fase de monitoramento, período de estágio, foram realizadas visitas da equipe da coordenação do MORIVA em todas as comunidades, para confirmarem a participação do agente capacitado anteriormente na oficina de credenciamento. Nesta última fase, foi efetivado o credenciamento do AAV, onde foram abordadas, especificamente, as ações de educação ambiental e de proteção dos recursos naturais, sendo elaborado um novo plano de trabalho e previsto um mutirão ambiental planejado de acordo com a necessidade do grupo de AAV. Cada agente recebeu o seu fardamento, a credencial e o auto de constatação.

Segundo o exposto no Relatório de Ações, esta ação foi de fundamental importância para a conservação dos recursos naturais existentes na região, pois proporcionou um fortalecimento nas ações comunitárias, por meio de reuniões, palestras e mutirões ambientais, e principalmente um maior esclarecimento sobre as atividades permitidas dentro da comunidade e seus limites.

### 3 – Campanha contra a poluição dos rios

A ação se constituiu de uma campanha itinerante organizada pelo MORIVA juntamente com os participantes dos cursos. Na Ilha Quianduba a ação aconteceu em fevereiro de 2009 e teve como objetivo mobilizar e sensibilizar os ribeirinhos a se manifestarem contra a poluição dos rios, causada pelo desmatamento desordenado, pela exploração dos recursos naturais como: barro, areia, tabatinga, cipó, lenha, miriti, açai, palmito, jupati etc., pela poluição dos esgotos das cidades ribeirinhas que deságuam nos rios, pelo peixe podre das barcas geleiras que é jogado nos rios, pelo matadouro que despeja seus dejetos no rio, pelo lixo da feira de Abaetetuba e de muitas residências ribeirinhas que também é jogado nos rios, entre outras situações que poluem os rios das Ilhas de Abaetetuba ação possível de ser observada nas imagens abaixo.

**Fotografia 10 - Poluição dos rios que banham as Ilhas de Abaetetuba**



Fonte: Relatório de Ações MORIVA (2008)

**Fotografia 11 - Extração ilegal de madeira nas Ilhas de Abaetetuba**



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

A campanha iniciou em um encontro com todos os envolvidos para a elaboração dos materiais necessários como: cartazes, crachás com as cores da coleta seletiva, painéis, faixas, materiais informativos e placas.

“Não se agrida”, “preserve os rios”. “A natureza é um presente de Deus”. “Ser inteligente é não poluir o meio ambiente”. “A natureza é a nossa mãe”. Essas são algumas das mensagens que foram colocadas nas placas espalhadas por todas as comunidades que compõem a Ilha Quianduba conforme exposto na fotografia abaixo.

**Fotografia 12 - Imagem de lançamento da campanha contra a poluição dos rios**



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

Vários representantes do poder público municipal se fizeram presentes na Campanha como: o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde, o Secretário Municipal de Educação, Secretário de Meio Ambiente e de Obras que se comprometeram em tomar providências necessárias para solucionar os problemas, principalmente com relação ao lixo que é jogado pelos feirantes, pelo matadouro e pelas barcas geleiras no rio (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Um dos pescadores que aderiu às orientações da campanha, morador a 46 anos da Ilha Quianduba, pesca em média 15 quilos de peixe todos os dias, sai de casa às 5h da manhã e só retorna para o almoço, pouco depois do meio-dia. Pai de quatro filhos sabe que depende da contenção da poluição. “Do rio a gente tira o nosso sustento. Pesco para alimentar a minha família e vender o que não consumimos. Assim, posso dar um pouco mais de conforto lá em casa”.

**Fotografia 13 – Pescadores na pesca de lanço às margens do Rio Furo Grande na Ilha Quianduba**



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

A Campanha também priorizou a preservação das nascentes das Ilhas, por meio de um plano de recuperação ambiental. Na Ilha Quianduba, foram plantadas 800 mudas nativas em 3 das nascentes mapeadas no local. Após o plantio das mudas, o projeto entrou em fase de monitoramento, conforme explica um dos participantes.

Sempre fizemos aqui um trabalho de conscientização dos moradores. Desde a medição da Ilha no período do diagnóstico para a construção do Plano de Uso do Assentamento, vimos que ela possuía várias nascentes. No começo, chegamos a denunciar algumas famílias que não estavam agindo corretamente, mas hoje isso não acontece mais (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Para a realização da Campanha, o MORIVA contou com a parceria de órgãos públicos e parceiros da iniciativa privada, os quais doaram as mudas, colaboraram no preparo da terra e no fornecimento de arame, já que antes de iniciar o plantio as nascentes precisaram ser devidamente cercadas.

A EMATER participou da ação e doou 500 mudas de pau-brasil – árvore de madeira nobre, muito utilizada na construção de arcos de instrumentos musicais de corda. A ideia é que, a partir do manejo sustentável do pau-brasil, os assentados tenham mais uma fonte de renda.

Em áreas anteriormente degradadas, foram plantadas ainda 1.000 (mil) mudas de árvores. Cada família recebeu cerca de 20 mudas. O objetivo é diminuir o impacto ambiental oriundo da derrubada de espécies nativas para o consumo de lenha para a queima da produção oleiro-cerâmica na Ilha.

E para discutir a gestão ambiental do local foi colocada em prática a ideia da brigada ambiental. Dez famílias são responsáveis pelas discussões promovidas a respeito do tema e por mobilizar as pessoas a participarem de mutirões de limpeza das nascentes (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A brigada, também é incumbida da supervisão das ações. Os assentamentos das 16 Ilhas que são gerenciadas pelo MORIVA são palco de atividades de educação e conscientização ambiental, e, ainda, de fiscalização, com o apoio dos órgãos responsáveis. Todas essas ações fazem parte da Campanha contra a poluição dos rios criada pelo MORIVA.

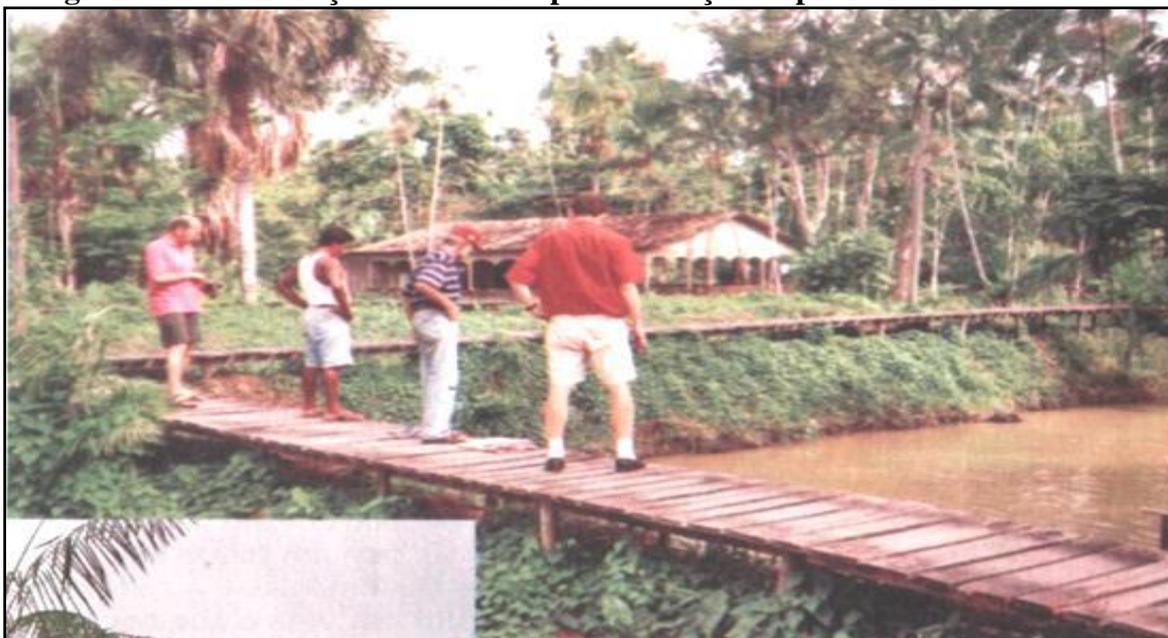
No Relatório de Ações, o Movimento ressalta que ainda há muito que fazer para sensibilizar a população e superar o quadro de poluição que assola um dos recursos naturais mais importantes das Ilhas: o rio. Todavia, acredita que a Campanha contra a poluição dos rios, oportuniza a mobilização e a sensibilização dos moradores em prol da conservação das águas como essencial à qualidade de vida. Respostas como o maior engajamento da população às causas ambientais é uma das consequências desta importante campanha.

#### 4 – Estação de piscicultura

A Estação de Piscicultura foi uma ação criada com o objetivo de incentivar os ribeirinhos para o cultivo de peixes em tanques nas comunidades. O primeiro projeto foi desenvolvido nas Ilhas Campompema, Quianduba e Urubueua Cabeceira. Posteriormente, diversos projetos se espalharam pela região com esse intuito (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A ação começou com o trabalho de roçagem da área da estação, com várias pessoas trabalhando. Em seguida, começaram-se as obras de construção da estrutura do laboratório e a construção de dois viveiros (lagos) para a reprodução de alevinos. O trabalho ocorreu durante dois meses, com 20 homens trabalhando, seguindo um cronograma desenvolvido pelo MORIVA, de maneira que os mesmos se revezavam na realização das tarefas.

#### Fotografia 14 - Construção dos viveiros para a estação de piscicultura



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

O peixe escolhido para o cultivo foi o tambaqui (*Colossoma macropomum*), nativo da região. Devido à sua sobre pesca, o Tambaqui vem se tornando raro nos rios, e a população recorre à piscicultura para obter tal peixe.

A ação foi desenvolvida em conjunto com a EMATER, o INCRA e demais instituições parceiras, sempre mesclando o conhecimento técnico com o prático, a partir dos resultados e da vivência da comunidade.

No final de outubro de 2008 a estação foi inaugurada com uma grande festa com a presença dos moradores e de várias autoridades. Na ocasião, foram anunciados pelo Presidente do MORIVA os primeiros passos de regularização legal da estação a fim de representar os piscicultores (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

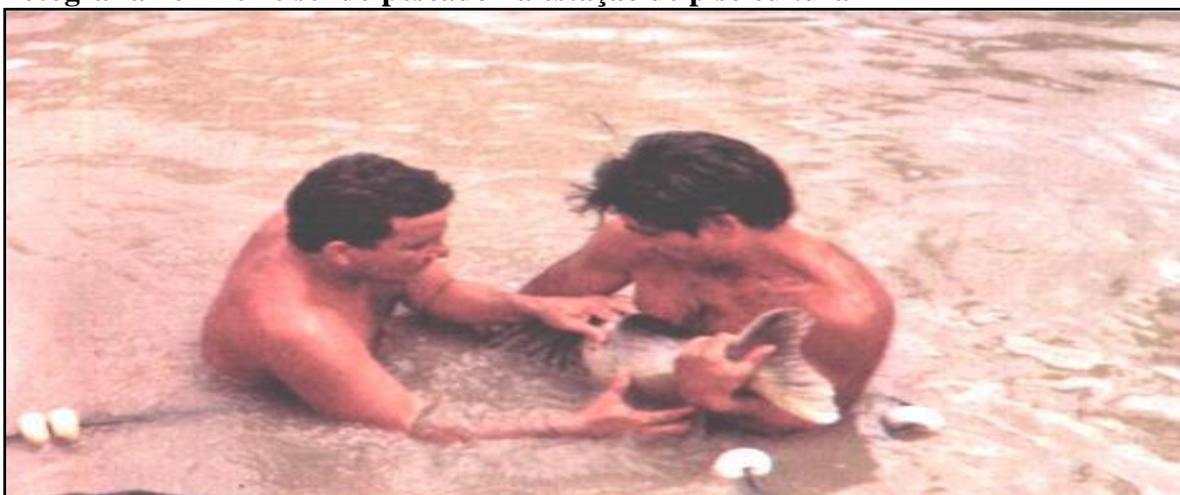
#### **Fotografia 15 - Inauguração da estação de piscicultura**



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

De acordo com o Dirigente do Movimento, hoje, a estação de piscicultura está em pleno desenvolvimento e a experiência é compartilhada em vários municípios da Região Guajarina, por meio de participação do Movimento em seminários e encontros.

#### **Fotografia 16 - Peixe sendo pescado na estação de piscicultura**



Fonte: Relatório de ações MORIVA (2008)

A comunidade trabalha e controla toda a produção. O MORIVA faz o acompanhamento técnico e a observação dos resultados, sempre trabalhando com processos participativos de troca de resultados e decisões, e, quando requisitado pela comunidade, com processos educativos, principalmente referentes a técnicas rurais e de gestão agrícola. Resultados e conhecimento são trocados em reuniões por ambas as partes para afinamento na forma de produção e decisão de novas práticas.

De acordo com acertos e erros e observação prática dos produtores, foi elaborado um novo sistema produtivo que pode vir gerar renda, alimento e melhoria de qualidade de vida dos ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba e, conseqüentemente, de outras regiões.

## **5 - Elaboração da carta “Movimento de Cidadania pela Água”**

Esta ação realizada pelo MORIVA foi reconhecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que divulgaram essa carta em artigos na Revista **Terra da Gente**, obtendo repercussão nacional (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

O objetivo principal dessa carta foi alertar e conscientizar a sociedade brasileira para a necessidade de conservação de água doce a qual é o recurso natural mais escasso do planeta, bem como reivindicar das autoridades municipais, estaduais e federais medidas e ações como:

- Política de saneamento básico para tratamento de esgotos que jogam poluição direta nos rios;
- Divulgação das leis ambientais contidas na Lei Orgânica dos municípios e caso não possuam, que os mesmos elaborem leis que visem defender o meio ambiente;
- Que as Prefeituras elaborem um cronograma de coleta seletiva de lixo nas Ilhas para serem reciclados, como: papel, plástico, vidro, lata e metal. Pois, somos todos iguais, temos os mesmos direitos, tanto os que moram no campo, quanto os que moram nas cidades;
- Que os três poderes se unam para elaborar um sistema de Saneamento de fossas ecológicas ou fisiológicas nas Ilhas para combater a poluição nas águas dos rios;
- Que os três poderes adotem uma campanha ambiental nos navios e barcos, para que possam construir um sistema de banheiros e fossas na modalidade dos aviões e ônibus interestaduais;
- Que os três poderes promovam campanhas educativas sobre o meio ambiente através de: TV, rádio, panfletos e outros meios que cheguem a criar impactos na sociedade;

- Que os movimentos sociais, sindicatos, comunidades, ONGS e grupos ambientalistas assumam juntos, esta campanha de educação ambiental na Amazônia, no Brasil e no Mundo.

## **6 – Incentivo e diversificação da produção**

A diversificação não se consolida enquanto não se institucionalizar (formal ou tacitamente) e se enraizar nas estruturas cognitivas, mentais e culturais dos agricultores e da população em geral, incluídos os gestores públicos e instituições governamentais. Neste sentido, trata-se de processo em que os próprios atores precisam estabelecer formas de governança mantendo a capacidade de controle e regulação. Quanto mais os mecanismos de controle e institucionalização forem democráticos e participativos, tão melhor será para sua sustentabilidade (AMARAL, 2002, p. 32).

A região das Ilhas de Abaetetuba caracteriza-se pela predominância da cultura do açaí. Desde a extinção da cultura canavieira e conseqüente decadência da cultura oleiro-cerâmica esse fruto vem sendo responsável pela sustentação econômica dessas Ilhas. Com o aumento da produtividade passou a existir uma preocupação por parte do MORIVA, lideranças de outras ações e do próprio governo local no sentido de identificar novas alternativas de renda para os moradores dessa região (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A grande dependência dos ribeirinhos da cultura do açaí com todos os riscos que esse monocultivo acarreta, torna urgente a identificação de alternativas de produção e de geração de renda. Especialistas evidenciam a necessidade de desenvolver sistemas de produção alternativos na região que diminuam a dependência do ribeirinho em relação à cultura do açaí, que permitam um incremento nos ganhos da família, que respeitem os limites do meio ambiente e que possibilitem uma maior estabilidade financeira, a médio e longo prazo (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Nesse sentido, a diversificação configura-se como uma possível alternativa capaz de proporcionar meios para elevar as vantagens relativas dessa região, garantindo a biodiversidade e ampliando o mercado de trabalho.

O MORIVA parte do pressuposto que o incentivo e a diversificação rural/agrícola podem ser uma dessas formas alternativas, uma vez que poderá diminuir os riscos de se ter apenas o açaí como principal fonte de renda e manutenção familiar. Encarada como um ato coletivo enquadrador de um processo de revitalização social, econômica e ambiental, a diversificação constitui uma das opções estratégicas na política do desenvolvimento rural, em particular dos territórios rurais mais afetados pelo declínio de determinadas atividades

agrícolas como é o caso da região das Ilhas de Abaetetuba (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

A compreensão do MORIVA sobre diversificação rural é fundamentada por Amaral (2002), a qual é caracterizada como a implantação simultânea de atividades agrícolas e não agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais, e/ou, pela combinação de atividades urbanas do setor terciário com as atividades agropecuárias.

Nesse sentido, a diversificação rural pode, então, ser caracterizada como pluriatividade, o que, de acordo com Amaral (2002), é considerada a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas não agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades.

A ação dialoga com quatro eixos básicos que orientam as estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar, fundamentando as alternativas de desenvolvimento rural sustentável. Os eixos são: combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção e a geração de renda e agregação de valor (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Foram estabelecidas sete unidades demonstrativas em propriedades rurais na Ilha Quianduba. As reuniões técnicas realizadas nas propriedades foram um importante instrumento de divulgação da ação para os agricultores das diversas comunidades que compõem a Ilha.

A diversificação agrícola foi considerada pelo MORIVA como a mais favorável para a região, uma vez que esta tem na agricultura familiar sua principal mão de obra e solo propício para atividades diversificadas viáveis conforme afirma o Dirigente do Movimento:

Eu acho que é a única saída que os ribeirinhos das Ilhas de Abaetetuba têm é diversificar, agora diversificar com pé no chão, sempre pensando no mercado; por isso tem que fazer um estudo de mercado antes, muito bem estruturado, pra ver quais são os produtos que vale a pena investir (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Analisando o Relatório de Ações, identificamos que as atividades percebidas como mais viáveis pelos representantes do Movimento são a criação de animais como pato, porco e galinhas, uma vez que existe uma feira livre no município de Abaetetuba que se constitui num excelente mercado consumidor na região.

A criação de animais é uma das atividades mais viáveis, porque as mulheres podem contribuir nessa parte, ajudando os maridos, haja vista que os mesmos desenvolvem a pesca, o cultivo do açaí, e esses animais põem ser vendidos na feira de Abaetetuba (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Diversificando a produção, os assentados têm opções de consumo e de comercialização durante o ano inteiro, como relata uma entrevistada que cria em sua propriedade, pato, porco, galinha; planta abóbora, mandioca, batata-doce, feijão, quiabo, milho, melancia, cupuaçu, mamão, manga, jaca, laranja, abacaxi, açaí e ainda cultiva uma horta caseira. Há 20 anos no local, foi uma das primeiras beneficiadas pela ação desenvolvida pelo MORIVA (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Usando a terra como meio de sobrevivência, a entrevistada acredita que vai conseguir ajudar o marido com as despesas da casa. “Se a gente souber utilizar a terra, a gente ganha dinheiro, porque quando o açaí acaba a gente tem outras frutas pra vender e isso ajuda muito”.

O MORIVA oferece apoio a essas mulheres ajudando na comercialização desses produtos para que elas possam vender por um preço melhor o que produzem. Além disso, há também o estímulo ao reflorestamento, à manutenção de matas ciliares, o controle de queimadas e a produção de viveiros com mudas de plantas medicinais.

Segundo o Dirigente, já está sendo discutida no movimento a possibilidade desses produtos serem fornecidos a prefeitura municipal para comporem o cardápio da merenda escolar, o que irá, com certeza, imprimir mudanças na forma de produzir, de comercializar, de consumir e na busca por melhores práticas que possibilitem a sustentabilidade e contribuam para melhorar a renda familiar e conseqüentemente a qualidade de vida.

Além disso, o MORIVA tem viabilizado a participação dessas mulheres em seminários, palestras e intercâmbios, eventos que propiciam o crescimento intelectual das mesmas, contribuindo dessa forma, para que se tornem protagonistas do desenvolvimento sustentável em suas Ilhas.

A horticultura e a piscicultura também foram alternativas desenvolvidas na ação, com o objetivo de aumentar a renda e no consumo próprio. A manga, a banana e a goiaba

foram incentivadas pelo MORIVA, principalmente para os agricultores que possuem propriedade acima de 10 hectares. Muitos já estão comercializando esses produtos constituindo assim numa nova fonte de renda, conforme descreve o Dirigente do Movimento:

No caso desses frutos, muitos agricultores já estão vendendo. Se eles tivessem só açaí, no inverso eles iam sofrer, com certeza. Como eles têm a manga, a banana, a goiaba e outros frutos, eles têm um ganho a mais. Eu já disse pra outros que ainda não aderiram a diversificação que é preciso ter outras atividades. Porque se eu cato um cadinho daqui, um cadinho dali, cada coisa, cada planta dessa, me dá uma rendazinha, chega no final, dá uma renda melhor, dá um total maior (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015)

No Relatório de Ações é evidente que o desafio do MORIVA para os próximos anos é ampliar essa ação para desenvolver a produção organizada em termos de associativismo com o apoio da EMATER, da Secretaria de Agricultura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTRA) de Abaetetuba, incentivando principalmente a produção de frutos que produzem polpa como cupuaçu e goiaba.

Na opinião dos técnicos da EMATER, a produção organizada em associativa para ser eficiente precisa de investimento em capital, ou seja, de crédito para os produtores. Entretanto, as instituições financeiras preferem emprestar os recursos para o médio e o grande produtor, uma vez que os pequenos não possuem muitas garantias de pagamento, conforme pode ser observado nesse trecho:

Os bancos acham que o pequeno produtor não paga. Porque é muito trabalho pro banco emprestar dois mil reais para o pequeno produtor. E o que acontece? Ele prefere emprestar vinte mil, trinta mil para o grande produtor. É muito mais rápido na concepção de certas agências, o retorno do grande produtor é mais garantido. Ele tem mais condições de dar uma garantia e o pequeno produtor não tem. Se chega um produtor que está começando hoje a sua atividade, é mais difícil, porque não tem nem garantia, não tem nem terra pra ele começar (Técnico da Emater de Abaetetuba, In: Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Essa complexidade na concessão de crédito para o pequeno produtor por parte de financiadores é uma restrição para se diversificar. De acordo com o Relatório, essa dificuldade é acarretada pela falta de organização, pois o incentivo governamental não vem acontecendo de maneira uniforme e os produtores não se aglomeram para se tornarem mais fortes e defenderem seus interesses.

A ação de incentivo e diversificação da produção foi iniciada em fevereiro de 2004 e após uma safra de experimentos e demonstrações, o MORIVA no seu Relatório de Ações

avalia os resultados alcançados afirmando que a diversificação agrícola se apresenta como um fator favorável para os ribeirinhos e pode ser considerado como um meio de desenvolvimento rural sustentável na região, uma vez que esta possui mão de obra, solo e clima propícios para as atividades diversificadas. No entanto, faz-se necessário investimento em uma linha de crédito apropriada para que as atividades se tornem viáveis e assim, tenham um mercado consumidor mais propício (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

## **7 – Manejo comunitário de camarão**

A ação manejo comunitário de camarão iniciou com um trabalho de assessoria realizado pelo MORIVA às famílias das Ilhas, cujo principal desafio foi à construção, implantação e consolidação de referenciais de sustentabilidade para o desenvolvimento das mesmas (Relatório de Ações, MORIVA, 2008). Dessa forma foi realizada uma série de diagnósticos sobre a gestão dos recursos naturais nas Ilhas, dentre eles, o da pesca.

O estudo sobre o manejo da pesca do camarão trouxe como principal questão a necessidade de repensar a forma de uso dos recursos pesqueiros, tendo em vista a problemática estabelecida nas comunidades com a diminuição da quantidade e da qualidade do produto.

Em setembro de 2010, foi realizado na Ilha Campompema o primeiro encontro de pescadores promovido pelo MORIVA com o tema “a realidade do pescador de camarão das Ilhas”. O objetivo era debater a questão legal da atividade pesqueira, a organização política dos pescadores e a produção, beneficiamento e comercialização do camarão (Relatório de Ações, MORIVA, 2013).

Esse encontro pode ser considerado um marco na construção da experiência de manejo na região ao impulsionar estudos e ações com o objetivo de melhorar a pesca de camarão na região das Ilhas de Abaetetuba.

O Movimento passou então a desenvolver seminários e encontros sobre a pesca em diversas Ilhas, demandando assessoria técnica para a criação de camarão em viveiros. Entre outros aspectos, foram identificadas iniciativas inovadoras dos próprios pescadores que poderiam ser desenvolvidas e disseminadas. Dentre elas, destaca-se o “armazenamento” dos camarões em pequenos viveiros flutuantes, com a finalidade de “esperar o comprador” do produto *in natura* e minimizar as perdas advindas da excessiva mortandade decorrente do

precário acondicionamento nos viveiros tradicionais, da superpopulação e da falta de oxigenação na água (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

As primeiras experiências de criação de camarão em viveiro foram realizadas em construções rústicas, feitas com madeira e telas plásticas. No início, foi proposta uma pesquisa aplicada, da qual, dez famílias da Ilha Quianduba se propuseram a participar. Segundo o Relatório, os resultados iniciais foram desanimadores, em virtude de problemas de canibalismo entre os camarões, falta de oxigenação da água e fugas provocadas pelo rompimento das telas do viveiro. A maior parte do camarão colocado nos viveiros havia sido perdida, causando grande frustração, conforme afirma um dos moradores que participou da ação.

O MORIVA conseguiu o recurso para montar o viveiro. Fazer o viveiro para colocar o camarão dentro. Tinha certa quantia de tempo para deixar lá: por 15 dias, 20 dias, dando ração pra ele crescer e ser vendido grande. Eu comecei fazer essa experiência junto com o compadre Sabá. Aí roubaram o camarão e a gente comprou cadeado e deixou tudo trancado. Levaram muito camarão. Teve gente que colocou 50 quilos de uma vez. Aí, a gente, fazendo a comparação... quando fomos tirar, pela metade, vinha camarão desse tamaninho assim, pretinho ainda. Dessa vez não deu certo de vender o camarão. Bom, a gente não queria que acontecesse isso, mas... Aí nós tivemos a ideia de fazer a seleção primeiro no viveiro. Tivemos a ideia de trabalhar no viveiro e colocar ele com tudo, graúdo, miúdo. Nossos viveiros eram de tela. A gente tinha muito prejuízo. Quando ia ver tava furado. Aí veio a ideia, num encontro que a gente fez pra conversar sobre o assunto. Vamos fazer tudo de madeira mesmo. Foi aí que aprovou (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Lideranças locais, a exemplo do morador mencionado no relato acima, insistiram na experiência, melhorando a estrutura do viveiro e monitorando com mais frequência à permanência dos camarões. O propósito principal da experiência era o armazenamento do camarão para vender na entressafra, quando o preço do produto é maior.

**Fotografia 17 - Viveiro utilizado pelos moradores da Ilha Quianduba que participaram da ação**



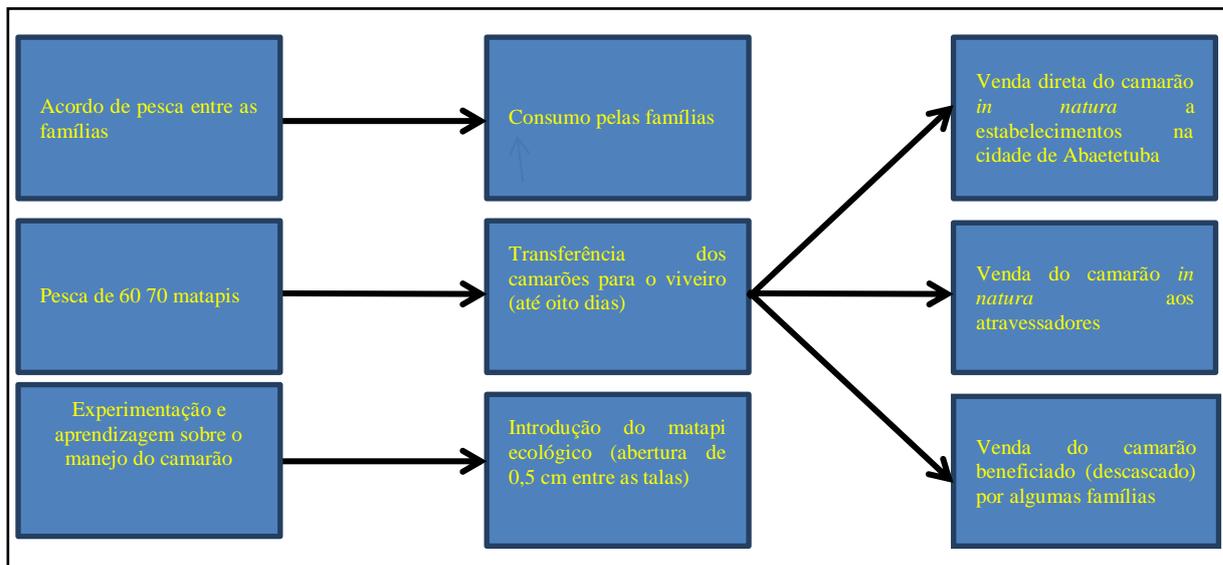
Fonte: Relatório de Ações MORIVA (2008)

Após uma série de tentativas foi percebido que os camarões permaneciam sem problemas no viveiro por um período máximo de oito dias. Isto já era um grande resultado, pois a permanência no viveiro por este período possibilitava a venda do produto em maior quantidade e uma melhor negociação com os atravessadores.

A grande inovação foi realizada a partir das melhorias técnicas no viveiro. Foi percebido que ao deixar uma abertura de um centímetro no viveiro, os camarões menores voltavam à natureza deixando apenas os maiores. Os pescadores também passaram a discutir sobre a obediência aos acordos de pesca já existentes nas Ilhas, como uma forma de reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

O manejo da pesca do camarão na Ilha Quianduba começou a influenciar as demais comunidades em outras Ilhas. Em alguns casos já haviam algumas experiências sendo desenvolvidas por pescadores e que foram fortalecidas pelos bons resultados obtidos na Ilha. A figura abaixo apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas a partir do manejo comunitário de camarão na Ilha.

**Figura 09 - Sistema de pesca de camarão praticado pelos ribeirinhos participantes da ação na Ilha Quianduba a partir da introdução do manejo**



Elaborado por Marinês Rodrigues (2015)

O projeto de manejo do camarão também foi um introdutor da organização das mulheres como pode ser percebido no relato de uma participante da ação.

As mulheres participavam muito pouco das reuniões que o MORIVA fazia para discutir sobre o manejo do camarão, porque eram só os homens que trabalhavam. Quando tinha uma reunião, as mulheres iam, mas pra fazer café, cozinhar, os homens que ficavam discutindo (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Mas esse tempo passou, a partir do momento em que as mulheres começaram a se engajar no projeto através da confecção de matapis, o que representou uma ruptura com a visão dominante de outrora que subalternizava o papel da mulher na pesca, como diz uma das mulheres:

Pescador é uma classe muito machista, né? Então era um isolamento. Os homens diziam: “Vai lá pra casa fazer a comida, vai encher água, aqui não tem nada pra você fazer. Vai fazer um café pra mim que desde manhã eu não tomo café. Quando eu chegar da reunião quero tudo pronto” (Moradora da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Nos relatos ouvidos nas entrevistas, as mulheres manifestaram que nem imaginavam que com o projeto de manejo de camarão o seu trabalho na confecção de matapis seria tão reconhecido. O matapi produzido pelas mulheres é feito de tala de jupati e complementado com o fio de náilon, o que facilita a reposição da tala quando esta quebra pelo uso contínuo da

pesca. No dizer das mulheres, quando isso ocorre, os pescadores “podem ir retalando e continuar usando o matapi novamente”. O matapi que vem de fora não tem essa flexibilidade, pois é feito de fibra, o que, às vezes, impossibilita que permaneça em bom estado até o final da safra.

No intuito de aumentar a participação das mulheres no projeto, o MORIVA organizou uma formação para a aprendizagem e o domínio da confecção de matapis pelas mulheres, o que destacou a qualidade do produto como um diferencial à produção. Hoje, os matapis confeccionados pelas mulheres também são comercializados em outros lugares, pois muitos viajantes compram para revender nas cidades do Estado do Amazonas.

### **Fotografia 18 – Grupo de mulheres em atividade de capacitação**



Fonte: Relatório de Ações MORIVA (2008)

**Fotografia 19 – Mulheres na confecção de matapis**

Fonte: Relatório de Ações MORIVA (2008)

No Relatório de Ações do MORIVA é possível identificar que os benefícios desse manejo para o meio ambiente e para a população envolvida são evidentes. Do ponto de vista ambiental, verificou-se a redução do número de armadilhas utilizadas por família e a diminuição da produção total por família por safra, mas sem comprometer os ganhos econômicos. O aumento do tamanho do camarão comercializado é indicativo de que os camarões pequenos não foram capturados, favorecendo, portanto, a manutenção dos estoques naturais.

Outra contribuição foi a conservação da mata ciliar, que protege as margens dos “furos”, cursos d’água que separam as ilhas locais que servem de abrigo para peixes e camarões. No que se refere ao impacto econômico, identificou-se um preço maior por quilo de camarão vendido. Apesar da diminuição significativa do número de animais capturados entre 2010 e 2011, o incremento no valor do produto tem resultado no aumento sistemático da renda provinda da pesca de camarões por parte das famílias envolvidas.

Os benefícios sociais também são evidentes, vão além da elevação da renda. Inserida em um trabalho mais abrangente de desenvolvimento comunitário, a ação proporcionou melhorias mais amplas na qualidade de vida da população. Dentre elas, destacam-se o fortalecimento dos processos organizativos, a participação no MORIVA e em outros movimentos (STTRA e na colônia de pescadores), o acesso a serviços públicos, ao transporte, à comunicação, à educação etc.

## **CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES AMBIENTAIS INSCRITOS NO COTIDIANO DAS AÇÕES DO MORIVA**

Este capítulo tem por objetivo caracterizar as práticas educativas e os saberes ambientais inscritos no cotidiano das ações desenvolvidas pelo MORIVA no contexto da Ilha Quianduba. Para alcançar o objetivo, tratamos em primeiro lugar da compreensão epistemológica das categorias práticas educativas e cartografia, que dão sustentação às análises dos dados.

### **2.1 – Concepções epistemológicas de práticas educativas**

A concepção epistemológica de práticas educativas que fundamenta este estudo está referenciada nas teorias educacionais desenvolvidas por Silva (2006, 2007) e Freire (2000, 1985), nas quais práticas educativas configuram-se numa dimensão bastante ampla e contemplam atividades diferenciadas que ultrapassam os limites do contexto escolar, se materializando em processos e ensinamentos de saberes familiares, religiosos, de formação política, entre outros. Silva (2008, p. 110), trata dessa categoria no campo ambiental:

O termo práticas educativas do ponto de vista epistemológico assume um significado para além da educação formal, incorpora práticas cotidianas e formação de valores no campo ambiental. Numa perspectiva ampla configura-se como uma dimensão da “educação para sociedades sustentáveis” e está relacionada com a constituição de um campo da educação ambiental. [...] A educação para sociedades sustentáveis assenta-se nos quatro alicerces resultantes dos trabalhos da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, tais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Por essa concepção, as práticas educativas ultrapassam o processo de educação convencional, e estendem o seu significado para a dimensão ambiental, ou seja, para os saberes ambientais que as comunidades locais constroem em seus cotidianos.

A reflexão epistemológica da autora sobre práticas educativas numa perspectiva ambiental pode sustentar a compreensão das relações cotidianas dos sujeitos desta pesquisa nas ações do MORIVA como um processo formativo socioambiental, que diante da crise civilizacional que a humanidade experimenta, pode constituir-se como um dos pilares fundamentais para a formação humana de sujeitos e para a consolidação de valores que orientem eticamente as suas condutas em relação ao meio ambiente e à utilização dos recursos naturais.

Para Freire (2000), as práticas educativas são derivadas da transformação ou reconstrução dos saberes que são repassados a um grupo que não tem o princípio do conhecimento acadêmico científico, mas que pode contribuir com suas experiências e vivências. Dito de outra forma são aquelas que não se limitam a prática e reflexão pedagógica da escola normal, mas fazem parte do contexto de quaisquer sujeitos que experimentam de alguma forma situações de opressão.

Este autor reitera que toda prática educativa precisa ter como objetivo a conscientização, que só acontece quando o ser humano alcança um posicionamento crítico da sua realidade. Para isso, é preciso que ele se aprofunde cada vez mais em sua realidade vivida, pois o processo de conscientização é determinado pela tríade ação-reflexão-ação, a qual é conceituada pelo autor como um movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no pensar para o fazer e no pensar sobre o fazer.

Nesta direção, a conscientização surge da reflexão do sujeito sobre a prática, uma reflexão a princípio curiosa, que aos poucos pode se transformar em crítica e conseqüentemente em atitudes mais conscientes sobre a realidade.

Dessa forma, tomando como referência o conceito ampliado de educação em Freire (1985), busca-se verificar se de fato as ações do MORIVA configuram-se efetivamente como um espaço de construção de práticas educativas, posto que para este autor, a educação precisa ser pensada a partir do contexto socio-histórico, natural e cultural dos sujeitos, que é fruto da construção coletiva, mediada dialogicamente, que coloca aos sujeitos o desafio de cultivarem uma postura crítica diante do mundo, que os incentiva a terem o compromisso de se assumirem enquanto seres curiosos diante dos fatos, realidades e fenômenos que constituem as suas próprias vidas.

Considera-se que a concepção epistemológica de Freire (1985), afirma e reafirma a necessidade de compreender a educação que é construída no cotidiano dos espaços não formais, marcada, muitas vezes, por conflitantes interesses éticos, políticos, econômicos, sociais e culturais, como um instrumento que engendra valores que se traduzem em novas práticas de ação-reflexão e em novas formas de pensar e agir no mundo e com o mundo. Ainda que de caráter introdutório, essas reflexões sobre a concepção epistemológica de práticas educativas, dão sustentação às análises que tratam da vivência dos ribeirinhos no cotidiano das ações do MORIVA, no contexto da participação, do agir coletivo, do diálogo e do aprendizado dos direitos, e também de como essa vivência se materializa em práticas educativas voltadas para a sustentabilidade local.

### 2.1.1 - A prática educativa no contexto da participação

A participação é um processo presente em praticamente todas as atividades do ser humano e nas relações dele com o mundo. Quando se fala em relação social ou agrupamento, qualquer que seja o contexto, entre pessoas, empresas ou países, a participação está implicada.

Bordenave (1994) considera a participação como o próprio processo de criação do ser humano ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. A participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas sim, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde.

Nesse sentido, a participação é o caminho natural para o ser humano exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza. Sua prática envolve a satisfação de outras necessidades, não menos básicas, tais como: a interação com os demais seres humanos, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

Em Bordenave (1994, p.16), o processo de participação é caracterizado por duas bases fundamentais: “uma afetiva: quando participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros, e outra instrumental: quando participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinhos”.

A participação instrumental, que trata do indivíduo numa ação individual, é a primeira instância do que chamamos de participação social. Esta se refere propriamente, aos grupos de indivíduos de modo que estes criam os bens materiais para sua apropriação. A participação social pode ultrapassar o microuniverso das relações sociais locais e promover transformações nos macrorganismos da sociedade, no âmbito político e econômico, conforme esclarece o autor:

A participação social é a produção dos bens materiais e culturais, bem como, sua administração e seu usufruto. (...) O conceito é transferido desse modo, da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral, sem consequências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas. (...) Se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufrui, mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participa verdadeiramente (BORDENAVE, 1994, p. 25).

Na perspectiva do autor, a participação social se constitui como um processo contrário à dominação e à concentração do poder. É o pensar coletivo a partir do cotidiano, do

contexto das preocupações e interesses da população na análise e no desvelamento da realidade, ultrapassando enfim, a mera grupalização para a mobilização efetiva e organizada. Para isso, são necessários exercícios permanentes de reflexão, ação e estratégias, avaliadas e ajustadas para responder a novas exigências e demandas do contexto social em contínua mudança.

As análises sobre participação social desenvolvida por Bordenave (1994) dão sustentação para compreender como a participação dos ribeirinhos nas ações socioambientais desenvolvidas pelo MORIVA se configura como prática educativa e sua contribuição para a sustentabilidade local.

Na entrevista com um dos dirigentes do Movimento ficou evidente que todas as atividades desenvolvidas no contexto das ações como: reuniões, assembleias, mobilizações, encontros, seminários, cursos, campanhas, etc., são orientadas por processos de participação.

Todas as nossas atividades nas ações são orientadas por processos de participação. Na verdade nós temos a participação como uma estratégia de trabalho, porque se as pessoas não participarem da elaboração dos projetos, das campanhas, não participarem das reuniões, elas não se sentem responsáveis. É participando que as pessoas aprendem a assumir as suas responsabilidades. Sempre nós buscamos parceria com outros movimentos, com instituições que possam nos ajudar, a gente reúne com esse pessoal e coloca nossas ideias, aquilo que a gente pretende fazer e solicita apoio. Tem vezes que o resultado é imediato, tem vezes que a gente tem que esperar, porque sempre tem coisas que tem que enfrentar a burocracia, mas até aqui a gente tem sido bem sucedido (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

De acordo com este dirigente, é participando das atividades do Movimento que os seus filiados podem aprender a lidar com a burocracia, sobre a importância de estabelecer parceria, da coletividade, enfim, a responsabilidade que possuem enquanto moradores do local com a sustentabilidade do ambiente ao redor.

Gohn (2009), refletindo sobre os movimentos sociais como espaços educativos, ressalta que a participação neles, promove o desenvolvimento de diversos processos de ensino-aprendizagem, os quais podem se dá nas práticas sociais mediante diferentes fontes:

1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício de poder. 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe. 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas. 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento. 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 2009, p. 50-51).

As aprendizagens supracitadas fazem com que as pessoas modifiquem concepções e atribuam significados ao ambiente em que vivem, o que contribui para a construção de processos educativos que vislumbram possibilidades de transformação social, a partir de um novo saber popular politizado, numa construção dialética, se opondo e superando as formas de poder autoritário.

Ainda segundo Gonh, a relação com as diferentes formas de saber e poder dá ao movimento um duplo caráter educativo, quando os sujeitos externos aprendem com o movimento e o movimento aprende com os sujeitos externos. Um bom exemplo disso é a relação entre o MORIVA e a EMATER para a realização de cursos, na qual a EMATER aprende na dinâmica do Movimento, suas místicas, seus saberes, conforme relato de um dos técnicos da instituição, e o Movimento aprende com a EMATER, sua organização, a burocracia, os conhecimentos técnicos, conforme relato de um dos dirigentes do Movimento:

É muito importante para a EMATER essa parceria com o MORIVA, uma parceria de aprendizado, porque nessa parceria, a gente aprende também. As estratégias que o movimento usa pra obter a participação dos moradores nos cursos, pra que eles se interessem e participem, pra resgatar neles a vontade de aprender, porque geralmente as pessoas que participam dos cursos já pararam de estudar a muito tempo, e o Movimento consegue vencer esses desafios, ampliar parcerias, eu tiro o chapéu pra dinâmica deles (Técnico da EMATER em entrevista, 2015).

A EMATER ajudou bastante na ação cursos. A parceria com eles foi muito importante porque a gente precisava repassar esse conhecimento técnico para os moradores, eles precisam desse conhecimento, principalmente sobre as questões do manejo, para que possam desenvolver suas atividades agrícolas com mais responsabilidade e com condições de aumentarem a produção, melhorando a qualidade dos produtos (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Essa relação com as diferentes formas de saber e poder é importante, principalmente para a construção de subsídios às ações, os quais podem contribuir na promoção do aprendizado da participação por meio de articulações que geram uma agenda de parceria com instituições externas como: poder público municipal, outros movimentos sociais, Igrejas, entre outras, e que segundo um dos dirigentes do Movimento se faz necessário, devido à fragilidade do território.

A gente precisa do apoio de outras instituições para poder desenvolver as nossas ações. Se não houver parceria com os outros movimentos, com o poder público, com a EMATER, com o INCRA, é impossível colocar em prática aquilo que é planejado. As necessidades são muitas, tudo que a gente planeja pra melhorar a sustentabilidade do território envolve dinheiro, o povo é carente, se a gente for pedir ajuda financeira deles, pra fazer as coisas, a participação deles vai ser menor, porque só vão querer participar aqueles que contribuirão. Por isso, a gente busca parceria

com outras instituições pra que não haja restrição nas ações, quer dizer, que as ações possam ser direcionadas pra todos (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Nesse relato fica evidente a necessidade que o Movimento tem de estabelecer parceria com outras instituições, o que é imprescindível para garantir a participação. A afirmação de que só há ação se houver parceria com outras instituições é o chão inicial desse aprendizado, posto que possibilita o consenso entre os participantes de que só é possível intervir no território se houver a participação de todos aqueles que levantam a bandeira da sustentabilidade no local, o que contribui também para garantir os direitos de igualdade e equidade nas ações. No Relatório de Ações (2008) há evidências de que o Movimento prioriza a participação dos moradores na organização das propostas dos cursos. De acordo com esse documento, a proposta para a realização do curso em Educação Ambiental foi construída com os participantes, conforme indica a fala de um dos dirigentes que consta em um trecho do Relatório:

Nós construímos uma proposta para o curso em Educação Ambiental, que inclusive ficou muito boa, mas também, ficou bem esclarecido lá que essa proposta era flexível, quer dizer, poderia ser alterada, conforme a necessidade. Porque a gente compreende que quando chega na hora de colocar a coisa em prática, aparece muita coisa que não foi pensado, você é professora, você sabe como é que funciona [...] nós sempre nos preocupamos com a questão da participação das pessoas, a gente não queria construir uma proposta fechada, porque a gente queria que eles (os ribeirinhos) também dessem a sua parcela de contribuição, e eles sabem fazer isso, só precisam ser impulsionados pra fazer isso (Dirigente do movimento em entrevista no Relatório de Ações, 2008).

De acordo com o depoimento neste trecho do Relatório, o planejamento dos cursos e de suas respectivas atividades é realizado de maneira participativa, durante o próprio curso, com sugestões dos sujeitos envolvidos. Isso pressupõe um planejamento flexível, não definido apenas pela equipe que coordena o curso.

Com relação ao planejamento participativo, Bordenave (1994) explica que além de constituir-se em um elemento importante no compartilhamento de conhecimentos, é um momento fundamental na construção de alianças e fortalecimento de vínculos entre os participantes. Esta proposta educativa pressupõe a troca de experiências, que só ocorre quando há convivência e vínculos de confiança estabelecidos entre os participantes.

A parceria com outras instituições para o desenvolvimento das ações, os encontros e eventos de articulação, de formalização de papéis a serem desempenhados, também podem ser considerados como formas educativas de engajamento dos sujeitos, são tessituras que

potencializam a formação do sujeito participante, como bem observado por um dos Dirigentes do Movimento:

Sem parcerias, o trabalho não funciona. Seja entre os próprios comunitários, ou a parceria institucional com outras organizações da comunidade e até mesmo de fora, é preciso união e apoio entre as pessoas. A gente sabe que sozinhos não podemos fazer tudo, mas aí a gente pede ajuda de outras instituições que sempre estão prontas pra nos ajudar. Quando há união, a coisa acontece, os resultados aparecem, é a força da participação (Dirigente do Movimento em Entrevista, 2015).

Na concepção de Freire (2000), a formação do sujeito participante nos movimentos sociais do campo é construída na dinâmica social que gera educação, caracterizada por um conjunto de determinantes políticos, econômicos e sociais, combinando o ambiente político e a vontade individual do cidadão de participar, organizados, muitas vezes, em grupos de interesses. Esse conjunto de fatores no âmbito da sociedade dá origem à forças motrizes do processo de participação, sendo os movimentos sociais sujeitos importantes dessa dinâmica social que pode ser visualizada nos relatos de alguns participantes das ações.

Quando foi pro MORIVA criar a ação do manejo do camarão, eu me lembro que era preciso dinheiro pra mandar fazer os viveiros, inclusive os primeiros que foram feitos não ficaram bons teve que fazer outros, aí o MORIVA reuniu a gente pra ir pra uma reunião com o STTRA, com o Secretário de Agricultura, pra vê se a gente conseguia fazer uma parceria, pra conseguir dinheiro pra comprar as coisas que faltavam. A gente foi pra essa reunião e lá ficou decidido que a Secretaria de Agricultura ia dar o material pra nós fazer os viveiros, porque a gente já sabia como fazer pra ficar melhor do que os primeiros, né. Aí o Maneca disse: Olha! Dá pra fazer os viveiros lá em casa, eu tenho um barracão lá que tá desocupado, dá pra gente se reunir e fazer junto, aí não precisa pagar carpinteiro. Aí o STTRA ajudou na compra de materiais, a Secretaria de Agricultura ajudou também, e assim a gente foi tocando a ação (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Antes de fazer alguma ação, o MORIVA reúne pra ouvir a gente. A gente fala das nossas dificuldades, e isso é bom, porque todo mundo dá ideia de como resolver os problemas. A gente acaba encontrando junto a solução, o que fazer para melhorar a situação, porque resolver de uma vez por todas é difícil, mas melhorar a gente consegue. Todo mundo junto a gente consegue. Mas isso não é muito fácil, porque às vezes a gente não consegue chegar num acordo, uns querem uma coisa, outros querem outra, tem muita discussão (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Os relatos indicam que os contextos de participação dos ribeirinhos em práticas de planejamento e execução das ações configuram-se como espaços educativos não só de aprendizagem como também para o exercício de problematização, pois os sujeitos são desafiados a problematizar questões que enfrentam no seu cotidiano e com isso aprendem a

importância da sua opinião na transformação de determinadas situações, ou seja, percebem a necessidade de participar para poderem questionar as problemáticas que lhes atingem, o que contribui na consolidação de um posicionamento político diante da realidade, como bem menciona Bordenave (1994, p. 16):

A participação dos sujeitos no planejamento de ações gera uma relação de confiança e diálogo entre os mesmos. Há a aceitação da proposta de caráter educativo, mesmo que essa proposta não implique em um atendimento imediato aos problemas que perpassam a realidade da população envolvida. O convívio e o respeito às diferenças torna-se algumas vezes um fator tão ou mais importante do que as informações técnicas no desenvolvimento das ações educativas junto aos grupos sociais de caráter popular.

Fazendo uma analogia entre os relatos dos entrevistados e a abordagem do autor, é possível inferir que ao construir processos educativos na dinâmica de participação, o MORIVA se constitui como um espaço potencial de troca de experiências e saberes, de incorporação de interesses, os quais podem indicar inovações conceituais, suscitando novas formas de pensar, de saber e de fazer educação, tendo como elemento norteador a reflexão-ação. Um trecho do Relatório de Ações contribui para sustentar tal constatação:

A dinâmica interna do MORIVA se desenvolve por meio de reuniões, assembleias, mobilizações, encontros, seminários, cursos, entre outros, os quais contribuem para a construção da consciência política e ambiental dos militantes. Nessas atividades a reflexão-ação se constitui como elemento norteador, o qual politiza para o exercício da responsabilidade ambiental, do aprendizado dos direitos, da coletividade e da solidariedade (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Assim, a perspectiva de inserção da relação ação-reflexão como elemento norteador na formação política e ambiental dos ribeirinhos, ao possibilitar o acesso a conhecimentos, informações e habilidades, permite aos sujeitos desenvolverem capacidades intelectuais, como leitura, argumentação, confrontação de ideias e habilidade de expressão, comunicação e coordenação, que incorporados tendem a formar novos *habitus* que podem orientar na condução das práticas de ação coletiva, conforme podemos identificar na fala de uma das entrevistadas.

Depois que eu passei a participar das reuniões, dos cursos, eu comecei a melhorar até a minha escrita e a minha leitura. Eu lia e escrevia muito pouco. Falar então, era muito difícil, eu tinha muita vergonha. Às vezes eu tinha vontade de falar, mas na hora eu ficava com muito nervoso. Hoje, eu já melhorei muito, graças a Deus, eu já leio bastante em casa, coisa que eu não fazia antes, melhorei até na Igreja, eu já falo

da Bíblia. Eu já leio em casa, que era um costume que eu não tinha, agora eu já estou fazendo isso (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O depoimento indica que na dinâmica interna do MORIVA elaboram-se conhecimentos, que apropriados contribuem para a formação política, intelectual, e ambiental dos ribeirinhos, e para que eles se apercebam da importância do saber se expressar e conectar as ideias. Esse processo de socialização, de participação nessa dinâmica interna, também contribui para que eles criem novos *hábitos* que sustentam novos modos de agir e que são importantes para vencer os medos, para expressar os sentimentos e as emoções.

Bourdieu (1982, p.19) corrobora com essa questão, ao afirmar que a socialização é um processo que se desenvolve produzindo *habitus*<sup>56</sup> distintos. “As estruturas de um *habitus* logicamente anterior comandam, portanto, o processo de estruturação de novos *habitus* a serem produzidos por novas agências pedagógicas”. Dessa forma, a participação no campo da política possibilita aos sujeitos adquirir conhecimentos e competências produzindo novos *habitus*. Portanto, com base em Bourdieu podemos dizer que a participação coletiva, como atividade da luta política, garante aos sujeitos envolvidos a apreensão de um capital social que se expressa na organização social, nas condutas e comportamentos, alterando as relações sociais de dominação.

Conversando com um dos entrevistados identificamos que as práticas de formação do MORIVA, partem da realidade, das experiências vividas no cotidiano.

Quando a gente se reúne para discutir sobre o tema de cada curso, pra pensar sobre a melhor forma de fazer as coisas, a gente conversa muito sobre a nossa realidade, sobre o que está acontecendo de errado que precisa ser mudado. A cada encontro, a gente amplia mais a nossa visão, eu posso dizer que a gente sonha mais. Esses cursos são muito importantes, principalmente porque a gente conversa bastante sobre o nosso cotidiano e acaba descobrindo coisas que a gente ainda não se deu conta (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nesse relato é possível identificar que a dinâmica interna do Movimento é um processo de formação prática, onde os sujeitos ribeirinhos se reúnem para a identificação de problemas e construção de propostas de soluções, geradas em contextos de diálogo e participação, onde todas as experiências e conhecimentos são considerados. Os organizadores das ações “aprendem” que por meio da negociação, de processos práticos, as estratégias e

---

<sup>56</sup> Segundo Bourdieu, *habitus* é um sistema de disposições variáveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto (Bourdieu. in: Ortiz, 1982, p. 82).

ações definidas e conduzidas coletivamente produzem benefícios à comunidade, independente de que espaços são envolvidos. Todos têm oportunidade de aprender e ensinar, tornando-se fazedores de histórias, multiplicadores de conhecimentos, experiências e iniciativas na comunidade.

Essas práticas de formação possuem semelhanças com as experiências de educação popular, a qual, segundo Freire (2000) se constitui como uma práxis educativa coletiva onde os sujeitos que vivenciam o processo de ensino/aprendizagem trocam experiências mútuas, que têm como base do conhecimento a vida prática. O aprender e o ensinar ocorrem através de métodos pedagógicos motivadores e problematizadores capazes de elevar os sujeitos a um grau de conscientização e superação das condições opressoras.

Freire (2000, p. 58) afirma que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. Com base nos relatos dos entrevistados, podemos dizer que essa educação é perceptível no cotidiano das ações do MORIVA, construída na dinâmica interna e externa empreendida para a o desenvolvimento das mesmas, desenvolvendo o que Caldart (2002, p. 328) chama de pedagogia do movimento, que consiste em “transformar transformando a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo essa raiz o formato fundamental de sua identidade pedagógica”.

As práticas educativas desenvolvidas no âmbito dos cursos realizados pelo MORIVA evidenciam-se como pilares de sustentação da proposta defendida pelo Movimento, que anseia:

Pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e mudanças de atitudes voltadas à relação dos ribeirinhos com o meio ambiente, contribuindo para a formação de uma consciência crítica, e, por conseguinte, melhoraria das condições de vida (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Essa proposta se faz presente como práxis nas práticas cotidianas vivenciadas nas ações, como ressalta um dos entrevistados:

Nos cursos a gente debate muito sobre a situação do território, o que a gente pode fazer pra melhorar. Porque o camarão tá acabando? Porque o pescado tá escasso? Todo mundo dá sugestão, fala o que compreendeu, conta as experiências, e a gente aprende muito com isso, com as experiências de cada um e no final a gente consegue chegar num resultado (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como podemos observar, a vivência coletiva no cotidiano das ações contribui para que os ribeirinhos se tornem sujeitos reflexivos, o que possibilita a compreensão das características múltiplas e complexas do meio ambiente e a interpretação das interdependências entre os diversos elementos que fazem parte da nossa vida; entendimento sobre a responsabilidade de agir na defesa da qualidade ambiental, como um valor inseparável do exercício da participação social.

Nessa perspectiva, Caldart (2002, p.51) registra que é do entrelaçamento de vivências coletivas que se forma a identidade dos movimentos sociais, uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo, mas que se sente ou se vive participando das ações do cotidiano.

Sobre esse entrelaçamento de vivências coletivas e de ações solidárias, um dos Dirigentes do Movimento, recorda, de maneira saudosa, a fase de trabalho em mutirão para a construção da estação de piscicultura:

Foram momentos muito bons, é verdade que todo o trabalho coletivo tem dificuldades, mas as pessoas criam uma irmandade interna de entreajuda, um trazia o café, outro trazia o mingau, outro trazia o feijão, todos ajudavam, as mulheres vinham cozinhar, era um clima de muita união, que foi se construindo dentro do Movimento (Dirigente do Movimento em Entrevista, 2015).

Como é possível identificar no relato do Dirigente, o trabalho em mutirão exige organização, solidariedade, tolerância e, acima de tudo, perseverança diante das dificuldades enfrentadas no período de construção. Esses princípios situam-se numa história de participação coletiva, numa prática educativa crítica e criativa, numa visão de mundo emancipatória e num processo constante de transformar transformando, ação que segundo Caldart (2002, p. 365): “pode ser transformada em saber, em comportamento, em postura, em valor, em símbolo, em objeto”.

Ao compreender a participação como um processo educativo, a partir do qual novas ideias e relações vão se construindo, a autora situa esse momento como imprescindível para a conquista de novos conhecimentos, pois através da participação coletiva dos sujeitos, como no caso do mutirão realizado pelo Movimento, muitos impedimentos são rompidos, ultrapassados, contribuindo para que os participantes possam superar o individualismo e outros entraves que atrapalham o fazer coletivo.

A participação dos sujeitos na construção da estação de piscicultura, também contribuiu para o fortalecimento do processo de organização e mobilização do Movimento,

como afirma um dos dirigentes: “das conquistas, surgem novas necessidades e aumenta o número de pessoas envolvidas na organização do movimento”.

A trajetória de participação e de conquista na estação de piscicultura representa, em sua concretude, o fruto de um processo que se amplia, à medida que novos projetos de manejo vão surgindo como o manejo comunitário de camarão. Nesse sentido, o Dirigente do Movimento aponta que, “com a conquista da estação de piscicultura, outras ações são desenvolvidas em conjunto, de modo que os ribeirinhos contribuem, por meio da participação, para que o trabalho do Movimento seja bem sucedido”.

É nesse contexto que o MORIVA evidencia o fortalecimento de suas ações e, ao mesmo tempo, aponta novos desafios a superar, abrindo e construindo novas possibilidades de conquistas, o que impulsiona a luta na busca de soluções para a proteção dos recursos naturais no território. No entanto, a luta não acaba quando se desenvolve uma ação. Para o MORIVA, o desenvolvimento de uma ação não é o elemento final da participação, “a participação é permanente, é um processo em constante construção e que impõe inúmeros desafios para cada um que participa do Movimento” (Relatório de Ações, MORIVA, 2008). Nesse sentido, a participação, além de ser um instrumento de conquista, é também uma ação pedagógica, conforme assevera Caldart (2002, p. 331), “tudo se conquista na participação e a participação educa as pessoas”.

Dessa forma, após a realização de uma ação, um vasto campo de desafios e expectativas deixa os ribeirinhos diante de muitas incertezas, principalmente quanto às relações que vão se dar no interior da comunidade. Talvez o maior desafio interno do Movimento seja romper com as práticas tradicionais de vida, de trabalho e de educação, que fazem parte da história de vida da maioria dos ribeirinhos. A ruptura das práticas individualistas é um elemento fundamental para a continuidade das ações. Um dos Dirigentes do Movimento afirma que, “se os ribeirinhos participarem das ações desenvolvidas apenas para conseguirem algum benefício e perderem o foco maior que é a sustentabilidade da região, a participação nessa luta não terá futuro”.

Nesse sentido, o resultado da participação dos ribeirinhos nas ações do Movimento precisa ser manifestado na prática, ou seja, esses sujeitos precisam desenvolver os conhecimentos apreendidos nas suas propriedades, as técnicas de manejo, de acondicionamento do lixo, enfim, esses conhecimentos precisam se materializar em práticas educativas que promovam a sustentabilidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida no território.

Com relação a essa situação apontada pelo Dirigente, notamos importantes avanços alcançados a partir das experiências vivenciadas pelos ribeirinhos nas ações, uma vez que as mesmas portam práticas que vem construindo um sentido de responsabilidade socioambiental muito forte entre os participantes. Por outro lado, observamos algumas fragilidades nas relações cotidianas experienciadas numa perspectiva coletiva, tendo em vista que a resistência e a descrença em ações conjuntas ainda é um item presente dentro da comunidade. A esse respeito, um dos entrevistados faz o seguinte comentário:

Depois que a gente participa das ações a convivência no dia a dia, você sabe que onde existem muitas pessoas, existem também muitos pensamento. As pessoas não tem uma cabeça só né? Tem aqueles que participam e mudam as atitudes e manifestam isso na prática, mas tem aqueles que participam, mas não mudam de atitudes. Mas isso é assim mesmo. Eu acho que participar das ações é muito importante, porque se eu não tivesse participado, eu não teria aprendido muita coisa que eu não sabia, e ainda estava fazendo muita coisa errada que eu fazia. Outra coisa que é muito importante se organizar dentro da comunidade, decidir as coisas que deve ser para o bem de todos dentro da comunidade. E, dentro de uma comunidade, seja qual for, tem pessoas que pensam de um jeito, outras pensam de outro jeito e isso é bom porque a gente vai aprendendo com as experiências, o que a gente tem que fazer é saber tirar o que tem de bom das coisas (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É possível identificar no relato do entrevistado que nem todos aqueles que participam das ações do MORIVA manifestam na prática atitudes de mudança, e/ou de responsabilidade para com o meio ambiente. As tensões geradas no percurso das ações e a recusa a um determinado modelo de organização transmitido pelas ações sinalizam para um certo distanciamento entre o Movimento e alguns moradores, o qual revela a dificuldade do mesmo em estabelecer os nexos entre as ações e a vivência prática dos ribeirinhos, à medida que, dada à urgência de conservação dos recursos naturais, se prioriza práticas que nem sempre são aceitas pelos sujeitos.

Nas ações formativas, o objetivo é que estenexo seja estabelecido e para isso se cria instrumentos e um conjunto de conhecimentos, supostamente, necessários à constituição de um ideal de sujeito: engajado, valorizado enquanto indivíduo e defensor do ideário transformador. Nesse sentido, a participação dos sujeitos na dinâmica de interação e nas situações cotidianas de organização e mobilização das ações resulta em uma reorganização do pensamento, que possibilita a reflexão da realidade e do próprio processo da atividade humana.

Para encerrar este primeiro item de análise deste capítulo, queremos ressaltar que o aprendizado da participação é uma das grandes contribuições proporcionadas pelas ações do

MORIVA, pois como vimos nos relatos dos sujeitos, é por meio da participação na dinâmica interna e externa do Movimento que os mesmos crescem na vivência de valores socioambientais, e não apenas na sua aceitação e/ou aprendizagem, até porque não se ensinam valores, é preciso vivê-los e, de preferência, participando em comunidade.

### **2.1.2 – A prática educativa no contexto do agir coletivo**

Conforme já relatado no primeiro capítulo deste trabalho, no item que descreve a constituição do MORIVA, na região das Ilhas de Abaetetuba, até a década de 1970, quando surgiram as primeiras organizações sociais da região, não se tem registros de manifestações de organização - tanto econômicas quanto políticas – dos trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas presentes em outras regiões do Estado, ou mesmo outras formas de organização, como cooperativas ou associações.

Até mesmo as experiências organizativas de caráter eventual para atender às necessidades imediatas de plantio e de colheita, como mutirões ou outras formas usuais entre trabalhadores rurais da região, ocorriam raramente. A ausência de formas de organizações participativas dificultou e ainda dificulta a organização coletiva nessas comunidades que hoje são as áreas de assentamentos dessa região.

Na sessão que descreve a estruturação do processo socio-histórico, ambiental e cultural dos moradores da Ilha Quianduba e como os mesmos têm praticado a apropriação do território é notório que os sujeitos sociais que habitam esse espaço se depararam com elementos culturais que evidenciam contradições na formação da mentalidade e das práticas aprendidas ao longo da sua história de vida, porquanto assimilaram muitas das práticas que as relações de dominação e de opressão da cultura do dominador impuseram, uma vez que, ao longo da história, esses sujeitos vivenciaram processos educativos em seu meio sociocultural que possibilitaram introjetar as práticas do opressor, como por exemplo, as relações sociais vivenciadas na cultura canavieira (RODRIGUES, 2013).

Esse processo contribuiu para que as práticas dos ribeirinhos ora sejam caracterizadas como tradicionais ora como libertadoras, demonstrando, assim, a presença de conflitos de culturas, um desafio que o MORIVA busca vencer com a realização de suas ações, conforme relata um dos Dirigentes do Movimento:

Eu sempre digo pros companheiros que nós temos que ter cuidado com tudo que a gente trabalha nas nossas ações, porque, assim: as pessoas daqui, já tem uma

maneira de viver, os seus costumes, como você diz né, modos de vida, que não é fácil você chegar e dizer: olha as coisas não dão certo desse jeito, tem que ser feito dessa outra forma, porque a maioria vai dizer: eles estão pensando que a gente não sabe nada? Você sabe né, a gente tem que ir com jeitinho, e as ações são pra isso. Um professor que deu aula num dos cursos, ele disse uma coisa que eu achei muito importante e eu acho que é isso aí. Ele falou que a escola deveria aprender com o Movimento, porque, muitas vezes, o aluno estuda o ano inteiro na escola e não consegue aprender a cuidar da natureza, a mudar de atitudes, e o Movimento, faz uma ação que não demora muito e as pessoas conseguem mudar suas atitudes, quer dizer, elas são tocadas por aquela aprendizagem. (...) eu não sei nem dizer como é que a gente consegue isso, porque como já diz o ditado né, “que papagaio velho não aprende a falar”, é muito difícil uma pessoa que já está acostumada a viver de uma forma, compreender que precisa mudar, que precisa aprender. Eu acho que nesse caso o que faz a diferença é que as ações são realizadas em conjunto com as pessoas, elas não são realizadas pra elas, mas com elas (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

É possível perceber no relato do Dirigente que o Movimento, intencionalmente ou não, compreende a educação como um processo mais amplo, espontâneo e assistemático, que acontece quando há interação entre as pessoas, quando o sujeito passa a ser visto como capaz de construir o conhecimento na interação com as ações. É essa compreensão de educação que está presente nas formações que o MORIVA oferece aos ribeirinhos e é por meio dela que tenta mostrar que algumas das suas práticas tradicionais são nocivas ao ambiente e precisam ser ressignificadas.

Segundo Freire (1996), o conhecimento não é algo dado e sim construído e constituído pelo sujeito através de sua ação e da interação com o meio. Assim, conforme podemos identificar no relato do Dirigente, o sentido do conhecimento para o Movimento diferencia-se da escola como transmissora de conhecimento, que insiste em ensinar algo já pronto através de inúmeras repetições como forma de aprendizagem. Na concepção do Movimento, os sujeitos aprendem porque as ações ocorrem em condição de complementaridade, por um lado, o Movimento e, por outro, os problemas socioambientais e o conhecimento já construído pelos sujeitos, ou seja, o seu acervo cultural.

No caso da Ilha Quianduba, em que as ações do Movimento ainda são poucas e recentes, e onde as práticas de trabalho individuais se apresentam como um fator historicamente predominante torna-se um desafio ainda maior organizar os ribeirinhos para atuarem coletivamente. Mesmo diante desse contexto, foi possível observar durante o trabalho de campo que as ações socioambientais desenvolvidas pelo MORIVA vêm contribuindo na construção de práticas educativas que se materializam em um agir coletivo, as quais ocorrem em situações como os mutirões, na definição e elaboração de projetos, nas assembleias do

Movimento, nos cursos, entre outras atividades, onde as relações sociais pautam-se pela prática da democracia na tomada de decisões.

Nos cursos, por exemplo, o Movimento organiza reuniões para articular o estudo dentro das necessidades dos sujeitos, ou seja, as pautas são elaboradas de acordo com o interesse dos associados e depois é organizado o planejamento da formação e o material que fundamentará a discussão teórica do estudo que efetivamente são referenciados por uma concepção pedagógica (geralmente muito participativa) em um currículo com suporte teórico/prático visando o desenvolvimento de uma ação pedagógica acessível à compreensão dos participantes, no campo da piscicultura, do manejo, da educação ambiental e outros (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Essa prática educativa é relevante e tem sido de fundamental importância, pois vivenciando esses momentos de organização, reuniões de articulação, os ribeirinhos vão aprendendo as experiências de um agir coletivo, gerado por relações educativas e sociais que ultrapassam as fronteiras territoriais demarcadas pela visão individualista. Nesse sentido, Gohn (2009) contribui ao enfatizar que dentro dos movimentos sociais gestam-se diferentes manifestações de domínio educacional e os mais relevantes destes é a natureza das relações sociais, que trata não apenas da aprendizagem individual, mas também do processo de politização do sujeito no plano coletivo. Isso aparece claro no depoimento do entrevistado quando relata que:

Muitas pessoas aqui na comunidade pensam que a gente tem que se organizar somente quando chega o período da aposentadoria. Muitas que não participavam das ações do MORIVA, não queriam se associar, eram contra, falavam mal do Movimento, hoje estão ficando do nosso lado porque estão vendo que não é só uma pessoa que é beneficiada. No Movimento todos são beneficiados. Aqueles que participam do manejo do camarão sabem contar como funciona, quando um vende pelo preço x o outro vende pelo mesmo preço. Tem comunidades aqui perto que devido sua organização estão bem melhor de vida (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como podemos perceber, a organização coletiva dos ribeirinhos em movimentos sociais tem contribuído para tornar esses sujeitos mais politizados, mais preparados para resistirem às relações de desigualdade sofridas nos processos de produção, pois como expressa o entrevistado, a produção coletiva no manejo do camarão lhes proporciona diversos benefícios entre os quais ele destaca a relação de igualdade na venda do produto.

Nesse sentido, Gohn (2009) ressalta que a consciência política formada nos movimentos sociais é fomentada por valores éticos que são construídos nas experiências

educacionais que se dão fora dos padrões de ensino das instituições escolares, ou seja, ocorrem na interação entre os princípios educativos do movimento e os interesses coletivos dos sujeitos.

Do ponto de vista de Gonh, é possível estabelecer a compreensão de que os movimentos sociais do campo, com suas experiências educativas fortalecem o agir coletivo entre os sujeitos, o qual pode ser compreendido como uma construção socialmente educativa e produtiva que se dá não somente pela atividade produtiva e pela práxis em que essa atividade assume, mas na forma dinâmica e criativa dos sujeitos, por meio da qual constroem sua história.

Entretanto, o cotidiano nas ações do Movimento, numa perspectiva de atuação coletiva, gera discussões e muitas dificuldades quanto à organização dos ribeirinhos para produzirem em conjunto. Um vasto campo de desafios se coloca diante desses sujeitos que se deparam com uma realidade árdua a ser construída, mas que contribui no desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva, conforme explica um dos entrevistados:

Trabalhar no coletivo não é fácil porque cada um pensa de um jeito. Cada um tem uma maneira de fazer o manejo do seu açail, de pescar o seu camarão, de caçar, e de fazer muitas outras coisas. É por isso que muitos não querem fazer nada no coletivo. Mas eu sei que é muito importante desenvolver essas atividades no coletivo, porque é no coletivo que a gente aprende mais, eu quero dizer que um aprende com a experiência do outro, e ao mesmo tempo um vigia o outro pra não fazer o que é errado, como pescar no período do defeso, caçar mucura preinha, destruir a mata ciliar. Eu acredito que trabalhar de forma coletiva é lutar por uma qualidade de vida melhor, sem comprometer os nossos recursos, é suprir as nossas necessidades, mas lembrando de que os nossos filhos e netos também vão precisar desses mesmos recursos (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Na visão do entrevistado o agir coletivo assume uma dimensão de transformação, de melhoria de vida, de emancipação, contrariando o trabalho alienado, como determinado pelas relações de exploração definidas pelo capitalismo. Essa concepção fica ainda mais ampla no relato de outro entrevistado:

Quando a gente se junta pra fazer as coisas, a gente não tá só trabalhando, a gente tá construindo uma identidade de pertencimento, de partilha, de solidariedade. A gente tá rompendo com os valores ruins dessa sociedade que acha que o trabalho é cada um por si e Deus por todos (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como podemos perceber, a visão dos entrevistados sobre o desenvolvimento de práticas coletivas se assemelha, é uma visão de conjunto, de organização grupal, pensando no

desenvolvimento de todos, o que se contrapõe a perspectiva capitalista que transforma homens e mulheres em mercadorias, em objetos, pessoas alienadas do seu próprio trabalho e das riquezas por ele produzidas, conforme afirma Marx (1982, p. 112):

Quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio. [...] o trabalhador põe a sua vida no objeto; porém agora ela já não lhe pertence, mas sim ao objeto. Quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra objeto. O que se incorporou no objeto do seu trabalho já não é seu. Assim, quanto maior é o produto, mais ele fica diminuído. A alienação do trabalho no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.

Conforme analisado por Marx (1982), a exploração do trabalho e a divisão social e técnica do trabalho no capitalismo, aliadas ao individualismo e à competitividade - princípios próprios da sociabilidade dessa formação social - desenvolvem uma pedagogia, uma prática educativa e uma concepção de educação que separa o trabalho intelectual do manual, o pensar, do fazer, enfatizando uma contradição na relação educação/trabalho e no trabalho, que opõem os indivíduos uns aos outros, ao invés de aliar os homens. E, mesmo realizando uma produção social, desenvolvem uma visão individualizada e rivalizante entre eles, dificultando laços de solidariedade - o trabalho numa visão emancipadora, como realização humana e transformadora da natureza, para garantir uma vida digna -.

Nessa perspectiva, podemos dizer que as práticas educativas vivenciadas no cotidiano das ações do MORIVA têm favorecido a apropriação de conhecimentos baseados em princípios que propiciam a organização coletiva como instrumento primordial para a estruturação econômica política e social das famílias ribeirinhas. Isso evidentemente é gerado por meio de um processo pedagógico mediatizado pelo diálogo entre os que aprendem e os que ensinam.

Entretanto, mesmo diante dessas evidências, observamos que a consciência política dos ribeirinhos sobre a atuação coletiva, ainda precisa avançar, pois em alguns momentos nas relações cotidianas de organização e participação nas ações, eles manifestam tanto interesse, quanto desinteresse pelas atividades coletivas, conforme expressa o depoimento de um dos moradores da Ilha: “a gente organiza trabalho em mutirão, nem todos vêm, mas pelo menos nessa vila que eu moro todos gostam de participar, na hora de ajudar, nós vamos, embora que os outros não vão, mas nós vamos”.

Nesse depoimento é notório que entre os ribeirinhos há também manifestações de caráter cultural silencioso com relação ao agir coletivo, ausentes de consciência crítica e emancipatória. Entretanto, convém reconhecer que houve avanço no sentido de romper hábitos e aprender novos, incorporando um caráter mais humano, de solidariedade, de preocupação e de partilha. Essa evolução emerge a partir das vivências cotidianas nas ações do Movimento que têm revelado no dia a dia a construção de uma auto-pedagogia como podemos identificar no próximo relato.

Eu, como sócio do MORIVA, eu posso dizer que sou sócio porque eu participo do Movimento, hoje eu digo assim, se eu tivesse condições eu ajudava muita gente que precisa, muita gente que ainda passa fome aqui, que mesmo morando num lugar como este, morando em beira de rio, passa fome. Gente que não tem terreno pra plantar açaí, que compra açaí pra beber, se eu tivesse, eu dava um pedaço de terra pra cada um. Porque assim como eu tenho um pedacinho, eu queria que todos tivessem (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Oliveira (2005) analisa que a mudança de hábitos, valores, representações, conceitos, pré-conceitos e atitudes, estão muito fortemente relacionadas a questões que não se limitam apenas ao campo da razão, do raciocínio, do intelecto, enfim, da produção do conhecimento científico. Nas palavras do autor:

Nossas representações de mundo, bem como seus desdobramentos em ações cotidianas, são, em última instância, um processo de construção complexa que envolve as dimensões humanas na sua totalidade e complexidade. Passando, portanto, pelo nosso devir *esteticus*, *ludens*, *demens*, ético, filosófico, histórico e cultural. Enfim, são resultados de agenciamentos que não são possíveis de enquadramento nos marcos reducionistas da produção do conhecimento científico. Muito menos ainda no modelo de produção de conhecimento científico da era iluminista moderna que deu uma quase exclusividade aos aspectos racionais, em detrimento aos emocionais envolvidos na produção de conhecimentos e da linguagem humana (OLIVEIRA, 2005, p. 53).

O que a autora quer dizer é que o fato de conhecermos científica e racionalmente alguma coisa, não muda necessariamente nossa atitude no mundo. Não é o fato de conhecer no sentido racional, lógico e cognitivo que vai, isoladamente, nos fazer mais felizes ou mais solidários. O conhecimento científico na sua visão deve ser tomado como mais uma possibilidade de conhecimento e não como única forma de apreensão do real. O importante, do ponto de vista da construção do conhecimento é que os sujeitos sejam os protagonistas desse processo, por meio da discussão do seu pensar, da sua própria visão de mundo, manifestada na sua relação social com os demais seres vivos.

Ainda são evidentes os limites e as contradições em relação ao agir coletivo vivenciado pelos ribeirinhos nas ações do MORIVA. É comum os sujeitos manifestarem costumes e práticas autoritárias ou subservientes que carecem de um processo educativo para que sejam superados. O fato é que, apesar de esses sujeitos terem vivenciado momentos de união no desenvolvimento das ações, nos cursos, nas atividades de manejo, nas campanhas, depois de encerrados esses momentos, boa parte deles passam a se preocupar com maior ênfase com seus próprios problemas numa postura mais individualista, conforme relata um Dirigente do Movimento:

A gente percebe que no momento que as ações estão acontecendo as pessoas se mobilizam, se sensibilizam, até depois que passa, muitos continuam desenvolvendo aquilo que aprenderam, mas muitos parece que esquecem. Por isso eu sempre falo que o Movimento precisa estar em constante atuação, tem que estar sempre reunindo, sempre em movimento, porque se as pessoas estiverem sempre mantendo contato a coisa não esfria (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Para superar essa contradição, o MORIVA aposta na educação realizando cursos com o objetivo de ampliar a compreensão dos ribeirinhos sobre a importância da coletividade, da solidariedade, da partilha, no processo de produção da existência, construindo uma base conscientizadora e homogeneizadora entre os participantes. Todavia, percebemos no relato do Presidente da Associação da Ilha que mesmo compartilhando os valores da cooperação e ajuda mútua, os moradores têm certa dificuldade em trabalhar coletivamente na agricultura, pois ainda estão condicionados ao trabalho individual, rejeitando formas coletivas de trabalho.

Eu sempre convido, que eu sou Presidente da Associação da Ilha, eu sempre convido as pessoas pra vir pra reunião, aí eles sempre respeitam, eu digo tal dia vai ter uma reunião na minha casa, eles sempre aparecem, nós fazemos a reunião, mas quando eu digo, vamos fazer um coletivo pra gente trabalhar na agricultura eles não querem, agora se for pro benefício da Associação, pra beneficiar todo mundo, qualquer coisa pra onde convidar, eles vão, mas se for negócio de trabalhar no terreno do outro, não são todos, mas uma maioria deles são desconfiados (Presidente da Associação da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Em tal contexto, as ações do MORIVA são fundamentais para que os moradores possam construir uma nova sociabilidade, baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas na direção não capitalista conforme podemos perceber no relato de um dos entrevistados.

A lição que eu tiro é que sozinho é mais difícil agente fazer as coisas, sozinho a gente não tem nem vontade de lutar. Eu acho que as ações do MORIVA tem ajudado muito nisso, porque a gente trabalha em grupo, na verdade a gente é estimulado nas reuniões, nos cursos a ser solidário com os nossos irmãos, vizinhos, a ajudar aqueles que estão numa condição pior do que a gente. Eu posso dizer que eu só passei a pensar desse jeito, depois que eu passei a participar do Movimento, das ações, o trabalho em mutirão é muito bom, nós temos nos dado muito bem aqui na nossa família trabalhando desse jeito, um ajudando o outro (Morador da Ilha Quianduba, Entrevista, 2015).

Gonh (2005) assevera que os novos movimentos sociais vivem uma relação de conflito com as relações de produção capitalista, que de fato não conseguem realizar e satisfazer os anseios por uma vida plena de sentido, não expressam uma preocupação com a condição do indivíduo. Na visão da autora os novos movimentos sociais vêm adquirindo um novo significado, que está para além das relações sociais atuais, posto que assumem um projeto social, político e econômico que aponta para a construção de uma sociabilidade plena de sentido e diferenciada das relações de produção e de dominação política do capital, criando assim as condições para o desenvolvimento real das potencialidades e da subjetividade humana.

Nesse sentido e com base no relato do entrevistado, podemos dizer que as experiências vivenciadas pelos participantes das ações, podem servir de modelo para que a vida na comunidade se estruture com base no agir coletivo defendido pelo Movimento conforme afirma o Dirigente: “queremos desenvolver a coletividade e a solidariedade não por mera propaganda ou vaidade, queremos desenvolvê-las como valor permanente junto a nossa base social”.

No Relatório de Ações do Movimento, é possível perceber que os valores ressaltados pelo Dirigente se constituem como objetivos precípuos do Movimento e são construídos em conjunto com os participantes das ações.

O importante é criar em cada pessoa o esforço de pensar coletivamente a comunidade e disto adequar o sonho de cada um ao potencial produtivo existente e a real necessidade de planificar as ações socioambientais. Esse processo só é possível se for construído em parceria com os próprios sujeitos, pois ao sentarem para discutir a dimensão da produção e do planejamento, os aspectos ambientais e tecnológicos da produção pretendida, bem como a importância do trabalho coletivo, constroem um sentido de solidariedade entre eles, o que é imprescindível para fortalecer os laços de amizade e pertencimento ao local. Assim ganha importância o planejamento da conservação dos recursos naturais, das nascentes de água, das matas ciliares, assim como a discussão interna sobre como iremos coordená-la e suas devidas normas para manutenção (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Conforme podemos perceber no trecho do Relatório, os princípios da coletividade e da solidariedade também se constituem como instrumentos para o desenvolvimento da sustentabilidade na região, com organização coletiva e consciência política e ambiental, oferecendo condição de vida satisfatória. No entanto, com o desenvolvimento das ações, a luta ganha uma dimensão mais individual, e o espírito coletivo e solidário construído com o objetivo de conquistar a sustentabilidade é ressignificado pela aspiração de se ter a caça para caçar, o camarão e o peixe para pescar, o açaí para comercializar, enfim, uma melhor qualidade de vida.

Partindo dessas constatações, podemos dizer que os ribeirinhos da Ilha Quianduba, mesmo vivenciando um processo conflituoso com relação ao agir coletivo - que pensamos ter profundas relações com as suas experiências histórico-culturais - vêm adquirindo uma nova cultura, firmada na coletividade, na solidariedade, na partilha, a qual está sendo gestada nas vivências coletivas desses sujeitos no cotidiano das ações do MORIVA.

### **2.1.3 - A prática educativa nas relações cotidianas de diálogo**

As práticas educativas que emergem das ações do MORIVA estão fundadas e se realizam na relação pessoal e cotidiana com e dos ribeirinhos. Por mais óbvia que possa parecer, essa afirmação guarda em si aspectos de uma trama complexa, que nem sempre é percebida, refletida e discutida entre os próprios sujeitos inseridos nessas ações.

Ao analisar as relações dos ribeirinhos no cotidiano das ações, foi possível identificar modos de ser e de viver que favorecem e/ou dificultam a abertura do diálogo com o outro. Muitas vezes esses modos de ser e viver encerram situações complexas que precisam ser problematizadas, posto que poderão contribuir para a compreensão da prática educativa que emerge de situações que demandam diálogo, escuta e/ou reflexão gestadas no cotidiano das ações.

Partindo desse pressuposto, elencamos alguns temas que emergiram das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, quais sejam: a) concepção de diálogo, b) as possibilidades e impasses para o desenvolvimento do diálogo, c) a prática de diálogo no cotidiano das ações e d) possibilidade de aprender a dialogar.

### a) Concepção de diálogo

As entrevistas revelam que tanto os ribeirinhos (participantes das ações), quanto os dirigentes do Movimento concebem o diálogo como um momento de troca de conhecimentos, de partilha de ideias, que favorece tanto o falar, quanto o ouvir.

Diálogo é aquele momento que a gente está junto conversando pra poder entrar em acordo. Nesse momento a gente troca ideias, a gente aprende mais porque a gente ouve coisas que muitas das vezes a gente não sabia. Mas nem todo mundo gosta de dialogar, nem todos estão dispostos a falar e principalmente a ouvir (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Diálogo é uma conversa entre pessoas. Nessa conversa todos têm o direito de falar e o dever de ouvir. Sem diálogo, não tem acordo, não tem troca de conhecimento, de informação. O diálogo ajuda na aceitação das diferenças, porque nós somos diferentes, ninguém é igual a ninguém. É por isso que a gente precisa conversar, pra poder conhecer as nossas diferenças e aprender a viver com elas (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Quem não sabe ouvir não gosta de dialogar, de conversar. Tem gente que só gosta de falar e quer que todo mundo esteja de acordo com o que ele fala. Mas não pode ser assim. Na verdade a vida não é assim. Quem dera... Diálogo é sempre uma troca, onde a gente dá e recebe. Eu tenho aprendido muito sobre a importância de dialogar pra poder entrar em acordo, pra ajudar outras pessoas. A nossa vida aqui na Ilha seria bem melhor se as pessoas dialogassem mais sobre os problemas que a gente enfrenta (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Esses relatos demonstram que os seus narradores reconhecem o diálogo como um instrumento fundamental na promoção de interações comunicativas que podem favorecer a construção do conhecimento, onde as pessoas são ouvidas e se põem de acordo para estabelecer objetivos comuns; que reconhecer e aceitar a diferença, ou melhor, a singularidade que nos caracteriza é o ponto de partida e a condição para a vivência de diálogo. Esse reconhecimento implica a percepção de si e a percepção do outro, que nos conduzem a sair de nós para encontrar o outro, como diria Freire (1996). No entanto, outro entrevistado agregou a essas dimensões, um aspecto interessante, ao enfatizar que o diálogo só produz resultado positivo, quando se estabelece numa relação de sensibilidade, ou seja, de reciprocidade.

Quando um grupo de pessoas está conversando sobre alguma coisa pra tentar entrar em acordo, só tem resultado se todos tiverem o direito de falar e também pararem pra ouvir. Porque às vezes o camarada só quer falar, quando é pra ouvir, não tem conversa. Tem que falar, mas também tem que ouvir o que o outro pensa. Só que isso não é fácil, porque nós não fomos acostumados a decidir as coisas no coletivo, na base do diálogo. Cada qual decide o quer fazer sozinho, sempre foi assim (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Tais ideias se aproximam das contribuições propostas por Freire (1996, p. 92), quando enfatiza que “o diálogo é condição humana, dialogar é humanizar-se, é existenciar-se. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”.

Dito de outro modo, o diálogo é um movimento que consiste no voltar-se para o outro. Quando olhamos para alguém, quando lhe dirigimos a palavra, precisamos fazê-lo com amor, pois como diz Freire (1996, p. 92) “o diálogo é o sentimento do amor tornado ação”. Desse modo, é através do diálogo que se estabelecem as relações entre os homens, que se comunicam consigo mesmos, com outros homens e com o mundo, criando, assim, a sua cultura.

### **b) As possibilidades e impasses para o desenvolvimento do diálogo**

Em seus relatos, os entrevistados indicam que possuem uma concepção de diálogo bastante próxima. Entretanto, ao articularem as reflexões com as suas possibilidades e/ou limites, reconhecem que o diálogo só acontece quando os dois sujeitos envolvidos estão dispostos a falar e ouvir, e que, portanto, a efetivação dessas duas ações podem se defrontar com entraves.

Com relação à prática do diálogo no cotidiano das ações, a maior dificuldade assinalada foi para ouvir, para estar “aberto” às concepções distintas, assumir uma postura de acolhimento e reflexão. Mas também foi destacada a dificuldade de falar, de expressar suas concepções, seja por receio do outro com quem se conversa, ou mesmo por reconhecer que esse outro não o respeita em suas concepções, por isso uma das partes acaba desistindo de falar. Destacamos três relatos significativos que revelam tais reflexões:

Não é fácil construir uma relação de diálogo, porque as pessoas não tem esse costume de dialogar, de decidir as coisas na base da conversa. Pra conseguir fazer com que as pessoas falem, coloquem suas opiniões, digam o que pensam, nas reuniões, nos cursos, é preciso muita paciência, estratégia pra fazer com que eles passem a se expressar. Muitos ainda têm vergonha, tem medo de falar, de falar errado. Muitos têm medo do que os outros vão dizer. Pra vencer essas dificuldades a gente procura mostrar que as opiniões deles são importantes, que nós precisamos que eles participem compartilhando, dando opiniões e assim eles vão se soltando e falando com mais facilidade (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Eu acho que em todo lugar tem aqueles que não gostam de ouvir, que só querem falar, e Deus livre se aquilo que eles falam não for aceito. Eu me lembro de que numa reunião que nós fizemos pra ação do manejo do camarão, uns queriam comprar os matapis prontos, outros queriam que as mulheres fabricassem. Cada

grupo justificava a sua opinião. Foi, foi, depois de muita conversa a maioria decidiu que esse serviço ia ficar por conta das mulheres, elas que iam fabricar os matapis. Foi bom porque a parte que não queria, não resistiu, mas mesmo assim foi preciso explicar bastante, mostrar que seria uma maneira delas ganharem o dinheirinho delas também. É por isso que o diálogo é importante, porque as pessoas vão conversando até chegar à melhor decisão (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Pra que haja diálogo é preciso haver humildade. Quem não tem humildade não senta pra dialogar com ninguém. Eu digo isso, porque quem não tem humildade, não abre mão das suas ideias, acha que é só o seu pensamento que tá certo e não aceita o que o outro fala. Quando foi pra nós fazer a campanha contra a poluição dos rios, teve uns quantos desentendimentos, porque tinha uns que achavam que a campanha tinha que ser direcionada pras grandes empresas da região, porque são elas que prejudicam mais o ambiente. Foi preciso muita conversa pra explicar pra eles que tem que começar devagar, primeiro por nós, depois a gente vai mais pra diante (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Os relatos indicam que mesmo diante das dificuldades encontradas, os sujeitos reconhecem que a efetivação (o sucesso) das ações desenvolvidas pelo Movimento depende fundamentalmente do processo de diálogo, posto que é por meio dessa prática que os sujeitos exercitam relações de acolhimento e de cooperação. Também indicam que é por meio do diálogo que conseguem superar as dificuldades, em face da possibilidade (disponibilidade) que eles têm de falar, ouvir, de acolher a ideia do outro e partilhar a sua; de reconhecer a diferença que caracteriza cada um/a e o que têm de melhor para oferecer ao grupo, pois o que está em discussão é o benefício coletivo e não o individual.

Freire (2000), ao tratar da relação dialógica e exigência da abertura ao outro diz o seguinte:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar, ou melhor, me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta, sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária (FREIRE, 2000, p. 119).

Como podemos identificar em sua fala para que o diálogo autêntico ocorra é necessário que cada sujeito reconheça o outro em sua singularidade. Esse movimento só se realiza quando há escuta. É a sensibilidade para escutar que confirma o outro em sua alteridade, numa aceitação mútua, e que sustenta a possibilidade e responsabilidade do

diálogo. Em outras palavras, é a escuta que faz com que as relações no cotidiano das ações não sejam meramente ilusórias, fundadas na aparência, mas se tornem autênticas, gerando práticas que promovam uma vida melhor em comunidade.

As proposições de Freire nos ajudam a compreender que os impasses que ocorrem no cotidiano das ações para o desenvolvimento do diálogo estão relacionados a vivência de uma cultura que acentua o individualismo e que dificulta a abertura e transcendência do eu em direção ao outro, ou seja, a possibilidade de abertura a alteridade.

### **c) A prática do diálogo no cotidiano das ações**

Em se tratando do exercício da prática do diálogo no cotidiano das ações foi possível identificar duas dimensões distintas nos relatos dos entrevistados: a relação do MORIVA com os participantes das ações e a relação dos participantes entre si.

Sobre a relação do MORIVA com os participantes das ações, os Dirigentes reconhecem que o diálogo com os participantes é necessário para que possam desenvolver um trabalho melhor, para que eles possam participar de forma mais efetiva nas ações. Entretanto, também reconhecem que esse é um processo demorado, ou seja, não acontece “do dia para a noite”. É preciso em primeiro lugar, construir uma relação de confiança, para que eles percebam a importância do diálogo, para que as ações aconteçam e sejam bem sucedidas.

Um dos Dirigentes relatou muito bem como ocorre essa relação, inclusive destacando momentos no cotidiano das ações que expressam a relação do MORIVA com os ribeirinhos.

O diálogo é uma prática que a gente desenvolve. Na verdade, é um dos princípios do Movimento. Mas também não é um processo fácil. Eu acho que depois de 15 anos de Movimento, a gente ainda enfrenta dificuldade, porque ‘as coisas não acontecem do dia pra noite’. Para construir uma relação de diálogo é preciso confiança. Eu vou dar um exemplo pra você: na ação manejo de camarão que nós realizamos, logo no início, quase todos não acreditavam que pudesse dar certo. Uns diziam: há, eu não vou perder tempo com isso, eu tenho mais o que fazer. Na verdade, eles estavam desconfiando porque nunca eles tinham participado de uma ação assim, onde o lucro seria dividido entre todos. Eles estavam acostumados a trabalhar individualmente, onde cada um decidia sozinho o que fazer e no manejo do camarão era diferente, tinha que decidir tudo no coletivo, era preciso dialogar. Pra encurtar a conversa, eles só passaram a confiar depois que eles passaram a vender o camarão, aí eles viram que o manejo pode dar certo (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Outro Dirigente considerou também a necessidade da abertura e disponibilidade para ouvir os participantes, o que de fato favorece o diálogo tanto sobre situações relacionadas às ações, quanto sobre situações não relacionadas às ações, mas que também dizem respeito à vida social em que estão inseridos.

Quando a gente reúne pra tratar das ações, eles falam sobre tudo. Falam sobre a política, sobre a Igreja, os preços das coisas, a escola dos filhos, o açaí, o pescado, o camarão, o preço que esses produtos estão sendo vendidos, é um momento em que a vida social é dialogada, e eu acho que isso é muito importante, porque é a realidade deles que está sendo problematizada ali (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Analisando os relatos, percebemos que os Dirigentes do Movimento são pessoas que efetivamente se dispõem a ouvir, e, em razão disso, oferecem a possibilidade para que os participantes se aproximem e partilhem, inclusive situações delicadas vivenciadas na vida social.

Por outro lado, as entrevistas revelam que a mesma prática de abertura não ocorre na vivência e relação dos participantes entre si. Os relatos revelem que nem sempre os ribeirinhos estão dispostos a escutar uns aos outros, seus pontos de vista, muitas vezes reagem de forma a negar qualquer possibilidade de conversa, outras vezes estão tão certos de suas convicções, que também rejeitam qualquer posicionamento distinto.

Muitas vezes, nas reuniões, nos encontros, quando a gente está dialogando sobre alguma coisa, algum assunto, organizando alguma atividade, é difícil chegar há um consenso, porque tem aqueles que não conseguem se entender, reagem contrariamente às opiniões, tem vezes que até saem da reunião e vão embora, não conseguem compartilhar suas convicções, não aceitam as ideias dos outros. A gente busca conduzir o processo de maneira mais pacífica possível, mas tem vezes que a coisa esquenta e a gente não tem como mudar isso (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

Outro fator relevante que os relatos dos entrevistados revelam diz respeito às situações de diálogo, escuta e reflexão desenvolvidas no cotidiano das ações, que têm contribuído para que os sujeitos adquiram uma visão mais ampla sobre as subjetividades presentes nas problemáticas socioambientais existentes na região.

Eu entendo que o problema da falta do pescado na nossa região não é somente culpa das empresas que foram instaladas no Baixo Tocantins. Existem muitas coisas que estão por traz disso. Por exemplo, a questão do aumento da população. Antigamente, existia muito peixe aqui, mas também, existia pouco morador. O papai conta que

tinha umas poucas casas. Hoje, na beira do rio, não tem mais aonde construir casa, as pessoas já estão construindo na parte detrás, no quintal. Outra coisa: antigamente, não tinha embarcação motorizada, a nossa embarcação era a montaria, o casco, o batelão a faia. Hoje, ninguém mais anda a remo. Todo mundo tem um rabudinho no porto. Sabe qual é o resultado disso? Muita maresia e muito barulho, o peixe se muda pra onde tem silêncio, tranquilidade (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

De acordo com Freire (1996), a valorização das ideias e conceitos sobre determinada questão incentiva o envolvimento dos sujeitos aprendentes e aumenta sua autoestima, promovendo uma participação proativa. Por isso é importante promover o diálogo entre os participantes a respeito de suas ideias, não como uma superior à outra, mas como possibilidades de entendimento das experiências vivenciadas pelos sujeitos do conhecimento, das ideias e práticas historicamente construídas e ainda fortemente presentes, e de formas de intervenção realmente significativas para a construção de outras consciências. O autor ainda ressalta que:

O diálogo pressupõe troca, uma relação de sujeitos iguais, ambos educadores educandos, ou seja, numa relação horizontal em que nenhum é melhor ou mais que o outro, e ambos são possuidores de conhecimentos, cientificamente ou apenas socialmente construídos. O conhecimento científico e o conhecimento popular são diferentes, complementares e não são antagônicos (FREIRE, 1996, p. 93).

Essa troca de conhecimentos, ideias e valores que ocorre por meio do diálogo conforme infere Freire (1996), pode ser identificada na ação cursos onde os participantes têm a oportunidades de fazer essa troca com outras fontes de conhecimento, sejam estas expressas pelos ministrantes dos cursos ou pelos próprios participantes, conforme descrito no Relatório de Ações (2013).

O processo educativo, oferecido pelos cursos, possui caráter não formal, democrático e participativo que garante aos ribeirinhos, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e mudanças de atitudes voltadas a sua relação com o meio ambiente, contribuindo para a formação de uma consciência crítica, e, por conseguinte, melhoraria das condições de vida. A metodologia primou por exposições dialogadas e dinâmicas para o envolvimento e estímulo aos participantes a expressarem suas opiniões e experiências na área ambiental, para que os mesmos pudessem assim se envolver nas atividades proposta pelo Curso. Os cursos também contaram com a realização de debates sobre a situação de degradação ambiental em que se encontram as Ilhas de Abaetetuba, a elaboração de projetos de práticas comunitárias, as contribuições da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e comunitário e sugestão de atividades para práticas nas comunidades (Relatório de Ações, MORIVA, 2013).

Esse trecho do Relatório revela que a troca de conhecimentos e valorização das ideias e conceitos construídos pelos participantes dos cursos, é utilizada como uma estratégia para envolvê-los nas atividades e conseqüentemente nas ações posteriores. Trata-se de uma estratégia pedagógica que se inicia pelo diálogo com os saberes dos sujeitos na intenção de despertar o interesse e o envolvimento dos mesmos nas atividades.

Metodologicamente, este processo tem como pressuposto o reconhecimento e o respeito à cultura e a história dos sujeitos. Na medida em que o MORIVA parte da realidade dos ribeirinhos ou da comunidade, os valores culturais e os modos de ser, de viver e de trabalhar se tornam objeto de conhecimento. É uma prática que envolve a participação direta dos sujeitos na ação, permitindo que eles tenham a oportunidade de assumir o protagonismo de seu processo histórico, por meio de um papel ativo na transformação de sua realidade, buscando atuar e se corresponsabilizar pelo seu desenvolvimento, de modo cada vez mais autônomo.

**d) É possível aprender e ensinar a dialogar nas relações cotidianas do MORIVA?**

Sobre essa questão, a maioria dos entrevistados afirmou que sim, que as ações do Movimento têm contribuído para uma prática de vivência do diálogo. Um deles relatou que aprendeu efetivamente participando das ações; nas reuniões, aprendia escutando o que os outros falavam. Para ele, dialogar é uma necessidade para a compreensão da importância da conservação dos recursos naturais, para aprender a ler a realidade, especialmente a realidade local.

Eu aprendi muitas coisas boas escutando o que os outros falavam, as suas experiências, eu aprendi muita coisa. Todas as vezes que eu participo de uma reunião, de um curso, eu aprendo. É uma oportunidade que eu tenho de saber mais sobre o que a comunidade precisa, o que está acontecendo na comunidade. [...] a gente aprende a falar e também a ouvir os outros falarem, tudo com educação. Nos cursos a gente conversava muito sobre os problemas da comunidade, a questão da escassez do camarão, do peixe, a poluição dos rios, a questão do lixo, a gente aprende sobre a nossa realidade, como nós estamos vivendo e o que pode acontecer no futuro se a gente não cuidar. Nessas conversas a gente conseguia entender melhor a nossa situação aqui nas Ilhas (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Outro entrevistado entendeu que a questão do diálogo é muito pessoal, que não é possível aprender a dialogar, pois a exigência de uma postura de abertura implica uma

disposição pessoal, um traço de personalidade que, talvez (segundo ele), alguns não tenham ou não querem assumir.

Eu acredito que a gente não aprende a dialogar. Eu acho que isso vai muito da personalidade da pessoa. Uns têm muita facilidade para se comunicar, falam muito, falam sobre tudo, conseguem se expressar facilmente, enquanto que outros, não têm essa mesma facilidade. São aquelas pessoas que são caladas... ficam o tempo todo quietas, pagam pra não falar. Eu acho que depende muito da pessoa (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Diante dos relatos, indagamos se as relações que se estabelecem no cotidiano das ações contribuem para o aprendizado do diálogo. Todos afirmaram que sim. Inclusive, um deles, ressaltou que nossa pesquisa tem contribuído no sentido de fazê-los refletir sobre a importância dessas ações na construção de práticas educativas mediatizadas pelo diálogo, da qual ainda não tinham se dado conta.

Eu ainda não tinha parado pra pensar sobre isso. Mas eu acredito que sim. As ações do MORIVA contribuem para o aprendizado do diálogo. Essa pesquisa que você está fazendo é muito importante, porque é um momento que a gente para pra pensar, pra refletir e acaba compreendendo muita coisa. Por exemplo, as conversas que a gente tinha nos cursos, nas reuniões, no momento de organizar as campanhas, de participar, em todos esses momentos a gente dialogava e aprendia muito falando e ouvindo (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nesse sentido, Freire (1996, p. 95) contribui ao afirmar que:

O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A educação como “sistema educacional” configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação.

Partindo da concepção Freiriana de educação, podemos dizer que a vivência dos ribeirinhos no cotidiano das ações favorece a construção de práticas educativas que têm o encontro com o outro, ou seja, o diálogo como conteúdo, pois por meio dele emergem suas histórias, suas realidades, mas também seus sonhos e novas perspectivas de atuação como pessoas e como cidadãos.

Tais práticas podem ser identificadas na forma como os ribeirinhos podem opinar, sugerir, criticar e discutir sobre as problemáticas socioambientais existentes na região. Em

algumas situações, inclusive, esse processo permite a tomada de decisões a partir do discutido no grupo, alterando as atividades, conforme relata um dos entrevistados:

Eu vou contar pra senhora um fato que aconteceu uma vez, teve uma reunião do MORIVA na comunidade pra tratar da ação do manejo do camarão. Aí, o Presidente começou a reunião falando da importância da gente trabalhar esse projeto, que ia ajudar a resolver o problema da escassez, a gente também ia ter um preço melhor no camarão. Aí ele pediu que a gente desse a nossa opinião. Eu sempre gosto de dar a minha opinião, eu não sei ficar calado nessas reuniões. Aí começou uma discussão: uns falavam uma coisa, outros falavam outra. Antes disso, o Presidente já tinha colocado a proposta do MORIVA, que era da gente comprar os viveiros prontos, aí eu dei a minha opinião. Eu disse assim: porque a gente não se reúne pra fazer nós mesmos os viveiros, a gente fazendo vai economizar mais e sai melhor. Aí todo mundo concordou. Eu quero dizer com isso, que a gente decide junto aquilo que vai fazer, a gente conversa, ouve as propostas e depois decide pelo que é melhor pra nós e pro ambiente (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Conforme o entrevistado, cada participante precisa construir o seu entendimento da problemática focalizada e o diálogo atua como mediador desse processo e, além disso, promove não apenas a interação coletiva entre os participantes das ações, mas também, a troca efetiva de saberes, reforçando a noção de cuidado com o meio ambiente, despertando em cada indivíduo o sentimento de pertencimento, participação e responsabilidade.

Nesse sentido, pensamos que é importante enfatizar a compreensão de Freire (1996, p. 93). Ele destaca que esse processo dialógico é educativo porque promove a compreensão da realidade e conseqüentemente a produção do conhecimento.

O que se pretende com o diálogo em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento experiencial), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la.

Freire nos leva a inferir que o aprendizado do diálogo acontece no plural, pois cada sujeito social estabelece relações com os fatos, temas, problemas focados e busca soluções e/ou respostas, a partir de horizontes ou de cenários construídos. Essa interação possibilita, para muitos sujeitos, a maior (e talvez única) oportunidade de aprendizado e desenvolvimento e vem sendo adequadamente inserida e explorada pelo MORIVA em suas ações.

Diante do que foi exposto sobre as relações cotidianas de diálogo no contexto das ações, reconhecemos que as mesmas são efetivamente espaços de convivência e, mesmo sendo gestadas em meio a dificuldades e conflitos, as práticas educativas possibilitam a

reflexão e percepção da riqueza suscitada no encontro com o outro, seja nos momentos de amizade, seja nas situações de conflito.

Ampliar as possibilidades de vivência e partilha de concepções, de estabelecimento de objetivos comuns, de desenvolvimento de projetos, fundados na colaboração, a nosso ver, podem ser práticas educativas assumidas pelo Movimento e pelos ribeirinhos. Da mesma forma, vivenciar a tarefa (por vezes, difícil) de dialogar com quem apresenta concepções tão distintas das que trazemos é um exercício de formação e de testemunho de que é possível transformar a realidade, a partir dos fundamentos e da reflexão compartilhada. Em Freire (2000, p. 115), encontramos a seguinte reflexão:

Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. Mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele.

Analisar as relações cotidianas de diálogo no cotidiano das ações do MORIVA nos possibilitou ampliar a reflexão sobre a necessidade de ações que favoreçam e estimulem o diálogo no processo de formação, seja nos movimentos sociais, nas escolas, na família, ou em qualquer outro espaço que pode ser considerado como educativo. Em alguns momentos, conversando com os entrevistados, ouvimos que “essa é uma coisa que se aprende em casa”. Isso amplia a nossa concepção de que as vivências primárias fundadas no diálogo podem favorecer seu exercício nos demais espaços sociais.

Os movimentos sociais, a partir do que podemos constatar no MORIVA, são espaços privilegiados de convivência, pois agregam pessoas com idades e experiências diferentes. Reconhecer essa diversidade, valorizando as expressões, a partilha de ideias e o trabalho coletivo como momentos de formação, podem contribuir na construção de uma sociedade em que o respeito ao outro e a vivência democrática sejam valores comuns.

#### **2.1.4 - A prática educativa no aprendizado dos direitos**

O aprendizado dos direitos também é destacado neste trabalho como uma das práticas educativas que emergem das ações socioambientais do MORIVA, que tem promovido a luta pelo desenvolvimento sustentável nas Ilhas de Abaetetuba, colocando-a no

campo dos direitos, ou seja, na fronteira de uma pluralidade de direitos, pois a luta pela terra, pela água, pela floresta, pela soberania alimentar, pelo crédito, pela assistência social e técnica, pelo meio ambiente, está articulada à luta pelo desenvolvimento sustentável e revela à teoria e ao fazer pedagógico a centralidade que tem a luta que foca a diversidade de processos que estão associados às condições de vida local.

Caldart (2002, p. 38) explica que da luta por direitos emerge um aprendizado que vai ajudando a tornar consciente estes direitos e, que aos poucos, vai transformando-os em deveres (deveres de lutar pelos direitos), que então se consolida em um modo de vida, visão de mundo:

A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são. É a experiência de que quem conquista algo com luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favor. Que em vez de anunciar a desordem provocada pela exclusão, como a ordem estabelecida, e educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e reinventar a ordem, a partir de valores verdadeira e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade.

Esta é sem dúvida uma das grandes lições que emergem das ações do MORIVA, o aprendizado dos direitos como uma dimensão educativa, construída quando o Movimento coloca a luta pelo desenvolvimento sustentável nas Ilhas de Abaetetuba no campo dos direitos, na fronteira de uma pluralidade de direitos: a sustentabilidade da saúde, da moradia, da terra, da água, da floresta, da segurança, da educação, das condições de trabalho, entre outras.

Na entrevista que realizamos com os Dirigentes do Movimento ficou evidente que no começo, a maioria das famílias não tinha consciência da necessidade de lutar pelos direitos, havia uma espécie de bloqueio ou resistência cultural.

Muitas famílias acreditavam que não adiantava lutar por direitos. Muitos até diziam: - o que adianta isso, enquanto uns estão preocupados em não jogar lixo nos rios, outros não estão nem aí, ainda fazem crítica. É como jogar uma gota no oceano. É perder tempo. Hoje em dia, ninguém mais se preocupa com o futuro. Tivemos muito trabalho para tirar essas ideias pessimistas da cabeça de muitas pessoas, e até hoje, muitas continuam com as mesmas ideias; mas muitas também já mudaram de opinião, a gente vê isso nas conversas e nas posturas também. Eu fico muito feliz por que isso é fruto de muito trabalho (Dirigente do Movimento em entrevista, 2015).

A fala do Dirigente deixa claro que a postura de dependência e de desresponsabilização dos moradores decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência socioambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos moradores, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na coparticipação da gestão socioambiental.

Nesse sentido, corroboramos com Freire (1996, p. 13) quando enfatiza que “a luta por direitos exige, em primeiro lugar, a conscientização de que temos direitos, somos sujeitos de direitos”. Somente a partir daí é possível se distanciar da visão ingênua de que não vale a pena, de que a luta não vai dar em nada. Quanto mais conscientes do tamanho da luta que têm pela frente, e menos presos a ingenuidade, mais os seres humanos valorizam e se dispõem a lutar pela transformação de sua realidade, compreendendo que nada é impossível de mudar.

A própria experiência de regularização fundiária na Ilha Quianduba evidencia que a garantia dos direitos fundiários da população local é pré-condição para a adoção e consolidação de boas práticas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais. E assegurar esses direitos continua sendo um desafio a ser enfrentado por algumas comunidades da região que estão aguardando o processo de titularização.

Quando nós começamos a luta pela regularização fundiária aqui na Ilha, muitos não se engajaram porque pensavam que a gente não ia conseguir. Quando a gente reunia e dizia que era um direito nosso, tinha uns que ainda riam, diziam assim: regularização fundiária é pros sem terra que precisam de terra, nós temos terra. Eles não compreendiam que a regularização fundiária vem dar pros assentados os seus direitos, não é só terra, é terra, é educação, é saúde. Agora eles já estão entendendo melhor, porque eles já viram que muita coisa mudou. É verdade que ainda precisa melhorar muita coisa, mas pelo menos, a questão do cuidado com os recursos naturais, isso tem melhorado muito, porque além das ações do MORIVA, tem o Plano de Uso da Ilha que também ajuda. Mas eu acredito que isso só vai melhorar na região quando todas as Ilhas forem regularizadas (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Silva (2006) explica que os direitos questionam as desigualdades sociais e recolocam o julgamento dessas questões sob a ótica da igualdade, da diferença e da justiça, por isso, os direitos não estão restritos ao marco legal. Segundo a autora, o direito para ser direito não necessariamente precisa ser jurídico, mas ser reconhecido como tal. Por isso os movimentos sociais, requerem sujeitos ativos que tomem para si a definição de seus direitos e busquem seu reconhecimento efetivado.

Um dos maiores indicativos do aprendizado dos direitos nas ações do MORIVA manifesta-se na sua capacidade de articulação e mobilização de sua base para a realização de

eventos de massa e luta pelos seus direitos. A existência de um fórum regional, que historicamente reúne as organizações sociais da região, de certa forma tem contribuído para a execução das grandes ações definidas pelo movimento, de forma articulada entre si.

O “Plano de Uso para as Comunidades Assentadas”, “os acordos de pesca”, como mecanismos de controle social e de gestão dos recursos naturais são expressão da busca de resoluções coletivas dos problemas socioambientais locais. A construção de uma identidade, enquanto cidadãos quiandubenses pelos comunitários aparece nos relatos dos entrevistados como um direito conquistado por meio da organização social.

Antes, a gente nem era reconhecido. Depois que a comunidade foi regularizada, nós passamos a ter os nossos direitos. Tá certo que nem todos os nossos direitos a gente recebe, ainda falta muita coisa, mas na questão do reconhecimento, como uma comunidade que existe, que é organizada, que tem uma associação, isso melhorou muito (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nesse sentido, o aprendizado dos direitos tem contribuído na construção de uma cultura política que vai pondo o desenvolvimento sustentável local na fronteira do conjunto dos direitos de homens e mulheres ribeirinhos, a partir da construção de novos valores e sentidos para mudar a realidade existente, sobretudo ao expor socialmente as desigualdades que se originam e se sustentam nas relações sociais dos sujeitos que habitam nesse território.

Essa prática tem influenciado também na gestão dos recursos naturais existentes no local como espaço público e comunitário, ou seja, a democratização do espaço ambiental ribeirinho. Isso acontece por meio da participação dos moradores nas decisões sobre a gestão do território, as práticas de manejo que devem utilizar, enfim, faz emergir o compromisso coletivo com a conservação dos recursos naturais.

Uma coisa que eu acho muito importante é que quando a gente compreende que tudo que envolve o desenvolvimento sustentável é direito nosso, a coisa muda de figura, a gente passa a exigir esses direitos, coisa que a gente não fazia antes porque a gente pensava que eles não existiam. Na verdade, a gente ficava na mão dos políticos, eles que decidiam o que devia ser feito pra melhorar os nossos problemas, e agora não, a gente corre atrás, a gente exige porque sabe que não é esmola, é direito (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nesse sentido, a gestão do território vai deixando de ser concebida como uma dádiva da política clientelística e vai sendo exigida como um direito. Vai se dando um processo de reeducação da velha cultura política, vai mudando a velha autoimagem que os ribeirinhos carregavam como clientes agraciados pelos políticos e governantes. Nesse processo de

reeducação da cultura política os cursos desenvolvidos pelo MORIVA assumem um papel pedagógico relevante.

Nos cursos do MORIVA a gente aprende muito sobre os nossos direitos. É muita informação que a gente não tinha conhecimento. Depois que eu participei dos cursos, eu passei a olhar pra política partidária com outros olhos. Agora eu não me deixo mais enganar por esses políticos corruptos, quando eles vêm na minha casa pedir voto, eu primeiro converso com eles, pergunto qual é o projeto que eles têm pra melhorar a nossa qualidade de vida aqui, pra educação, pra saúde, pra conservação do território, eu falo dos nossos direitos, o que eles vão fazer pra que esses direitos sejam respeitados (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É possível identificar na fala do entrevistado que os cursos desenvolvidos pelo Movimento se constituem como momentos pedagógicos que possibilitam a reeducação da consciência social dos ribeirinhos, no sentido de compreenderem que as problemáticas que perpassam a sua realidade estão atreladas à exclusão e a marginalização a que têm sido submetidos historicamente. Nesse sentido, os cursos configuram-se como práticas educativas voltadas para a aprendizagem de direitos sociais locais.

Freire (2000) explica que diante das políticas assistencialistas e da carência de políticas públicas apropriadas para o campo, os movimentos sociais têm desenhado uma nova maneira dos sujeitos se enxergarem e enxergarem o mundo, que incide diretamente nas ações individuais e coletivas, criando as condições para que os mesmos se assumam como sujeitos de direitos. Os movimentos sociais são verdadeiras escolas de formação política dos trabalhadores, eles contribuem para educar as camadas populares, o que é extremamente importante para modificar os significados das práticas e das relações entre os sujeitos.

Dessa forma, diante desse contexto de lutas e aprendizagens, é possível reconhecer que as ações do MORIVA têm tido um papel pedagógico importante no aprendizado dos direitos que passa pela formação da consciência política. As práticas educativas gestadas nas ações são coincidentes em mostrar que a formação da consciência política é imprescindível para a ampliação da consciência do direito a tudo que pode contribuir para a melhoria das condições básicas de sobrevivência.

## **2.2 - CARTOGRAFIA DOS SABERES AMBIENTAIS NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS QUE EMERGEM DAS AÇÕES DO MORIVA**

De acordo com o que foi exposto até aqui, podemos dizer que as práticas educativas gestadas no cotidiano das ações do MORIVA favorecem aprendizados que proporcionam mudanças nos valores e modos de vida dos participantes e, além disso, fundamentam o reconhecimento e a inovação de um modo de educar que extrapola o âmbito escolar, contribuindo na promoção de um posicionamento crítico face aos problemas socioambientais que perpassam o território ribeirinho, tendo como horizonte a formação de uma consciência socioambiental que mobiliza esses sujeitos para o desenvolvimento sustentável no seu significado mais abrangente.

Este subitem sistematiza uma análise dos saberes ambiental que emergem dessas práticas, e para dar conta desta perspectiva analítica, decidimos optar pela elaboração de uma cartografia de saberes como instrumento teórico-metodológico relevante para demonstrar as multiplicidades e conexões da vivência cotidiana dos ribeirinhos nas ações. Elaborar uma cartografia de saberes configura-se como um procedimento que tem a possibilidade de demonstrar as imbricações entre saberes que estão presentes nas práticas educativas já identificadas, abordando a realidade para além da ideia de que o saber científico é a única possibilidade de entender e interpretá-la.

### **2.2.1 – Concepção epistemológica de Cartografia**

A ideia de utilizar neste texto a Cartografia como uma possibilidade de sustentação metodológica e epistemológica, decorre da necessidade de que em espaços tão complexos, como por exemplo, as dinâmicas vivenciadas pelos ribeirinhos no cotidiano das ações do MORIVA, precisamos de um método que nos dê sustentação, que nos mostre alternativas epistemológicas que deem conta da complexidade dos saberes que as práticas educativas gestadas nas ações do Movimento informam, e também evidenciar suas ressonâncias na produção de conhecimentos voltados para a visibilização de relações sustentáveis com os recursos naturais.

Nesta perspectiva, buscamos na Cartografia rizomática de Deleuze e Guattari (1995), os fundamentos teóricos que embasam tal proposta epistemológica, posto que partimos da premissa que a dinâmica vivenciada pelos ribeirinhos no cotidiano das ações é um processo de produção de conhecimento expresso por um conjunto de informações objetivas e

subjetivas. Propõe diálogo e combinação entre as experiências, interesses, desejos e saberes de sujeitos sociais e as suas possibilidades de criar, inventar e intervir em seu território.

Ao inaugurarem o método cartográfico, Deleuze e Guattari (1995) consideram não tratar-se de uma opção metodológica que cuida da representação do objeto, mas da sua construção. A natureza do objeto está pautada na subjetividade, na amplitude da superfície, do alcance dos processos. Nesse sentido, mapear significa reunir saberes produzidos pelos sujeitos acerca de suas práticas e/ou modos de vida, fragmentados para que possam ser potencializados e coletivizados, ou seja, mapear é buscar encontros, percursos, por entre práticas e saberes, culturas e poder.

A finalidade dos autores com este método é reconhecer os territórios de sujeitos sociais operando de forma a mapear as potencialidades do local, de seus habitantes, assim como seus interesses. Portanto, a Cartografia em Deleuze e Guattari (1995) se remete a um território espacial e às rotas de navegação, mas também incorpora a dimensão subjetiva, captando o espaço existencial povoado por sonhos, desejos, percepções e sensações. Lugares e acontecimentos que atravessam a vida das pessoas e as afetam com diferentes graus de intensidade, produzindo mudanças no modo de ver e de viver, gerando aprendizagens e sensações de diferentes tonalidades: encorajamento, conforto, medo, abalo, frustração, potência. Em todos os acontecimentos, a vida pulsa, em constante movimento, um convite à transformação e à formação.

Deleuze e Guattari (1995) incorporam a noção de rizoma enquanto modelo epistemológico, o qual pode ser assim entendido:

Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo o regime de signos muitos diferentes, inclusive estados de não signos; o rizoma não se deixa reconduzir nem ao uno nem ao múltiplo. Ele não é o uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é múltiplo que deriva do uno [...]. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda (DELEUZE e GUATTARI, p. 32, vol. 1).

Segundo esses caracteres, o conhecimento não pode ser como uma árvore, cujo tronco emana e sustenta outros saberes feitos galhos e folhas que se ramificam rumo a crescente especialização do conhecimento. Dessa forma, cada galho e folha são entendidos a partir da clássica separação das ciências: Sociais e Humanas, Exatas e Naturais, que se fecham e crescem feito um arbusto que possui formas, direções e limites previsíveis.

Na perspectiva rizomática, mapear significa entender a realidade a partir de diversos pontos de vista, não estabelecer limites fixos entre aquilo que se conhece e o que se projeta do real, pois o real é relativo, é multivisional, é como um conceito que é constantemente transformado, um processo do porvir, em curso, inacabado; não se restringe às marcações visíveis do espaço físico como na geografia, são paisagens e processos que são subjetivados e distorcidos nas práticas culturais; dito de outra forma, mapear é um processo contínuo que nunca se esgota, é captar a vida onde ela está acontecendo.

A educação não acontece fora dos espaços concretos de vivência, ocorre em territórios experimentados e vividos. Isso significa considerar as ações socioambientais do MORIVA como vínculos traçados na vida, como lugares onde sujeitos sociais existem, atuam e se relacionam. Nesse sentido, a Cartografia como instrumento metodológico e epistemológico tem muito a contribuir na investigação e aproximação dessa dinâmica vivida e construída pelos ribeirinhos nessas ações.

## **2.2.2 – Os saberes que emergem das práticas educativas**

### **2.2.2.1 - O saber perceber o ambiente**

Ribeiro (2003) ao analisar as concepções de natureza estabelecidas pela sociedade infere que a percepção é desenvolvida por meio da funcionalidade dos órgãos dos sentidos, ou seja, ela ocorre no momento em que as atividades dos órgãos dos sentidos estão associadas às atividades cerebrais. Dessa forma, o significado que os estímulos sensoriais despertam é o que distingue a forma como cada indivíduo compreende a realidade em que está imerso.

Tais significados estimulados nos seres humanos representam valores que são atribuídos de acordo com a cultura, a história, a idade, o sexo, a educação, a erudição, a classe social, a economia, a política, a religião, a individualidade, as preferências, as atitudes e as atribuições do meio ambiente (RIBEIRO, 2003).

Em outras palavras, a nossa percepção sobre o ambiente é orientada por valores que construímos a partir de nossa vivência humana no ambiente em que estamos inseridos. É do nosso relacionamento com o ambiente que emerge a percepção.

Em sintonia com esta concepção, de como se processa a percepção sobre o ambiente e tomando como parâmetro as experiências vividas pelos ribeirinhos nas ações socioambientais do MORIVA, é que identificamos o “saber perceber o ambiente” como um

saber que pode ser definido como sendo uma tomada de consciência pelo ribeirinho, sujeito participante das ações do MORIVA, sobre o seu ambiente, ou seja, trata-se do ato de perceber o ambiente em que está inserido, ao mesmo tempo em que aprende a proteger e a cuidar dele, desenvolvendo outras formas de relacionar-se com ele. Nessa perspectiva Panceri (1997) entende que:

A percepção envolve um ator ativo, pertencente a um determinado ambiente, que constrói e reconstrói suas percepções. Na medida em que suas estruturas de sensibilidade e cognitivas vão se transformando, transforma sua forma de olhar, percebendo os espaços com novas imagens e valores adquiridos com a interação com o ambiente a partir de novas lentes de observação. Assim, toda forma de perceber envolve um saber, um relacionar e um agir (PANCERI, 1997, p. 29).

De acordo com a autora, a percepção ambiental é um processo que permite a interação do indivíduo com o meio em que vive, o qual está diretamente interligado aos padrões culturais determinados historicamente, o que é primordial para a construção do conhecimento e da conscientização ambiental.

Analisando as representações dos sujeitos participantes das ações sobre o ambiente foi possível identificar os saberes que emergem da prática educativa no contexto da participação, os quais se processam em três momentos de percepção: a percepção de ambiente, a percepção das transformações ambientais e a percepção de que é preciso conservar.

Nosso objetivo, neste momento, é trazer alguns relatos que possam contribuir na compreensão de como as representações e concepções que os participantes das ações têm sobre o ambiente em que vivem, acabando por influenciar decisivamente em suas práticas cotidianas, antes e depois de participarem das ações.

#### **a) A percepção de ambiente**

Quando perguntamos aos entrevistados sobre como percebem o ambiente em que estão inseridos, cada um respondeu diferentemente à indagação e expôs sua forma de enxergar, interpretar e se relacionar com o meio ambiente. As respostas evidenciam a percepção do antes e do depois de participarem das ações do MORIVA, além disso, eles contribuem com seu conhecimento tradicional e empírico para o fornecimento de informações

sobre o histórico da degradação ambiental na Ilha, o que é de grande utilidade para a pesquisadora.

Pra mim o ambiente é o nosso espaço aqui na Ilha. Esse espaço que está a cada dia sendo mais degradado, que está a cada dia sendo modificado por nós mesmos que moramos aqui. Porque cada trabalho que vai surgindo, vai modificando o ambiente, por exemplo: o trabalho nos engenhos teve a sua parte positiva, mas também teve a negativa que modificou muito o ambiente, principalmente com o desmatamento pra fazer os roçados pra plantar cana, depois vieram as olarias, que também modificaram com a extração do barro, teve também muito desmatamento, agora o açai, a primeira vegetação a gente não vê mais. É assim, em cada período a gente interfere no ambiente de uma maneira. Antes de participar das ações do MORIVA, eu não me preocupava muito com isso, porque, sabe como é, a gente vive a vida da gente, é tanta coisa que às vezes a gente não se preocupa com essas coisas. Mas, quando a gente para pra discutir, pra pensar sobre a nossa situação, como era no passado e como é hoje, a gente percebe que se as coisas estão desse jeito, é porque nós temos muita culpa nisso também (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Eu digo pra você que eu nunca tinha parado assim pra pensar nessa questão. Eu quero dizer assim, antigamente, eu não me preocupava muito com isso. Agora eu me preocupo, eu tenho até dito pro pessoal que se nós trabalhássemos mais essa questão do cuidado com o nosso ambiente as coisas iam melhorar bastante. (...) Eu acho que o meio ambiente é tudo que está a nossa volta, que um dia já foi bem cuidado e hoje é destruído. É o meio em que a gente vive há muito tempo e acabamos destruindo o meio ambiente. É onde nós moramos, construímos as nossas casas, é a terra que nos dá o nosso alimento, é a água que mata a nossa sede, é nós mesmos, nós também fazemos parte do ambiente. Eu acho que as pessoas têm que entender que nós seres humanos fazemos parte desse ambiente, então se a gente prejudica esse ambiente, a gente tá prejudicando nós mesmos (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Meio ambiente é tudo, não é somente as árvores, a água, os animais. É também as casas, as olarias, as escolas, é tudo que envolve a nossa vida aqui na Ilha. Toda a nossa relação com a natureza, a nossa maneira de caçar, de pescar, tudo no nosso trabalho tem haver com o ambiente, é tudo. É também o sol, a lua, as estrelas, os planetas. É tudo o que existe dentro e fora da terra, tudo é meio ambiente (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Ao analisar os relatos, identificamos que antes dos entrevistados participarem das ações eles não se viam como partícipes do ambiente e se consideravam como alheios a sua própria identidade, o que contribuiu para ampliar as problemáticas ambientais e socioambientais existentes na comunidade, pois devido esses sujeitos não terem uma compreensão mais holística sobre o meio ambiente em que vivem, desenvolviam práticas nocivas ao ambiente, justamente pela ignorância de suas consequências.

Segundo Morin (2000, p. 15), as pessoas têm falta de conhecimento do presente e têm a ilusão de pensar que o conhecem o suficiente só porque vivem nele. O conhecimento do meio ambiente não é algo que encontramos pronto “é um tipo de conhecimento construído através de alternativas buscadas pelo diálogo entre as diferenças e na intercessão dos

contrários, na diversidade de todas as ordens, no erro, no acerto e no conflito entre a racionalidade e a subjetividade”.

Por outro lado, a participação nas ações do MORIVA, lhes possibilitou uma percepção mais abrangente sobre o ambiente em que vivem. Em cada descrição é notório que os entrevistados percebem-se indissociáveis de seu entorno, compartilhando-o com os demais seres vivos e aos quais se unem por interesses comuns, ou seja, eles não estão mais alheios ao ambiente como também não estão excluídos dos seus princípios de identidade.

Segundo os princípios de rizomas abordados por Deleuze e Guattari (1995), a realidade pode ser desvelada a partir de diversos pontos de vista, não existem limites fixos entre aquilo que se concebe e o que se projeta do real, pois o real é relativo, é multivisional, é como um conceito que é constantemente transformado.

Nesse sentido, é possível vislumbrar que a mudança de concepção dos entrevistados em relação ao meio ambiente pode ser compreendida como um processo de construção do conhecimento que segue um caminho não definido, pautado na subjetividade das relações de participação onde são construídos saberes que nascem do processo de reflexão acerca de suas práticas e/ou modos de vida.

Tal processo é de fundamental importância para a construção de uma nova racionalidade ambiental como explica Carvalho (2004), a qual abre precedentes para uma nova visão sobre o estatuto do real e do conhecimento, ou seja, uma visão que busca superar as dicotomias entre natureza e cultura, entre sujeito e objeto, a fim de compreender a realidade como fruto do entrelaçamento desses mundos. Nas palavras da autora:

Fundamenta-se, portanto, na capacidade humana de produzir sentidos para a relação com a natureza, com o mundo, mediante a linguagem, o diálogo, entendendo o conhecimento como fruto desse encontro com o Outro, o qual está em posição de alteridade, e não objetificado (CARVALHO, 2004, p. 118).

Ao analisar a dimensão criadora da “racionalidade compreensiva”, Carvalho (2004) ressalta a ampliação de sentido que esta traz para a educação ao explicitar a visão explicativa da ciência normativa, a qual afirma que a educação se dá a partir dos ditames da cientificação que empobrecem a experiência formativa condicionando o processo de ensino e aprendizagem as imposições técnicas e objetivas, e a noção compreensiva de uma postura interpretativa, a qual indica que tal processo é uma experiência do próprio sujeito que se realiza pela linguagem.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a construção de uma nova racionalidade ambiental depende de uma concepção esclarecida de meio ambiente, pois os sujeitos sociais só podem valorizar a questão ambiental a partir do momento que podem também entendê-la. Isto remete a importância de ações em educação ambiental que contribuem para tornar as pessoas mais esclarecidas e, assim, poderem de forma consciente e cidadã, opinarem sobre projetos de meio ambiente que possam modificar as suas vidas e de suas comunidades.

Observamos também que a participação nas ações do MORIVA, possibilitou a construção de saberes, opiniões e leituras mais abrangentes sobre o ambiente em que estão inseridos, pois quando indagados sobre as problemáticas ambientais, suas narrativas vieram recheadas de concepções, ideias, opiniões e conhecimentos que compõem os seus saberes sobre o ambiente.

Bom, eu acho que em relação ao ambiente, a ilha tem uma coisa muito legal. Eu só continuo aqui por causa do ambiente que é muito bom [...], pois é um ambiente ainda muito natural. A gente come peixe fresquinho, camarão fresquinho, açai fresquinho [...] mesmo que essas coisas já estão escassas, né, mas, mesmo assim, ainda vale a pena morar neste lugar (Moradora da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nos cursos do MORIVA a gente conversava muito sobre as questões do meio ambiente aqui na Ilha, a gente procurava refletir sobre a nossa realidade, sobre o porquê que as coisas chegaram a esse ponto. Teve uma atividade que nós fizemos, onde cada aluno teve que fazer dois desenhos: um mostrando como era o ambiente no passado e o outro mostrando como é o ambiente no presente. Eu construí o meu desenho junto com o papai. Ele ia me falando como era no passado e eu ia desenhando. Quando foi na outra aula houve a socialização. Foi aí que eu fui perceber a diferença, como as pessoas do passado viviam na fartura, tinham o peixe, o camarão, tudo com fartura, e hoje, é totalmente diferente. Aí a gente começou a problematizar, porque hoje as coisas mudaram? E aí a gente aprendeu tanta coisa importante, coisa que a agente não sabia e que agora a gente consegue entender porque as coisas estão do jeito que estão (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Além de abordarem as problemáticas ambientais, os entrevistados também revelam a concepção de meio ambiente como um lugar bom para se viver, como um sistema onde os seres vivos se inter-relacionam e dele dependem para sua sustentabilidade, o que nos leva a entender que mesmo diante das problemáticas, os mesmos se sentem felizes vivendo nesse ambiente, ou seja, há uma relação de pertencimento com o ambiente que contribui para a construção de valores, hábitos e novas atitudes frente às problemáticas ambientais e socioambientais que perpassam a sua realidade.

Desta forma, o conceito de ambiente deixa de ser uma categoria puramente biológica, para constituir uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores

e saberes, como também por novos potenciais produtivos. Trata-se de uma mudança paradigmática na forma de perceber o mundo sem atribuir responsabilidades aos outros, mas a si próprios, configurando assim novas possibilidades de ação (MORIN, 1997; LEFF, 2002).

Identificamos nos relatos que os entrevistados compreendem a necessidade do MORIVA estender o seu trabalho de forma a atender um maior número de pessoas dentro da comunidade e quiçá todos os moradores.

Quem dera que todos os moradores da comunidade pudessem participar das ações. Infelizmente só algumas pessoas participam. Eu acho que seria muito bom se essas ações fossem trabalhadas em parceria com as escolas, pra que os alunos pudessem ter uma relação mais íntima com o Movimento desde pequenos. (...) outra coisa que eu acho é que essas ações ainda são muito isoladas, por exemplo: acontece uma, depois, passa um tempo pra acontecer outra, eu sei que não é fácil desenvolver essas ações sem recurso, eu participo do Movimento, eu sei a dificuldade que eles enfrentam. Se o governo investisse, as coisas seriam bem melhores (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

De acordo com a entrevistada o saber ambiental não pode ser construído apenas no Movimento, a escola também tem um papel importante nesse processo, ou seja, esse engajamento pode significar mudança de valores e comportamentos. Contudo, a entrevistada tece uma crítica com relação ao fato de as ações acontecerem de forma isolada, pois segundo ela, se fossem inseridas no dia a dia das pessoas possibilitariam mudanças mais profundas nos seus valores e comportamentos.

Para Leff (2002), a construção do saber ambiental é baseada no estabelecimento de novos valores na relação entre os seres humanos e a natureza, bem como na ética entre as relações econômicas, políticas e sociais. Nesta perspectiva, é necessário que as pessoas envolvidas tenham uma percepção mais abrangente do ambiente em que vivem, o que implica na compreensão dos fatos relacionados com o conhecimento do que já se sabe e do espaço vivido.

A abordagem do autor nos leva a compreender que quanto mais se conhece o espaço em que se vive, maior a possibilidade de conservá-lo, de compreender a importância dessa conservação para a qualidade de vida das pessoas que nele vivem.

## **b) A percepção das transformações ambientais**

Constatamos nas entrevistas que a participação dos ribeirinhos nas ações possibilitou a percepção das modificações ambientais sofridas pelo ambiente que os cerca. Sobre essa questão, um dos entrevistados nos disse o seguinte:

Quando eu me entendi como gente, este lugar aqui era muito farto, tinha muito peixe, camarão, no período do verão, quando ficava muito seco, dava até siri, porque a água ficava meio salgada. Nesse tempo, o açaí não tinha valor, a gente não cultivava quase, era só roçado, a gente trabalhava o dia inteiro no roçado, plantando cana, cortando cana. Aí foi acabando os engenhos e o pessoal já começou a trabalhar nas olarias. Depois, que as olarias começaram a funcionar, que tinha muita olaria mesmo, o peixe começou a ficar mais escasso, o camarão também, porque o pessoal entrava nos igarapés pra tirar barro e fazia pilão, estragava tudo o igarapé e afugentava os peixes, o camarão, jogava a bucha do barro pra dentro do igarapé, ficava seco, iam abrindo outros furos e isso prejudica a cria dos peixes, do camarão. Então de certos anos para cá o peixe ficou fraco, a gente coloca a malhadeira, pega poucas pescadinhas, coloca o matapi, só dá para o consumo. Mas o pior de tudo, é que as coisas só vão piorando, as pessoas continuam sem entender que se continuarem agindo assim, daqui com uns anos, não vão nem saber o que é camarão, o que é pescada, mapará, se quiserem comer, vão ter que comprar na cidade (Morador da Ilha Quinduba em entrevista, 2015).

Embora nosso informante seja um ribeirinho, que nunca frequentou uma escola regularmente, ele manifesta profundos conhecimentos acerca de seu habitat, do lugar onde vive. Percebemos em trechos do seu relato um misto de alegria e tristeza; alegria pelo tempo em que o ambiente era farto, quando pescar era uma tarefa fácil e prazerosa, pois havia fartura, e tristeza pela escassez provocada pela degradação ambiental, que segundo sua percepção continua, aumenta a cada dia de modo que aqueles igarapés onde os peixes se reproduziam não existem mais, já secaram. Desse modo, a transformação ambiental percebida pelo ribeirinho é apresentada como consequência da ação antrópica negativa ao ambiente, provocada principalmente pela cultura oleiro-cerâmica.

Em outro recorte de uma entrevista, percebemos uma grande preocupação do entrevistado com as transformações ambientais que vêm ocorrendo na comunidade:

Daqui a uns cinco anos os que forem nascendo não vão conhecer mais nada, se eles quiserem saber o que é camarão, vão ter que ver nos livros. Os peixes, eles não vão saber quais são os peixes de água doce: mapará, pescada, mandubé, mandi, porque acabou não é? Os igarapés que o rio tinha não se conhecerão mais, daqui uns dias nós não teremos nada, nós vamos ficar de um jeito assim [...]. Aqui tinha um lugar no meio do rio que dava um rebojo, hoje não tem mais rebojo. Não tem mais aquelas plantas que dava na beira do rio turiá, aninga, mangueiro, juquiri, as nossas crianças não saberão mais o que é isso (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

A forma asseverativa no falar do entrevistado, expressa que ele entende a gravidade da situação, pois sua própria experiência de vida lhe dá a convicção de que o futuro, “daqui a uns cinco anos”, pouca coisa lhe reserva. Essa falta de esperança no futuro é fruto da sua percepção do ambiente. Outro fato interessante que o entrevistado enfatiza é a necessidade de conservar o ambiente não especificamente para a sobrevivência física, mas, principalmente, para a preservação da cultura, pois, o mesmo parte do pressuposto de que o desaparecimento das espécies, implica no desaparecimento também da cultura, o que pode ser confirmado pelas ideias de Carvalho (2004) quando enfatiza que, se o meio se modifica, perde-se a cultura e aos sujeitos nada resta.

Em outro trecho da entrevista, o morador baseado em suas memórias e aprendizagens, revela que:

Antigamente, aqui no rio dava muita pirarara. A gente jogava o cambão e gostava de ver, toda vez a gente pegava pirarara. Por mês a gente pegava 4, 5, até 6 pirarara grande, conforme a maré. Hoje, a gente joga o cambão e quando puxa tá limpo... é difícil pegar uma, tem vezes que passa o mês inteiro e a gente não pega nenhuma. Outra coisa, antigamente a gente andava no rio e gostava de ver peixe pulando. Hoje, não tem por quê? Porque acabou. Eu me lembro de que no curso que eu fiz do MORIVA, nós discutimos muito sobre isso. O professor falou que uma das causas dessa escassez é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí que represou o rio Tocantins e prejudicou a vida de toda essa região. É uma situação difícil, porque um projeto desse foi feito pra gerar energia, se pelo menos essa energia viesse pra nós era bom, mas além da gente ter sido prejudicado, a nossa vida aqui, nós não temos a energia, agora entende uma coisa dessa (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É interessante observar que o entrevistado, em sua percepção, faz uma correlação entre o passado e o presente, entre fatos e acontecimentos precisos do passado e os fatos que ocorrem no momento atual. Verdadeiras transformações ambientais que resultaram na degradação e no desaparecimento de espécies representadas, como por exemplo, a pirarara, peixe de grande porte que era comum na região e muito utilizado na alimentação pelos ribeirinhos.

Outra percepção se refere a real situação de risco que perpassa o território, ou seja, o entrevistado se depara pela primeira vez com os danos causados pelos grandes projetos geopolíticos de planejamento regional implantados na região, especialmente a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Há na fala do ribeirinho um agudo contraste entre o desenvolvimento e a pobreza, pois se por um lado a hidrelétrica alimenta com energia os grandes projetos na Amazônia, por outro, gera um custo social altíssimo para a região por meio da poluição do rio Tocantins, e, além disso, os moradores das Ilhas ficam excluídos do principal benefício do

empreendimento que é a energia elétrica, ficam “às escuras” sofrendo os prejuízos sem nenhuma perspectiva.

É perceptível também a preocupação do MORIVA em informar os ribeirinhos sobre os grandes impactos ambientais causados por esses empreendimentos, algo que os mesmos revelam que desconheciam.

Eu não sabia que a Usina de Tucuruí tinha represado o rio Tocantins e isso fez o pescado ficar escasso [...] (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Quando eu participei do curso do MORIVA eu aprendi muita coisa e uma delas é que os nossos rios são prejudicados por esses grandes projetos [...] (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Eu nunca imaginei que mesmo essas empresas ficando tão longe daqui pudessem causar tantos problemas [...] (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Por meio da participação nas ações, os sujeitos deste estudo puderam visualizar as necessidades que perpassam a sua realidade, suas fontes de satisfação e insatisfação. A sua relação com o meio ambiente foi debatida, as mudanças provocadas por suas ações e pelas ações de sujeitos externos também, como no caso dos grandes projetos instalados na região.

De forma complementar, concordamos com a visão de Freire (2001) quando enfatiza que nas práticas sociais, marcadas pela participação, pelo convívio, se desencadeiam processos educativos que contribuem para que os sujeitos percebam a realidade em que vivem e atribuam significado a ela.

### **c) A percepção de que é preciso conservar**

A gente vive num lugar muito bom. Aqui tem de tudo: tem a água em abundância; tem o açaí que é o nosso maior alimento, ainda tem o peixe, tem muitas coisas. O que falta é as pessoas se despertarem para cuidar. As pessoas precisam aprender que é preciso ter consciência de que tudo isso que nós temos, se não cuidar, vai acabar (Morador da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Esse relato evidencia a construção de um saber sobre o ambiente que reconhece a responsabilidade e os limites do agir humano sobre a natureza. A realidade percebida pelo morador revela a necessidade da participação coletiva na proteção do ambiente.

Leff (2002) explica que ao tomar consciência dos riscos socioambientais a que estão sujeitos, os seres humanos podem optar por comportamentos, atitudes e ações políticas do

plano local ao global, em direção a um projeto de sociedade baseado na eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social.

Medina (1994) também corrobora com essa ideia quando infere que pensar o ambiente significa refletir de forma prospectiva e complexa, introduzindo novas variáveis na forma de conceber o mundo globalizado, a natureza, o conhecimento e as relações entre os seres humanos.

Nesse sentido, o investimento na participação é estratégico para a construção de uma sociedade cada vez mais reflexiva e crítica da realidade e do entorno, mais dependente do conhecimento gerado e socializado, fator de extrema importância para a construção de um desenvolvimento sustentável.

A participação dos moradores nas ações: campanha contra a poluição dos rios, manejo comunitário de camarão, cursos de formação, recuperação de nascentes, apesar de não se realizarem de forma muito frequente, já indica mudanças na forma de perceber o ambiente.

Antes de participar das ações do MORIVA, eu pensava que meio ambiente era apenas o verde [...], com as formações, eu percebi que ele vai muito além. O meio ambiente está ligado com todos os segmentos da nossa vida [...], é como se eu tivesse tirado uma venda dos meus olhos, parece que eu estava cega, só via o verde, mas agora eu consigo enxergar o meio ambiente como ele realmente é, eu consigo ver os problemas que existem, e que muitas vezes, somos nós os culpados (Moradora da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

As mudanças na forma de perceber o ambiente são resultado dos momentos de reflexão vivenciados no cotidiano das ações, em que a realidade dos sujeitos é problematizada. Daí surge a compreensão da necessidade de uma relação harmoniosa entre ser humano e natureza. Freire (2000), em sua proposta pedagógica, ressalta que é preciso se fazer uma educação problematizadora, que contribua para o surgimento, nos aprendizes, de uma visão crítica da totalidade do ambiente onde se inserem. Uma educação que valoriza as diversas formas de conhecimento para formar cidadãos com consciência local e planetária, apresentando uma perspectiva de encarar a relação do homem com a natureza, baseada em uma postura ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferenciada de ver o mundo e a humanidade.

Os entrevistados também evidenciam em seus relatos que a conservação do ambiente está relacionada à sua percepção como um espaço de produção de conhecimento:

Aqui, nós temos muita chance de viver bem. A gente aprende muitas coisas. Tem gente que diz que as pessoas que moram em um lugar como este não sabem nada. Quem fala isso não sabe o que diz. Nós, aqui, aprendemos muita coisa. Pergunta pra esse pessoal da cidade se eles sabem o que é armar um mundé. Acho que eles nem sabem o que é isso. Quando eu fiz o curso de manejo florestal do MORIVA, eu aprendi que é a gente que tem que dar valor pro nosso saber, porque os outros não vão dar né. O nosso saber é importante pra nós. Se você for perguntar pra um advogado se ele sabe armar um mundé, ele vai dizer que não sabe e nem quer aprender, porque esse saber não é importante pra ele né. Mas pra nós aqui na ilha, saber armar um mundé faz toda a diferença. Quem não sabe armar um mundé, não pega tatu, que é uma caça muito gostosa, serve pra nossa alimentação (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nesse relato, é visível que o meio ambiente é compreendido como um lugar de aprender. Independente de ser um Assentamento de Reforma Agrária, uma Ilha, ou mesmo um rio é um lugar de aprender e os sujeitos sociais que ali habitam precisam ser conhecidos como agentes e beneficiários desse aprendizado.

Santos (1997) em sua teoria da sociologia das ausências e das emergências salienta que na modernidade ocidental coexistem dois modelos de conhecimento: “o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação”, que naturalmente chamam atenção para dois processos de construção de saber, com base em duas formas de ignorância, os quais estão em evidência na fala do entrevistado. Esses dois modelos de conhecimento segundo Santos (1997, p. 41):

O conhecimento-regulação é um conhecimento cujo ponto de ignorância se chama “caos” e o ponto de saber denomina-se “ordem”. Conhecer é passar do caos para a ordem. Essa é a forma de conhecimento dominante. Mas a própria modernidade ocidental tem outra forma de conhecimento: o conhecimento-emancipação. Aqui a ignorância é colonialismo, é transformar o outro em objeto e não reconhecê-lo como sujeito, e o saber é solidariedade. O conhecimento-emancipação conhece partindo do colonialismo para a solidariedade.

O autor supracitado defende um modelo de racionalidade capaz de ampliar o presente e possibilitar a implementação de ações transformadoras, uma racionalidade que dilate o presente e traga outras experiências, que de outra maneira não somos capazes de captar. E, para isso, é preciso superar aquela ideia de totalidade e de dicotomias, vamos dizer assim, mecânicas, em que a racionalidade ocidental nos capturou, e isso se faz por um procedimento que Boaventura chama de “a sociologia das ausências”.

Tal proposta nos leva a compreender que é preciso reconhecer nos sujeitos sociais seus valores, ações e conceitos sobre o meio ambiente, ou seja, seus saberes, suas experiências sociais, que com base na racionalidade ocidental não somos capazes de captar,

porque são produzidas ativamente como não existentes, nas palavras de Boaventura “é produzido para estar ausente, suprimido, oculto da nossa imaginação, do nosso conhecimento e da nossa racionalidade” (1997, p. 43), para poder transformar conhecimentos que não existem em conhecimentos que existem.

O desafio que se apresenta é o de elaborar uma compreensão mais ampla do mundo, que traga outras experiências que possam contribuir na construção do conhecimento- emancipação, gerando um saber solidário e um pensamento complexo, aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir em um processo contínuo de novas leituras e interpretações, novas possibilidades de ação que respeite as diversidades socioculturais.

Sobre a possibilidade de construir conhecimentos que possam contribuir na transformação da realidade, identificamos nos relatos que mesmo compreendendo que o ritmo natural do ambiente na região tem sido modificado em decorrência das necessidades humanas, os ribeirinhos acreditam que é possível transformar a realidade.

Para que haja mudança no comportamento das pessoas é preciso que elas sejam sensibilizadas para as questões ambientais, para que elas tenham a preocupação de mudar a situação em que nós vivemos em relação ao meio ambiente. É preciso também construir uma relação de amor à natureza, de cuidado. É preciso que as pessoas aprendam a olhar o meio ambiente, a notar o que está acontecendo de diferente, ter uma visão diferente do meio ambiente. O olhar, é conforme aquilo que você olha, que você compreende. Porque é assim: quando a gente olha pra uma coisa, a gente precisa aprender a fazer a leitura daquilo. Tipo assim, eu estou olhando para o rio, a minha percepção depende da leitura que eu faço do rio, depende da intenção que tenho com aquele rio, se eu tenho uma intenção boa, de cuidar dele, se eu entendo que sem ele eu não posso viver, que ele faz parte da minha vida. Ai, com certeza, eu não vou fazer nada para prejudicá-lo, quer dizer, tudo depende do nosso olhar (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Eu acredito que as coisas podem mudar pra melhor. O que precisa acontecer é as pessoas compreenderem a importância do meio ambiente pra nossa vida, a importância de preservar as nascentes, os rios, as matas, os animais silvestres, a importância de não desmatar. Quando as pessoas compreenderem a importância de tudo isso, então elas vão ter outra visão. Enquanto isso não acontecer, as pessoas vão continuar distantes da natureza ( Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É evidente que essa transformação concebida pelos ribeirinhos está relacionada a uma mudança de atitudes, de percepção dos sujeitos para com o ambiente, depende de uma relação de respeito entre ser humano e natureza a qual abrange uma totalidade de aspectos que inclui os naturais e os resultantes das atividades humanas, ou seja, a interação de fatores biológicos, físicos, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, torna-se premente a necessidade de se considerar os saberes ambientais revelados nas percepções de ambiente dos sujeitos, os quais refletem experiências pessoais, atos e situações vivenciados em um contexto de socialização, que são contestados, ressignificados e, por fim, incorporados ao ideário dos sujeitos, reorientando seus modos de se relacionarem com a natureza e conseqüentemente, na elaboração de percepções que sensibilizam na compreensão de que é preciso conservar.

O fato da vivência nas ações do MORIVA ter ampliado a percepção dos entrevistados sobre o ambiente em que estão inseridos pode ser considerado como uma grande contribuição das ações do Movimento na formação desses sujeitos, considerando que antes de participarem das ações, os mesmos não possuíam uma compreensão real e racional em relação ao ambiente e após participarem das ações, ampliaram o conhecimento e a consciência crítica em relação às questões ambientais, despertando para a necessidade de atuarem no ambiente com responsabilidade.

#### **2.2.2.2 - O saber reconhecer o erro**

A segunda coisa que nos chamou atenção nos relatos dos entrevistados desta pesquisa foi o reconhecimento do erro como um processo que favorece aprendizado, ou seja, como um saber inscrito nas práticas educativas gestadas no cotidiano das ações do MORIVA.

De acordo com Morin (2005, p. 410) o reconhecimento do erro também faz parte do processo de aprendizado, “podemos tirar uma lição do erro (isto também é aprender)”, o erro, desde que identificado, pode ser alterado.

Por conseguinte, podemos dizer que o reconhecimento do erro é a primeira lição que aprendemos quando o nosso fazer diário é questionado, isto é, se as nossas atitudes são corretas ou não. É o reconhecimento do erro que nos leva a refletir sobre a importância de nossas ações no ambiente em que vivemos.

As declarações dos entrevistados evidenciam o reconhecimento do erro como um aprendizado adquirido na vivência cotidiana nas ações do MORIVA.

Eu entendi que vinha fazendo coisas erradas (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Antes, eu cortava todo o aningal, todo o turiá da frente da minha casa, porque eu não gostava de ver mato na frente, mas hoje, eu vejo que é necessário ficar o mato né, porque se não o camarão acaba (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O meu erro foi ter cortado todas as árvores de seringueira do meio do meu açaiçal, hoje, no caso né, não faço mais isso, porque o verão é muito forte e o açai seca na árvore (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Percebemos pelas declarações, que o reconhecimento do erro trouxe para alguns participantes das ações, a possibilidade de mudanças no modo de tratar o meio ambiente, ou seja, essas pessoas passaram a agir de forma mais cuidadosa com os recursos naturais. As falas indicam que a partir do momento que esses sujeitos reconheceram as atitudes lesivas que vinham tomando, sentiram a necessidade de agir de outra forma. Nesse sentido, o reconhecimento do erro produz reflexos que afetam tanto a vida individual, (de cada família), quanto à vida coletiva, (de toda a comunidade).

Neste caso, o erro é parte integrante do conhecer, pois de acordo com Morin (2005) o nosso conhecimento sobre o mundo se dá a partir de uma relação viva e dinâmica com o próprio mundo. Corroborando com Morin (2005) explica que o reconhecimento do erro remete a atitudes éticas. Nessa ótica, os sujeitos que participaram das ações do Movimento, ao atribuírem sentido aos erros que praticavam, passaram a agir de outra forma, superando aquelas consideradas como lesivas ao ambiente, passando então, a exercitar uma responsabilidade ética no meio em que vivem.

Esse processo de construção de conhecimento vivenciado por esses sujeitos é descrito por Morin (2005, p.29) como um processo complexo, que envolve múltiplas faces, pois permite compreender a dinâmica complexa dos saberes locais ao mesmo tempo em que expõe a multidimensionalidade do ato cognitivo.

O conhecimento não é insular, mas peninsular, e, para conhecê-lo, temos que legá-lo ao continente do qual faz parte. O ato de conhecimento, ao mesmo tempo biológico, cerebral, espiritual, lógico, linguístico, cultural, social, histórico, faz com que o conhecimento não possa ser dissociado da vida humana e da relação social. Os fenômenos cognitivos dependem de processos infra cognitivos e exercem efeitos e influências metacognitivos.

O conhecimento construído pelos ribeirinhos da Ilha Quianduba, a partir do reconhecimento do erro é uma síntese desse processo descrito por E. Morin. Os saberes desenvolvidos, condensados e usados como ferramentas cognitivas, são os meios que se valem essas populações para dar respostas aos problemas ambientais que perpassam a sua realidade. Pelas afirmações de Morin, observamos que a relação entre homem e natureza é marcada por conflitos, contradições, erros e acertos, longe de um equilíbrio que se queira associar a esta relação.

Nesse sentido, a aprendizagem não ocorre somente com os acertos, os erros também, quando identificados, ao invés de serem vistos como condição negativa, podem favorecer uma revisão nas ações para a busca de acertos, conforme podemos identificar nos relatos a seguir:

Eu confesso que eu não me preocupava tanto com a questão do lixo, porque eu pensava assim: a gente tem todo o cuidado pra não jogar lixo no rio, mas os outros não querem nem saber. Nas freteiras, os donos da embarcação quando chegam amarram a sacola cheia de lixo e jogam no rio. Eu me aborrecia com isso e também não me preocupava. Eu não quero dizer que eu jogava lixo no rio, não é isso, mas eu ainda não tinha aquela consciência, você sabe. Mas agora, eu reconheço o meu erro, eu entendi que eu não tenho que me preocupar com a vida dos outros, eu tenho que fazer a minha parte (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Antes, eu não separava o lixo, jogava tudo junto na mesma vasilha. Agora eu não faço mais isso, porque eu aprendi que essa é uma maneira errada de tratar o lixo. Agora eu separo o vidro, o plástico, os restos de comida. Agora eu sei a importância de fazer isso. Eu reconheço que o que eu fazia era errado, porque antes, eu não me preocupava com o que o lixo pode causar se a gente jogar no terreiro e a gora eu sei, por isso eu não faço mais isso (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como é possível perceber, as falas se concentram muito no reconhecimento de que as atitudes que tomavam com relação ao lixo eram erradas. Isso nos leva a compreender que o reconhecimento do erro proporciona transformações no modo de pensar, nas ações e comportamentos pessoais no que diz respeito às preocupações com o meio ambiente. Em outras palavras, dar-se conta do erro é dar-se conta dos impactos que esse erro pode causar no ambiente, remetendo a ações éticas, ou seja, o erro, quando identificado e corrigido, torna-se um instrumento de aprendizagem.

Nessa ótica, alguns participantes das ações, ao darem-se conta das atitudes erradas que tomavam com relação à questão do lixo, parecem ter construído novas formas de agir e superar a forma de atuar lesiva.

Antes, eu pensava que se eu jogasse lixo no rio, eram as outras pessoas que iam ser prejudicadas e não eu, porque o lixo vai embora na maré. Eu pensava assim, há, a maré leva esse lixo pra longe. Hoje, eu sei que a mesma maré que leva esse lixo traz ele de volta, e outra coisa, pela minha atitude errada, eu acabo prejudicando tanto a mim quanto a toda a minha comunidade, porque esse lixo causa muitos problemas, como a escassez do pescado, a poluição do rio e muitos outros problemas. Agora, eu não faço mais isso, e eu me acostumei de tal forma que quando eu vou navegando no rio e encontro uma sacola, uma garrafa, eu volto a embarcação e pego, levo pra casa e lá eu dou o destino apropriado. O meu marido fica bravo comigo, ele diz: tu fazes isso, mas os outros não fazem, eu não me importo, eu fico feliz de estar fazendo a minha parte (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É muito difícil quando a gente está acostumado a viver de uma forma e de repente a gente se dá conta de que aquilo é errado, pra mudar não é fácil. Até as pessoas que convivem com a gente ficam criticando, falando. Comigo aconteceu assim, nós não tínhamos o hábito de recolher o lixo, a gente jogava tudo no terreiro, uma vida fazendo isso. Depois que eu participei do curso do Moriva sobre o lixo, e também os ACSs já vinham falando muito sobre isso, porque quando eles vinham aqui eles viam o meu terreiro sujo, eu resolvi mudar de atitude, comprei um lixeiro grande, sacos e comecei a recolher o lixo. Logo no início não foi fácil porque até eu quando dava, já estava jogando o lixo no terreiro, quantas vezes eu descia pra ajuntar. O mais difícil foi ensinar os meus filhos que já estavam acostumados, aí sim, foi difícil. Mas agora, todos já estão acostumados, eu já consegui mudar essa realidade, e como é né, agora eu acho tão feio quando eu vou numa casa e vejo lixo jogado no terreiro (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É evidente que o reconhecimento do erro estimulou a mudança prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação à questão do lixo, favorecendo a reflexão sobre a responsabilidade ética das entrevistadas com o próprio local, se tornando num eficiente instrumento para a formação da consciência ambiental.

Carvalho (2004) enfatiza a importância de ações que valorizam os problemas ambientais que ocorrem no local, posto que é reconhecendo a realidade local que os sujeitos encontram a sua chance imediata de fazer valer os seus direitos, de lutar pela qualidade de vida, de avaliar decisões e de fazer a sua parte para assegurar um ambiente saudável para todos.

A autora ainda esclarece que essa maneira de encarar os problemas ambientais, como no caso da entrevistada que acreditava que as suas atitudes erradas não teriam repercussão na comunidade e sim em outros lugares, é comum entre os brasileiros e resulta de um passado de anos de colonialismo e ditadura que impuseram um regime autoritário, onde a tomada de decisões é restrita a um pequeno grupo enquanto ao resto da sociedade cabe apenas cumprir as regras. Segundo a autora, esse modelo político autoritário encerra de certa forma, desresponsabilizando os sujeitos sociais comuns das tomadas de decisão, tornando-os absolutamente inexperientes nesse sentido. O resultado é o comodismo que a classe dominada assume diante de sua suposta “impotência”.

A proposta do MORIVA de trabalhar os problemas ambientais do território por meio de ações que visam à educação ambiental dos sujeitos tem contribuído no sentido de combater essas atitudes de passividade diante das dificuldades, promovendo mudanças significativas nas relações dos sujeitos com o ambiente local, pois, ainda que essas ações pareçam pequenas diante da dimensão do problema, elas servem para mostrar aos ribeirinhos que algo pode e deve ser feito para mudar a situação.

A desinformação e o desconhecimento de que as ações que estavam praticando eram tipificadas como erradas, é outra questão que emergiu nas entrevistas.

Eu confesso que eu não sabia que a destruição da mata ciliar prejudica a pesca do camarão (...) (Morador da Ilha em entrevista, 2015).

Se tivessem me informado antes que a monocultura é prejudicial pro ambiente, eu já estaria cultivando outras culturas junto com o meu açaiçal (...) (Morador da Ilha em entrevista 2015).

Eu não sabia que esses projetos aí de Barcarena, que a Usina de Tucuruí tinha trazido tantos danos até pra nós aqui (...) (Moradora da Ilha em entrevista, 2015).

As declarações revelam tanto a desinformação, quanto o desconhecimento da importância de algumas práticas que possivelmente são consideradas como simples pelos moradores, ou seja, de fácil desenvolvimento para a conservação do ambiente.

Do mesmo modo a fala a seguir denuncia a falta de atuação da Secretaria de Meio Ambiente e de Agricultura do município, no sentido de desenvolver ações de cunho informacional para os moradores da região.

Olha! O que eu sei desse negócio de conservação, de manejo, eu aprendi nas ações do MORIVA. Eu acho que se nós fôssemos depender das Secretarias que trata disso, é... do Meio Ambiente, da Agricultura, nós nunca ia aprender, porque eu nunca vi uma ação dessas Secretarias aqui. Parece que não existem, e eu sei que elas existem pra nos informar dessas coisas, pra cuidar do ambiente, mas elas só atuam na cidade, lá a gente vê, mas aqui, elas não fazem nada (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Com isso, a entrevistada quer dizer que a ocorrência de muitos danos ambientais na região é resultado da falta de responsabilidade do poder público municipal em manter os moradores informados sobre as normas e políticas ambientais, direitos e deveres no contexto ambiental, de modo a entenderem a repercussão dos seus atos na vida de todos, hoje e amanhã, capacitando-os para planejar e assumir ações de cuidado com o ambiente ao redor.

Arroyo (2002) considera que o poder público tem o dever de defender e conservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Entretanto, para assegurar a efetividade deste direito, incumbe-lhe, entre outras ações, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

A abordagem do autor nos leva a entender que a educação ambiental é a forma mais eficaz de intervenção no ambiente natural. Toda e qualquer proposta pedagógica voltada para

a conservação e o cuidado precisa ser inspirada nos valores da educação ambiental, os quais são propícios para a construção de possibilidades de prevenção às atividades lesivas ao ambiente.

Na visão de alguns entrevistados a interação entre movimentos sociais e poder público possibilitaria o alcance de melhores resultados na conservação dos recursos naturais na região.

Eu acho que se a Prefeitura trabalhasse junto com o MORIVA, os resultados seriam melhores porque o Movimento não faz mais ações por falta de recurso que é no que a Prefeitura pode ajudar (...) (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Pra mim, a Prefeitura poderia ajudar muito mais, se houvesse interesse por parte dos políticos eu tenho certeza que a gente teria uma vida muito melhor aqui na Ilha, se as Secretarias do Meio Ambiente, da Agricultura fizessem cada uma aquilo que lhe compete, muitos danos seriam impedidos (...) (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É interessante observar que à medida que os entrevistados manifestam suas opiniões sobre uma possível interação entre Movimento e Poder Público, se desenha como essa interação pode se tornar realidade. Nas suas opiniões, uma atuação conjunta dessas entidades, possibilitaria um processo educativo reflexivo sobre a responsabilidade de cada instituição social (família, comunidade, sociedade, movimentos sociais, poder público, entre outras) no desenvolvimento de soluções eficazes aos problemas vivenciados diariamente em cada comunidade.

Para Morin (1989, p. 100) “a consciência de responsabilidade é característica de um indivíduo-sujeito dotado de autonomia”, para que tenha a responsabilidade de cuidado com o ambiente natural como um valor, o ser humano precisa ser tomado pelo sentimento de solidariedade, ou seja, de pertencimento a uma comunidade. Responsabilidade esta, que implica em pensar, refletir, julgar as ações a partir de critérios e condutas que são consideradas pela sociedade como corretas, isto é, o ser humano precisa saber reconhecer quando a sua decisão é certa ou errada, para que a mesma não venha comprometer sua própria vida e dos demais sujeitos que estão ao seu entorno. A construção dessa consciência é um indicativo da incorporação de um processo educativo que capacita o sujeito para lidar com as incertezas, resolver e solucionar os conflitos que surgem diariamente no desenvolvimento de suas atividades, sem causar danos à sociedade, a vida humana e sua continuidade (CARVALHO, 2004).

### 2.2.2.3 - O saber do cuidar do ambiente

Outro saber importante que identificamos foi o cuidado com o ambiente, que surge a partir do entendimento da importância de se cuidar dos recursos naturais, dos quais depende a produção da existência.

Carvalho (2004), afirma que este cuidado emerge quando nos damos conta da importância de um atuar que não comprometa a capacidade dos ecossistemas de se autorregenerarem, quando compreendemos a sua importância para a vida humana, quando reconhecemos que a vida das gerações futuras depende das nossas atitudes.

Contudo, a autora esclarece que esse cuidado só surge efeito, quando emerge do interior humano, como um imperativo ético de responsabilidade com a continuação da vida humana, de nós mesmos. Quando ele emerge de uma imposição legal, assume um significado mecânico, ou seja, como se estivéssemos prestando um favor a alguém, logo, é um cuidado passageiro, só existe enquanto nos sentimos devedores.

Milaré (2000), também contribui ao enfatizar que repensar nosso modo de desenvolver nossas atividades diárias, favorece a compreensão que nossas ações possuem no contexto social, amplia o nosso entendimento sobre o reflexo de nossos atos no meio em que vivemos, utilizando como critério de decisão o cuidado com o ambiente, como uma necessidade da qual depende a vida.

O relato abaixo demonstra que as práticas educativas vivenciadas pelos ribeirinhos nas ações do MORIVA parecem ter possibilitado o aprendizado sobre a importância de cuidar do ambiente em que estão inseridos.

Tem que ter cuidado né, porque se não, todo mundo vai desmatar, e aí, como vai ficar? Se todo mundo pesca no período do defeso, o camarão vai acabar, nossos netos não vão nem saber o gosto de um camarão. Se todo mundo cortar as árvores de aningueira, de turiá, da beira do rio, onde é que o camarão vai se reproduzir? Se todo mundo tapar os igarapés com timbó, onde esses peixes vão desovar? Se todo mundo jogar lixo no rio, o que vai ser de nós, não vamos mais ter água boa nem pra tomar banho né, imagine pra beber (Morador da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Do ponto de vista do entrevistado, o saber cuidar do ambiente, parece ter surgido da compreensão de que a escassez dos recursos naturais no local é reflexo da falta coletiva de cuidado com o ambiente natural. Ao se preocupar como vai ficar o local se as pessoas continuarem a desenvolver atitudes lesivas, o morador passa a compreender que o ambiente do qual faz parte é influenciado por suas ações que devem se dar de forma benéfica, porque

caso contrário, trarão repercussões desastrosas para a sua vida e da comunidade como um todo.

Segundo Morin (2005), todo conhecimento só adquire sentido, quando situado em um determinado contexto, isto é, quando concebido em relação à inseparabilidade com seu meio ambiente cultural, social, econômico, político, natural e outros. É preciso uma relação de reciprocidade entre o todo e as partes para que se possa compreender como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação no todo repercute nas partes.

Assim, quando o entrevistado compreende que a sua intervenção no ambiente pode trazer prejuízo tanto para ele (geração presente) quanto para as outras pessoas (geração futura), há um aprendizado que Morin (2005) chama de “pertinente”, como sendo aquele capaz de enfrentar a complexidade dos fenômenos, ou seja, é um aprendizado que constrói valores, o qual é fundamental para guiar a nossa compreensão e visão de mundo, servindo de referência para as nossas ações cotidianas.

Tal aprendizado abordado pelo autor parece ter proporcionado para alguns dos participantes das ações a capacidade de julgamento, possibilitando a construção de valores, normas e princípios, gerando atitudes benéficas que se manifestam através do cuidado com o ambiente:

Se desde aquele tempo em que eu comecei a plantar açaí, logo depois que eu parei com a olaria, eu fizesse o manejo como eu aprendi nos cursos do MORIVA, a minha produção seria muito maior. Eu confesso pra você que eu pensava que do jeito que eu fazia eu estava cuidando do ambiente, eu nunca imaginei que como eu fazia, que eu cortava todas as árvores de seringueira, de taperebá, de pau mulato, fosse errado. Mas, o que me deixa feliz é que se eu fazia coisa errada é porque eu não sabia, agora que eu sei como é pra fazer, eu só vou continuar fazendo errado se eu quiser, mas eu não quero não (Morador da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Por meio desta declaração o entrevistado demonstra que repensar a relação com o ambiente natural favorece a compreensão da importância de suas ações para a sustentabilidade do local, amplia o entendimento sobre o resultado dos seus atos, o qual passa a utilizar como critério de decisão para o cuidado com o ambiente a sua volta.

Nesse sentido, Carvalho (2004) infere que para despertar o cuidado com o meio ambiente é preciso que os sujeitos tenham a possibilidade de envolver-se, comprometer-se, participar das decisões que lhes dizem respeito. No caso do MORIVA, é possível que as suas ações, por serem elaboradas de forma coletiva, possam contribuir para o desenvolvimento de atitudes de comprometimento, não só com a utilização de formas de manejo não lesivas, como no caso do entrevistado acima, mas principalmente, no sentido de favorecer a reflexão e

revisão dessas práticas que até então vinham sendo adotadas, estimulando a criatividade dos sujeitos para atuarem de outra forma no ambiente. Alteração que é evidenciada na declaração a seguir:

Antes, quando eu ia fazer o manejo no meu açazal, eu deixava todos os filhos no tronco da rebolada, eu não cortava nenhum filhinho. [...] depois que eu fiz os cursos do MORIVA, eu aprendi que a gente não pode deixar todos os filhos de açai no tronco da rebolada, porque tira a força das árvores maiores, e os cachos de açai ficam pequenos, não dá cacho grande, a gente tem que cortar a maioria, deixar só uns dois ou três no máximo. [...] antes, eu gostava de capinar todo o mato do meio do açazal, eu deixava limpinho, varrido, [...] mas, hoje eu vejo que esse mato pequeno tem que ficar, não precisa tirar, porque se não a chuva cai e leva toda a vitamina da terra (Morador da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O entrevistado nos leva a compreender que muitos moradores que praticam atitudes prejudiciais ao meio ambiente o fazem de certa forma, por ignorância de suas consequências, pela falta de conhecimento da responsabilidade de cada um em cuidar do ambiente natural. O despertar da consciência sobre determinado problema, envolve a construção de um conhecimento realmente consciente, conforme apresentado por Morin (2005, p. 38), o qual é proporcionado pelo diálogo entre as diferenças e na intercessão dos contrários, na diversidade de todas as ordens, no erro, no acerto e no conflito entre a racionalidade e a subjetividade (*Ibidem*, p. 40).

Com relação à ignorância de alguns moradores do local às ações lesivas ao ambiente natural, Carvalho (2004) enfatiza que a mesma é decorrente da cultura do meio em que se vive, uma vez que o ser humano quando vem ao mundo, vem com possibilidades de ser e fazer, a partir dos significados que elabora, das interações que desenvolve em seu contexto e das circunstâncias ambientais vivenciadas, as quais refletem nas atitudes que toma na vida, como podemos identificar em mais um relato:

O meu pai sempre diz que a beira do rio a gente tem que proteger por causa do camarão e do peixe. Os igarapés também, mesmo que ele não seja bom pra camarão tem que proteger, tem que deixar a mata virgem lá, não pode derrubar, se derrubar vai acabar as caças. (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O recorte da fala demonstra que, nesse caso, o cuidado com o ambiente é uma questão cultural (influência familiar), ou seja, a consciência do cuidado emerge dos significados que foram construídos pela família historicamente.

Morin (2005) esclarece que o ser humano não nasce ético, suas ações são construídas por aprendizado ao longo de sua história, já que inserido em um sistema social e cultural, tendo uma profunda relação com tudo que o cerca e que o influencia, como é o caso do contexto familiar, escolar, social, entre outros, que são contribuintes dessa construção.

Algumas narrativas revelam que os moradores antigos da comunidade possuíam uma relação de cuidado muito profunda com o ambiente, zelo este repassado aos filhos. Entretanto, hoje, esse processo não está se dando mais da mesma forma.

Eu aprendi a cuidar do ambiente com o meu pai. Meu pai era um homem muito chegado com a natureza, ele nos ensinava pra todos nós as coisas que a gente podia e não podia fazer. Eu lembro que uma vez, nós fomos gapuiar um ígarapé. Fizemos a mococa, mexemos o poço, aí o camarão começou a levantar, nessa época tinha muito. E os piqueno começaram a pegar camarão de todo tamanho. Aí o papai disse assim: “só é pra pegar os camarão grande, os pequenos vocês deixam que é pra crescer, não é pra pegar peixe pequeno, só peixe de tamanho médio pra frente”. Quando chegou em casa ele foi explicar pra nós que a gente não precisa gapuiar só uma vez, se a gente pegar camarão e peixe de todo tamanho, só vai dar pra gapuiar uma vez no ano, e se a gente fizer como ele ensinou, deixar os zinho, dá pra gapuiar até mais de duas vezes por ano, eu aprendi isso e nunca mais me esqueci. Hoje, a gente percebe que os pais não estão se preocupando mais em ensinar esse cuidado para os filhos, e com isso a gente vê que cada um faz do jeito que quer, porque uma coisa eu digo: como é que a gente pode querer que os filhos da gente façam o que é certo se a gente não ensinar? (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Silva (2006) analisando sociologicamente a vida cotidiana de povos tradicionais amazônicos explica que a transmissão do conhecimento entre essas populações é feita principalmente por meio da oralidade, ou seja, o conhecimento é passado no dia a dia durante diversas atividades que são efetuadas pelos grupos, o que faz com que a transmissão entre gerações requeira contato intenso e prolongado dos membros mais velhos com os mais novos. Entretanto, segundo o autor, em muitas comunidades, principalmente aquelas que já possuem um contato maior com a tecnologia, esse modo de transmissão está se perdendo, o que é muito prejudicial, pois a oralidade além de fornecer uma boa compreensão, fortalece uma relação de pertencimento, posto que geralmente a transmissão ocorre no momento em que as atividades estão sendo realizadas, ou seja, é uma forma de conhecimento que se dá na vivência prática.

A abordagem da autora vem afirmar que o saber construído a partir da relação prática que as pessoas desenvolvem com seu mundo natural é fruto de uma educação própria sem livros ou professores, uma educação prática que é capaz de desenvolver saberes ambientais práticos, que somente são possíveis porque existe uma constante leitura, compreensão e aproveitamento adequado da natureza e do espaço local.

Fazendo uma analogia entre a declaração do entrevistado e a abordagem do autor, podemos dizer que os valores culturais decorrentes do ambiente familiar contribuem na construção de um cuidado efetivo com o ambiente natural, uma vez que esse espaço cultural pode interiorizar regras e comportamentos relacionados diretamente com o desenvolvimento da vida humana com qualidade.

Ao tratarmos do saber cuidar do ambiente, um dos entrevistados relaciona à reposição da mata ciliar, no sentido de restituir ao ambiente as condições existentes anteriormente.

Aqui na região, a mata ciliar já tá escassa, é poucos os lugares que a gente vê. É só nos rios que tem pouco morador, onde tem muito morador já não tem mais. Só que eu já falei que tem que repor essa mata, e dá pra fazer isso, é só querer. Dá pra plantar o juquiri, o turiá, até a aninga, porque é uma forma da gente ter mais camarão, mais peixe... (...) eu não deixo cortar vegetação nenhuma da frente da minha casa e aconselho as pessoas a fazerem o mesmo, só que cada um pensa de um jeito, né, quem dera que todos pudessem fazer isso (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Ao refletir de maneira aparentemente genérica, o entrevistado compreende a reposição da mata ciliar como uma medida de fundamental importância para o equilíbrio ecológico do ambiente local. O cuidado está diretamente relacionado com a produção da existência humana, ou seja, ele entende que se não houver reposição da mata ciliar, futuramente, ele não terá como manter a sua existência e a de sua família.

Esse aprendizado construído na relação de cuidado com o ambiente é definido por Leff (2001) como um processo de formação constante, que se dá na vivência cotidiana no local, a qual desperta uma preocupação no ser humano com o seu entorno, com as relações que mantém em sua vida, com a sua cultura, permeada por exemplos vividos, o que contribui para que ele compreenda os fatos a partir da sua realidade e perceba como o seu espaço é importante para a produção da sua existência.

É importante ressaltar que o autor não está se referindo apenas àqueles problemas relacionados com a degradação dos recursos naturais, mas a qualquer outro tipo de recurso existente em nosso meio e que pode ameaçar a sobrevivência, tanto dos seres humanos quanto dos outros seres e de suas gerações futuras.

Surge com muita frequência nas declarações, a conscientização de que o cuidado com o ambiente deve ser tanto coletivo, quanto individual.

Tem gente que pensa que as coisas só dão certo se todo mundo agir da mesma forma. É por isso que a maioria das pessoas, se está fazendo uma coisa, aí vê que o fulano não tá fazendo, o ciclano também não, aí ele diz: há também eu não vou mais fazer, eu não vou servir de besta pra ninguém. Só que a pessoa que pensa assim, ainda foi conscientizada de que cada um tem fazer a sua parte. Tá certo que tem coisas que todos têm que cumprir, mas nunca a gente vai ver todo mundo tendo a mesma consciência. Eu acho que a melhor coisa que a gente tem que fazer é dar o exemplo, porque o meu pastor sempre fala que “a fala convence, mas o exemplo arrasta” (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Percebemos que a vivência nas ações, contribuiu na construção de uma consciência ética e responsável para com o ambiente, que se traduz na compreensão de que o cuidado deve ser individual e coletivo, ou seja, tanto do sujeito, quanto dos demais componentes do território.

Esse aprendizado, segundo Leff (2001), é decorrente de uma conscientização ambiental que viabiliza ao ser humano a reformulação de hábitos e valores, a escolha de caminhos, a capacidade de refletir sobre sua responsabilidade tanto individual quanto coletiva no meio em vive, com o ambiente ao seu redor a qual também contribui para que o sujeito manifeste em seu cotidiano o comprometimento, a responsabilidade, enfim, atitudes de solidariedade, voltadas para um atuar ético e cidadão.

Podemos perceber que esse processo educativo precisa se desenvolver de uma forma abrangente, técnica e culturalmente capaz de possibilitar a superação dos obstáculos para a sustentabilidade dos recursos naturais, contribuindo para que esses sujeitos tenham acesso a outros direitos que possam estar relacionados aos seus interesses, como o conhecimento de outras formas e técnicas que propiciem alternativas para enfrentar as necessidades humanas e ambientais que diariamente se apresentam em suas vidas, com responsabilidade com as presentes e futuras gerações.

#### **2.2.2.4 – O saber de um agir preventivo**

Para encaminharmos o final deste tópico apresentamos um quarto e último saber, que está relacionado a um agir preventivo, o qual segundo Milaré (2000) está ligado aos conceitos de afastamento de perigo e segurança de vida das gerações atuais e futuras. Tal princípio se traduz na necessária proteção da existência humana, seja pela proteção de seu meio ambiente, como também pela garantia da integridade da vida humana. Em outras palavras, a premissa básica do princípio da prevenção é reduzir ao máximo possível os eventuais impactos que por ventura uma atividade possa causar.

Milaré (2000) destaca que com relação ao meio ambiente, o objetivo não é inviabilizar o desenvolvimento econômico com a implementação das medidas de controle ambiental, pelo contrário, busca-se tratar os recursos ambientais como bens de uso comum do povo, que devem ser conservados em função da possibilidade de sua escassez para as gerações futuras.

Nesse sentido a prevenção vem a ser o cuidado permanente com os espaços naturais, a fim de garantir que impactos negativos prejudiquem o equilíbrio ambiental, a sadia qualidade de vida humana, ou seja, é antecipar a ocorrência de qualquer dano, por meio de um agir prudente e cuidadoso.

Este conceito se faz necessário para que possamos compreender o saber de um agir preventivo que emerge das práticas educativas gestadas nas ações do MORIVA. O saber que advém da conscientização de que determinadas atividades ou práticas trazem riscos tanto para a geração atual quanto para a futura. E o que é mais importante, é que nem sempre esses riscos são captados em toda a sua dimensão.

Fica explícito nos relatos dos entrevistados que este saber emerge das práticas educativas vivenciadas no cotidiano das ações, pelo fato de indicarem uma preocupação preventiva com o equilíbrio do ambiente natural:

Depois que eu entendi a responsabilidade que nós temos com os nossos recursos naturais eu comecei a fazer as coisas de uma maneira diferente. Por exemplo: eu já tenho a consciência de que se eu pescar no período do defeso, mesmo que seja só para o consumo, eu estou prejudicando a mim mesmo, as pessoas que vêm depois de mim, os meus netos, bisnetos, porque eu sei que respeitar o período de defeso é uma maneira de prevenir que eles não sofram no futuro. (...) Eu sempre falo para os meus filhos quando eles vão pescar: se vocês pegarem peixe muito pequeno soltem na mesma hora pra crescer mais. Quando eles saem pra caçar eu sempre aviso: se vocês pegarem mucura e ela estiver prenha, não mata, solta ela porque se não vai acabar a caça, a gente tem que prevenir (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É notório que o saber de um agir preventivo é fruto da conscientização, ou seja, a partir do momento que o sujeito se conscientiza de que determinada ação vai prejudicar as futuras gerações, ele se antecipa, por meio da adoção de medidas que criam condições para que não ocorram situações de escassez. Ele age na natureza com mecanismos antecipatórios, avaliando e mitigando os aspectos ambientais negativos que possam surgir e, dessa forma, antecipa a ocorrência de qualquer dano, por meio de um agir prudente e cuidadoso.

Como muito bem afirma Milaré (2000), este princípio representa a mudança da visão produtiva que por muito tempo foi dominante entre nós, a visão de produzir a qualquer custo.

As agressões ao meio ambiente ressalta a autora, quando não são irreparáveis são de reparação difícil, e, demandam muito tempo. Por esta razão, surge a necessidade de se afastar determinados riscos de algumas atividades para assegurar a integridade das gerações atuais e futuras. Quanto às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a prevenção deve prevalecer sobre qualquer outra ação. Isto implica conscientizar-se, para atuar orientado pela prudência e o cuidado.

No relato de outro entrevistado identificamos que a conscientização da importância de um agir preventivo muda a maneira de agir e interferir nas situações que se apresentam diariamente, o que contribui na garantia do equilíbrio ambiental e da sadia qualidade de vida dos moradores.

A minha vó dizia que não adianta deixar o caldo entornar, porque depois que entorna, não tem mais jeito. É a mesma coisa que eu falo para os meus filhos: nós não podemos deixar a caça acabar, o peixe acabar, a madeira acabar, porque depois que acabar não vai ter mais jeito, temos que prevenir, temos que ser, como diz a mamãe: prudentes (Moradora da ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É evidente que o saber de um agir preventivo despertou nos ribeirinhos participantes das ações um senso de responsabilidade, principalmente com as gerações futuras, o que se materializa nas mudanças das suas formas de organização e a construção de arranjos produtivos, com destaque para as ações de manejo que se apresentam como possibilidade de garantia de sobrevivência das gerações presentes e futuras como relata um dos entrevistados:

Tudo que eu aprendi sobre manejo nas ações do MORIVA tem me ajudado muito. E eu acho que esse foi um dos maiores ganhos que nós tivemos com essas ações, porque além de contribuir na recuperação e conservação da floresta, teve o ganho econômico que nós passamos a ganhar mais porque estamos produzindo mais. O que nós temos que fazer é ensinar pros nossos filhos tudo o que nós temos aprendido, para que eles possam dar continuidade aí na conservação da Ilha, porque se a gente não repassar esse conhecimento pra eles não vai valer a pena, hoje a Ilha pode ser conservada, e, depois, o que vai acontecer se eles não terem o mesmo cuidado? A gente tem que prevenir o futuro ensinando tudo o que a gente sabe e aprende pra eles (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O relato do entrevistado é um indicativo de que a vivência no cotidiano das ações proporcionou a conscientização da importância de se transmitir os aprendizados construídos nessa vivência para os filhos, netos, enfim, para que todos possam usufruir dos benefícios proporcionados por uma relação harmoniosa com o ambiente, onde o agir preventivo resgata a autoestima, gera novas perspectivas, sociais, ambientais e econômicas.

Por outro lado, alguns entrevistados revelaram em seus relatos, algumas lacunas e dificuldades que limitam muitas vezes a atuação de um agir preventivo na comunidade, dentre os quais podemos citar a questão econômica que está relacionada principalmente com as dificuldades de sobrevivência. A primeira questão que aparece nos relatos se refere à dificuldade por parte de alguns agricultores em tomar crédito das organizações financeiras.

Se a gente tivesse acesso ao PRONAF seria muito melhor, porque muitas vezes a gente quer fazer tudo direitinho, muitas vezes a gente não quer tirar o palmito no inverno, mas a condição apertada, a gente tem que tirar, porque se não os nossos filhos passam fome. E se a gente tivesse acesso ao crédito dava pra gente ficar se mantendo e trabalhando com os nossos filhos até passar o inverno, não era preciso comprar fiado, ainda tem tudo isso, porque, por exemplo, quando chega o inverno que a coisa pega a gente fica devendo pra pagar no verão, e se a gente tivesse o crédito, quando chegasse a safra a gente pagava tranquilo e ainda sobra pra comer no inverno (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Fica evidente no relato do agricultor que a falta de acesso ao crédito oficial e com juros menores como o PRONAF, dificulta a sobrevivência desses sujeitos, principalmente no período do inverno, quando os mesmos relatam que as dificuldades são maiores. Conseqüentemente, é possível que esta situação contribua para alguns casos de dano ambiental, como aquele relatado pelo entrevistado, o qual devido a necessidade financeira, é obrigado a retirar o palmito do açaizal, desertificando a floresta.

Outra situação apontada por um entrevistado é referente ao tamanho da área destinada ao plantio do açaí. Na visão desse sujeito, a sua propriedade é pequena demais para dar conta das necessidades da família. A declaração a seguir demonstra esta realidade:

A minha terra é muito pequena, não dá pra sustentar a minha família. É por isso que eu só planto açaí. Não tem espaço pra plantar outras culturas, como o cupuaçu, o cacau, o coco, a toranja, eu sei que se a gente só plantar açaí, prejudica o ambiente, mas eu não tenho o que fazer porque é o açaí que dá dinheiro, essas outras frutas é só se a gente cultivar muito (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Novamente, o entrevistado aponta o dano que vem praticando como decorrente da questão econômica que nesse caso, não está relacionada a querer alcançar maior lucratividade com a venda dos produtos, mas sim, há uma questão de sobrevivência humana. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo MORIVA, podem contribuir propiciando alternativas de produção na propriedade, principalmente a ação cursos, que se manifesta como um processo educativo por meio do qual os sujeitos adquirem conhecimento dos inúmeros projetos de

produção em pequenas áreas, que viabilizam maior rentabilidade sem prejudicar os recursos naturais.

Alguns entrevistados relataram que ano de 2015, o valor auferido com a venda do açaí não foi suficiente para suprir todas as necessidades da família, pois foi um valor bem abaixo do que esperavam, em comparação com o ano de 2014 que atingiu um teto considerado muito bom pelos produtores.

Neste verão nós tivemos uma grande surpresa, porque no ano passado a rasa do açaí no pico da safra que é de agosto a dezembro custava entre R\$ 35,00 e R\$ 40,00 e neste ano não vendemos por mais de R\$ 20,00. Então o preço baixou muito e nos prejudicou bastante. Isso acontece aqui em Abaetetuba, por causa do açaí que vem daí de fora, de Macapá, do Limoeiro do Ajuru, do Muaná, e de vários outros lugares, é o açaí gelado que a gente chama. O que é que acontece: esse açaí vem pra ser vendido no nosso município e os nossos governantes não fazem nada pra impedir, porque essa venda prejudica o preço do nosso açaí aqui, que se não fosse esse açaí que vem de fora, o nosso era vendido por um preço bem melhor (Morador da Ilha Quianduba em entrevista 2015).

Essa declaração demonstra a situação insustentável em que esses sujeitos vivem pela falta de uma intervenção estatal, com políticas públicas que venham lhes proporcionar usufruírem de seus direitos como cidadãos abaetetubenses, apresentando soluções e alternativas que lhes possibilitem enfrentar essa situação de modo ético.

Arroyo (2002) enfatiza que a relação do Estado com a sociedade deve ser de complementaridade; o Estado, com funções antagônicas e, ao mesmo tempo complementares, ao impor deveres, também deve assegurar a realização de direitos. A circularidade desta relação é que alimenta os fundamentos do Estado Democrático de Direitos no qual vivemos.

Dessa forma, o fato dos direitos desses agricultores não serem assegurados contribui para que a ética como responsabilidade e solidariedade, sejam mitigadas, ou seja, a consciência da solidariedade, da responsabilidade, acaba sendo sufocada, provocando rupturas éticas na relação social desses sujeitos.

Diante disso, se torna necessário um processo educativo que contribua para a construção de uma subjetividade que considere os princípios éticos que fundamentam aquilo que Morin (1988, p. 24) chama de “relação trinária indivíduo/espécie/sociedade” a qual permite que os sujeitos consigam ter uma visão do todo (a realidade em que vivem), para o enfrentamento de conflitos, para a busca de possibilidades a partir da dimensão ética do fazer diário e da responsabilidade social que compete a cada um de nós.

Em suma, se os sujeitos sociais deste estudo puderem superar essas limitações que atrapalham a atuação de um agir preventivo, com certeza, terão melhores condições de vida, desenvolvendo ações benéficas nas relações com o ambiente.

Dessa forma, infere-se que o conjunto das práticas educativas e dos saberes ambientais cartografados neste capítulo fazem parte da complexa vivência dos ribeirinhos no cotidiano das ações do MORIVA, que envolve as mais diferentes dimensões do pensar e do agir humano.

Com certeza, existem outras práticas e outros saberes que podem ser identificados, entretanto, nos dedicamos a apresentar apenas estes por compreendermos que um número maior de práticas e saberes ultrapassaria o modelo de dissertação, não sendo apropriado para este estudo. A ação de caracterizar essas práticas e cartografar esses saberes é de fundamental importância para a compreensão de como o cotidiano das ações pode ser um espaço para a discussão crítica das problemáticas socioambientais presentes no dia a dia da própria comunidade.

Transitar por essas práticas e saberes é compreender que as ações desenvolvidas pelo MORIVA se constituem enquanto um fenômeno social onde a construção do conhecimento se dá a partir das experiências sociais que os sujeitos vivenciam suas particularidades, suas singularidades, suas abstrações, seus simbolismos, enfim, é uma forma de conhecimento que contribui na construção de um novo paradigma científico, o qual reconhece que o conhecimento científico não é a única forma de conhecimento capaz de explicar a realidade. Ou seja, distinguem que existem outras formas de conhecimento, outros saberes que permeiam o fenômeno em sua totalidade e que se apresentam como uma forma de resistência e de emancipação dos sujeitos nos contextos sociais em que se encontram.

### **CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS E SABERES INSCRITOS NAS AÇÕES DO MORIVA E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USO DOS RECURSOS NATURAIS NA ILHA QUIANDUBA: RESULTADOS, LIÇÕES E DESAFIOS**

Na sessão anterior, tratamos das práticas e saberes inscritos nas ações socioambientais desenvolvidas pelo MORIVA. Neste capítulo analisamos a relação dessas práticas e saberes com a sustentabilidade dos recursos naturais no contexto da pesquisa, pois partimos da premissa de que toda ação, resulta em novas ações, criando círculos sistêmicos e dinâmicos e não linhas estáticas de causa-efeito.

A análise dos resultados confirma a relação de mútua interdependência entre as práticas educativas e os saberes ambientais inscritos nas ações do MORIVA e a sustentabilidade dos recursos naturais na comunidade. Os resultados, lições e desafios registrados a partir dessa relação abarcam diversos aspectos da vida social, política, econômica e ambiental dos sujeitos, indo muito além dos temas aqui abordados, influenciando questões de grande complexidade.

Em função disso tornou-se necessário definir, em termos metodológicos um recorte temático para a sistematização dos dados, uma vez que não foi possível abarcar as questões que emergiram em toda a sua riqueza e complexidade. A opção escolhida foi de analisar a influência das práticas e saberes inscritos nas ações socioambientais desenvolvidas pelo MORIVA no uso e manejo sustentável de recursos naturais com os quais lidam a comunidade, enfatizando uma prática, que de acordo com os Dirigentes do Movimento, foi influente nas suas ações: o manejo do açaí.

A partir desse recorte, elaborou-se a pergunta que orientou o debate que foi realizado em uma roda de conversa com os sujeitos da pesquisa que haviam participado das ações relacionadas a essa prática, neste caso, os ribeirinhos da Ilha Quianduba: Que aprendizados e/ou lições vocês obtiveram ao longo desse processo e como essas lições e aprendizados têm contribuído para o uso e manejo sustentável dos recursos inerentes às práticas, ou até mesmo de outros existentes na Ilha Quianduba?

Os relatos obtidos contribuíram para a produção de dados, que foram sistematizados e que são analisados neste item da dissertação, os quais revelam uma variedade de situações, que em determinados momentos, por serem muitas, ficou até difícil de pontuar, ainda que quase sempre se referem à conquistas obtidas, sejam elas concretas ou difusas. As situações incluem desde aspectos de natureza pessoal e individual, como ampliação dos saberes das

pessoas e melhoria da sua autoestima, até fatores mais amplos, como a conquista de cidadania por parte dos sujeitos sociais envolvidos.

Dessa forma, apresentam-se os resultados da roda de conversa realizada com os sujeitos da pesquisa, que para efeito de organização foram agrupados em cinco tópicos relacionados com o eixo proposto, conforme descritos a seguir: o processo de formação desenvolvido nas ações; o olhar que informa a relação sociedade e natureza; a relação entre a tradição e a reinvenção; as sensibilidades no uso e manejo dos recursos naturais e, os desafios para a consolidação das práticas de uso e manejo dos recursos na comunidade.

### 3.1 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DESENVOLVIDO NAS AÇÕES

Neste tópico apresentamos os resultados referentes à percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a contribuição do processo de formação oferecido pelo MORIVA por meio da ação cursos para o uso e manejo sustentável do açaí na Ilha Quianduba.

Como já foi dito no capítulo anterior, as ações desenvolvidas pelo MORIVA têm por objetivo oferecer aos ribeirinhos da Ilha Quianduba subsídios formativos que possam contribuir com a sustentabilidade dos recursos naturais, por meio de uma proposta pedagógica que se baseia na reflexão dos participantes sobre a sua prática cotidiana no ambiente, tendo como referência central a problematização das questões socioambientais que perpassam a realidade dos sujeitos, assumindo, portanto, uma dimensão participativa, flexível e investigadora (Relatório de Ações, MORIVA, 2008).

Como bem mostram os recortes no tempo e no espaço que foram realizados para caracterizar a área de estudo no primeiro capítulo deste trabalho, o território ribeirinho na região das Ilhas de Abaetetuba tem sido fortemente impactado pelos projetos de desenvolvimento instalados na região que incidem fortemente nos recursos naturais, aumentando os desafios para torná-los sustentáveis.

Enfrentar as problemáticas socioambientais existentes na região não é tarefa simples, exige uma luta constante e formação dos sujeitos para que construam outras formas de ler a realidade, diferente daquelas impostas pelo modelo capitalista e seus aliados. Assim, um dos desafios é educar os sujeitos para que assumam uma relação com a natureza e seus recursos, inserindo-se como parte integrante dela, para que desse modo adquiram condições políticas e assumam a responsabilidade para enfrentar no coletivo a negação das exigências que o atual modelo de desenvolvimento impõe às realidades locais e seus recursos territorializados.

Tal perspectiva exige esforço constante de todas as instituições sociais, especialmente dos grupos sociais organizados do campo, não somente no enfrentamento das políticas de desenvolvimento que são impostas às realidades locais, como também, no sentido de assumirem o protagonismo de um novo modelo de relação com a natureza e seus recursos.

Como foi relatado ainda no primeiro capítulo deste trabalho, o MORIVA tem se destacado na região, pela realização de ações socioambientais de caráter formativo com a finalidade de contribuir com a formação de saberes socioambientais, de organização social, voltados para o fortalecimento de experiências, que possibilitem de forma objetiva e efetiva a melhoria da qualidade socioambiental de vida dos ribeirinhos que habitam esse território.

Considera-se que esse objetivo guarda estreita relação com a forma que os moradores interagem com os recursos naturais, quer seja de uso coletivo ou territorializados. A pesquisa revelou que o MORIVA tem investido na formação para o uso e manejo sustentável dos recursos naturais, particularmente em relação ao manejo do açáí.

Epistemologicamente, pode-se considerar que as formações promovidas pelo Movimento dão conta de um campo prático, em que as práticas e saberes dos sujeitos são problematizados na perspectiva de construir possibilidades de superação daquelas cujas repercussões em relação à apropriação e usos dos recursos naturais sejam comprometidas à permanência de seus estoques naturais e/ou sobrevivência de espécies.

Para os sujeitos pesquisados, o diferencial na formação oferecida pelo MORIVA está no fato de ter sido construída com os participantes dos cursos, que nesse caso, não foram considerados como meros executores de decisões alheias, mas, reconhecidos como sujeitos sociais com capacidade de refletir e decidir conforme evidenciado a seguir:

Eu aprendi muita coisa no curso de manejo de açazal nativo, mas também eu ajudei bastante, porque eu já tenho um pouco de experiência nisso e o professor dava brecha pra gente falar aquilo que a gente sabe. Eu gostei muito por causa disso, porque não foi uma coisa assim forçada, a gente aprendia todos juntos. Cada um falava como era que fazia o seu manejo e a gente ia assim, um ensinando pro outro. A gente falava da prática e o professor falava da teoria e deu muito certo porque quando o professor via que o que a gente faz no açazal prejudica, ele explicava porque a gente não pode fazer, ele usava a teoria pra explicar, porque se a agente for ler num livro a gente não vai entender, mas o professor explicando na prática fica mais fácil (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Verifica-se na proposta de formação desenvolvida pelo MORIVA, uma tentativa muito interessante da parte dos professores que ministraram os cursos, de construir alternativas metodológicas para que os ribeirinhos se percebessem como sujeitos do processo

educativo, capazes de construir o próprio conhecimento com base na análise de sua realidade. Percebe-se a valorização dos mesmos enquanto sujeitos capazes de dialogar criticamente com a realidade e com o mundo. Constrói-se aqui uma possibilidade nova de educação, a partir das necessidades e demandas da realidade socioambiental.

Ocorre que, de acordo com os depoimentos dos sujeitos, esse processo de construção de novas alternativas de exploração dos recursos naturais, apreendido nos cursos de formação do MORIVA, baseado no conceito de sustentabilidade, onde os métodos empregados minimizam os danos que comprometem a sanidade dos recursos, ainda não é bem compreendido por uma grande parte dos moradores, especialmente por aqueles que não participaram das formações, que insistem na adoção de práticas que de alguma forma agredem o ciclo biológico dos recursos, como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

A gente que fez os cursos fala pra eles que tem outras maneiras de fazer manejo, mas eles têm a maneira própria deles, não tem jeito, porque nós pensava da mesma maneira, nós só passamos a pensar de outro jeito porque a gente viu como é que funciona a coisa. A gente mostra pra eles, conversa como era antigamente e como foi mudando porque ninguém se preocupava ninguém sabia o que era preciso fazer pra que não ficasse do jeito que está, que hoje, né, a gente já está sentindo a falta, imagina os nossos filhos, os nossos netos, se não mudar a situação. Se a gente continuar usando os recursos do mesmo jeito, coitado desse pessoal. Mas eles não entendem, ou não querem entender (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Apesar dessas dificuldades enunciadas pelo depoimento do entrevistado, os resultados da pesquisa demonstram que alguns moradores que não participaram das formações têm sido motivados a adotar as novas técnicas, pela perspectiva econômica de desenvolvimento daqueles que as utilizam, que conseguiram aumentar a produtividade, especialmente do açaí, a partir do conhecimento que adquiriram nas formações, melhorando sua qualidade de vida e da própria família.

Mas tem aqueles que conseguem entender e mesmo sem ter participado das formações chegam com a gente e perguntam como é que a gente faz o manejo, porque eles viram que a gente vende açaí no inverno e no verão e eles só têm no verão. Isso chamou muito a atenção deles, porque a nossa vida melhorou muito, agora a gente consegue sobreviver só do açaí porque a produção é boa e isso chamou a atenção deles. Teve um vizinho meu que veio me pedir pra eu ensinar ele e eu fui lá no açazal dele e tava muito feio, mostrei pra ele como é pra ele fazer. Eu disse, olha, este ano tu ainda não vai ter uma safra boa, mas o ano que vem tu vai ver (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

Como é possível perceber, alguns ribeirinhos que não participaram das formações foram motivados a adotar as novas técnicas de manejo porque perceberam que o crescimento econômico entre os que participaram da formação é resultado do conjunto das funções desempenhadas na manutenção dos recursos básicos de suporte para a vida humana.

Nessa perspectiva, as formações oferecidas pelo MORIVA funcionam como articuladoras de novas alternativas econômicas, seus resultados restringem-se a gerar melhorias para as famílias que delas participam, associando as necessidades de conservação ambiental com as necessidades de conservação da vida humana, pois a partir da geração de novos processos de manejo dos recursos naturais, novas relações são instaladas entre a natureza e a sociedade, fundadas na necessidade da compreensão de que ambas se relacionam de forma independente (CARVALHO, 2004).

A análise do processo de formação oferecido pelo MORIVA apresentado como articulador de novas relações entre os ribeirinhos e a natureza impõe-nos a consideração dos seguintes aspectos: verifica-se a adoção de uma relação de estrita proximidade entre educação e gestão ambiental, de onde se poderia concluir que para o MORIVA, as formações se justificam pela contribuição ao processo de gestão ambiental, ou seja, a especificidade das formações se constitui em virtude de sua vinculação a geração de processos de gestão ambiental que possibilitam tanto a manutenção dos recursos, quanto novas alternativas econômicas que dão suporte para a vida humana.

Outro aspecto presente na análise sobre as formações refere-se a sua vinculação com a necessidade de construção de uma nova racionalidade ambiental, o que pode se considerar bastante ambicioso. Apesar de não se apresentar nos Relatórios de Ações do Movimento nenhuma referência específica às formulações teóricas que originam a perspectiva da racionalidade ambiental, como formulada por Leff (2006), nos relatos dos sujeitos já expostos acima, pode-se verificar uma aproximação conceitual, na medida em que para Leff, a racionalidade ambiental é entendida como:

[...] o ordenamento de um conjunto de objetivos, explícitos e implícitos; de meios e instrumentos; de regras sociais, normas jurídicas e valores culturais; de sistemas de significação e de conhecimento; de teorias e conceitos; de métodos e técnicas de produção. Esta racionalidade funciona legitimando ações e estabelecendo critérios para a tomada de decisões dos agentes sociais; orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais para os fins de desenvolvimento sustentável equitativo e duradouro.” (LEFF, 2006, p. 127).

O entendimento do processo de formação oferecido pelo MORIVA como instrumento para a construção de uma racionalidade ambiental indica, na mesma medida, que o desenvolvimento de ações educativas pode se constituir como suporte a este processo.

Em se tratando de uma ação inserida na dinâmica de um movimento social como o MORIVA, que visa o desenvolvimento de novas formas de relação produtiva com a natureza, considerando o componente ambiental como importante, pode-se perceber, portanto, que o caráter dessas formações revela a necessidade de sua inserção em todas as ações do Movimento. Isso significaria a construção de um enfoque ampliado de educação ambiental relacionado com os processos de gestão em todas as suas esferas, e essa inserção transversal comporia a possibilidade de encontro entre várias racionalidades.

Para Leff (2006), a racionalidade ambiental seria composta através da articulação de quatro níveis de racionalidade, que conjugados dariam luz a um novo projeto de compreensão da complexidade ambiental. O primeiro nível refere-se à racionalidade substantiva, tratado como um sistema de valores que normatiza e orienta as ações e os processos sociais em direção a construção de alternativas sustentáveis de novos modos de vida; o segundo nível trata da racionalidade teórica, que constrói os conceitos para a articulação da racionalidade substantiva aos instrumentos e meios para torná-la material; o terceiro, refere-se exatamente, a esta tradução material da racionalidade substantiva, tratando-se da racionalidade técnica ou instrumental, que provê os meios funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais da sustentabilidade; o último nível de racionalidade é a racionalidade cultural, que, compreendida como geradora dos significados e interpretações que dão sentido a busca da sustentabilidade ambiental, produzindo identidades e integridade às formações culturais.

A consideração desses níveis de racionalidade e sua integração seria, pois, essencial à conformação da categoria racionalidade ambiental. Nesse sentido, um processo de formação como esse desenvolvido pelo MORIVA que teoricamente admite essa perspectiva teórica necessitaria de um maior grau de explicitação dessa formulação, o que não ocorre, com o processo em análise, que apenas apresenta uma alusão genérica a adoção da racionalidade ambiental como perspectiva teórica, mas que não consegue indicar discussão aprofundada em torno dessa opção, o que pode indicar que se trata de mera citação formal a um conceito, sem consequências em termos operacionais e metodológicos.

Um último aspecto presente na análise sobre o processo de formação do MORIVA que nos parece relevante é a indicação de uma vinculação desse processo com o aumento da participação social dos sujeitos na comunidade, e muito mais especificamente visando à melhoria das problemáticas socioambientais que perpassam a sua realidade.

Nos cursos eu aprendi muita coisa, não foi só sobre a questão do manejo. Por exemplo, antigamente, eu não concordava com certas coisas, mas eu não tinha conhecimento e por isso eu ficava calado. Agora, depois que eu participei dos cursos, eu não fico mais calado. Agora eu participo mais das reuniões, dos eventos que tem na cidade, eu participei de uma audiência pública que teve aqui e falei aquilo que nós estamos precisando, porque eu aprendi que se a gente não lutar, a gente não consegue nada (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

O relato do entrevistado revela o processo de formação do MORIVA como elemento gerador de melhores condições de intervenção política dos sujeitos envolvidos com sua realização. Isso significa que os objetivos do processo de formação do Movimento precisam estar sempre em plena conexão com a geração de novos instrumentos de qualificação da participação dos sujeitos sociais. Nesse sentido, verifica-se uma relação entre esses pressupostos e a discussão da formulação de novas perspectivas de cidadania, ou seja, uma formação que possa fortalecer a intervenção dos sujeitos sociais em sua condição de cidadãos emancipados (FREIRE, 2000).

Outro fator importante a considerar implica a compreensão de que o processo de formação oferecido pelo Movimento mantém uma estrita relação com as mudanças qualitativas em nível de percepção dos problemas socioambientais. Trata-se de uma compreensão de educação voltada à conservação ambiental, considerando-se para tanto a valorização dos recursos naturais, na mesma medida em que se estabelece a valorização dos sujeitos humanos, vistos como parte da natureza.

Eu posso dizer mesmo que foi no curso de manejo que eu entendi muita coisa. Porque, assim, eu sempre vivi do açaí, o açaí é o meu ganha pão. O que eu sei de manejo eu aprendi com o meu pai, mas nós nunca fizemos manejo assim como eu aprendi no curso, o nosso manejo era aquele manejo ralo, a gente tinha medo de tirar os paus do meio do açazal, as árvores a gente só tirava quando estava muito alta que ninguém queria mais subir nelas, e eu achava que tava certo, que era assim. Outra coisa, o camarão, eu nunca me preocupei com o aningá, com o turiá, eu queria saber era de tirar da beira do rio porque ficava empatando, eu não queria saber se isso ia prejudicar o camarão, o peixe. Agora, eu tenho mais consciência porque eu aprendi que tem outras maneiras da gente fazer as coisas, que a gente tem que ter responsabilidade com os outros também (Morador da Ilha Quianduba, em entrevista, 2015).

As proposições do entrevistado aproximam-se das discussões da complexidade ambiental, que segundo Leff (2001, p.22) pode ser compreendida como:

[...] uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses

na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza (...) implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia. É um reconhecimento do mundo que habitamos.

Pode-se observar, portanto, que existem grandes possibilidades de articulação entre os pressupostos teóricos do autor e as práticas desenvolvidas no processo de formação oferecido pelo MORIVA, que mesmo convivendo com um número considerável de problemas e dificuldades que vão desde a ausência de um acompanhamento por parte do poder público, até problemas de convivência com a comunidade conseguem construir uma dinâmica consequente em relação a inserção da dimensão ambiental nas práticas de uso e manejo dos recursos naturais, significando que sob essa análise, o processo de formação desenvolvido pelo Movimento pode ser considerado como potencializador de melhorias e gerador de possibilidades concretas de busca de sustentabilidade, por meio da ressignificação das práticas de manejo, especialmente do manejo do açaí, ao menos nos aspectos estritos da educação não formal.

### 3.2 - O OLHAR QUE INFORMA A RELAÇÃO COMUNIDADE LOCAL E NATUREZA

Nossas ideias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar. São como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio a enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que, quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte de nossa visão a ponto de esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem (CARVALHO, 2004, p. 33).

Da reflexão da autora, pode-se depreender que a construção de um novo olhar acerca da realidade, no caso deste trabalho, a relação sociedade e natureza, chama a atenção para a necessidade de trocarmos as lentes. Esse ato possibilita verem-se as mesmas paisagens com olhos diferentes, ou seja, a partir de outras perspectivas, que não mais aquelas usuais. A participação de moradores da comunidade nas ações do MORIVA pode ter contribuído para que eles tenham tido acesso a novas ideias, que analogamente são como lentes, que podem ampliar sua forma de ver, estar e sentir a realidade em que estão inseridos.

Essa situação é bem retratada pelos sujeitos da pesquisa que demonstraram que nas ações das quais participaram, tiveram acesso a outras informações sobre questões relativas ao socioambiental, a apropriação e uso de recursos naturais, e que reconfiguraram suas formas de ver a realidade em que se inserem, conforme pode-se constatar nos relatos a seguir :

O curso em educação ambiental me fez olhar pra minha comunidade de uma maneira diferente. Porque antes, eu olhava as coisas, por exemplo, o rio, a mata, os animais, mas era um olhar simples, não era assim um olhar como quando você olha e fica pensando sobre a importância daquilo pra sua vida (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Uma das coisas que eu aprendi nas ações e que serviu muito pra mim é que a gente precisa ter responsabilidade com os nossos recursos, precisamos aprender como tratar a questão do lixo, a questão do condicionamento que eu nem sabia como é que funciona isso e hoje eu já sei, graças a Deus. Tem também a questão do manejo, que foi muito bom porque a gente precisa desses conhecimentos pra poder desenvolver a nossa agricultura aqui (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Eu só fico triste porque as ações não foram pra todos da comunidade, e outra coisa, os cursos são de curta duração. Eu digo isso porque tem muita coisa que a gente precisa aprender, mas o tempo não é suficiente, aí a gente acaba deixando de aprender muitas coisas que são importantes. Seria bom também, se essas ações pudessem acontecer pelo menos duas vezes por ano, mas infelizmente não dá. Eu compreendo que o MORIVA, mesmo se virando “nos trinta” como a gente diz, não tem condições. Mas, mesmo assim, o aprendizado foi grande, muito bom. (...) Uma coisa que me chamou muito atenção foi que a gente já sabia muitas coisas importantes sobre a conservação do meio ambiente, só que a gente não colocava esse conhecimento em prática, parece que esse conhecimento estava adormecido na nossa mente (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como é possível identificar, as falas dos sujeitos enfatizam a contribuição das ações do MORIVA para a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos que tem como conteúdo a importância da sustentabilidade para a melhoria da qualidade de vida na comunidade. Aparecem claramente referências que os conhecimentos adquiridos têm mudado a concepção desses sujeitos em relação às questões socioambientais que perpassam a sua realidade, o que significa que houve um aumento no nível de reflexão ética, de consciência crítica sobre as suas possibilidades de ação e as limitações proporcionadas pelo fato das atividades serem pontuais, de curta duração e para um número reduzido de pessoas.

As limitações mencionadas referentes aos desafios que o Movimento enfrenta para legitimizar seu espaço de atuação na comunidade em grande parte decorrem da relação de conflito que se estabelece com o Estado, a qual segundo Gonh (2009) ocorre porque para assegurar os direitos sociais, os movimentos lidam com a tensão, decorrente, historicamente, de sua natureza reivindicativa e processual.

Como já foi dito, o MORIVA desenvolve ações que deveriam ser realizadas pelo Estado, ou seja, muitas vezes assume o lugar do Estado no âmbito da defesa de direitos e de assessorias aos sujeitos sociais, o que não é uma tarefa fácil. Contudo, não se intimida na luta por direitos de cidadania, mesmo vivenciando, em determinados momentos, no seu cotidiano, verdadeiras crises que, muitas vezes, até lhe enfraquecem.

Conforme relatado por um dos entrevistados, o principal desafio que o Movimento enfrenta diz respeito às ações de cunho educativo, posto que para serem desenvolvidas carecem de investimento financeiro.

O Dirigente do Movimento falou pra gente em uma reunião que pra realizar outros cursos precisa de dinheiro. É por isso que ainda não foi realizado outros cursos para as pessoas que não participaram. Se o governo investisse a gente poderia melhorar muito aqui na comunidade porque teria mais pessoas capacitadas (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como descrito pelo entrevistado, o desafio consiste em relacionar-se com o Estado e manter sua autonomia. Como esse processo nem sempre é possível, o MORIVA, assim como todo e qualquer movimento social, se apropria dos mais variados canais de participação para desenvolver aprendizagens e saberes, os quais têm proporcionado aos participantes de suas ações novas percepções do real que favorecem a construção de uma nova relação com a natureza, conforme é possível identificar na fala de outro entrevistado:

É muito bom quando a gente participa de uma formação e consegue aprender coisas que venham servir para nos tornar pessoas melhores, mais esclarecidas. Eu gostei muito dos cursos do MORIVA, porque neles eu aprendi que tudo que acontece no ambiente afeta a nossa vida e antes, eu não pensava desse jeito, eu não fazia crítica as coisas que acontecem no ambiente e que prejudicam a nossa vida, porque eu ainda não tinha parado pra pensar que a natureza não é somente as árvores, os rios, mas, também as pessoas (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Em sua fala, o entrevistado demonstra que já consegue entender a necessidade de uma interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza, que Carvalho (2004, p. 37) denomina de “visão socioambiental”, a qual se orienta:

Por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora (“câncer do planeta”), aparece como um agente que pertence a teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela.

Na perspectiva de dar sustentação à construção de um novo olhar ancorado na concepção socioambiental, que resulta da interação dialética entre seres humanos e natureza,

os ribeirinhos vão construindo outras formas de relação com recursos naturais, na tentativa de irem superando os problemas socioambientais existentes no local, que decorrem de formas de uso e apropriação predatórias. De acordo com Carvalho (2004), para apreender as problemáticas ambientais é necessário uma visão complexa de meio ambiente, dado que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

Em um dos primeiros relatos que apresentamos neste tópico, identificamos que muitas vezes os sujeitos reconhecem a importância da conservação dos recursos naturais e da busca pela sustentabilidade, mas na prática, muitas vezes, agem na contramão desse reconhecimento, o que revela uma postura contraditória. Dessa forma, fica evidente que a questão não é somente conhecer para se ter consciência de algo, é preciso agir inserindo-se criticamente no conjunto de relações que condicionam certas práticas culturais e, nesse movimento, superar as suas próprias condições inicialmente configuradas.

Para a consolidação dessa perspectiva é preciso adquirirmos uma nova percepção da realidade, o que de acordo com Carvalho (2004), conduz ao questionamento do movimento contraditório entre o pensar e o fazer, quebrando, dessa forma, algumas certezas e afirmando novas. É preciso agir como se trocássemos as lentes míopes que nos impedem de interpretar os sinais que despontam do real, para tornar-nos capazes de mudar nossas formas de pensar e fazer em relação ao ambiente, ação que podemos identificar na fala de um dos entrevistados.

Para mim as ações do MORIVA estão voltadas para a melhoria da comunidade, do meio ambiente, dos nossos rios, das nossas florestas, da nossa vida. (...) No caso, eu, mudei muito a minha forma de pensar, de fazer as coisas. Antigamente, eu não me preocupava se o camarão estava pequeno ou grande, eu queria saber de colocar o meu matapi e pegar o camarão. Eu não parava pra pensar se isso ia prejudicar alguém no futuro. Agora, graças a Deus, eu não penso mais assim. E eu sei que eu preciso melhorar ainda mais, porque quanto mais cuidado eu tiver com o ambiente, mas eu vou ter uma vida melhor, e os meus filhos e netos também (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É possível vislumbrar na proposição assumida pelo entrevistado a mudança na forma de pensar e agir em relação ao ambiente, a qual está relacionada com a sua participação nas ações, cursos, oficinas, palestras, reuniões e etc. O relato indica que a vivência nessas atividades se constituiu como um exercício de renovação da sua percepção ou visão de mundo, a qual lhe direciona para o uso de práticas cotidianas mais responsáveis.

Essa mudança na maneira de pensar e agir em relação ao ambiente, segundo Carvalho (2004), só ocorre quando os aspectos subjetivos das interações individuais e coletivas são trabalhados na perspectiva da construção de outra consciência em relação ao

modo de agir. O que torna fundamental uma reflexão mais abrangente sobre o processo de aprendizagem daquilo que se sabe ser importante, mas que não se consegue compreender suficientemente só com lógica intelectual.

A autora ainda esclarece que hoje essa necessidade é clara. A busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente transcende os velhos parâmetros de validação de saberes hegemônicos na civilização ocidental, abre novos caminhos e modelos de produção de bens que venham suprir as necessidades humanas e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e ao mesmo tempo garantam a sustentabilidade ecológica.

Também é possível identificar nos relatos que a proposta educativa que sustenta o processo formativo trabalhado com os ribeirinhos fomenta capacidades cognitivas para outras ou novas leituras da realidade do ponto de vista ambiental.

Eu observo que ainda tem muita gente aqui na comunidade que não se preocupa com o meio ambiente. Jogam lixo no rio, pescam peixes-fêmeas prontas para reproduzir, tacam fogo no mato, fazem muita coisa que prejudica o ambiente. Mas eu acho que eles fazem isso porque ainda não perceberam que isso prejudica muito. Eu acho que eles não se sentem responsáveis pelo mundo em que vivem (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Eu fico muito preocupado com a forma como os nossos recursos naturais vêm sendo tratados. Poucas pessoas conhecem e dão valor a esse conhecimento do ambiente em que vivem. Eu falo do rio, da floresta, dos animais, de tudo o que faz parte né, do nosso ambiente. Muitas vezes, para utilizar um desses recursos, a gente perde outro de maior valor, como tem acontecido né. Por exemplo, no caso dos engenhos que tinha aqui no passado, para plantar cana, eles derrubavam toda a vegetação nativa. A cachaça trazia lucro somente para um pequeno grupo de pessoas, que muitas vezes nem eram daqui da região e levaram essa riqueza para longe e até para fora do país. Essas pessoas não queriam nem saber, não valorizavam os recursos porque só queriam saber de ganhar dinheiro, deixaram muitas áreas devastadas e isso custou muito caro, porque até hoje a gente sofre com os danos causados pela destruição da floresta (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O elemento principal a ser analisado nessas falas é a formação da capacidade de ler e interpretar as relações, os conflitos e as problemáticas presentes na comunidade. Nos seus relatos, os entrevistados fazem um diagnóstico crítico das relações sociais que vem ocorrendo historicamente no lugar, pautadas em formas predatórias de uso e apropriação dos recursos naturais, das quais decorrem as problemáticas ambientais mais recentes que se evidenciam nas territorialidades locais.

Carvalho (2004) explica que essa capacidade de ler e interpretar o ambiente em constante transformação é o ponto de partida para que a nossa relação com o ambiente ganhe

um caráter de inter-relação, na qual o ambiente se constitui como um contexto do qual fazemos parte, como seres simbólicos e portadores de linguagem. Nas palavras da autora:

Desde esse ponto de partida, poderíamos dizer que o ambiente que nos cerca está sendo constantemente lido e relido por nós. Essa leitura é determinada em grande parte pelas condições históricas e culturais, ou seja, pelo contexto, que vai situar o sujeito e ao mesmo tempo disponibilizar sentidos para que a leitura se torne possível e plausível. Se examinarmos atentamente, constataremos que lemos e interpretamos o mundo e a nós mesmos todo o tempo, seja quando observamos nosso entorno já conhecido, seja quando deparamos com uma nova paisagem, seja ainda quando algo se altera em nosso ambiente (CARVALHO, 2004, p. 75-76).

Nesse sentido, ao construírem, percepções, leituras e interpretações do ambiente, os sujeitos estão inscrevendo as condições naturais em que vivem em um mundo de significados, ou seja, estão construindo uma identidade cultural ou como diz Brandão (1995, p. 17) “transformando a natureza em cultura”, a qual faz do ser humano uma espécie particular, um ser gerado nessa, para não dizer por essa fronteira como nos diz o autor:

Tal como os outros seres vivos com quem compartimos a mesma casa, o planeta Terra, fomos criados com as mesmas partículas ínfimas e com as mesmas combinações de matérias e energias que movem a Vida e os astros do universo. Algo do que há nas estrelas pulsa também em nós. Algo que, como o vento, sustenta o voo dos pássaros, em outra dimensão da existência impele o voo de nossas ideias, isto é, dos nossos afetos tornados os nossos pensamentos. Não somos intrusos no Mundo ou uma fração da Natureza rebelde a ela. Somos a própria, múltipla e infinita experiência do mundo natural realizada como uma forma especial da Vida: a vida humana.

A concepção de que somos seres por onde a natureza se transforma continuamente em cultura, nos ajuda a compreender que os conhecimentos construídos pelos sujeitos a partir das novas leituras do ambiente e de si mesmos é fruto de um processo de aprendizagem que acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-o para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida.

Esse processo de aprendizagem por via dessa perspectiva dá-se particularmente pela ação dos sujeitos como intérpretes da dinâmica de mútua transformação entre humanos e natureza, a qual, no que diz respeito aos sujeitos desta pesquisa, é proporcionada pelo processo de formação vivenciado pelos mesmos, que como podemos ver funciona como mediador na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do ambiente em que vivem.

### 3.3 – A RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A REINVENÇÃO

Como já foi relatado pelos sujeitos desta pesquisa em outros momentos, as suas experiências com relação ao uso e manejo dos recursos naturais foram adquiridas na convivência com os antepassados e continuam vigentes em seus vivos significados, como elemento constituinte de sua cultura, incidindo em seu presente.

Também é fato que esses sujeitos vivem imersos em uma rede de sentidos culturais historicamente construídos e em permanente diálogo com os significados produzidos pelas gerações que lhes antecederam através dos séculos. Dessa forma, são herdeiros diretos das experiências que marcaram as relações entre sociedade e natureza de seus predecessores e, da mesma forma, deixarão para a posteridade seu legado, aquilo que puderem construir em suas experiências individuais e coletivas.

Carvalho (2004) utiliza a metáfora da linguagem para explicar como construímos nossas experiências na relação com a natureza. Segundo a autora:

Essa herança seria, por assim dizer, como a língua, a qual já existe quando nascemos, na qual aprendemos a nos expressar e por meio da qual ordenamos nossa experiência do mundo e da natureza. Continuando com a metáfora da linguagem, temos a nossa disposição várias modalidades de experiências com a natureza dentro desta narrativa histórica para, com base nelas, inventarmos nossa narrativa. Assim, escreveremos um novo capítulo sobre os diferentes matizes da experiência ambiental contemporânea, no qual diremos quem somos, que lugar ocupamos no mundo, como nos relacionamos com a natureza, quais são nossas expectativas de futuro e como manejamos nosso ambiente (CARVALHO, 2004, p. 104).

Por meio da metáfora da linguagem a autora nos leva a compreender que, na condição de falantes de um idioma, somos ao mesmo tempo, livres e determinados. Temos autonomia relativa para nos expressar dentro de nosso universo simbólico já existente. O mesmo acontece com nossa experiência histórica: estamos marcados pelo passado, mas podemos inventar novas maneiras de estar no mundo. Estas resultam, em alguma medida, de uma negociação com o conjunto de experiências já vividas pelos que nos antecederam.

É possível observar nos relatos, que as práticas e os saberes construídos na vivência cotidiana dos sujeitos nas ações promoveram alterações na percepção dos mesmos sobre as técnicas tradicionais de manejo que vinham utilizando.

Eu nunca me preocupei com esse negócio de manejo no meu açaiçal. O que eu fazia, era cortar os açaizeiros que ficavam muito altos, porque é ruim para o apanhador. Porque eu nunca gostei de tirar palmito pra vender. Às vezes a gente manda tirar e

eles tiram muito, fazem estrago no açazal. E como o meu terreno é grande, eu não fazia manejo assim como eu aprendi no curso do MORIVA. Depois que eu fiz o curso, eu resolvi experimentar. Eu peguei, tirei uma ponta, não muito grande e fiz o manejo como eu aprendi no curso. Deixei o tanto de touceiras suficiente pro tamanho da área, deixei uns miritizeiros, umas bacabeiras, deixei mais algumas árvores folhosas de seringueira, cacauzeiro, ingazeiro, deixei as touceiras tudo com quatro a cinco açazeiros. Passou um ano mais ou menos, quando foi no outro, queria que você visse o tanto de açáí que deu nessa ponta, chega que ficava escuro de açáí, aí que eu fui entender que às vezes a maneira como a gente tá fazendo as coisas não é certo, tem outras formas de fazer que dão mais lucro, só que nem sempre a gente tem a oportunidade de aprender né. Eu achei interessante que depois que o pessoal viram como ficou o meu açazal, começaram a fazer a mesma coisa (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Eu sou uma pessoa que eu só faço uma coisa errada se eu não saber qual é o certo. Eu digo isso porque no caso do camarão eu não me preocupava com a questão da mata ciliar, e eu nem sabia o que era isso, porque eu achava que isso não interferia na pesca do camarão. Agora, depois que eu aprendi, eu não corto mais as vegetação da frente da minha casa e nem dos igarapés, e aconselho as pessoas com quem eu converso, porque a gente tem que aprender e ensinar também (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É possível inferir por meio desses relatos, que os entrevistados conseguiram perceber que as suas técnicas tradicionais de manejo precisam ser ressignificadas, ou seja, passaram a valorizar as novas técnicas apreendidas pelo fato de constatarem que elas proporcionam o aumento da produção, mas sem comprometer os recursos.

Essa percepção nos leva a compreender que a tradição nos modos de usar e manejar os recursos naturais entre as populações tradicionais não é um valor estático ou imutável, ou seja, pode ser reinventada o tempo todo, a cada nova geração. Ainda que existam resistências à mudança, por parte de alguns, as formas de apropriação e uso não são estáticas.

Segundo Loureiro (2011), nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes.

Nesse sentido, a adoção de outras técnicas de manejo não significa romper com a tradicionalidade, mas ressignificá-la, o que permite que os sujeitos possam dar continuidade aos seus modos de vida, ao invés de abandonarem as áreas em virtude da falta de possibilidades de uma vida melhor.

Touraine (1998) em sua discussão sobre a modernidade na sociedade contemporânea destaca aspectos sociais particularmente interessantes para a compreensão das sociabilidades

estabelecidas pelos participantes das ações do MORIVA no que tange a relação com a conservação ou negação dos modos de uso e manejo dos recursos naturais.

Segundo este autor, a modernidade na sociedade contemporânea não pode ser definida apenas pelas estruturas e disposições materiais da sociedade capitalista, como alguns estudiosos do mundo rural fazem baseados em interpretações equivocadas dos textos de Marx, onde a modernidade se reduz à expressão da lógica de produção e reprodução do capital no processo de implantação das condições objetivas e subjetivas com o intuito de assegurar a produção do valor, carregando consigo todas as contradições inerentes ao modo de produção; nem tão pouco como a negação das construções culturais particularistas, pela derrubada das convenções, costumes e crenças em nome da revelação da realidade objetiva da natureza. Assim, ela se apresenta de uma maneira mais polêmica que substantiva: é a antitradição, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo.

Para o autor, modernidade e tradicionalidade não podem ser conceitos dicotômicos. É certo que a modernização exige a ruptura. Entretanto, a continuidade também é necessária. O que Touraine defende é que a modernidade não pode ser exclusivamente associada à racionalidade, porque os seres humanos, como pertencentes à natureza, são objetos do conhecimento, tanto na sua dimensão objetiva, quanto na subjetiva, ou seja, ao associarmos modernidade exclusivamente à racionalização escondemos sua outra metade, que é a emergência do sujeito humano, como liberdade e criação, a qual se dá por meio da subjetivação que é definida por Touraine como a penetração do sujeito no indivíduo e, portanto, a transformação parcial do indivíduo em sujeito. O que antes era ordem do mundo é visto e tratado pelo sujeito apenas como princípio de orientação das condutas.

Essa transformação do indivíduo em sujeito impõe uma visão dualista do homem e da sociedade e coloca em cheque a razão que julga necessário destruir sentimentos, crenças, pertencimentos coletivos e histórias individuais para libertar a razão ou em prol da ciência.

Resgatando a percepção dos sujeitos oriunda das novas técnicas de uso e manejo dos recursos naturais vivenciadas nas ações do MORIVA, podemos constatar que nessa dinâmica ocorre o movimento do sujeito, conforme concebido por Touraine, em sua afirmação de liberdade e resistência aos aparelhos de poder. Desse modo, quando os participantes das ações acreditam que por meio das novas técnicas de uso e manejo sustentável dos recursos naturais podem melhorar suas condições de vida, estão, ao mesmo tempo, proclamando uma vontade de libertação social, a defesa de uma determinada concepção de mundo e de certos valores que contribuem para a construção de um movimento cultural de renovação da experiência social, ou seja, de construção de sujeitos, capazes de pensar e efetivar um projeto de vida e

praticar seus valores, não como papéis sociais, mas como princípios de orientação das condutas (TOURAINÉ, 1998).

Nessa perspectiva, quando os sujeitos decidem optar por novas técnicas de uso e manejo dos recursos naturais que se apresentam como mais promissoras, não estão negando as experiências constituintes de sua cultura que marcaram as relações entre sociedade e natureza de seus predecessores, mas, construindo suas próprias experiências com a natureza, escrevendo um novo capítulo como sujeitos autônomos.

### 3.4 – AS NOVAS SENSIBILIDADES NO USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

Ao incorporar outros valores e saberes em suas práticas de trabalho, os participantes das ações buscam construir uma nova forma de relação com os recursos naturais que pode ser vista como amistosa, respeitosa e prudente. Como já tratamos anteriormente, essa nova relação é fruto de um processo de formação que visa formar sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica, ou como enuncia Carvalho (2004, p. 75) “ler e interpretar um mundo complexo e em constante transformação”, a qual se orienta pela visão socioambiental que amplia a noção de humanização, trazendo a relação com o ambiente para a cena educativa, tornando-se uma relação educadora, como afirma Carvalho (2004, p. 27): “os seres humanos, relacionam-se, também, com outros seres da realidade, que não são seres humanos: essas relações, por sua vez, são modificadoras dos seres humanos e, portanto, em certo sentido, educadoras”.

De acordo com Carvalho (2004), essa relação tem como desdobramento a possibilidade de formação de um sujeito ético, capaz de reconhecer que os recursos naturais são seres não humanos pulsando no ambiente e que precisam ser bem cuidados para continuarem a existir, o que sustenta uma atitude de respeito e prudência com relação à tomada de decisões sobre o uso e manejo desses recursos. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas de forma separada, independente ou autônoma.

Nos relatos, podemos ver despontar, aqui e ali, elementos desse conceito nas experiências concretas dos sujeitos na relação com os recursos naturais dos quais depende a sua existência. Situações como o fortalecimento da organização comunitária desponta como indicador central dessa nova relação.

### 3.4.1 - O fortalecimento da organização comunitária

Na conversa com os sujeitos ficou evidente que a mobilização em torno do uso e manejo dos recursos naturais na comunidade foi de fundamental importância para o fortalecimento da organização comunitária, a qual proporcionou um maior empoderamento social, político e organizativo dos participantes, favorecendo a sustentabilidade das ações implementadas, incentivando os sujeitos a se tornarem protagonistas de novas experiências com a natureza, conforme podemos perceber em uma das falas.

Seria muito bom se todos os moradores tivessem participado das ações pra poder ter o conhecimento que nós já temos, porque nós que participamos somos até criticados quando a gente fala dos benefícios do manejo que nós aprendemos. Um dia desses eu falei numa reunião da paróquia que a gente tem que se unir mais. Quanto mais a gente se une, mais a gente fica organizado, mais a gente aprende. A organização é muito importante, mas não é só um ou dois pra participar, é todos, com um só objetivo. Se a gente se organizar melhor, com mais união, a nossa realidade vai mudar, nós vamos poder trabalhar juntos, a gente não vai ficar só dependendo do governo pra fazer as coisas, com certeza (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É importante considerar que para o entrevistado é por meio da organização que a comunidade pode se tornar autônoma em seus mais diversos processos. Há o reconhecimento de que o trabalho em conjunto, com objetivos comuns, gera bons resultados para a comunidade e enriquece as experiências individuais. Nesse sentido, a organização comunitária é concebida como um componente para o alcance da sustentabilidade, pois por meio dela os sujeitos conseguem se articular em defesa de seus interesses e influenciar ações benéficas ao meio ambiente, que venham possibilitar a melhoria da qualidade de vida no território.

Gohn (1999), em um estudo sobre a educação popular na América Latina, ressalta a importância da organização comunitária na construção da dimensão de empoderamento dos indivíduos e grupos de uma comunidade. Segundo a autora, as dinâmicas de organização são norteadas por um trabalho “de base”, gerador de consciências críticas no sentido pleno da transformação social, contestador da ordem social vigente, gerando um processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, objetivando o empoderamento da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentáveis. A autora ainda ressalta que esse processo ocorre,

predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos.

As proposições da autora parecem bastante pertinentes para entendermos que as dinâmicas de uso e manejo dos recursos naturais vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa contribuem não só para assegurar a sua sobrevivência, mas também na mobilização social, funcionam como agentes de empoderamento, ou seja, tornam os mesmos capazes de desenvolver habilidades que lhes permitem ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Tal perspectiva pode ser observada de forma mais clara nos relatos abaixo:

Juntos, nós temos mais condição de resolver problemas, propor soluções. Se todo mundo participar, se envolver, se cada um assumir a sua responsabilidade, o nosso maior objetivo vai ser alcançado que é ter uma vida mais digna, dá um conforto maior pra nossa família, para os nossos filhos (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Trabalhar junto nos projetos de manejo fez a gente crescer coletivamente. Esse jeito de se organizar, de produzir junto, um ajudando o outro é muito bom porque a gente junta as ideias, é mais gente contribuindo e assim a vida da gente vai melhorando cada dia mais, a gente passa a cuidar da nossa vida com mais autonomia (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Quando analisamos os contextos nos quais os discursos foram construídos percebemos que os sujeitos adquiriram um nível de consciência e de força política que está fundado numa percepção crítica sobre a realidade social, em outras palavras, as dinâmicas vivenciadas por eles nas atividades de uso e manejo dos recursos naturais envolvem um processo de conscientização que pode ser entendido como a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas essa passagem não se deu no vazio, e, sim, numa relação dialética entre os sujeitos e o ambiente num ato de ação-reflexão conforme podemos perceber na fala de outro entrevistado.

Eu mudei a minha compreensão sobre muitas coisas a partir do momento que eu vi na prática. Porque até na escola muitas vezes é assim. O conhecimento é repassado, mas fica tudo na ideia, a gente não vivencia na prática. Com a gente foi diferente, porque primeiro nós estudamos, fizemos os cursos, vimos na teoria como é que deve ser e depois nós viemos pra prática, desenvolver as ações de manejo na prática. Quer dizer que tudo o que nós estudamos nos cursos nós viemos colocar em prática. E é interessante que muitas coisas a gente viu que precisava modificar, que não dava certo aqui na nossa realidade. É isso que eu acho legal em todo esse processo, é que a gente ajuda a construir as coisas, as ações, o nosso conhecimento também é valorizado ali na prática (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015)

Nesse sentido, é essencial frisar que o processo de conscientização adquirido pelos sujeitos não foi manipulado, ou seja, os sujeitos não foram conduzidos a pensar como o MORIVA pensa, pelo contrário, eles tomaram posse do real por meio da relação dialética com o ambiente vivido, foi o olhar crítico sobre a realidade que mudou a compreensão que tinham.

Segundo Freire (1979), mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade -. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula. Para desenvolver o processo de conscientização são fundamentais o diálogo e uma educação dialógica no interior de uma pedagogia situada, isto é, aquela que situa o processo de aprendizagem nas condições reais de cada grupo.

Nesse sentido, a educação dialógica não é uma técnica de ensinar, é uma postura epistemológica e uma ação política. Assim, o diálogo, enquanto instrumento do processo de conscientização, constitui-se em “um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem”, está a serviço de uma educação para a emancipação (FREIRE, 1979, p. 123).

Outra questão propiciada pelo fortalecimento da organização comunitária foi o resgate da autoestima dos sujeitos, por meio do intercâmbio e compartilhamento de experiências, objetivando a melhoria da qualidade de vida cultural, econômica e socialmente sustentável.

Esse intercâmbio e compartilhamento promoveu troca de informações e aprendizado mútuo entre diferentes experiências de uso e manejo dos recursos naturais na comunidade, identificadas e apoiadas pelo MORIVA.

Eu falo sempre para os meus vizinhos que a gente tem que procurar melhorar de vida, que nós temos muitas possibilidades aqui porque nós trabalhamos com a terra, nós produzimos alimentos e quem produz alimentos sempre tem o dinheiro no bolso, basta produzir. Só que a gente tem que cada dia mais melhorar, produzir mais, renovar nossas técnicas, sempre tendo o cuidado com os nossos recursos, porque sem eles nós não somos nada. Não podemos esquecer que nós temos direitos, mas também deveres e os deveres não é só pra um ou dois cumprir é pra todos (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

A preocupação do entrevistado em compartilhar suas experiências de uso e manejo dos recursos com os vizinhos é um indicativo de que as práticas educativas vivenciadas nas ações geram comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a qualidade de vida coletiva.

Considerando os conceitos anteriormente discutidos referentes à perspectiva socioambiental analisada por Carvalho (2004), podemos dizer que tal comportamento vivenciado pelo sujeito, pode ser compreendido como integrado à formação de uma atitude sustentável, a qual segundo a autora implica em:

Desenvolver capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais, para mobilizar-se, no intuito de fazer-lhes frente, e, sobretudo, para comprometer-se com a tomada de decisões, entendendo o ambiente como uma rede de relações entre sociedade e natureza (CARVALHO, 2004, p. 181).

Como vimos anteriormente, a percepção de tudo o que se vive no universo está em relação, engendra a noção de meio ambiente como uma grande teia onde estão sempre entretecidas a natureza e as relações sociais. Nesse sentido, a atitude do sujeito de compartilhar suas experiências com os demais é fruto dessa teia de relações naturais, sociais e culturais vivenciadas nas práticas de uso e manejo dos recursos que possibilitaram a construção de modos individuais e coletivos de olhar, perceber, usar e pensar o ambiente.

Essa atitude de responsabilidade ética e social orientada por uma perspectiva socioambiental, também pode ser percebida nas relações vivenciadas pelas mulheres artesãs de matapi que demonstram comportamentos comprometidos com a construção de novas crenças e atitudes para com o ambiente. Uma delas afirma que a participação nas ações de manejo tem contribuído para um maior envolvimento nas discussões acerca da realidade da comunidade. Segundo ela, nas reuniões, há uma participação mais expressiva das mulheres artesãs contando suas experiências e os resultados das ações em suas vidas.

Nas reuniões do Movimento eu sempre sou convidada pra falar das minhas experiências como artesã de matapi. Um dia desses teve um encontro lá em Abaeté e eu fui convidada pra falar como é que nós fazemos os matapis, como a gente desenvolve o nosso trabalho, comercializa. Tinha gente lá de muitas cidades do Pará. Eu falei pra todo esse pessoal e o que eles mais gostaram foi quando eu disse que a gente decide as coisas juntas, no coletivo, a gente não faz nada sem conversar e pensar juntas. Outra coisa, antigamente, aonde que eu participava de um evento como esse, até nas reuniões nós mulheres ficávamos o tempo todo caladas. Agora nós participamos, falamos, damos opiniões, tudo é muito diferente (Artesã de matapi, moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

A ação política das mulheres nas reuniões do Movimento como fruto das relações de uso e manejo dos recursos naturais se constitui como um elemento para pensar as ações desenvolvidas pelo MORIVA como um instrumento de formação de atitudes voltadas para garantir a sustentabilidade de suas práticas e, conseqüentemente, dos recursos naturais que as

sustentam, a qual é denominada por Carvalho (2004) como formação de “atitudes ecológicas” que podem ser definidas como um conjunto de crenças, valores e sensibilidades tanto do ponto de vista da ética como da estética, orientadas para a construção de um sujeito ecológico.

Do ponto de vista da autora, a formação de “atitudes ecológicas” é bem mais do que a soma de bons comportamentos mecanizados, é um processo complexo, envolve situações de aprendizagem que favorecem uma identificação do sujeito com as causas ecológicas cidadãs. Isso pressupõe:

A formação de um sentido de responsabilidade ética e social, considerando a solidariedade e a justiça ambiental como faces de um mesmo ideal de sociedade justa e ambientalmente orientada. A formação de atitude orientada para a cidadania ecológica vai gerar novas predisposições para ações e escolhas por parte das pessoas. Nesse caso, mais do que apenas comportamentos isolados, estaremos em face de um processo de amadurecimento de valores e visões de mundo mais permanentes (CARVALHO, 2004, p. 181-182).

Conforme explicita Carvalho, diferentemente da noção de comportamento, as atitudes orientam as decisões e os posicionamentos dos sujeitos, influenciam diferentes modos de compreensão do ato educativo, pois muitas vezes, as pessoas comportam-se de determinadas maneiras apenas pela coerção ou para satisfazer certas pressões sociais, mas sem acreditar ou refletir nas razões de tais comportamentos. Dessa maneira, o comportamento se dá de forma mecânica, sem reflexão alguma sobre os resultados desse comportamento e, sim, como uma predisposição para seguir regras estabelecidas de comportamentos ditos ‘corretos’. Portanto, ao se almejar a mudança de comportamentos, nem sempre se atinge a construção de atitudes ecológicas, no seu sentido mais amplo. Nesse ínterim, Carvalho (2004, p. 181) ressalta:

Cabe reconhecer que gerar comportamentos individuais ordeiros, preocupados com a limpeza de uma área ou com a economia de recursos ambientais como a água ou a energia elétrica, pode ser socialmente desejável e útil, mas não significa necessariamente que tais comportamentos sejam integrados na formação de uma atitude ecológica e cidadã.

Em suma, adotar a ideia de comportamento, como finalidade do processo educativo no campo da EA, pode significar uma considerável perda do caráter transformador e emancipador, o qual poderia ser atingido pelo ato educativo. Quando compreendido dessa maneira, o processo educativo pode tornar um espaço cerceador, coercitivo e restritivo ao

invés de propiciar outras possibilidades de aprendizagem orientadas para a criatividade e busca de liberdades individuais e coletivas para a transformação (CARVALHO, 2004).

Ao contrário dessa vertente e conforme defende a abordagem socioambiental que vimos trabalhando no decorrer deste trabalho, a EA deve se realizar partindo-se do entendimento de que a educação é um processo educativo de ato político em seu sentido mais amplo, podendo se consolidar como prática social que tem vocação para a construção de sujeitos políticos capazes de interagir reflexiva e criticamente na sociedade.

Considerando a dissonância entre agir e comportar-se, podemos pensar as práticas educativas e os saberes ambientais inscritos nas ações do MORIVA como instrumentos de formação de “atitudes ecológicas” conforme proposto por Carvalho (2004). Tal ação se constitui como campo próprio da educação enquanto prática social e política que pretende transformar a realidade.

Outro aspecto importante da diferença entre agir e comportar-se é que a ação se dá sempre como expressão de um sujeito no mundo, ou seja, um sujeito que se constitui socialmente e não se reduz a uma interioridade privada, uma existência individual da vida em comum, ele age para conseguir estabelecer uma relação mais qualitativa com os seus ambientes. Tais características podem ser identificadas no relato abaixo:

Se você perguntar para as famílias que já se mudaram daqui porque elas foram embora, eu tenho certeza que elas vão dizer que foram embora em busca de uma vida melhor. Eu sei que a nossa vida aqui na beira do rio não é fácil, mas em lugar nenhum é fácil, em todo lugar tem dificuldades. Aqui a gente também pode ter uma vida melhor, basta se organizar e lutar juntos por melhorias. Aqui é mais fácil conquistar essas melhorias porque nós temos uma relação com o ambiente, nós temos uma história, só depende de nós (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

O relato da entrevista é um indicativo de que os seres humanos possuem a capacidade de agir em meio às dificuldades. Essa ação se dá com base na convivência democrática, na participação e na possibilidade de fazer história e criar novas formas de ser e conviver no ambiente. Essa ação é permeável a mudanças e transformações, pelas quais vale a pena lutar.

Nessa direção, a ação substitui o comportamento e atribui sentido as experiências humanas, resgata a dignidade dos sujeitos, que passam a entender que não devem ser considerados como “esmoleiros”, mas, como cidadãos capazes de conduzir seus próprios destinos e vão se fortalecendo como sujeitos sociais na medida em que sua vivência de solidariedade familiar e comunitária se traduz em organização eficaz, dando-lhes condições

de assumirem um papel mais proativo no desenvolvimento comunitário. Os testemunhos dos entrevistados são eloquentes nesse sentido.

Aqui na Ilha, toda vez que tem eleição os candidatos vêm e dizem que vão construir isto, vão construir aquilo, mas depois que passa a eleição eles não voltam nem pra agradecer os votos. Um dia desses nós tivemos uma reunião lá no barracão da comunidade e eu disse que se nós se dedicar na nossa agricultura, trabalhar unidos, um ajudando o outro, fazer mutirão, nós não vamos mais precisar desses políticos pra nada (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É possível identificar no relato da entrevistada uma forma de agir que difere dos comportamentos que repetem padrões estabelecidos pela sociedade moderna que normalizam a conduta dos grupos sociais restringindo as possibilidades de ação. As suas ideias se constituem como um contraponto a essa visão comportamental, pois a leitura que ela faz do comportamento dos políticos antes e depois das eleições envolve processos cognitivos e socioculturais de atribuição de significados, ou seja, ao mesmo tempo em que ela lê a realidade, também produz novos sentidos.

Isso significa que o processo educativo que emerge da vivência dos sujeitos nas ações do Movimento pode ser compreendido como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social, cuja vocação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade, como um processo de reeducação em vista de um novo paradigma de desenvolvimento, onde se resgata a participação efetiva das famílias, gerando autoestima e empoderamento social.

Nessa perspectiva de uma aprendizagem significativa, a intencionalidade pedagógica proporciona aos sujeitos a vivência de novas atividades, experiências, modos de vida que contribuem na construção de um processo de formação de atitudes sustentáveis, algo que se materializa no aumento da adoção das práticas de mutirão na comunidade.

Aqui na Ilha era muito difícil a gente ver as pessoas trabalhando em mutirão. Que eu me lembre, foi uma vez quando a casa do Careca pegou fogo, a casa do Poró também que pegou fogo e aí o pessoal se reuniram pra ajudar, mas teve muita gente que preferiu dar o dinheiro, mas não foi para o mutirão. No serviço da agricultura agora que as pessoas estão mais voltadas assim pra trabalhar em mutirão, a gente já vê que de vez em quando as pessoas se juntam e trabalham em mutirão. O maior mutirão que teve esses tempos foi pra energia elétrica, aí todo mundo se mobilizou, uns saíram pra limpar a estrada, outros pra afinar os esteios e assim foi (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

É notório que as práticas de mutirão vivenciadas pelos participantes das ações possibilitaram a formação de crenças e valores que apontam para um jeito sustentável de ser, um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros.

### 3. OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS DE USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NA COMUNIDADE

Não obstante ao processo de articulação do MORIVA e os esforços dos participantes das ações para promover o manejo sustentável dos recursos naturais na comunidade, a consolidação das novas práticas apreendidas ainda é marcada por uma série de desafios, os quais podem ser identificados nos relatos dos sujeitos: continuação das ações, a falta de integração de esforços entre poder público e movimento social, a dificuldade de acesso a crédito compatível, a limitação em acessar mercados.

Mesmo diante das conquistas relatadas acima, os participantes registraram que o fato de as ações do Movimento não atenderem a uma demanda maior de moradores dificulta o manejo sustentável dos recursos, pois as pessoas que não participaram das ações desconhecem as novas práticas, carecendo de um maior entendimento sobre a necessidade das novas práticas de manejo, o que só será possível por meio do processo de formação.

Se todos os moradores participassem das ações seria muito bom, porque aí todos teriam a compreensão da importância de utilizar novas práticas de manejo, não só para melhorar a nossa renda, mas principalmente para conservar o nosso lugar, porque mais na frente os nossos filhos também vão precisar desses mesmos recursos. Devido à maioria não ter participado prejudica, porque tem aqueles que se a gente for falar, eles param pra ouvir, vêm na nossa área ver como é que funciona, mas tem aqueles, que ainda fazem crítica, porque ainda são ignorantes assim como muitos de nós antes de participar das ações (Moradora da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como é possível perceber, as pessoas que não participaram das ações resistem à implementação de novas práticas de manejo, o que contribui de certa forma, para a continuidade de diversos problemas como a destruição da mata ciliar que foi bastante enfatizada pelos entrevistados no decorrer deste trabalho como demanda da falta de informação e porque não dizer de educação ambiental.

Percebemos que a repercussão das ações desenvolvidas pelo MORIVA, são bem aceitas, mas essa aceitação está muito concentrada nas pessoas que participaram das

atividades de sensibilização. A sustentabilidade na região das Ilhas de Abaetetuba como um todo depende da repercussão produzida dentro das comunidades e da capacidade que os sujeitos têm de organizar outras ações com outros grupos, e assim, sucessivamente, buscando formar cada vez mais agentes multiplicadores.

A reduzida interação entre o poder público e o Movimento se apresenta também como um grande desafio. Conforme podemos perceber nos relatos, existe a necessidade de um espaço de interlocução entre esses sujeitos.

A gente percebe que o MORIVA trabalha praticamente sozinho. Se o governo ajudasse, fizesse a sua parte, os resultados seriam bem melhores, porque a coisa empaca na questão do dinheiro, porque sem dinheiro fica difícil a gente promover alguma coisa, principalmente quando se trata de meio ambiente, não é fácil. Se o governo apoiasse mais como deve ser, patrocinando as ações, com certeza mais pessoas seriam atendidas, e o resultado ia ser maior (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Conforme podemos perceber, para os moradores da comunidade, o fato do MORIVA não poder contar com o apoio do governo faz toda a diferença. Desse apoio demanda o avanço da sustentabilidade dos recursos na região, pois serão mais pessoas participando das formações e das atividades práticas de manejo, posto que a resolução de grande parte dos problemas socioambientais enfrentados depende muito do acesso a informações adequadas e capazes de possibilitar verdadeiras mudanças de atitudes, no sentido de sensibilizar as pessoas em defesa de sua qualidade de vida.

Vale ressaltar, que um processo de conscientização exige trabalhos integrados entre instituições públicas e privadas (Universidades, Poder Público, Secretarias de Estado, Escolas, movimentos sociais, etc.). Estas instituições exercem um papel importante e de prestígio na sociedade. Por isso, torna-se fundamental que o trabalho de sensibilização seja desenvolvido de forma integrada, para que todos tenham um olhar de preocupação no sentido de garantir a qualidade de vida para a presente e as futuras gerações.

O financiamento para viabilizar as atividades de manejo dos recursos na comunidade é outro desafio determinante para a consolidação da sustentabilidade conforme relata um dos entrevistados:

O MORIVA ensina, a gente aprende, mas pra colocar em prática é preciso financiamento, apoio financeiro. Por exemplo, muitas áreas precisam ser reflorestadas por conta do tipo de manejo que o pessoal vinha fazendo, que derrubava todas as árvores folhudas, vendia a madeira de lei e pra isso é preciso financiamento. Outra coisa, no inverno o açáí fica fraco, a gente só arruma pra

beber, mas se tivesse um crédito, a gente ia manter o açaizal limpo, não ia ser preciso tirar muito palmito como a gente tira, porque não tem donde comer, tem que vender o palmito, quando chegar o verão a gente tem açaí suficiente pra pagar o bando e ainda guardar dinheiro pra comer no inverno (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Nos relatos, não foi possível encontrar resultados que permitam fazer uma análise de forma concreta das dificuldades de acesso ao crédito rural. Apenas podemos inferir a importância do crédito para os sujeitos, como forma de possibilitar o desenvolvimento das práticas de manejo dos recursos com menos riscos ambientais, sendo capaz de promover o crescimento financeiro e melhorar a qualidade de vida na comunidade.

Quanto à limitação em acessar mercados, se constitui como um dos desafios mais prementes, pois na maioria dos relatos identificamos predominância do atravessador na produção do açaí e também do camarão.

Eu vendo o meu açaí e o meu camarão aqui no porto para o atravessador, porque é mais difícil conseguir uma venda certa do açaí pra essas fábricas e do camarão na feira, é muita burocracia, tem que vender uma quantia certa, a gente acerta com outros produtores e quando chega na hora eles furam, nessa questão é preciso mais organização, ainda mais quando se trata de comercializar o produto é mais complicado porque cada um quer fazer como acha que deve. A gente tem se organizado mais na questão do manejo, mas nessa questão da comercialização ainda precisa melhorar muito. O único problema com o atravessador é que tem muitos produtores que acabam ficando na mão deles, porque geralmente no período do inverno quando a coisa pega, o pessoal corre com eles e eles emprestam dinheiro, mas na safra tem que vender pra eles (Morador da Ilha Quianduba em entrevista, 2015).

Como podemos observar, a partilha dos benefícios da produção do açaí e do camarão é bastante desigual. Muitos produtores encontram-se submetidos aos atravessadores que se apropriam da maior parte dos ganhos da atividade. Uma das formas de apropriação é o comprometimento da produção futura que, gera um forte vínculo de dependência, reproduz uma cadeia de intermediários que se interpõe entre os produtores e os consumidores, provocando o encarecimento dos produtos e a apropriação de apenas uma margem de lucros pelo trabalhador.

Essa ação de intermediação exerce funções muito mais amplas do que simples comércio de mercadoria. Na prática acaba substituindo o papel do crédito, financiando, muitas vezes, todas as fases do processo produtivo. A presença desta intermediação está ligada por vínculos bastante fortes com a própria estrutura da produção. Dessa forma, os atravessadores são os responsáveis pela concessão de financiamentos suprimindo o papel do crédito bancário

público ou privado, permitindo aos ribeirinhos continuar produzindo em condições econômicas desfavoráveis, contexto este, comum entre os produtores de açai e camarão da região.

O entrevistado também ressalta o baixo nível de organização como um dos motivos que fortalece a predominância do atravessador na comercialização da produção, o que coloca os produtores em posição passiva na hora da negociação do valor do produto.

Esses elementos conjugados se constituem como desafios para a consolidação das práticas de uso e manejo dos recursos naturais na comunidade. Contudo, os resultados deste trabalho revelam que as ações desenvolvidas pelo MORIVA conseguem gerar um maior grau de participação comunitária, o que pode ser atribuído ao caráter socioambiental que assumem, ou seja, em termos teóricos, consideram-se na formulação dessas ações, componentes da perspectiva socioambiental, onde as necessidades de conservação ambiental e as necessidades humanas estão articuladas, o que indicaria a busca de uma ruptura com as práticas lesivas de uso e manejo dos recursos naturais na comunidade, à medida que se constituem como canal de articulação de um novo pensar sobre as relações entre sociedade e natureza nos marcos de um reconhecimento da natureza e da percepção de sujeitos humanos como sujeitos integrados à natureza.

A aceitação dessas proposições presentes na análise empreendida só é possível a partir da aceitação de que a realidade não se apresenta de uma única forma, e que o conhecimento para se relacionar com a complexidade da realidade precisa adotar uma postura epistemológica que refunde o próprio conhecimento à luz da complexidade dos problemas presentes.

Nesse sentido, a construção de uma nova ética socioambiental, ou de uma nova racionalidade exige uma nova postura epistemológica, traduzida em processos educativos capazes da inserção qualificada das preocupações em torno da complexidade da vida, uma educação capaz de dialogar com a vida em sua complexidade.

Para tanto, torna-se necessário superar as marcas do antropocentrismo na educação, do desconhecimento do outro, do afastamento da natureza, enfim da negação do propriamente humano, um reencontro entre natureza e cultura nos marcos de um reconhecimento do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa caminhada para a realização desta pesquisa iniciou em agosto de 2013, quando começamos a cursar as disciplinas que compõem à grade curricular do curso de mestrado em educação, na Universidade do Estado do Pará, dentre as quais destacamos aquelas referentes à linha de pesquisa “saberes culturais e educação na Amazônia”, e que se configuram como disciplinas de fundamentos, voltadas para oferecerem bases epistemológicas para a análise da realidade empírica a ser estudada, opções teórico-metodológicas da pesquisa.

A nossa dinâmica acadêmica que promoveu à realização da pesquisa sustentou-se na seguinte questão problema: as práticas educativas e os saberes ambientais inscritos nas ações do MORIVA favorecem a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba?

Para responder tal indagação tivemos que voltar ao passado, trilhamos o caminho percorrido por um movimento social ribeirinho denominado MORIVA durante o período de 2000 a 2012, o qual foi criado para representar o povo ribeirinho dessa região na luta pela regularização fundiária e sustentabilidade dos recursos naturais, com o objetivo de analisar as ações socioambientais que desenvolveu na Ilha Quianduba nesse período e as práticas educativas e saberes ambientais vivenciados pelos sujeitos participantes no cotidiano dessas ações.

Em nossa análise, o MORIVA se apresenta como um ator social, dotado de uma intencionalidade, empreendida na sua tarefa de organizar e coordenar ações orientadas para a construção de outra lógica de sustentabilidade dos recursos naturais para o contexto ribeirinho, na região do Baixo Tocantins. Para isso, investe na organização interna e externa, agregando coletividade de pessoas, que compartilham desejos e carências comuns, pessoas detentoras de saberes que podem contribuir para a sustentabilidade dos recursos naturais na região.

O caminho metodológico que percorremos possibilitou a produção de um conjunto de dados empíricos obtidos a partir de fontes documentais (Relatórios das Ações 2008 e 2013), trechos de entrevistas semiestruturadas realizadas com os ribeirinhos que moram na Ilha Quianduba e que participaram das ações e conversas informais anotadas no diário de campo, bem como, analisar, confrontar e interpretar à luz dos fundamentos teóricos tomados como referências, as práticas e saberes estudados, assim como para a compreensão do cotidiano das ações pesquisadas.

Vale ressaltar que, enquanto educadora, militante do movimento por uma educação do campo, compromissada com a construção de um projeto de sustentabilidade em que os

povos do campo tenham vez e voz na formulação das políticas econômicas, sociais, culturais, agrícolas, agrárias e educacionais, em certos momentos, encontrei dificuldades para reconhecer que quando nos propomos a investigar um determinado fenômeno, não podemos colocar em evidência apenas os consensos, mas também os conflitos e fragilidades que não podem ser negados, pois essas situações estão presentes nos processos de construção de práticas sociais e/ou políticas verdadeiramente democráticas.

O percurso nos conduziu a algumas constatações que foram reveladas a partir das análises documentais e das falas dos sujeitos entrevistados e das observações em campo, as quais por questões metodológicas serão elencadas por capítulo.

As reflexões realizadas no primeiro capítulo intitulado “recortes no tempo e no espaço para caracterizar a área de estudo” revelam que a estruturação do processo socio-histórico, ambiental e cultural do lugar que foi escolhido para ser lócus deste estudo, vem sendo desde os tempos primitivos, fortemente impactado pelos ideais colonizadores que impuseram aos indígenas – primeiros habitantes do local – modos de vida que foram perpetuados para os demais povos tradicionais que se constituíram ao longo dos tempos na região, dentre os quais, destacamos, nesta pesquisa, os ribeirinhos.

A análise documental e as entrevistas que realizamos no decorrer da pesquisa nos possibilitaram colher informações a respeito das transformações econômicas e sociais ocorridas historicamente no território que se iniciaram com a colonização europeia, continuando com as atividades aguardenteira (engenhos de cachaça), oleiro-cerâmica e extrativismo do açaí, atividades econômicas históricas da Ilha Quianduba e de toda a região insular de Abaetetuba.

Por meio dessas atividades os sujeitos têm praticado a apropriação do território numa relação intrínseca com a natureza, a partir da qual produzem a própria existência socioambiental, por meio de práticas e formas comuns de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente em relação ao rio e a floresta, de onde retiram os principais elementos para a sua subsistência. Nessa convivência direta com as dinâmicas dos ciclos naturais, constroem saberes importantíssimos a respeito da biodiversidade.

Sua vivência territorial é produzida no cotidiano (LEFEBVRE, 1974), que se constitui como a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as suas histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território.

As informações permitem apontar que em determinado momento histórico, essas formas de apropriação passaram a sofrer o impacto de fatores internos - exploração

inadequada dos recursos naturais - e externos – projetos desenvolvimentistas implantados na região -, os quais têm sido responsáveis por um processo de mudanças de ordem socioambiental que tem ao longo das últimas décadas alterado profundamente os modos de vida dos sujeitos, assim como as relações estabelecidas entre si e com os recursos naturais.

As mudanças socioambientais na Ilha Quianduba demonstram o grau de esgotamento de um modelo de desenvolvimento para a região que nega as diferenças, sejam culturais, políticas, ambientais, sociais, etc. Um modelo que é sinônimo de crescimento econômico, onde a produção, o consumo e o lucro são os parâmetros de sucesso e de qualidade de vida.

A partir dessas constatações, podemos dizer que a apropriação do território pelos sujeitos da pesquisa vem se dando historicamente por meio de um processo relacional no espaço e no tempo com os recursos naturais, o qual precisa ser compreendido como uma constante construção, onde se reelaboram as relações histórico-sociais com o espaço material por meio de constantes conflitos orientados por objetivos distintos: de um lado, a comunidade tradicional, que constrói seu modo de vida a partir de uma relação historicamente intrínseca com o rio, a floresta e áreas adjacentes, a qual se materializa nas atividades de pesca e agricultura familiar e, do outro lado, os grandes projetos desenvolvimentistas que com suas imposições político-econômicas orientadas pela matriz de racionalidade moderno colonial capitalista provocam alterações socioambientais na região (LOUREIRO, 2011).

Essas relações existenciais e/ou (re)produtivistas vivenciadas pelos sujeitos sociais constituem a multidimensionalidade do vivido territorial na região e caracterizam as marcas da apropriação do espaço que se efetivam, ou seja, suas formas de territorialidade.

Como forma de enfrentar as problemáticas socioambientais que emergiram do contexto de apropriação do território pelos sujeitos internos e externos, os ribeirinhos começaram a se organizar em movimentos sociais em prol da conservação dos recursos naturais em bases sustentáveis, a qual demandou a constituição do MORIVA que se originou no contexto de regularização fundiária da região, por meio do qual se vislumbravam novas perspectivas socioambientais.

Como representante exclusivo do povo ribeirinho das Ilhas de Abaetetuba, o MORIVA assumiu a pauta da regularização fundiária e da conservação dos recursos naturais que se constituíam no momento como as questões de maior necessidade na região. Em ambas as pautas o Movimento se firmou progressivamente como articulador e organizador das lutas por melhorias para essa população. Contudo, foi na conservação dos recursos que o Movimento mais se destacou por meio das ações socioambientais que desenvolveu.

As entrevistas revelam que nem todos os sujeitos que participaram das ações possuem um nível de escolarização, ou seja, tiveram acesso aos conhecimentos escolares, contudo, as estratégias metodológicas utilizadas nas ações de formação possibilitaram uma aprendizagem dinâmica e contínua sobre o ambiente vivido, permitindo que todos participassem de sua construção.

Podemos constatar que as práticas de formação desenvolvidas pelo MORIVA possuem semelhanças com as experiências de educação popular, onde a educação é construída nas relações de diálogo, participação, consideração da experiência, construção coletiva, autonomia e reflexão crítica, que conduz os sujeitos a refletirem sobre suas práticas e construir coletivamente soluções para a resolução de seus problemas, no caso analisado, dentre outros àqueles problemas que tratam de questões socioambientais. O aprender e o ensinar ocorrem por meio de métodos pedagógicos motivadores e problematizadores capazes de elevar os sujeitos a um grau de conscientização e superação das condições opressoras. Tais dimensões foram identificadas nas práticas educativas vivenciadas pelos sujeitos integrantes desse movimento, que revelaram terem tido a oportunidade para pensar e (re)pensar suas ações enquanto cidadãos e, assim, criar possibilidades de romper com crenças, mitos e atitudes que antes eram entendidos como “naturais” .

Os resultados indicam que as ações contribuíram para os processos de construção coletiva de práticas e saberes socioambientais junto a sujeitos sociais membros da comunidade local, e que, dessa forma, pode se constituir num modelo de estratégia educacional facilitadora para a construção de espaços e oportunidades de aprendizagens coletivas na área socioambiental. As estratégias socioeducativas adotadas pelo MORIVA junto aos participantes das ações contribuíram para ampliar a prática da temática socioambiental que ocorre nos espaços de educação não formais.

As análises realizadas no segundo capítulo intitulado “práticas educativas e saberes ambientais inscritos no cotidiano das ações do MORIVA” revelaram um conjunto de práticas educativas que informam o cotidiano das ações do Movimento, cuja dinâmica se efetiva no contexto da participação, do agir coletivo, do diálogo e do aprendizado dos direitos, os quais proporcionaram novas percepções sobre o ambiente vivido, as quais demandam atitudes sustentáveis com os recursos naturais.

Constatou-se que a vivência dos sujeitos no contexto da participação informa práticas que se desenvolvem na dinâmica de interação entre os participantes das ações e as situações cotidianas de organização e mobilização, que são orientadas por processos de participação, os quais podem ser considerados como formas educativas de engajamento dos sujeitos, e que

quase sempre contribuem para que eles se apercebam da importância do saber se expressar, do saber conectar as ideias.

Dessa forma, os processos de socialização nessa dinâmica interna também contribuíram, segundo seus relatos, para que eles criassem novos hábitos que sustentam novos modos de agir na relação com os outros e com a natureza e seus recursos.

Os discursos informam que mesmo diante de uma realidade marcada pela cultura do trabalho individual, o agir coletivo pode ser compreendido como uma construção socialmente educativa e produtiva que se dá não somente pela atividade produtiva e pela práxis em que essa atividade assume, mas na forma dinâmica e criativa dos sujeitos que ocorre em situações como os mutirões, na definição e elaboração de projetos, nas assembleias do Movimento, nos cursos, e em outras atividades, por meio das quais os participantes vão apreendendo as experiências desse agir, gerado por relações educativas e sociais que ultrapassam as fronteiras territoriais demarcadas pela visão individualista.

Nas relações cotidianas, quando pautadas pelo diálogo se consolidam práticas que proporcionam interações comunicativas que favorecem a conservação dos recursos naturais. Trata-se de contextos nos quais as pessoas são ouvidas e constroem acordos voltados para objetivos comuns. Por meio do diálogo os sujeitos aprendem a se respeitar, a tolerar as diferenças, a se relacionarem, a trabalharem em equipe.

Os resultados revelaram ainda que todas as ações desenvolvidas têm um papel pedagógico importante no aprendizado dos direitos que passa pela formação da consciência política. As práticas educativas gestadas nas ações são coincidentes em mostrar que a formação dessa consciência é imprescindível para a ampliação da consciência do direito a tudo que pode contribuir para a melhoria das condições básicas de sobrevivência dos sujeitos.

Assim, as práticas educativas quando refletidas no contexto das lutas sociais, tomam uma nova proporção, adentram em outro universo, em que o termo passa a nomear um campo de preocupações e ações sociais.

A cartografia elaborada revela que os saberes ambientais inscritos nas práticas educativas tem contribuído para o uso responsável dos recursos naturais na Ilha Quianduba. O saber perceber o ambiente que emergiu da prática educativa no contexto da participação, favoreceu aos sujeitos uma percepção mais abrangente sobre o ambiente em que vivem, considerando que antes de participarem das ações, os mesmos não possuíam uma compreensão real e racional em relação ao ambiente e após participarem das ações, ampliaram o conhecimento e a consciência crítica em relação às questões ambientais, despertando para a necessidade de atuarem no ambiente com responsabilidade.

O saber do reconhecimento do erro que emergiu no contexto do reconhecimento de que as atitudes que vinham tomando eram lesivas ao ambiente, estimulou a mudança de atitudes dos sujeitos locais, bem como a formação de novos hábitos favorecendo a reflexão sobre a sua responsabilidade ética com o próprio local, se tornando num instrumento para a formação da consciência ambiental.

O saber do cuidar do ambiente surgiu da compreensão que a escassez dos recursos naturais no local é reflexo da falta coletiva de cuidado com o ambiente natural. Sensibilizados sobre a importância de cuidar do ambiente, os sujeitos afirmam terem obtido a compreensão de que o ambiente em que vivem é influenciado por suas ações que devem se dar de forma benéfica, porque caso contrário, trarão repercussões desastrosas para a sua vida e da comunidade como um todo.

Quanto ao saber de um agir preventivo, os resultados revelaram que mesmo diante das dificuldades que limitam muitas vezes a atuação de um agir preventivo na comunidade como à dificuldade por parte de alguns agricultores em tomar crédito das organizações financeiras, os sujeitos vêm adquirindo a conscientização de que em se tratando da conservação dos recursos naturais é preciso se antecipar, ou seja, agir com mecanismos antecipatórios, avaliando e mitigando os aspectos ambientais negativos que possam surgir e, dessa forma, antecipar a ocorrência de qualquer dano, por meio de um agir prudente e cuidadoso.

Assim, o saber de um agir preventivo despertou nos ribeirinhos participantes das ações um senso de responsabilidade, principalmente com as gerações futuras, o que se materializa nas mudanças das suas formas de organização e a construção de arranjos produtivos, com destaque para as ações de manejo que se apresentam como possibilidade de garantia de sobrevivência das gerações presentes e futuras.

As análises realizadas no capítulo três, intitulado “a influência das práticas e saberes inscritos nas ações do MORIVA para a sustentabilidade dos recursos naturais local: resultados, lições e desafios” confirmam que as ações desenvolvidas pelo MORIVA favoreceram/favorecem a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba.

Ainda que as ações do Movimento tenham sido pontuais e de curta duração representam um passo importante para o aprendizado de práticas e saberes de suma importância para o uso e manejo sustentáveis dos recursos naturais na comunidade, esclarecedores de que a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos perpassa por essas formas de uso e manejo dos recursos naturais, pois são aprendizados que revelam questões relativas ao meio ambiente, principalmente no sentido de interpretarem com mais clareza os sinais que

despontam do real, ou seja, esses sujeitos após participarem das ações socioambientais desenvolvidas pelo Movimento conseguem ver as mesmas paisagens com olhos diferentes, desnaturalizar os modos de ver que tinham como óbvios.

Esse novo olhar manifestado nas falas dos sujeitos pode ser denominado de “visão socioambiental” o qual está ancorado na concepção socioambiental que resulta da interação entre seres humanos e natureza em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

As ações do MORIVA promoveram alterações na percepção dos sujeitos sobre as técnicas tradicionais de manejo que vinham utilizando, o que nos leva a compreender que a tradição nos modos de usar e manejar os recursos naturais entre as populações tradicionais não é um valor estático ou imutável, ou seja, pode ser reinventada o tempo todo, a cada nova geração.

Essa nova sensibilidade e mobilização em torno do uso e manejo dos recursos naturais proporcionadas pelas práticas e saberes apreendidos nas ações, têm contribuído para o fortalecimento da ação comunitária a qual proporcionou um maior empoderamento social, político e organizativo dos participantes, favorecendo a sustentabilidade das ações implementadas e incentivando os sujeitos a se tornarem protagonistas de novas experiências com a natureza.

Houve o reconhecimento de que o trabalho em conjunto, com objetivos comuns, gera bons resultados para a comunidade e enriquece as experiências individuais. Os relatos evidenciam que aumentou o nível de consciência e de força política entre os participantes das ações, o qual podemos denominar como a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica.

Entretanto, vale ressaltar que mesmo diante das conquistas relatadas, os resultados revelam que os sujeitos enfrentam desafios para a consolidação das práticas de uso e manejo dos recursos apreendidos nas ações como: a própria continuação das ações, pois é evidente que a repercussão das ações desenvolvidas pelo MORIVA são bem aceitas na comunidade, mas essa aceitação está muito concentrada nas pessoas que participam das atividades de sensibilização de modo que aquelas que não participaram resistem à implementação de novas práticas de manejo, o que contribui de certa forma, para a continuidade de diversos problemas, dentre os quais os resultados destacam a destruição da mata ciliar como demanda da falta de informação e formação; a falta de integração de esforços entre poder público e movimento social, pois conforme os relatos, a interação entre esses sujeitos demanda o avanço da sustentabilidade dos recursos na região, pois serão mais pessoas participando das

formações e das atividades práticas de manejo, posto que a resolução de grande parte dos problemas socioambientais enfrentados depende muito do acesso a informações adequadas e capazes de possibilitar verdadeiras mudanças de atitudes, no sentido de sensibilizar as pessoas em defesa de sua qualidade de vida; a dificuldade de acesso a crédito compatível e a limitação em acessar mercados também foram evidenciados, sendo destacada a questão do atravessador como prejudicial na produção do açaí e também do camarão.

Em suma, diante de tudo que foi possível identificar, podemos dizer que as práticas e saberes que emergem das ações do MORIVA têm contribuído para uma relação de apropriação e uso mais responsável dos recursos naturais, uma vez que geram conhecimentos necessários para alcançar o envolvimento das pessoas nas ações e práticas que visam sustentabilidade dos recursos naturais e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

Na busca por possíveis soluções para os problemas socioambientais vivenciados pelas comunidades tradicionais na região amazônica a organização comunitária é imprescindível, na medida em que tais problemas são de natureza complexa e exigem medidas que realmente se efetivem, que estejam em consonância com as suas reais necessidades.

A organização comunitária se torna um instrumento de gestão na medida em que auxilia na formação de cidadãos capazes de uma observação crítica da sua realidade, ativos na construção da conservação dos recursos naturais, proporciona as pessoas condições de analisarem as suas realidades, de se posicionarem criticamente, percebendo-se como parte indissociável da natureza e compreendendo as questões ambientais como questões sociais.

Finalmente, esperamos que este estudo possa contribuir tanto na esfera literária sobre a temática, no sentido de incentivar e despertar pelo interesse de novas pesquisas, como na esfera política, no que diz respeito a uma visão realista da importância de se conservar os recursos naturais das comunidades tradicionais na Amazônia considerando a capacidade dos sujeitos locais de gerenciarem os recursos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Nova cartografia social da Amazônia. Ribeirinhos e Ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural.** Manaus; Amazônia: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2009.

AMARAL NETO, M. (2002). **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira:** análise da participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos – Belém: Embrapa Amazônia Oriental. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. 135 fl.: il.

ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M. **A lógica do extrativismo:** manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB – USP, 2001. p. 163-179.

ANDERSON, Scott. **Engenhos de várzea:** uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In. LÊNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). **Amazônia:** a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. 363 p. (Coleção Eduardo Galvão).

ANDRÉ, M. E. D. A. **A Pesquisa sobre formação de professores no Brasil: 1990/98.** In: CANDAU, V. M. (org.) **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa (ENDIP).** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da Prática escolar,** 2ª Ed Camonas. SP: Papyrus, 1998.

ARAMBURU, M. **Aviamento, modernidade pós-modernidade no interior amazônico.** Revista brasileira de Ciências Sociais, ano 9, n. 25, jun.1994.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **O Direito do Trabalhador à Educação.** In: GOMES, Carlos Minayo. (org.) **Trabalho e conhecimento: dilema do trabalhador-4ª ed.** - São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogias em Movimento:** O que temos a aprender dos movimentos sociais? Currículo Sem Fronteiras, v. 3, pp. 28-49, jan/jun 2003.

BARROS, Flávio Bezerra. **Sociabilidade, Cultura e Biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará.** 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BODGAN, R.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma Introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização Espiritualidade.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres.** São Paulo: Ática, 1995.

BORDDENAVE, Juan. E. Diáz. **O que é participação**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção: Primeiros Passos nº 95).

BOURDIEU, Pierre. **O poder dos símbolos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como Cultura**. Campinas, SP: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Desafios da Educação Ambiental. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/mes\\_livro.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/mes_livro.pdf).

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. São Paulo: Artistas Gráficos, 1993.

\_\_\_\_\_. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades@**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatuto da Terra**: Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964. COLETÂNEA – MEAF / 1983. Brasília: INCRA, 1983, P. 18.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução normativa INCRA nº 15**, de 30 de março de 2004. Diário Oficial da União, n. 65, seção 1, p. 148, 5 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: MDA/INCRA, 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/iipnra>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra**: o movimento social como princípio educativo. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 23ª reunião anual 24 a 28 de setembro de 2000, Caxambu, MG. Disponível em <http://www.anped.org.br/1408t.htm>, acesso em 16, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por uma Educação do Campo**: Traços de uma identidade em construção. In: Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. V. 4. Brasília, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1983.

CARTILHA CPT. **Memória e Revitalização Identitária de Abaetetuba**. 2005.

CARVALHO, D. S. G. & SILVA, & FREITAS, I. L. **A atuação da Educação Popular nos Movimentos Sociais em Abaetetuba.** Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, UFPA/CUBT, 1992.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. **A invenção ecológica:** narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: MMA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Políticas de Meio Ambiente:** a educação ambiental onde fica? In: SORRENTINO, Marcos *et. al* (Org.). **Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental.** São Paulo: Gaia, 1995.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Anablume, 2000.

CASTRO, R. S. *et. al* (orgs), (2000), **Sociedade e meio ambiente:** A educação ambiental em debate, São Paulo, Cortez.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2 – Morar, cozinhar.** Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas.** Uma reflexão sobre a Amazônia seiscentista. *Nuevos mundo, mundos nuevos, debates*, 2006, [Em línea], Puesto em línea el 14 mai: 2006. URL.: <http://nuevomundo.revues.org/index2260.html>. Consultado el 21 de fev. de 2015.

CHIZZOTTI Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez; 1995.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2010.

CIFOR, 2008. **Trilhas da Regularização Fundiária para Populações nas Florestas Amazônicas:** Como decidir qual a melhor solução para regularizar sua terra? Belém – Pa. 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Memória e Revitalização Identitária – Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.** Abaetetuba/Pará, 2006.

DELGADO, Guilherme C. (2005 a). “**O Setor de Subsistência na Economia Brasileira: Gênese Histórica e Formas de Produção**”. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005, pp. 19-50.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia 2. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Vol. 1. São Paulo – SP, Ed. 34, 1995a.

**Dicionário de Psicologia.** São Paulo: Itamaraty, v.5, 1973.

DIÉGUES, A. Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Etnoconservação da natureza:** enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos S. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.

ESTUDOS DA CNBB 99. **Igreja e questão agrária no início do século XXI.** Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 48ª Assembleia Geral. Brasília – DF, 4 a 13 de maio de 2010 – 09/48ª AG (SUB). Paulus, 2010.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault:** Uma Trajetória Filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

FRAXE, Therezinha J.P. **Cultura cabocla-ribeirinha. Mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume: 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ação Cultural para a Liberdade,** 5, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em processo. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação.** 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Tolerância.** São Paulo: UNESP, 2004.

GALLO, S. (2003), **Deleuze e a educação**, Belo Horizonte, Autêntica.

GAMBOA, Sánchez. (Org.) **Pesquisa Educacional: quantidade qualidade**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GHEDIN, Evandro; Franco, M. Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez. 2008.

GOH, M. G. **Educação não formal e cultura política**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (2002) **Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma**; ETD- Educação Temática Digital, Campinas, v.4,n.1, , dez., p.53-77.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Terceira via, terceiro setor e ONGs: espaços de um novo associativismo**. In: \_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3a edição. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da nossa época).

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política: impactos do associativismo no Terceiro Setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Sem terra, ONGS e cidadania**. São Paulo: Cortez editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Editora Contexto 2001.

GOOGLE MAPS. **Mapa mostrando município de Abaetetuba**. Disponível em: <<http://maps.google.com.br>> acessado em: 18 de fevereiro de 2015.

GROSSMANN, M.; FERREIRA, F. de J. C.; LOBO, G.; COUTO, R. C. do. **Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açais amazônicos e regulamentações oficiais**. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123 – 134. (Coleção Adolpho Ducke).

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 11. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 344 f. Tese (Doutorado) Instituto de Economia. Universidade de Campinas. Campinas- SP, 2012.

HOMMA, A.K; NOGUEIRA, O.L. **Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar o carrying capacity: o caso de açaizeiros (Euterpe oleracea Mart.) no estuário amazônico**. *Poematropic*, Belém, v.2, p. 31-35, jul/dez. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Amazônia 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. 2006. Disponível em: <[http://www.iieb.org.br/enviados/publicador\\_pdf/public\\_ieb\\_Regularização\\_fundiaria\\_2011.pdf](http://www.iieb.org.br/enviados/publicador_pdf/public_ieb_Regularização_fundiaria_2011.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS ASSENTAMENTO – DT COORDENAÇÃO-GERAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – DTM **PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL DO INCRA** Brasília/DF Dezembro/2008.

ITERPA. **Regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso a terra**. MARQUES, J. A.; MALCHER, M. A (Org.). Belém: ITERPA, 2009.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005, p. 233-250.

\_\_\_\_\_. **Educação para a cidadania: participação e corresponsabilidade**. In: Socioambientais, São Paulo, no. 7, 1997.

JESUS, Sônia Meire et. al. **CIÊNCIA, UNIVERSIDADE E LUTAS SOCIAIS DO CAMPO – NOVAS DEMADAS, NOVAS EPISTEMOLOGIAS**. Anais do I Encontro Nacional de Educação do Campo. CPC 3. Brasília: UNB, 2008. (mudar no texto para 2008 que está 2006).

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação natural da natureza**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia e saber ambiental.** Porto Alegre, v. 3. n. 1. Jan/Mar: 2002.

\_\_\_\_\_. **Aventuras da epistemologia ambiental:** da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discursos sustentáveis** / Enrique Leff; Tradução Silvana Cobucci Leite. - São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, Capital e Cultura:** a territorialização da racionalidade ambiental. (Coleção Educação Ambiental). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.** In: REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde cotidiano:** o meio ambiente em discussão. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental 2002.** Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira – 3 ed. – São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, Deborah de Magalhães. **A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico.** Novos Cadernos NAEA Vol. 2, nº 2 – Dezembro, 1999.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. **Polo Oleiro-cerâmico de Abaetetuba: expansão e crise.** Belém: UFPA/NUMA, 1998.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária.** In: LOUREIRO, C. F. B. *et al* (Orgs). **Educação Ambiental:** repensando o espaço da cidadania. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental.** – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefski. **Amazônia: História e análise de problemas** (do período da borracha aos dias atuais). 3 ed. Ver. E atualiz. / Violeta Refkalefski Loureiro. – Belém: Cejup, 2011.

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba.** Com referenciais na história social e econômica da Amazônia. Edições Alquimia, Belém, 2008.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa *et. al.* **Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental.** VI Encontro Nacional da ANPPAS 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - Pa – Brasil.

MANYARI, W. V. **Impactos ambientais a jusante de hidrelétricas, o caso da usina de Tucuruí, PA.** Rio de Janeiro, 2007. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Sociologia da Fotografia e da Imagem.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARX, Karl. **Características essenciais do sistema capitalista.** IN: IANNI, O. Marx. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MATHIS, A.; COELHO, M. C.; SIMONIAN, L.; CASTRO, E. M. R. **Estrutura de poder, atores sociais e políticas territoriais no Tocantins** (Introdução). In: MATHIS, A.; COELHO, M. C.; SIMONIAN, L. & CASTRO, E. M. R.. (Org.). Poder Local e Mudanças Socioambientais. Belém: NAEA/UFGPA, 2007.

MEDEIROS, L. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MEDINA, Naná Minini. **Elementos para a introdução da Educação Ambiental na educação escolar – 1º grau.** In: **Amazônia: Uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental.** Brasília: IBAMA, 1994.

MILARÉ, É. **Direito do Ambiente.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 13ª Ed. Petrópolis, Vozes. 1999.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco; 2004.

MORAN, E. F. 1990. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia.** Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 367 p.

MORIN, E. **Complexidade e ética da solidariedade.** In: Castro G, Carvalho EA, Almeida MC. Ensaios da complexidade. Porto Alegre, RS: Sulina; 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo.** 4. Ed. Lisboa. Instituto Piaget, 2005.

\_\_\_\_\_. **O método 4. As ideias.** 3. Ed. Porto Alegre. Sulina. 2002.

\_\_\_\_\_. **Ciência com Consciência.** 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Método II. A vida da VIDA.** Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 3. ed. Portugal: Publicações Europa América, 1997.

\_\_\_\_\_. **O paradigma perdido: A natureza humana.** Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 4. Ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Saberes Globais e Saberes Locais.** Brasília: CDS/Universidade de Brasília, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria.** Porto Alegre – Sulina. 1995.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o pensamento.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Ivanilde (Org.), (2008). **Cartografia de Saberes: Representações sobre religiosidade em práticas educativas populares.** Belém: EDUEPA, 2008. 90 p.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade Científica Contemporânea (mimeo).** Belém: UEPA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Subjetividade: referência epistemológica do pensamento moderno.** Belém: CCSE-UEPA, 2005 (mimeo).

OLIVEIRA, Maria Marli. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmistificando a pesquisa científica.** Belém: EDUFPA, 2008.

**PAE Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Ilha Quianduba, Município de Abaetetuba, Pará.** 2008. 185 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida cotidiana: teorias, métodos e estudos de caso.** Lisboa: ICS/UL, 2002.

\_\_\_\_\_. **Vida cotidiana: enigmas e revelações.** São Paulo, SP: Cortez, 2003.

PANCERI, Bernadete. **O Campo do Saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e Gênero na visão comunitária e institucional.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental/UFSC, Florianópolis, 1997.

PARÁ: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO. **Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Tocantins,** Belém, 2013.

PARÁ: Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins.** Resumo Executivo. NAEA/UFPA, 2011.

**Plano de Uso da Ilha Quianduba, 2007**

REIGOTA, M. (1994), **O que é educação ambiental,** São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e representação social.** 7ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

REIS, José Cezar dos. **Olarias**: espaço de subsunção formal ou real? Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2008.

RIBEIRO, L. M. **O papel das representações sociais na educação ambiental**. Dissertação de Mestrado, pela Pontifícia Universidade Católica. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2003.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. **Águas e condições de vida na zona rural de Salva terra, Marajó-PA**. In: Simões Maria do Socorro (Org.) Campos flutuante: rumo ao Marajó Belém: NUMA/UFPA, 2007 p. 111-123. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 6ª impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro. **Cartografia do rio Quianduba**: o cotidiano de ribeirinhos(as) amazônidas na produção de saberes e práticas sociais. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Abaetetuba, 2008.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto/ PT: Edições Afrontamento, 2004.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **A gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. NUNES, João Arriscado. **Introdução**: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Série Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v. 3).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 1997.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, Bomtempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Cap.1 – Da ciência moderna ao novo senso comum. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 4e. São Paulo: Cortez, 2002 (p. 74 a 117).

\_\_\_\_\_. O Paradigma Emergente. **Um discurso sobre as ciências**. 9ª e. Porto: Afrontamento, 1997 (p.36 a 58).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHERER-WARREN. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1996.

SILVA, M. das Graças da. **Discurso Educativo e Apropriação e Uso do Meio Ambiente.** O caso da UHE Tucuruí. Tese de Doutorado. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Maria das Graças da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Saberes Locais e Manejo Sustentável dos Recursos da Floresta.** III Encontro das ANPPAS. Brasília-DF. 23 a 26 de maio de 2006.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente:** múltiplos saberes e usos. In OLIVEIRA, I. A. de. (Org.) **Cartografias Ribeirinhas:** saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE/UEPA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Práticas educativas ambientais, saberes e modos de vida locais.** Belém, Revista Cocar, v. 1, n. 1, p. 47-57, 2007.

\_\_\_\_\_. **Práticas Educativas Ambientais, Saberes e Modos de Vida Locais.** Revista Cocar, V 01 n° 1 jan/jun 2007.

SILVA, Maria das Graças da; CABRAL, Maria da Conceição R. **Educação Ambiental:** abordagens teórico-conceituais e perspectivas práticas. Série Cadernos de Alfabetização Científica/Projeto Alfa ciência. v 1, Belém: MPEG, 2004.

SILVA, Maria das Graças S. N. **O Espaço Ribeirinho.** Porto Velho: Terceira Margem, 2003.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à Flor, In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SOUSA, Iris Amaral de. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia:** caminhos da política educacional em Abaetetuba-Pa. Tese de Doutorado em Educação: Currículo. PUC/SP, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRISTÃO, M. **As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento.** In: RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VILHENA, Josiel do Rêgo. **Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia:** uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo Tocantins no Estado do Pará. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica:** um estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Centro de Ciências Sociais e Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Travessa Djalma Dutra, s/n – Telégrafo**  
**66113-200 Belém-PA**  
**[www.uepa.br/mestradoeducaca](http://www.uepa.br/mestradoeducaca)**